

REGIS ALAN BAULI
VERÔNICA REGINA MÜLLER

EDUCADOR SOCIAL NO BRASIL

NORMATIZAÇÃO E
PROFISSIONALIZAÇÃO

**EDUCADOR SOCIAL NO BRASIL:
NORMATIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO**

Régis Alan Bauli
Verônica Regina Müller

Régis Alan Bauli
Verônica Regina Müller

EDUCADOR SOCIAL NO BRASIL:
NORMATIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO

Editora Livrologia
Chapecó/SC
2020

EDITORA LIVROLOGIA
Rua Vicente Cunha, 299
Bairro Palmital - Chapecó-SC
CEP: 89.815-405
Telefone e Whatsapp:
(49) 98916-0719
franquia@livrologia.com.br
www.livrologia.com.br

CONSELHO EDITORIAL
Jorge Alejandro Santos - Argentina
Francisco Javier de León Ramírez - México
Ivo Dickmann - Brasil
Ivanio Dickmann - Brasil
Viviane Bagiotto Boton – Brasil
Fernanda dos Santos Paulo – Brasil
Thiago Ingrassia Pereira – Brasil

© 2020 - Editora Livrologia Ltda.

Edição: Editora Livrologia.
Capa: Ivanio Dickmann
Revisão: Ivo Dickmann
Diagramação: Leticia Sechini
Impressão e acabamento: META

FICHA CATALOGRÁFICA

B346 Bauli, Régis Alan.
 Educador social no Brasil: normatização e profissionalização.
 Régis Alan Bauli, Verônica Regina Müller. – Chapecó: Livrologia,
 2020.

ISBN: 978-65-86218-15-2

1. Educador social. 2. Sociologia educacional. 3. Professores -
Formação I. Müller, Verônica Regina.

2020-0010

CDD 370.71 – 23.ed.

Ficha catalográfica elaborada por Karina Ramos – CRB 14/1056

© 2020

Permitida a reprodução deste livro, sem fins comerciais, desde que citada a fonte.
Impresso no Brasil.

*É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar;
porque tem gente que tem esperança do verbo esperar.
E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera.
Esperança é se levantar, esperar é ir atrás,
esperança é construir.*

Paulo Freire

RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIACÕES

| | |
|-------------|--|
| ABES | Associação Brasileira de Educadores Sociais |
| ABRAPSocial | Associação Brasileira de Pedagogia Social |
| ACESSUAS | Programa de Promoção e Acesso ao Mundo do Trabalho |
| AESC | Associação de Educadores e Educadoras Sociais do Ceará |
| AEESP | Associação de Educadores e Educadoras Sociais de São Paulo |
| AESMAR | Associação de Educadores Sociais de Maringá |
| AESCRM | Associação de Educadores Sociais Curitiba e Região Metropolitana |
| AIEJI | Associação Internacional de Educadores Sociais |
| ANEES | Associação Nacional de Educadores e Educadoras Sociais |
| ANPEd | Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação |
| BE | Benefícios Eventuais |
| BPC | Benefício de Prestação Continuada |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CAPS | Centros de Atenção Psicossocial |
| CAS | Comissão de Assuntos Sociais |
| CBO | Classificação Brasileira de Ocupações |

| | |
|-------------|--|
| CCJ | Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Senado) |
| CCCJ | Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Câmara) |
| CD | Câmara dos Deputados |
| CE | Comissão de Educação do Senado Federal |
| CENTRO-POP | Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua |
| CF | Constituição Federal |
| CIOU | Classificação Internacional Uniforme de Ocupações |
| CLP | Comissão de Legislação Participativa |
| CLT | Consolidação das Leis do Trabalho |
| CNAS | Conselho Nacional de Assistência Social |
| CONANDA | Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente |
| CFESS | Conselho Federal de Serviço Social |
| CREAS | Centro de Referência Especializado da Assistência Social |
| CRESS | Conselhos Regionais de Serviço Social |
| CTASP | Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público |
| Dec. | Decreto |
| Dec-lei | Decreto-Lei |
| DODF | Diário Oficial do Distrito Federal |
| DOU | Diário Oficial da União |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| EDUSOBRASIL | Associação Brasileira de Educação Social/Pedagogia Social |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| ENES | Encontro Nacional de Educação Social |
| ERD | Escola de Redutores de Danos |

| | |
|------------|--|
| FORUMBEEES | Fórum Brasileiro de Educadores e Educadoras Sociais |
| FUNDAP | Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo |
| FIPE | Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas |
| FNAS | Fundo Nacional de Assistência Social |
| FNCA | Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente |
| FUNDEB | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica |
| GEMAA | Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa |
| GG | Grande grupo |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| Ibidem | Na mesma obra |
| IBICT | Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia |
| LA | Liberdade Assistida |
| LBV | Legião da Boa Vontade |
| LC | Lei Complementar |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| LOAS | Lei Orgânica da Assistência Social |
| LSE | Levantamento da Situação Escolar |
| MNMMR | Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua |
| MTE | Ministério do Trabalho e do Emprego |
| N. | Número |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| ONG | Organização Não-Governamental |

| | |
|----------|--|
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| Op. Cit. | Opus citatum (obra citada) |
| Org. | Organizador |
| PAEFI | Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos |
| PAIF | Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família |
| PAR | Plano de Ações Articuladas |
| PCA | Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente |
| PDE | Programa de Desenvolvimento Educacional |
| PES | Programa de Educação para a Saúde |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PLC | Projeto de Lei da Câmara |
| PEE | Plano Estadual de Ensino |
| PIA | Planos Individuais de Atendimento |
| PL | Projeto de Lei (Câmara) |
| PLS | Projeto de Lei do Senado |
| PME | Plano Municipal de Ensino |
| PNAS | Política Nacional de Assistência Social |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PPE | Programa de Pós-Graduação em Educação |
| PPP | Projeto Político-Pedagógico |
| PSC | Prestação de Serviço à Comunidade |
| PSS | Processo Seletivo Simplificado |
| PVC | Programa de Volta Pra Casa |
| RAIS | Relação Anual de Informações Sociais |
| Res. | Resolução |
| RIAEE | Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação |

| | |
|--------|---|
| RICD | Regimento Interno da Câmara dos Deputados |
| RICN | Regimento Interno do Congresso Nacional |
| RISF | Regimento Interno do Senado Federal |
| SCIELO | Scientific Electronic Library Online |
| SCFV | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos |
| SINE | Site Nacional de Empregos |
| SF | Senado Federal |
| SGD | Sistema de Garantia de Direitos |
| SINASE | Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo |
| SISNAD | Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas |
| SPPE | Secretaria de Políticas Públicas de Emprego |
| SRT | Serviços Residenciais Terapêuticos |
| SUAS | Sistema Único de Assistência Social |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| Trad. | Tradução |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| PREFÁCIO | 16 |
| INTRODUÇÃO | 20 |
| EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO SOCIAL E EDUCADOR SOCIAL | 23 |
| Educação | 24 |
| Disposições Constitucionais e Lei de Diretrizes e Bases..... | 24 |
| Educação Formal, Informal, Popular, Comunitária, Não Formal, Social e Pedagogia Social..... | 27 |
| Educação Social e Educador Social para o Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente e as bases em Violeta Núñez e Paulo Freire | 38 |
| O profissional Educador Social..... | 51 |
| Incumbências e habilidades do Educador Social..... | 55 |
| Classificação Brasileira de Ocupações e o Educador Social | 55 |
| Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares (GG 0) | 58 |
| Membros superiores do poder público, dirigentes de organização de interesse público e de empresa e gerentes (GG 1)..... | 58 |
| Profissionais das ciências e das artes (GG 2) | 59 |
| Técnicos de nível médio (GG 3)..... | 59 |
| Trabalhadores de serviços administrativos (GG 4)..... | 60 |
| Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados (GG 5) | 61 |
| Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca (GG 6) | 61 |
| Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (GG 7) .. | 61 |
| Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (GG 8) .. | 62 |

| | |
|--|------------|
| Trabalhadores de reparação e manutenção (GG 9)..... | 63 |
| Resoluções CNAS n. 9/2014 e CONANDA n. 187/2017 | 75 |
| Resolução CNAS n. 9 de 15 de abril de 2014..... | 76 |
| Resolução CONANDA n. 187 de 23 de maio de 2017 | 81 |
| Atividades e profissionais inter-relacionados | 85 |
| PROFISSÃO, INGRESSO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL | 105 |
| O Educador Social no mercado de trabalho nacional | 107 |
| Profissional do Setor Público | 108 |
| Sistema Único de Assistência Social (SUAS)..... | 134 |
| Serviços de Proteção Social Básica | 135 |
| Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade | 136 |
| Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade | 138 |
| Outros Serviços | 139 |
| Profissional do Setor Privado e Organizações Não Governamentais | 143 |
| Nível de formação, jornada e salário | 146 |
| Conhecimentos exigidos do Educador Social para ingresso no mercado de trabalho | 166 |
| PROCESSO LEGISLATIVO BRASILEIRO..... | 190 |
| Contexto base da normatização | 192 |
| A Lei e seu significado no Ordenamento Jurídico Brasileiro | 196 |
| Tramitação perante o Poder Legislativo..... | 199 |
| Fase inicial do tramite legislativo de um projeto de lei Definição de processo legislativo e divisão de poderes..... | 199 |
| Desenvolvimento do processo legislativo | 221 |
| Percurso perante as Comissões..... | 223 |
| Apresentação de emendas e discussão de um projeto de lei | 227 |

| | |
|--|------------|
| Encerramento da discussão e votação do projeto de lei..... | 233 |
| Fim das discussões nas Comissões e prazo recursal para o Plenário | 234 |
| Quórum e votação | 235 |
| Remessa do projeto à Casa Revisora | 237 |
| Tramitação perante o Poder Executivo e Congresso Nacional | 241 |
| Sanção ou veto ao projeto de lei pelo Presidência da República... | 241 |
| Análise do veto presidencial pelo Congresso Nacional | 243 |
| Promulgação e publicação da lei | 245 |
| NORMATIZAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL NO BRASIL | 249 |
| Projetos de lei em tramitação no Poder Legislativo para normatização da profissão de Educador Social | 249 |
| Projeto de Lei n. 5.346/2009 apresentado pelo Deputado Chico Lopes..... | 251 |
| Projeto de Lei n. 328/2015 apresentado pelo Senador Telmário Mota..... | 278 |
| PERSPECTIVAS | 299 |
| REFERÊNCIAS..... | 314 |
| APÊNDICES | 327 |
| APÊNDICE A..... | 328 |
| Fluxograma Do Processo Legislativo Brasileiro | 328 |
| ANEXOS | 330 |
| ANEXO A..... | 331 |
| Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – Excertos..... | 331 |
| ANEXO B | 338 |
| Relação dos endereços eletrônicos das amostras pesquisadas | 338 |
| ANEXO C..... | 344 |

| | |
|--|-----|
| Formulário padronizado..... | 344 |
| ANEXO D | 346 |
| Partição técnica de texto de Lei | 346 |
| ANEXO E | 347 |
| Projeto de Lei n. 5.346/2009 | 347 |
| ANEXO F | 364 |
| Projeto de Lei n. 328/2015 | 364 |
| ANEXO G | 373 |
| Pesquisa-ação..... | 373 |

PREFÁCIO

É um grande prazer fazer este prefácio. Primeiro, por este livro seguir a metodologia defendida pelo Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente (PCA/UEM). Segundo, por tratar de um tema de âmbito internacional tão urgente em nossos dias: a Educação Social – sua importância, papel, relações interdisciplinar e intersetorial, e que propõe a revisão na forma de organização dos serviços, acolhimento e trato com a população em geral. Terceiro, por praticamente apresentar um guia para diferentes grupos perceberem o processo de participação direta na elaboração de leis no Brasil.

Os debates apresentados no livro permitem que o leitor, iniciado no tema ou que esteja tomando contato pela primeira vez, consiga acompanhar e ir se aprofundando conforme o interesse. A inserção temática inicia-se com a retomada das bases da educação social no Brasil e em outros países. Em seguida, apresenta-se o projeto de pesquisa, abordando-se os problemas profissionais enfrentados pelo educador social e, por fim, o percurso técnico de um projeto de lei. Cada capítulo, de forma sistemática, abre possibilidades de encaminhamentos e destaca obstáculos que precisaram e que precisam ser resolvidos.

Como criar uma profissão que por décadas existe e se diversifica? Poderíamos começar a questão pela prática dos educadores de rua, educação popular e outros termos da década de 1970 e 1980 no Brasil e América Latina. O processo que envolveu a prática popular envolta em revoluções e movimentos de orientação socialista e no embate à reação militar. A orientação católica de opção pelos pobres no Documento de Puebla. Desse período em diante, muitas pessoas se envolveram com a prática de

atuação social diretamente nas ruas. Aos poucos, novos termos e a ideia do educador social não se restringem à rua e a praças públicas, mas a diferentes serviços, políticas, programas e outras ações voltadas, principalmente, a pessoas em situação de vulnerabilidade.

A discussão profunda para chegar à definição de educador/a social mostra que muito se caminhou nas últimas décadas e que ainda há pontos para ajustes a fim de chegarmos a uma definição, mesmo que ampla, para designarmos as características do profissional. Nesse percurso, percebemos a importância da pesquisa participante na formação pessoal do pesquisador e do entorno pesquisado. Do problema proposto em um evento até a aprovação da lei. Esse percurso um tanto inusitado – uma pesquisa no campo do Direito desenvolvida em um programa de educação, permite entrarmos em contato com um processo efetivo de interdisciplinaridade, que atinge a transdisciplinaridade na formulação do conceito que alimentou toda discussão de defesa do projeto de lei.

A pesquisa participante, que foi desenvolvida por meio de reuniões, eventos, rodas de conversa e ações diretas na organização de educação social e no acompanhamento do processo de lei, permite ao leitor visualizar a metodologia acontecendo ponto a ponto.

O problema proposto, as primeiras hipóteses, uma roda formada por profissionais de diferentes formações, diversas dúvidas. Cada um contribui com respostas e novas dúvidas surgem. O especialista em Direito em um grupo de humanas procurando, de forma didática, esclarecer o processo legislativo e os passos, a paciência e a necessidade de organização dos conceitos dão o corpo do capítulo sobre o processo legislativo. O leitor pode ter a sensação de um texto previamente pensado para iniciar o processo, mas, acompanhando desde o início, vemos como, depois de

muitas iniciativas e tentativas, cada etapa exigiu muitos meses de esforços.

A forma final nesse livro é outra grande contribuição para grupos ou pessoas interessadas em encaminhar uma proposta de lei. Lendo e imaginando o percurso necessário, percebemos parte da organização brasileira, parte de nossa cultura. Permite pensarmos como, em nossa história, forjou-se uma prática legislativa como tal, em que, mesmo que quase desconhecida, a participação popular é possível e efetiva.

Com certeza o leitor percorrerá as páginas desse livro e terminará a leitura sentindo-se diferente. É uma leitura que nos coloca diante de uma prática ainda pouco conhecida e muitas vezes envolta pelo senso comum. A Educação Social, como profissão que exige formação específica de nível superior, está muito distante da educação popular da década de 1980. Porém, demonstra como as mudanças pelas quais o país passou exigem novas formas de enfrentamento. Nunca, e de forma alguma, diminuindo a importância dos educadores/as de rua, populares ou sociais, mas apresentando uma nova forma de organização da área que pode efetivar uma práxis que antes era de militância, além de ajudar a prática acadêmica a se reorganizar.

É entender a educação social como proposta de formação, profissão e ação efetiva na orientação das práticas de políticas públicas. É encarar a inclusão com respeito, empatia e compromisso efetivo. É valorizar o ser humano com base teórica interdisciplinar voltada à integração. É, enfim, uma proposta de mudança. Nesta condição, é geradora de resistências que, em parte, refletem-se no próprio processo de compreensão da formação da experiência e da história da educação social no Brasil.

Por fim, este livro – fruto de reflexões de anos de prática de envolvimento direto, peculiar à pesquisa participante – tem como característica capítulos que, mesmo lidos independente-

mente, possuem forma e coerência próprias. Isso permite seu uso na formação específica, bem como retomadas independentes. Mais que isso, reflete como os problemas que surgiram foram enfrentados. A proposta original de formular uma fundamentação para a proposta de lei transformou-se na análise do próprio processo de fundamentação e condução da lei.

Maringá, novembro de 2019

Ailton José Morelli

INTRODUÇÃO

Este livro traz como foco o Educador social¹, um profissional que desempenha relevante trabalho na sociedade brasileira. Embora farto número de pessoas se preste ao ofício de desenvolver a Educação Social, não existe uma lei específica no Brasil, que regule essa profissão, inobstante existirem duas propostas de lei em andamento no Legislativo Brasileiro. Nesta lacuna e viés situa-se a reflexão aprofundada deste escrito², que tem como temática a profissionalização e normatização do trabalhador educador social. A obra persegue três inquietações principais, quais sejam, o grau de desconhecimento pela população de uma atividade tão importante; a morosidade no trâmite da proposta legislativa de regulamentação da profissão e o evidente dissenso entre profissionais, pesquisadores e interessados em relação aos direitos e deveres que estariam sendo normatizados.

Tal direção foi definida, dado que, apesar de a atividade ser desenvolvida em inúmeros espaços, com pessoas e grupos das mais variadas características, muita gente sequer ouviu falar do profissional educador social em nosso país. Grande parte da população não conseguiria responder a questões como: O que faz o educador social? Com quem e onde ele trabalha? Paralelamente ao desconhecimento, existem atualmente duas propostas de lei que pretendem regulamentar a profissão de educador social, que

¹ Remissão terminológica técnica usada ao longo do texto, compreendendo tanto a variação de gênero feminino (Educadoras Sociais), como masculino (Educadores Sociais), no singular e plural.

² Esta obra tem por base a Tese de Doutorado, desenvolvida pelo Primeiro Autor sua orientação da Segunda, desenvolvida e defendida perante o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá.

têm indicado tardança em suas definições, como também, discordância de posições entre diferentes grupos relacionados à área.

Em meio à convicção de que o campo da Educação Social deva ser profundamente valorizado e que se encontra no território nacional em um momento em que vários movimentos estão acontecendo em tal sentido, decidiu-se por aprofundar as buscas teóricas, bem como usar o recurso da aproximação a tais movimentos e deles participar, para poder investigar a atividade do profissional Educador Social e o processo de normatização de sua atividade no Brasil. Metodologicamente, foram empregadas as técnicas Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental e a Pesquisa-Ação para chegar-se ao conteúdo apresentado.

As premissas teóricas de Michel Foucault sobre conhecimento e poder orientam os caminhos escolhidos para o desenvolvimento de todas as buscas aqui empreendidas. Assim é que no princípio se apresenta conceitualmente a atividade do Educador Social; depois, se descortina a realidade e o perfil do profissional que é recrutado no âmbito privado, público e misto para exercer a atividade; após, oferece-se uma sistematização sobre o trâmite procedimental interno do processo normativo a ser seguido no Congresso nacional; na sequência, reflete-se objetivamente sobre os projetos de lei que visam normatizar a profissão; e por fim, argumenta-se conclusivamente a respeito do projeto de lei que melhor atenta aos interesses do Educador Social para normatizar sua atividade no Brasil.

Portanto, os interessados na normatização da Educação Social no Brasil, encontram neste trabalho um arcabouço teórico sobre a atividade a partir da análise dos estudiosos que se pronunciam nos meios acadêmicos; concreto, pois revelam-se várias características que permitem o mapeamento do perfil do profissional que é recrutado pelo mercado a partir das vagas de trabalho ofertadas, e também por discutir as duas propostas de leis existen-

tes atualmente no Congresso para a profissionalização do educador social; e, finalmente, prático, pela possibilidade de seu uso político, popular, acadêmico, na medida em que exista a intenção de se propor ou interferir no estabelecimento de uma lei sobre profissão no país.

EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO SOCIAL E EDUCADOR SOCIAL

Este capítulo é destinado à compreensão da Educação, Educação Social e o profissional Educador Social, a partir de um viés abstraído de algumas previsões contidas na Constituição Federal e referências que a Lei de Diretrizes e Bases sobre a Educação Brasileira faz em relação à Educação Social. Na sequência analisamos as diferentes denominações na educação: formal, não formal, popular e informal e ainda, Pedagogia Social.

Em continuidade é exposta a posição do Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente da Universidade Estadual de Maringá sobre Educação Social, pelo viés da aproximação teórica entre Violeta Nuñez e Paulo Freire.

O capítulo contempla também a maneira como o profissional que desenvolve a Educação Social é tratado no cenário administrativo nacional, a partir das disposições presentes na Classificação Brasileira de Ocupações, as Resoluções n. 9/2014 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e n. 187/2017 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), sendo concluído com o estudo distintivo de outras duas atividades profissionais inter-relacionadas: o Assistente Social e o Agente de Segurança Socioeducativa (Socioeducador).

Educação

Disposições Constitucionais e Lei de Diretrizes e Bases

A educação brasileira sob a ótica formal, está garantida na Constituição Federal (CF/1988) no art. 205:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho³.

Decorrente da legislação constitucional, as orientações e determinações da educação nacional são estabelecidas na Lei n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB), as quais, explicitamente, também contemplam um tipo de educação desenvolvida em contextos educativos situados fora dos âmbitos escolares, que correspondem à prática da Educação Social.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Legalmente a Educação Brasileira tem, portanto, um tríplice objetivo: desenvolver as pessoas, prepará-las para o exercício da cidadania e qualificar para o trabalho, sendo, na sequência do texto, referenciados os princípios que suleiam a prática do ensino, os quais copiam o previsto na Constituição brasileira. A Lei de Diretrizes e bases da educação nacional sedimenta-se nos

³ CF/1988, art. 205.

seguintes princípios, presentes no art. 206 da Constituição Federal:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – garantia de padrão de qualidade; VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal⁴.

Os citados artigos 205 da Constituição Brasileira e 1º da LDB, são muito importantes e defensáveis quanto à definição de educação e seus espaços de abrangência, que vão muito além da escola, mas os que vêm depois, são restritivos e indefensáveis, porquanto reduzem à escola e ao professor a previsão do sistema que vai garantir a educação prevista. Assim é o que se percebe no inciso V do artigo 205 da Constituição:

V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

A mesma redução é flagrante no parágrafo primeiro do artigo primeiro da LDB que vincula a educação somente ao sistema escolar:

⁴ Ibidem, art. 206.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias (BRASIL, 1996, Art. 1º, 1).

É importante valorizar o “espírito da lei”, conforme concepções do legislador e daí entende-se que a intenção principal da LDB/1996 era considerar um amplo conceito e abrangência da educação, como se verifica no inciso segundo, logo após o primeiro que a restringe. Neste, volta-se a garantir que a educação se vincule à sociedade:

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996, Art. 1º, 2).

Sendo assim, e esse é um raciocínio desenvolvido já por vários pesquisadores da área da Educação Social brasileira, expresso em artigos, livros, eventos, faz-se necessária uma mudança na LDB, de tal forma que se garanta a educação por meio de outro sistema além do sistema escolar, que venham a complementar o necessário enfoque educativo do desenvolvimento humano e social das pessoas.

Fernando Dias comenta sobre o direito a ser educado na realidade brasileira:

[...], Mas, quando entramos no direito a ser educado, na sociedade brasileira o consenso dá lugar ao dissenso. Pode-se garantir o direito à educação universalizando a fase do ensino obrigatório e público, de forma que nenhuma criança esteja fora das escolas, ao menos nas estatísticas das matrículas, e assim garanto o direito à educação restringindo-o à educação escolar. Mas isso não quer dizer que se estará garantindo o direito a ser educado usufruindo de tudo o que já se conseguiu construir como dignidade humana. Esse direito se realiza como um conjunto de condições e ações sociais que permitem a toda criança e adolescente vivenciar as múltiplas dimensões da pessoa, por meio das experiências societárias e individuais que compõem a herança cultural da hu-

manidade e da sociedade em que vivem. Isso inclui os valores que tornam possível o desenvolvimento pessoal numa convivência pacífica apoiada na igualdade e na liberdade, sem as quais não é possível falarmos em democracia ou justiça. Tais condições e ações, que se expressam como cuidar e educar para e no mundo, são de responsabilidade de todos e devem se realizar o tempo todo da existência dos seres a que se destinam⁵.

Embora não exista a utilização específica do termo Educação Social na Constituição Federal, tacitamente ela é contemplada no caput do art. 205 anteriormente referenciado, e no primeiro artigo da LDB, quando afirmam que o objetivo da educação é proporcionar o pleno desenvolvimento da pessoa e prepará-la para o exercício da cidadania.

Constata-se, portanto, que as linhas gerais oficiais da Educação Brasileira contemplam apenas reflexamente a Educação Social em suas disposições, quando, esta mereceria obter melhor reconhecimento pelo potencial educativo que a fundamenta, sendo de muito bom alvitre que, ademais da normatização da atividade, garantindo direitos e estabelecendo obrigações ao profissional que a desenvolve, sua existência constasse explicitamente como um sistema próprio, complementar ao escolar, na lei nacional que a regula.

Educação Formal, Informal, Popular, Comunitária, Não Formal, Social e Pedagogia Social

Conhecido o contexto normativo da Educação Brasileira e admitido que a Educação Social é reconhecida de forma não expressa com essa terminologia específica, passa-se à apresentação da mesma dentro do contexto educacional de nosso país,

⁵ DIAS, Fernando. Os direitos humanos, o direito a ser educado e as medidas socioeducativas. In: SCHILLING, Flávia. (Org.). *Direitos Humanos e Educação*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 241-252.

diferenciando-a de outras nomenclaturas e tipos de educação. Move-nos para tal direção, o que Michel Foucault argumenta sobre teoria nos mecanismos de poder:

O papel da teoria, hoje, parece-me ser justamente este: não formular a sistemática global que repõe tudo no lugar, mas analisar a especificidade dos mecanismos de poder, balizar as ligações, as extensões, edificar pouco a pouco um saber estratégico⁶.

A teoria serve, portanto, para a formação de um saber estratégico e é neste contexto que passamos a abordar a Educação Informal, Formal, Popular, Comunitária e Não Formal para, ao final exteriorizar nossas conclusões.

Admite-se que a conceituação exposta a seguir é de conhecimento básico de autores da área da Educação Social e da pedagogia social, mas, considerando que este conteúdo pode interessar a profissionais e estudiosos de outras áreas que provavelmente não discutem tais aspectos usualmente, decidimos apresentá-la, mais a título de conhecimento de sua existência do que no intuito de discuti-la em profundidade.

Partimos da premissa de que não existe consenso acerca de uma classificação sobre os tipos de educação, pois são diferentes as abordagens e reuniões contemplativas das noções de universo, conteúdo e contido em cada tipo. A respeito, Maria da Glória Gohn, valendo-se de Jaume Trilla que se reporta a Montesquieu, consigna nas remissões introdutórias de sua obra:

Trilla registra que Montesquieu, no século XVIII, já estabelecera a visão do campo da educação em três áreas: a educação que recebemos dos pais (para nós a informal), a educação que se recebe

⁶ FOUCAULT, Michel. Poderes e estratégias. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos, volume IV: estratégia, poder-saber*. Manoel Barros da Motta (Org.); Vera Lúcia Avelar Ribeiro (Trad.). 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, p. 246.

nos mestres na escola (a formal) e a educação do mundo (para nós parte da educação não formal, advinda da experiência)⁷.

Suzete Terezinha Orzechowski assume a concepção denominada “educação intencional”⁸ e nela reúne e diferencia as formas de educação formal e não formal, ao passo que para Moacir Gadotti citando Paulo Freire, não deveria existir a dicotomia entre a educação formal e a não formal, a escolar e a não escolar, que expressamente defende:

[...] deve-se evitar todo tipo de dicotomia ou separação entre educação comunitária e educação formal. Dirigentes populares têm de lutar ao lado de educadores progressistas para tornar a educação formal e a educação comunitária cada vez mais democráticas⁹.

Admitindo, portanto, a variedade de nomenclaturas e enfoques, abordamos os tipos de educação mais comumente referenciados pelos estudiosos da área, sugerindo, ao final, uma concepção assumida por nós sobre Educação Social.

A **educação formal** brasileira é a que está prevista no texto constitucional e correspondente aos processos escolares, que são desenvolvidos em instituições de nível fundamental, médio e superior, as quais segundo critérios específicos têm autorização para certificar titularidades.

O texto constitucional dedica à Educação uma seção específica dentro do título que trata da ordem social e reconhece que a educação como “um direito de todos e dever do Estado, e

⁷ GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 12.

⁸ ORZECOWSKI, Suzete Terezinha. *A Pedagogia é Social! A formação continuada do Pedagogo por meio da EaD, um olhar a partir da Pedagogia Social*. Saarbrücken Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2017, p. 119.

⁹ FREIRE, Paulo. Educação comunitária no Terceiro Mundo apud GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. *Anais do Congresso Internacional de Pedagogia Social*, Julho. 2012, p. 11.

da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Seu objetivo, segundo o legislador constituinte, é o desenvolvimento da pessoa, a qual, deve ser preparada para o exercício da cidadania e qualificada para o trabalho.

Esta disposição significa a obrigatoriedade destes três entes: sociedade, família e estado em garantirem o direito de todas as pessoas à educação, cada um em sua respectiva esfera de poder. O Estado com políticas educacionais, recursos humanos e estruturais; a Família, enquanto célula base da Sociedade deve incentivar e criar condições internas e externas para o acesso de seus membros à educação.

A partir do art. 206 da CF são contempladas regras que estabelecem as diretrizes gerais sobre a educação básica, ensino fundamental, religioso e médio, bem como, os percentuais mínimos da arrecadação que devem ser, necessariamente, investidos em educação¹⁰.

As universidades, sejam elas instituições de pesquisa científica ou tecnológica, gozam de autonomia didático-científica, administrativa, gestão financeira e patrimonial, podendo admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros. Devem obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração, definir diretrizes, metas e estratégias de implementação, a Constituição Federal prevê a apresentação, em periodicidade decenal, de um Plano Nacional De Educação (PNE), cujas finalidades específicas são a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar; a melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção humanística, científica e tecnológica do País; estabelecimento

¹⁰ CF/1988, art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

A educação formal no Brasil possui uma legislação nacional que normatiza regras e procedimentos específicos, sendo a principal delas a Lei n. 9.394/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Tem ela um currículo predefinido quanto aos conteúdos e habilidades para serem desenvolvidos com os educandos.

A **educação informal** é definida por Maria da Glória Gohn como aquela na qual os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização, gerada nas relações e relacionamentos intra e extrafamiliares (amigos, escola, religião, clube etc.). A educação informal, segundo a autora, incorpora valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados. Os indivíduos pertencem àqueles espaços segundo determinações de origem, raça/etnia, religião etc. São valores que formam as culturas de pertencimentos nativas dos indivíduos¹¹.

No estudo desenvolvido sobre as representações sociais e identidade profissional, Arthur Vianna Ferreira chama de “educação não intencional” a educação com caráter informal, esclarecendo que:

A educação não-intencional tem o seu fundamento na concepção de um processo onde a educação abrange o conjunto de influências do meio natural e social que afetam o desenvolvimento do sujeito na sua reação ativa com o meio social¹².

Portanto, a educação informal não requer de um lugar especificamente preparado para um momento de início e término de um exercício educativo. A educação informal ocorre todo o

¹¹ GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 16.

¹² FERREIRA, Arthur Vianna. *Representações sociais e identidade profissional: elementos das práticas sociais com pobres*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012, p. 89.

tempo, em qualquer lugar onde exista algum tipo de aprendizagem para os indivíduos.

Sobre a educação popular as professoras Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula e Aparecida Meire Calegari-Falco, reportam suas origens no Brasil à década de 20 com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, no qual, os intelectuais da época pregavam uma educação popular para todos¹³. Observam, contudo, que somente na década de 1960, devido ao processo de industrialização e urbanização, o Brasil começou a se preocupar com os altos índices de analfabetismo de jovens e adultos das classes populares em função da necessidade de mão de obra qualificada para o trabalho, enfatizando que:

Os movimentos migratórios das pessoas em busca de melhores condições de vida eram constantes e este aspecto fez com que o Estado repensasse as políticas educacionais para as classes populares¹⁴.

Maria Stela Santos Graciani desenvolve uma descrição das atividades desenvolvidas nas perspectivas da Educação Popular sustentando que a mesma passou pelas campanhas de alfabetização de adultos, pelos movimentos populares e sindicais, pelas comunidades eclesiais de base, pelas periferias, as quais, recriaram sua religiosidade à base de uma leitura bíblica crítica e atualizada, com a Teologia da Libertação, até a economia popular solidária dos grupos organizados e o enfrentamento de Educado-

¹³ PALUDO, Conceição. Educação popular, apud PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de; MACHADO, Érico Ribas. Educação popular, educação não formal, educação social e Pedagogia Social: mapeamento de conceitos e grupos de estudos no Brasil. In: PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de; CALEGARI-FALCO, Aparecida Meire (Orgs.). *Educação e processos não escolares*. Maringá: Eduem, 2012, p. 19.

¹⁴ PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de; MACHADO, Érico Ribas. Educação popular, educação não formal, educação social e Pedagogia Social: mapeamento de conceitos e grupos de estudos no Brasil. In: PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de; CALEGARI-FALCO, Aparecida Meire (Orgs.). *Educação e processos não escolares*. Maringá: Eduem, 2012, p. 19.

res Sociais de Rua (amparados pela Pedagogia da Libertação), à precária situação das crianças e adolescentes de rua¹⁵.

Entre os objetivos da Educação Popular está o aprimoramento da sociedade, a partir de soluções idealizadas com a finalidade de promover a redução das desigualdades sociais nas searas educativas, como defendem Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula e Érico Ribas Machado:

[...] um dos objetivos principais, nos primórdios da Educação Popular, era de buscar promover a participação dos sujeitos na construção de um projeto político de sociedade através soluções construídas coletivamente, nas quais se pretendia superar as desigualdades sociais, principalmente no que se refere às desigualdades existentes no campo educacional¹⁶.

No campo teórico, Karine dos Santos e Fernanda dos Santos Paulo afirmam existir um ponto de convergência entre os estudiosos da Educação Popular- esta tem a base em Paulo Freire e se desenvolve com a missão de reduzir o analfabetismo na sociedade brasileira. Segundo as autoras, partia de uma premissa que dever-se-ia dar condições ao educando de compreender a realidade em que se achava inserido. Suas práticas eram voltadas a melhorar as condições de vida e educação dos menos favorecidos.

A educação popular de hoje segue existindo e no Brasil sempre traz a referência freireana como pilar fundamental do seu fazer teórico-prático que investe no desenvolvimento da consciência crítica dos sujeitos e na conseqüente incidência de suas ações a favor da justiça social.

¹⁵ GRACIANI, Maria Stela Santos. *Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 48.

¹⁶ PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de; MACHADO, Érico Ribas. Educação popular, educação não formal, educação social e Pedagogia Social: mapeamento de conceitos e grupos de estudos no Brasil. In: PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de; CALEGARI-FALCO, Aparecida Meire (Orgs.). *Educação e processos não escolares*. Maringá: Eduem, 2012, p. 20.

A educação comunitária é, segundo Moacir Gadotti, uma modalidade ofertada em escolas comunitárias, as quais são estruturadas em grupos de base, comunidades ou municípios. Ela tem base na solidariedade e tem como premissa que o espírito de comunidade fortalece os vínculos entre populações pobres e discriminadas, com o objetivo de aprimorar a qualidade de vida dos setores excluídos.

O autor aduz que as escolas comunitárias são escolas organizadas, muitas vezes, em localidades com menor acesso aos serviços públicos, a partir do esforço das comunidades, sob a influência de um certo tipo de cooperativismo (cooperativas de pais, professores e alunos) ou de comunitarismo (gestão local, participação comunitária, controle dos usuários). O autor particulariza a realidade dos locais onde é desenvolvido este tipo de educação com a seguinte descrição:

Com a dificuldade em continuar dando sustentabilidade a essas escolas, os mantenedores procuram o poder público para obter assistência técnica e financeira e, em muitos casos, essas escolas acabam se tornando escolas públicas regulares ou “escolas conveniadas” (sobretudo quando se trata de creches ou pré-escolas). Há uma grande diversidade de escolas comunitárias, concebidas, criadas e geridas por diferentes motivações, e com padrões e formatos institucionais distintos. Muitas dessas escolas, que, com orgulho se dizem “escolas do povo”, certamente têm inspiração freireana. São também chamadas de escolas comunitárias muitas escolas particulares mantidas por congregações religiosas, masculinas e femininas, geralmente em áreas urbanas¹⁷.

Maria da Glória Gohn consigna que, dependendo do tempo histórico, os termos deste tipo de educação mudam de nome, porém, a significação da atividade continua a mesma, cor-

¹⁷ GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. Anais do Congresso Internacional de Pedagogia Social, Julho. 2012, p. 14.

respondendo a grupos de educadores trabalhando junto a comunidades com características socioeconômicas e territoriais de pobreza. Vislumbra-se na atividade um caráter instrumental, porque se recorre a esta forma educativa para auxiliar/suprir condições estruturais que aquelas pessoas não possuem, aproximando-se, assim, de uma técnica a ser aplicada para gerar reações positivas em situações de negatividade¹⁸.

A educação não formal tem tido como uma autora de referência no Brasil, Maria da Glória Gohn que assim a conceitua:

É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais¹⁹.

Em seus estudos enumera diferentes objetivos que a educação não formal almeja em suas práticas:

a) Educação para justiça social; b) Educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais etc.); c) Educação para liberdade; d) Educação para igualdade e diversidade cultural; e) Educação para democracia; f) Educação contra toda e qualquer forma de discriminação; g) Educação pelo exercício da cultura e pela manifestação das diferenças culturais²⁰.

Segundo referida autora, esta modalidade aborda processos educativos que acontecem fora da escola, em organizações

¹⁸ GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010, p. 27.

¹⁹ GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social*: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010, p. 33.

²⁰ GOHN, Maria da Glória. *Ibidem*, p. 39.

sociais, movimentos não governamentais (ONGs) e outras entidades filantrópicas atuantes na área social.

A terminologia **pedagogia social** comumente aparece junto a da Educação Social. E o que seria a Pedagogia Social²¹?

Apreciamos as lições introdutórias de Violeta Nuñez:

Pedagogia social é o dispositivo pedagógico da leitura, de crítica e de elaboração de propostas ou modelos propriamente educativos, em relação com as políticas sociais²².

Sobre o lugar da teoria como instrumento político Violeta Nuñez observa:

[...] nos planteamos uma pedagogia social como campo que se estrutura teórica e praticamente entre as complexas fronteiras da inclusão e da exclusão. Assim, e em alusão a essas fronteiras e a efeitos de questioná-las, se trata de um trabalho de ampliação no pedagógico e no político das dimensões das responsabilidades públicas em educação²³.

A autora propõe a pedagogia social como:

Um espaço para pensar e colocar em marcha questões que se relacionam com a igualdade e os direitos no marco das novas condições sociais políticas e econômicas. Se trata de abrir espaços e modalidades a respeito do acesso à cultura, à participação, esta,

²¹ Existem vários adjetivos para a Pedagogia, preconizados por diferentes autores, entre eles: Pedagogia da Autonomia, Pedagogia da Esperança (Paulo Freire); Pedagogia da Ternura (Alejandro Cusianovich); outros.

²² NUÑEZ, Violeta. *Pedagogía Social: Cartas para Navegar en el Nuevo Milenio. Satillana*: Buenos Aires- Argentina, 1999, p. 33. Para mais leituras sobre história e características da educação social na Europa, especialmente na Espanha, ler Núñez, Violeta. Modelos de la educación social en la época contemporánea. Colección Historia de la Educación. Serie Maior. PPE. Barcelona. 1990.

²³ NUÑEZ, Violeta. *Pedagogía Social: Cartas para Navegar en el Nuevo Milenio. Satillana*: Buenos Aires- Argentina, 1999, p. 34.

no sentido de produção social e cultural e da dignidade das pessoas²⁴.

Em forma de síntese, assume-se no PCA, e, por conseguinte neste livro, que educação informal é a que acontece nas mais diversas formas e graus de socialização do sujeito, em instituições, mas também fora delas. É o que definitivamente a tradição e a cultura no âmbito da socialização familiar até a socialização mais ampla vão oferecendo e provocando no desenvolvimento de valores e comportamentos da pessoa. A educação comunitária define-se pelo público e lugar que atende, somada pelas motivações de quem tem a iniciativa. Ou seja, sua existência pode apresentar inúmeras características ideológicas e filosóficas, o que jamais ocorre com a educação popular. Esta sempre terá no Brasil a referência política de Paulo Freire que assumia a educação como um instrumento de transformação do mundo a favor da autonomia do indivíduo e da busca da igualdade social, entendendo as diferenças culturais como uma grande riqueza a ser respeitada. A educação não formal é aquela que tem intenção educativa, mas diferencia-se do sistema escolar e atua como uma espécie de complemento a este. A pedagogia social assumida pelo PCA é inspirada em Violeta Nuñez- é um conjunto específico de saberes científicos relativos à educação, que discute e orienta a prática da Educação Social de forma crítica e vinculada à busca da garantia dos direitos humanos. Jamais o educador social estaria suficientemente respaldado somente com o arcabouço da pedagogia social, fazendo falta todas as disciplinas técnicas e das áreas humanas para o complemento de sua formação. E nem assumimos que a teoria é construída, desenvolvida, encontrada independente da prática. Ao contrário, uma retroalimenta a ou-

²⁴ NUÑEZ, Violeta. *L'Interrogant Fundició Nou Barris per a la Salut Mental*. Agentes de educação. Vazio para inventar <http://revistainterrogant.org/agentes-la-educacion-vaciainventar-1/>.

tra. E nesse viés, não faz sentido a existência de um profissional chamado pedagogo social e outro, de educador social. O profissional da educação social é o educador social e a pedagogia social é um campo teórico (não único) que ampara técnica, filosófica e cientificamente o profissional educador social.

As bases da Educação Social entendida pelos autores desta tese, são explicitadas com mais detalhes na exposição a seguir, com a intenção de que se conheça melhor pelos leitores no idioma português a produção de várias décadas da autora Violeta Núñez, que representa a antecipação de inúmeras questões que agora nos planteamos no Brasil e servem de rumo para talvez encurtar caminhos e seguir firmes na busca da valorização da Educação Social neste país.

Educação Social e Educador Social para o Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente e as bases em Violeta Núñez e Paulo Freire

Decidiu-se por este tópico, porque na atualidade das discussões teóricas sobre Educação Social na América Latina, existe um grande interesse em vários países por conhecer/registrar/detectar/construir “a história” da Educação Social e também “a definição” conceitual e sua abrangência. E em meio a essa vontade, é comum tentar descobrir e contrastar aproximações entre Educação Social e Educação Popular.

Não fazemos essa ampla elucubração pois não é o foco desta tese, mas registramos o que é parte da história prática/teórica da Educação Social no PCA, que significa dizer também, aproximar-se aos fundamentos da educação popular. Apre-

sentamos, portanto, uma parcela dos fundamentos teóricos básicos da Educação Social assumida no PCA²⁵.

O princípio da argumentação pela nomenclatura social (e não não-formal) está baseado na posição inspirada em Freire (de que devemos dar um nome ao que somos) e em Foucault (de que as palavras criam realidade). Optamos por definir a educação que queremos pelo que ela é e não pelo que não é. Ademais, queremos que seja formal o quanto antes, que integre o sistema nacional de educação, complementar ao escolar.

A influência da Educação Social no PCA, com este nome, vem, determinantemente pela via da Universidad de Barcelona, por meio das teorizações da Dra. Violeta Nuñez²⁶, quem foi orientadora de Doutorado de Veronica Regina Müller entre os anos de 1992 e 1996. Em 2002, pelo PCA publica-se o livro “Reflexões de quem navega na Educação Social- uma viagem com crianças e adolescentes”²⁷, o segundo²⁸ no Brasil contendo no título tal expressão, mas o primeiro com a concepção básica de Educação Social relacionada ao campo geral da educação com fundamentos políticos e epistêmicos por influência de Nuñez e também de Freire²⁹.

²⁵ Para o conhecimento mais amplo e profundo dos fundamentos teóricos práticos do PCA, consultar a obra MAGER, Miryam; et al. *Práticas com crianças, adolescentes e jovens: pensamentos decantados*. Maringá: EDUEM, 2011.

²⁶ A Dra. Violeta Nuñez, é uma das precursoras da inserção da educação social no sistema de educação espanhol e responsável por teorizações substanciais a respeito da educação social em diferentes âmbitos. Foi professora na Universidade de Barcelona na graduação e pós-graduação em educação social. Exilada política em Barcelona por ocasião da ditadura militar da Argentina (que durou de 1966 a 1973), seu país natal.

²⁷ MÜLLER, Veronica Regina; RODRIGUES, Patrícia Cruzelino. *Reflexões de quem navega na Educação Social: Uma viagem com crianças e adolescentes*. Maringá: Clichetec, 2002.

²⁸ O primeiro foi Regras de Educação Social de Álvaro Franco Ribeiro, publicado em 1968, pela editora Anhanguera Ltda.

²⁹ Paulo Freire é Patrono da Educação Brasileira, foi exilado político por ocasião da ditadura militar no Brasil que durou de (1964 a 1984). Freire vem junto no livro, mas não só. Já são citados autores que acompanham a educação social do PCA, como Gramsci, Foucault, Bauman, Boaventura Souza Santos.

Violeta não tem base em Freire, mas a história de formação dos componentes do PCA é encharcada dEle. Além disso, dentro do Programa, com seus membros e outros, foi constituída em 1997, a Comissão Local de Maringá do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua³⁰, que tem como referência basilar os ensinamentos freireanos.

O acima citado livro brasileiro de Ribeiro, da década de 60, intitulado Regras de Educação Social, traz a influência higienista, moralista, eugenista da Europa liberal. As regras a que se refere o título tratam de comportamentos adequados para diferentes situações, como por exemplo, que roupa vestir na criança no dia do batismo, como explicar à criança de onde o bebê veio, qual o comportamento correto à mesa, na noite de núpcias, na rua, no restaurante, no automóvel. Ensina a redigir diferentes cartas, como a de pêsames ou de felicitações pelo nascimento de uma criança e outros ensinamentos para a comedida vida em sociedade.

A influência europeia é notória e facilmente constatável. Em 1892, Soler Y Pin publica em catalão o livro Regras morais de uma boa criação³¹, com conteúdos comuns ao livro brasileiro, ou seja, comportamentos sociais que crianças e jovens devem aprender, ensinados por “pais de família, mestres e educadores”. Acompanha-o a curiosidade de que foi aprovado pela Autoridade Eclesiástica.

Pela via livresca, a história da Educação Social entrou no Brasil como sinônimo de educação moral, mas não é essa a influência no que se chama Educação Social hoje no país. As influências atuais na nossa Educação Social são muito mais das décadas de 60 para cá, interpenetradas por autores autóctones e

³⁰ MNMMR foi criado em 1985 no contexto do fim da ditadura militar que durou 20 anos no Brasil (1964-1984), quando vários movimentos se oficializaram, como é o caso do MST, no mesmo ano.

³¹ SOLER Y PIN, J. *Reglas Morals y de la bona crianza*. S/e. Barcelona, 1892, p. 13.

também da Europa e América Latina, mas caracterizada singularmente pela história de educação de rua com crianças e adolescentes, de educadores tipicamente militantes políticos da causa e muitos deles estudiosos de Freire.

Entre as várias histórias da Educação Social no Brasil, existe a do PCA, conectada, portanto, aos pensamentos de Freire e Nuñez, entre outros.

Por que a educação que o PCA defende se chama Educação Social e não educação popular?

Um dia, sentados ao redor de uma mesa, conversavam os membros do PCA sobre a necessidade de influir formalmente em âmbito nacional e municipal para a conquista da valorização da educação nos bairros, em comunidades de forma geral, que não fosse só a educação escolar. A palavra educador era comumente usada pelo PCA, pelas influências do MNMMR (que se fundamenta em Freire) e por Nuñez. A questão a decidir era o qualificativo popular ou social, e ocorreu a partir do reconhecimento das seguintes características práticas, posição teórica e circunstâncias na década de 90:

a) Dada a necessidade “cosmopolita” (já havia a assunção de conceitos de Boaventura Souza Santos) de integração de lutas em âmbito internacional, e também a convicção do que disse Freire: “eu serei tanto mais pernambucano, quanto mais eu for cidadão do mundo, e serei tanto mais cidadão do mundo quanto mais eu for pernambucano”, o PCA entendia a importância de abrir-se para diferentes relações mundiais que tivessem coincidência identitária. A educação popular era vista em muitos âmbitos no exterior como algo próprio de Freire e existiam/existem inúmeras experiências de educação popular que não possuem o viés freireano e são dignas de apreciação;

b) Da mesma forma que existiam/existem manifestações de Educação Social pelo mundo de viés não freireano, existi-

am/existem autores diferentes que mereciam/merecem ser conhecidos;

c) O PCA passou a interessar-se por viabilizar a formalização e formação de um profissional do campo da educação, que atendesse as pessoas com direitos violados e população em geral, no âmbito da cultura e dos direitos humanos; ao mesmo tempo, observou-se que nas experiências mundiais conhecidas, na lei brasileira e também em contratações de ONGs e editais governamentais, começou a aparecer a nomenclatura educador social. O referencial de Núñez era adequado como base para pensar essa profissão, que na Espanha, no fim da década 80 do século 21, já oferecia doutorado nessa área específica;

d) Muitos países chamam o profissional a que nos referimos, de educador especializado, ou outras denominações. Ao PCA pareceu adequado e quase natural chamar de educador social, porque a terminologia que usávamos era, advinda de Freire, educador/educando. Trabalhávamos com crianças em situação de rua e ali os educadores se sentiam e se diziam educadores sociais de rua. Tanto, que naturalmente Maringá organizou em 2001 o 2º Encontro Nacional de Educação Social. Quem inventou o nome e organizava, junto com a UEM, eram militantes do MNMMR, portanto, pessoas com base freireana;

e) Quando na primeira década de 2000 o PCA tomou conhecimento de uma proposta de lei para a regulamentação da profissão de educador social na Câmara de Deputados e a estudou, decidiu que precisava posicionar-se. Outra vez reuniu-se para pensar se deveria então lutar pela regulamentação da profissão de educador social ou de educador popular. Reafirmou a ideia de educador social. Organizaram-se Congressos internacionais e outros eventos, abriu-se a disciplina de Infância e Educação Social na pós-graduação em Educação na UEM, orientaram-se teses e dissertações na área e continuou-se na prática a partici-

par do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, além de desenvolver semanalmente o Projeto Brincadeiras³² que é um laboratório prático/teórico, político e epistêmico do PCA, onde o mesmo desenvolve seu método lúdico-político-pedagógico³³ com a população infanto-juvenil na comunidade.

Como não poderia deixar de ser, a base ideológica da Educação Social do PCA é política. Onde se quer chegar é em uma sociedade com justiça social, solidária, de cuidado, fraterna, onde os sujeitos sejam entendidos e se entendam como partícipes das transformações necessárias no mundo. A sociedade se constrói e se movimenta a cada dia, embrenhada em relações de opressão, de injustiças, em meio a leis e outras relações e regras mais informais, mas de muito poder. Tipifica o PCA, com a inspiração nos autores citados, a luta por direitos humanos de crianças e adolescentes, tanto os que já foram conquistados e que devem ser respeitados e mantidos, como a estratégia de conquista pela proposição de leis que sirvam para vir a garantir direitos legítimos e ainda não legalizados.

A convicção sobre as influências econômicas e políticas nas vidas das pessoas e grupos é comum entre Freire, Nuñez e o PCA. O primeiro autor enfatiza a diferença de classes e faz sua opção pela educação popular, sempre defendendo que o que propunha era para qualquer cidadão: uma educação crítica, que instruisse conceitual, técnica e politicamente a pessoa que estava em condições de exclusão do sistema de direitos. Esse aspecto freireano, enfático do conhecimento com cunho político a ser aprendido pelos sujeitos da educação popular, o PCA assume em seu entendimento de Educação Social.

32 Projeto Brincadeiras com meninos e Meninas de e nas Ruas (projeto de extensão existente há mais de 20 anos, que objetiva promover formação política a crianças e adolescentes em situação de rua, por meio do método lúdico-político-pedagógico do PCA/UEM).

33 Para saber mais sobre o Método lúdico-político-pedagógico. MÜLLER, V.; RODRIGUES, Patrícia C. *Reflexões de quem navega na educação social*. Uma viagem com crianças e adolescentes. Clichetec: Maringá. 2002.

Sobre a ontologia do ser, os dois autores coincidem e refletem o conceito de inacabamento do humano trazido por Gramsci. Freire o traz com a mesma terminologia de inacabado, reputando a educação como necessária (mas insuficiente) para o pleno desenvolvimento humano e social. Violeta define ontologicamente o sujeito como um ser da educação- portanto, precisa dela em toda a sua vida, mas ressalta enfaticamente a limitação da educação enquanto poder de determinar o pensamento ou comportamento humano. Considera um erro pedagógico desejar e acreditar nessa intenção.

Ambos autores negam a neutralidade do conhecimento. Ambos são pensadores que vão além da hegemonia dentro das posições de esquerda e ou de posições teóricas assumidas em academias. Em tal linha, Ele tinha bases teóricas que não coadunavam com a defesa de religiões, mas se dizia católico. Ela, em tempos onde se defendia a construção do conhecimento, não temia e ainda não teme, defender a necessidade da transmissão do conhecimento, execrada em alguns meios acadêmicos.

Nas explicações para a caracterização da sociedade, mais do que a ideia dual de Freire, por exemplo, de opressor/oprimido, o Programa admite a opressão e absorve o enredamento das questões históricas, estruturais e circunstanciais trazidas por Violeta. Usa-se seu conceito de “socialidade”, para atuar com precisão na Educação Social:

[...] que é diferente de socialismo ou socialização, que remete aos diferentes sujeitos com suas subjetividades (Castells e outros sociólogos franceses). Há diversas características, pode haver um pobre branco e analfabeto, ou um pobre indígena alfabetizado, ou um analfabeto não tão pobre, mas com nenhum laço familiar,

etc. Se trata de criar condições considerando as potencialidades da socialidade existente para cada sujeito³⁴.

Violeta expressa que a Educação Social está ligada ao esgotamento da educação escolar, à ideia de vulnerabilidade, mas não aquela em que há o antinômio vítima/culpado, e sim, a de que o sujeito está violado, vulnerável em seus direitos, por causa da precarização social provocada por várias áreas. Ela não trabalha com o binômio típico de Freire, o opressor e o oprimido, apesar de os dois mirarem o sistema econômico como causador (não único) das desigualdades fundamentais da vida em sociedade. O capitalismo, diz ela, tem levado as pessoas a “infernos de isolamento”³⁵.

Destaca o acesso igualitário às tecnologias de informação e a todo tipo de cultura como direitos a serem conquistados. Freire luta pela educação de qualidade para todos. Os dois autores querem instrumentalizar os sujeitos para que sejam ativos em suas conquistas libertárias. Recolhemos “possibilidade de liberdade” de Violeta com um sentido muito próximo da “autonomia” de Freire.

O autor não deixa de valorizar o conteúdo a ser ensinado, mas não se fixa nele como algo prévio, e nos deixa inumeráveis princípios para cuidarmos da forma (ética, estética e modopedagógico) como devemos trabalhar os conteúdos. Assim é que dele incorporamos o diálogo, a roda da conversa, a escuta, a prioridade do conhecimento trazido pelos sujeitos, o conhecimento que faça sentido para o sujeito, a práxis, a ampliação da análise de maneira crítica e sobretudo, o modo de atuar sempre: com

³⁴ CARRERAS, Juan Sáez. *Entrevista a la profesora Violeta Núñez*. Revista interuniversitaria, Espana, Diciembre, p. 349-380, 2003. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/1079245.pdf>. Acesso em: 03 jun 2019.

³⁵ CARRERAS, Juan Sáez. *Entrevista a la profesora Violeta Núñez*. Revista interuniversitaria, Espana, Diciembre, p. 349-380, 2003. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/1079245.pdf>. Acesso em: 03 jun 2019.

esperança. O mundo justo e bonito é possível em Freire. Violeta é uma autora de conteúdo (ético, epistêmico-pedagógico e estrutural). Seus escritos indicam conceitos a serem trabalhados no ensino da Educação Social, estruturas curriculares para cursos superiores de Educação Social, conteúdos a serem apresentados e transmitidos, sempre a partir dos sentidos que representam, entre os quais, a profissionalidade. Brinda-nos propostas de currículo para formação de educadores sociais, e esforços de precisar definições, funções, populações com quem trabalha e conhecimentos necessários para um profissional educador social. O dever é o horizonte a ser conquistado por cada sujeito, com o empenho incansável de cidadãos responsáveis, que, no caso da educação social, são os profissionais da área e as pessoas com quem se relacionam e trabalham.

Sobre a pessoa que vivencia a educação popular, Freire a nomeia educando e Violeta, sujeito da Educação Social. Ele a quer autônoma e crítica. Ela, “individual com capacidade e direito a armar uma síntese, análoga e ao mesmo tempo diferente da que outro indivíduo está tratando de realizar em outra parte da cidade ou em outro lugar do mundo”³⁶.

Os dois autores prezam o direito à liberdade e igualdade social. Para Freire, a liberdade está relacionada à dignidade e à possibilidade de escolha. Violeta situa sempre suas questões em relação ao tempo e mostra o desafio de se poder garantir hoje a igualdade de direitos do sujeito da educação. De forma pragmática, explicita a questão:

[...] ou seja, como assegurar que cada sujeito da educação possa ter acesso ao mundo tecnológico que atravessa este presente e perfila futuros possíveis. Aí está um desafio verdadeiro tanto para as políticas públicas como para os profissionais que trabalham com a infância, pois educar é brindar ferramentas culturais valio-

³⁶ Cartas p. 171 apud Tourraine, 1999.

sas, não de segunda linha, não depreciadas, não à suposta medida de um perfil populacional dado, mas sim, o patrimônio cultural de que cada criança é herdeira legítima³⁷.

Gramsci é um autor comum nas citações dEla e dEle. O PCA também o carrega quando valoriza a cultura, o papel do intelectual (que nos compromete eticamente com as pesquisas), o valor do bloco histórico (que nos faz investir esforços ininterruptos com os movimentos sociais). Ainda, o importante papel da filosofia, e da construção de um projeto ético-cultural³⁸.

A perspectiva de Educação Social do PCA assume o viés da busca de definição do campo, estuda a formação e avaliação na Educação Social, regulamentação da profissão, inserção do profissional nos espaços sociais, a partir das práticas diretas e estudos profundos com crianças e adolescentes, com viés militante (militância incentivada por Freire, não da mesma forma por Violeta).

Trazemos excertos de diferentes fontes de Violeta Nuñez com suas palavras aqui traduzidas:

Desde a teoria que sustentamos, os modelos de educação social postulam como intencionalidade última da educação social a promoção cultural dos sujeitos. Se trata de uma aposta social sobre o futuro: a incorporação de cada sujeito particular às redes normalizadas de época. A educação social promove a sociabilidade do sujeito para possibilitar seu acesso e circulação pelos circuitos sociais amplos. Se trata sempre de um trabalho particularizado, isto é, levando em conta as peculiaridades de um sujeito, a oferta de recursos de socialização e culturalização valiosos para o acesso à atualidade de época. Este serviço é sempre individuali-

³⁷ NUÑEZ, Violeta. *Pedagogía Social: Cartas para Navegar en el Nuevo Milenio*. Satillana: Buenos Aires- Argentina, 1999, p. 34.

³⁸ GANTIVA, Jorge. *Um ensayo sobre Gramsci*. Centro Internacional Miranda. Venezuela, 2008.

zado, ainda que possam utilizar-se técnicas grupais e/ou de desenvolvimento comunitário³⁹.

A educação social é um conjunto de práticas educacionais que podem realizar-se em diferentes instituições e que se orientam à promoção cultural (com efeitos sociais) dos sujeitos. Essa promoção relaciona-se com a posição desses sujeitos de direitos e deveres, o que possibilita a transmissão (transpasso, recriação, circulação, acréscimo, perda, transformação) do patrimônio cultural de uma geração à outra, e entre os diversos grupos, pois gera novos vínculos sociais ao facilitar o intercâmbio e a atualização cultural dos sujeitos⁴⁰.

Para Violeta Nuñez a noção de cultura não é “essencialista” e sim, entendida como “construto social, histórico em todos os casos: plural, complexo, arbitrário”. Quanto ao sujeito da Educação Social:

É aquele **sujeito humano disposto** a adquirir os conteúdos culturais que o social lhe exige, em um momento dado, para integrar-se (aceder, permanecer, circular) à vida social considerada normalizada. Isto é, a categoria de sujeito da educação é um lugar que a sociedade oferta (neste sentido, é a primeira responsabilidade dos adultos a respeito de cada nova geração), um lugar para poder saber sobre o vasto e complexo mundo⁴¹.

A autora clarifica que

A educação social [...] encontra o específico de sua definição no cruzamento do labor pedagógico com diversas instituições de po-

³⁹ NUÑEZ, Violeta. *Pedagogía Social: Cartas para Navegar en el Nuevo Milenio*. Satillana: Buenos Aires- Argentina, 1999, p. 40-41.

⁴⁰ NUÑEZ, Violeta. *Pedagogía Social: Cartas para Navegar en el Nuevo Milenio*. Satillana: Buenos Aires- Argentina, 1999, p. 36.

⁴¹ NUÑEZ, Violeta. *Pedagogía Social: Cartas para Navegar en el Nuevo Milenio*. Satillana: Buenos Aires- Argentina, 1999, p. 46.

lítica social; trabalha em prol da promoção cultural dos sujeitos para sua inclusão no social próprio de cada época⁴².

Com sua característica de autora propositiva, Violeta argumenta que um dos âmbitos da Educação Social:

[...] trata da reinvenção dos vínculos⁴³ para construir possibilidades, plataformas, enlaces, etc para inclusão, e em situações de extrema precariedade poder tecer algum tipo de dispositivo onde o sujeito finalmente possa vincular-se, onde possa inclusive começar a pensar a redefinir sua vida, porque quando alguém está na mais absoluta das precariedades pode ser até que nem sequer possa pensar⁴⁴.

A Educação Social advém de práticas que permitem redistribuir, fazer novos repartos, democratizando o acesso à cultura e à educação em um sentido forte. Pretender diminuir os contatos dos sujeitos com a cultura plural é cercear a possibilidade de encontros inéditos e de construção de plataformas culturais capazes de vinculá-los aos deveres. “Aí está o grande papel da educação social”⁴⁵.

Em uma inspirada definição, Violeta cunhou o lugar do profissional educador social: é um profissional do “anti-destino”⁴⁶. “É alguém que cruza a tendência histórica e atua dire-

⁴² NUÑEZ, Violeta. *Pedagogía Social: Cartas para Navegar en el Nuevo Milenio*. Satillana: Buenos Aires- Argentina, 1999, p. 37

⁴³ A palavra vínculo no seu sentido etimológico nas línguas latinas já implica duas acepções- vínculo como atadura, entenderemos vínculo como amarrar do sujeito a cultura na medida em que este haverá de canalizar ali seus interesses e, vínculo como brinco em espanhol, quando passa às línguas latinas, se transforma em jogo, faz referência aos aros e outros jogos de forma anelar que utilizam as crianças, por extensão, também as suas atividades de brincar, jogar. NUÑEZ, Violeta. *Los Juegos Artesanos de la Educación Social: transgresión, bricolaje, postproducción*. Barcelona: Editorial UOC, 2016.

⁴⁴ Idem, 46.

⁴⁵ Idem citação da entrevista.

⁴⁶ COLETIVO DE AUTORES. *Pedagogía social y educación social. Reflexiones sobre las prácticas educativas em Brasil y Uruguay*. Universidad de la República. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. 1916.

tamente na redefinição do curso geral da vida de algumas pessoas”⁴⁷.

O PCA tem atuado com a concepção de Educação Social e educador social a partir das influências citadas (entre outras), incorporando ainda o entendimento de “tradução”⁴⁸ de Boaventura Souza Santos.

E assim, nas teses de Doutorado defendidas por pesquisadores vinculados ao PCA se expressam as definições de Educação Social. Cléia Renata Teixeira de Souza a define como:

[...] a prática social com caráter, político, cultural, social, pedagógico e militante, que se situa em distintos contextos, dentro ou fora da escola. Abrange a discussão a construção e a reivindicação de justiça social, defesa de direitos humanos, participação política. É uma ação tradutora e mediadora no processo de formação política dos sujeitos partícipes dessa práxis. Deve promover impacto nos âmbitos individual, coletivo e comunitário⁴⁹.

O Educador Social, segundo Paula Marçal Natali, tem como tarefa:

Articular procedimentos educacionais de transmissão e aquisição de conteúdos culturais e sociais em direção à potencialização da participação social nas realidades onde os sujeitos envolvidos estão inseridos e têm direitos a serem conquistados⁵⁰.

⁴⁷ MÜLLER, Veronica Regina (Orgs). *Pedagogia social e educação social*. Reflexões sobre as práticas educativas no Brasil, Uruguai e Argentina. Vol.2. Appris: Curitiba, 2017.

⁴⁸ Para saber mais sobre o sentido de Tradução, SANTOS, Boaventura Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento, 2006. SANTOS, Boaventura Souza, MENEZES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. Outros do mesmo autor.

⁴⁹ SOUZA, Cléia Renata Teixeira de. *Educação social e avaliação: indicadores para contextos educativos diversos* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Maringá (PPE-UEM). Maringá, 2016, p. 160.

⁵⁰ NATALI, Paula Marçal. *Formação profissional na educação social: subsídios a partir de experiências de educadores sociais latino americanos*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Maringá (PPE-UEM). Maringá, 2016, p. 174.

Conhecidas algumas das bases que sedimentam a Educação Social assumida nesta obra, passamos à análise do profissional Educador Social, compreendendo quem ele é a partir de sua definição técnica, os locais onde exerce suas atividades e quais são suas atribuições.

O profissional Educador Social

Antes de referenciarmos o profissional Educador Social, distingamos “profissão” de “ocupação”. Ocupação significa uma atividade, serviço, trabalho intelectual ou manual que é desenvolvido por uma pessoa. É o que ela faz no dia-a-dia. Profissão é uma habilitação que se tem a partir de conhecimentos adquiridos, que possibilita o exercício de uma atividade, que pode ou não ser a ocupação dessa pessoa. Um profissional pode, portanto, se ocupar de atividades diferentes da sua área de formação profissional.

Um exemplo elucidada a distinção: um indivíduo cuja profissão seja advogado, que não exerça a advocacia, pode estar cursando uma pós-graduação e, assim, sua ocupação será a de pesquisador. Sua profissão é a de advogado, essa é sua área de formação intelectual, porém, sua ocupação diária é outra, qual seja, a pesquisa então desenvolvida.

A seguir, a lição extraída do Dicionário da Educação Profissional evidencia como ocorre a profissionalização de uma atividade:

As atividades se profissionalizam à medida de sua organização e das relações que estabelecem com o Estado e a Sociedade. A profissionalização é um processo de construção social e ocorre em contextos socioeconômicos diversos. Resulta de construtos men-

tais, mas sobretudo de lutas políticas e ideológicas. Depende do sistema social e das definições que esse sistema faz dos papéis sociais. No processo de profissionalização, a imagem social da categoria dos profissionais é construída, moldando aspectos da organização e da prática profissional. Nesse movimento, ocorre também a assimilação do meio profissional pelas instituições que o representam⁵¹.

O profissional que desenvolve a Educação Social no Brasil já tem algum reconhecimento no contexto social (existe sua previsão na política pública e sua presença é demandada oficialmente em diversos cenários). Sua atividade é de certa forma organizada (os editais descrevem o que esperam do educador social concursado, ainda que de forma variada), Para exercício dela são necessários conhecimentos e técnicas que o capacitem para seu desenvolvimento. Portanto, Educador Social é uma profissão, a qual, frise-se, carece de normatização.

Arthur Viana Ferreira sustenta que o profissional da Educação Social que atua na prática é influenciado por diversas áreas: educação, saúde, direito, assistência social, entre outros⁵². Confirmamos tal aspecto na visão oportunizada pela realidade extraída dos editais estudados. Vemos a sociologia, educação física, psicologia, pedagogia, em outros campos orientando a atividade deste profissional. Essa vinculação do profissional a diversas áreas do conhecimento é absolutamente incompatível com um nível médio de formação mínimo para ser profissional da área, defendido por alguns pesquisadores e profissionais.

O pesquisador Antonio Pereira lembra a existência de referências no sentido de que o Educador Social seja um militante, cuja formação seria adquirida nas bases dos movimentos soci-

⁵¹ FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília. *Dicionário da educação profissional*. Belo Horizonte: UFMG-Núcleo de estudos sobre trabalho e educação, 2000, p. 262.

⁵² FERREIRA, Arthur Vianna. *Representações sociais e identidade profissional: elementos das práticas sociais com pobres*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012, 111.

ais, posição que critica e expõe as consequências negativas desta orientação:

A presença de uma política pública de formação dos educadores sociais e a responsabilização do Terceiro Setor nesse processo é dificultada pelo discurso ideológico existente nos meios educacionais e de assistência social de que esse profissional é um militante, e quem o forma é essa base – a dos movimentos sociais –, portanto a exigência por formação inicial e continuada não é preponderante. Isso implica a desvalorização salarial e a precarização do seu trabalho na ausência de parâmetros psicofísicos de atuação profissional. Também esconde o caráter ideológico de impor uma visão caritativa na profissão e, ao mesmo tempo, desmotiva a luta dos movimentos sociais de educadores que desejam responsabilizar o Estado e o Terceiro Setor pelo fomento de políticas formativas desse profissional. Obviamente, o que está subjacente é que o educador social arque com o ônus da sua formação profissional, pois tanto o setor público, como as Organizações Não Governamentais (ONGs), selecionarão aqueles com formação de nível superior⁵³.

Adiantamos aqui nossa posição adepta à orientação de que o Educador Social deve ter formação em ensino superior, pois, esta tem uma potencial carga de conhecimento que contribui na formação necessária para que o trabalhador possa desenvolver com a atividade a contento e alcançar os resultados esperados.

Merece semelhante posição contrária a defesa do trabalho voluntário, desenvolvido por parte dos Educadores Sociais. Compartilha de idêntica posição Cléia Renata Teixeira de Souza, enfatizando que o voluntariado induz à mesma consequência

⁵³ PEREIRA, Antônio. Afinal, quais os reflexos da contradição capital e trabalho na atividade de trabalho e formação do educador social. In: MÜLLER, Veronica Regina; et al. *Pedagogia social e educação social: reflexões sobre as práticas educativas no Brasil, Uruguai e Argentina. Pedagogia Social y Educación Social: reflexiones sobre las prácticas educativas en Brasil, Uruguay y Argentina*. Curitiba: Appris, 2017, p. 95.

anteriormente apontada por Antonio Pereira, qual seja, a precarização da atuação profissional:

No Brasil, ainda testemunhamos a relação da Educação Social com o voluntariado, o que acadêmica e politicamente vem sendo combatido por meio de ações efetivas, principalmente realizadas por educadores, movimentos e ONGs⁵⁴.

Cremos que é exatamente por essas condições em que o trabalho do Educador Social é desenvolvido por parte dos profissionais com formação forjada na militância dos movimentos sociais, no desenvolvimento de trabalho voluntário que o Educador Social é alocado às margens do trabalho desenvolvido em equipes multidisciplinares composto de diversos profissionais.

Frise-se que não negamos o valor da militância, ela contempla saberes e experiências obtidos na prática que teóricos formados nas academias podem não possuir, porém, entendemos a insuficiência da mesma para a formação de um profissional que a complexidade da atividade exige.

Essa posição ripária anteriormente mencionada restou conclusiva para diversos estudiosos do assunto, a exemplo de Jacyara Silva de Paiva e Sueli Maria Pessagno Caro que assim se expressaram:

É como se a Educação Social seguisse por uma trilha alternativa enquanto a Educação Escolar por um caminho asfaltado, não menos complexo. (...) O Educador social é hoje um educador das margens que também de alguma forma está à margem e nela caminha precariamente, sem formação oficial, são brasileiros que se propõem a caminhar com os oprimidos⁵⁵.

⁵⁴ SOUZA, Cléia Renata Teixeira de. *Educação social e avaliação: indicadores para contextos educativos diversos* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Maringá (PPE-UEM). Maringá, 2016, p. 23.

⁵⁵ PAIVA, Jacyara Silva de. *Caminhos do Educador Social no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 83.

Se dentro da academia este estigma foi amenizado, como referenciou Sueli Caro em sua publicação de 2009, nossa pesquisa confirma que, hoje, na prática, o trabalhador ainda amarga a percepção salarial em valores bem abaixo daqueles auferidos pelos demais profissionais que exercem atividades no mesmo contexto, por exemplo, o Assistente Social, cuja remuneração confirmamos no capítulo seguinte, é, em média, 91% maior que a remuneração do Educação Social sem formação em ensino superior.

Incumbências e habilidades do Educador Social

A Educação Social, trata-se, portanto, de processos formativos desenvolvidos em diversos locais, com diversos públicos, para a aprimoramento pessoal e vida em sociedade de seus destinatários.

Assumimos o uso da terminologia Educação Social reconhecendo que não pode ser informal, porque as atividades desenvolvidas têm intenção educativa. Poderia ser chamada de não formal, aproximando-se das concepções de Maria da Glória Gohn, mas optamos politicamente pelo uso do “social”, afastando-nos do que não queremos que seja: “não formal”.

A formalização da Educação Social é intencional e, não necessariamente, é escolar. Ela não faz referência específica a uma população ou a um lugar, pois, está dentro de todos os tipos que contemplam a oferta de conhecimento, prática cultural e política para capacitação de pessoas em relação aos seus direitos e vivências cidadãs.

Classificação Brasileira de Ocupações e o Educador Social

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é uma sistematização técnica elaborada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) do Ministério do Trabalho, que reconhece, nomeia, codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro⁵⁶. O Educador Social passou a integrar a CBO em 21 de janeiro de 2009.

O ideário da CBO é a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIOU), divulgada em 1968, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). A estrutura base do texto vigente foi elaborada em 1977 e sua atualização compete ao Ministério do Trabalho, por força das Portarias n. 3.654 de 24 de novembro de 1977, 1.334 de 21 de dezembro de 1994 e 397 de 09 de outubro de 2002⁵⁷.

Sob a ótica do Direito, as portarias são atos administrativos emanados de uma autoridade pública, que convencionam instruções sobre a execução de um serviço. Por ser um elemento administrativo que contempla o reconhecimento, nomeação e codificação das profissões existentes no cenário nacional, a compreensão da catalogação do Educador Social exerce importância na normatização deste profissional.

Além de ser uma classificação enumerativa, pois, codifica empregos e outras situações de trabalho para fins estatísticos de registros administrativos, censos populacionais e outras pesquisas domiciliares, incluindo códigos, títulos ocupacionais, a CBO

⁵⁶ As informações contidas nesta seção têm como referência a última publicação divulgada em: Classificação Brasileira de Ocupações: CBO - 2010. 3ª. edição. Volumes 1, 2 e 3. Brasília: MTE, SPPE, 2010. As atualizações subsequentes foram coletadas no site do Ministério do Trabalho e Emprego, disponível no endereço eletrônico <http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>. Consulta em 13 de outubro de 2017.

⁵⁷ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria n. 397, de 09 de outubro de 2002. *Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação*. Diário Oficial da União (DOU) 10 de outubro de 2002. Constante no anexo A, juntamente com excerto da CBO correspondente à Família Ocupacional do Educador Social (5153).

também é descritiva, na medida em que faz a indicação objetiva das atividades realizadas no trabalho.

Em sua sistemática, “ocupação” é um conceito sintético não natural, artificialmente construído pelos analistas ocupacionais. O que existe no mundo concreto são as atividades exercidas pelas pessoas em um emprego ou outro tipo de relação de trabalho, definida como agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas. Um título ocupacional é definido a partir da agregação de situações similares de trabalho.

Também informa a nomenclatura da CBO os conceitos de “situação de trabalho” e “competência”. O primeiro é definido como um conjunto de atividades desempenhadas por uma pessoa, com ou sem vínculo empregatício. A situação de trabalho é a unidade estatística da classificação.

A competência, por seu turno, possui duas dimensões: a primeira, de nível, reportando-se à complexidade, amplitude e responsabilidade das atividades desenvolvidas e, a outra, de domínio, correspondente às características do contexto do trabalho como área de conhecimento, função, atividade econômica, processo produtivo, equipamentos e bens produzidos que identificam o tipo de ocupação.

Um conjunto de empregos são identificados por processos, funções ou ramos de atividades, os quais são denominados Família Ocupacional. O Ministério do Trabalho referenciou na publicação de 2010, a existência de 2.511 ocupações distintas, as quais, estão alocadas em 607 Famílias Ocupacionais, 192 Subgrupos, 48 Subgrupos Principais e, por fim, em 10 Grandes Grupos que reúnem, nessa sistemática, todas as profissões reconhecidas no Estado Brasileiro.

Cada uma destas esferas merece compreensão, iniciando-se pelos Grandes Grupos, que são as categorias de classificação

que estruturam amplas áreas de emprego, mais do que tipos específicos de trabalho. Em virtude de sua amplitude, por vezes, não são estabelecidas inter-relações dos conjuntos então reunidos. Os dez Grandes Grupos que estruturam as ocupações profissionais recebem numeração de 0 a 9, antecedida da abreviação técnica GG.

Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares (GG 0)

Este Grande Grupo é composto por pessoas que, por decisão própria ou obrigação, prestam serviços nas diferentes armas e em atividades auxiliares e não desfrutam da liberdade de aceitar um emprego civil. Pertencem a ele os membros do exército, marinha, aeronáutica, parte dos policiais, bombeiros militares e as pessoas recrutadas compulsoriamente para cumprir o serviço militar. Não fazem parte deste Grande Grupo os policiais civis e oficiais da marinha mercante.

Membros superiores do poder público, dirigentes de organização de interesse público e de empresa e gerentes (GG 1)

Este Grande Grupo compreende profissões cujas atividades principais consistem em definir e formular políticas de governo, leis e regulamentos, fiscalizar a aplicação dos mesmos, representar as esferas de governo e atuar em seu nome.

Contemplam diferentes atividades e distintos graus de autoridade, de todas as esferas de governo e áreas de organização empresarial, institucional e religiosa do país, tais como: legisladores, governadores, prefeitos, dirigentes sindicais, dirigentes de empresas, chefes de pequenas populações indígenas e dirigentes

de instituições religiosas, não compreendendo os dirigentes das forças armadas que, como visto acima, pertencem ao GG 0.

Profissionais das ciências e das artes (GG 2)

Envolve as ocupações cujas atividades principais requerem, para seu desenvolvimento, conhecimentos profissionais de alto nível e experiência em matéria de ciências físicas, biológicas, sociais e humanas. Incluem-se no GG 2 os profissionais das artes e desportos, cujo exercício profissional requer alto nível de competência. As atividades desenvolvidas contribuem para ampliar o acervo de conhecimentos científicos e intelectuais, por meio de pesquisas.

A maioria das ocupações deste Grande Grupo requer competências de nível superior. Estão inseridas neste Grande Grupo os pesquisadores e profissionais policientíficos, os profissionais das ciências exatas, físicas, engenharia, ciências biológicas, saúde, ensino, ciências jurídicas, ciências sociais, humanas, comunicadores, artistas e religiosos.

Técnicos de nível médio (GG 3)

Compreende as ocupações cujas atividades principais requerem, para seu exercício, conhecimentos técnicos e experiência de uma ou várias disciplinas das ciências físicas e biológicas ou das ciências sociais e humanas. São atividades que consistem em desempenhar trabalhos técnicos relacionados com a aplicação dos conceitos e métodos condizentes à educação de nível médio.

Estão compreendidos os técnicos polivalentes, técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharias, técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, saúde, professores leigos, de nível médio, técnicos de nível médio em servi-

ços de transportes, técnicos de nível médio nas ciências administrativas, serviços culturais, das comunicações e dos desportos. A CBO oportunamente referencia que este Grande Grupo não compreende os profissionais de nível superior cuja denominação de "técnico" foi consagrada pelo mercado⁵⁸.

Trabalhadores de serviços administrativos (GG 4)

Este Grande Grupo divide-se em dois subtipos. O primeiro correspondente àqueles que realizam trabalhos burocráticos, sem contato constante com o público e trabalhadores administrativos de atendimento às pessoas. Este subtipo compreende as ocupações cujas atividades principais requerem, para seu desempenho, conhecimentos e experiências necessários para ordenar, armazenar, computar e recuperar informações. São atividades concernentes a trabalhos de secretaria, digitalização ou reprodução de textos e dados em computadores ou operação em equipamentos de escritório.

O outro subtipo corresponde a atividades de fornecimento de serviços a clientes, a exemplo daqueles realizados por auxiliares de biblioteca, documentação e correios, operadores de caixa, atendentes e outras atividades afins. O nível de competência é o número dois, corresponde ao nível intermediário maior que o elementar (nível um) que exige baixa qualificação e o nível três, que demanda conhecimentos técnicos. Compreende escriturários e trabalhadores de atendimento ao público, exceto agentes administrativos e de atendimento cujas atividades são complexas e requerem aplicação de conhecimentos profissionalizantes obtidos em formação de escolas técnicas ou de terceiro grau.

⁵⁸ Exemplo: título ocupacional 2152-20 correspondente ao Superintendente *técnico* no transporte aquaviário que pertence ao GG 2 - Profissionais das ciências e das artes (de nível superior).

Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados (GG 5)

Este **Grande Grupo n. 5** engloba o título ocupacional correspondente ao **Educador Social** que será tratado de uma forma mais ampla depois de conhecidos os dez grandes grupos que englobam todas as ocupações reconhecidos atualmente no país.

Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca (GG 6)

Contempla as ocupações cujas atividades principais demandam conhecimentos e a experiência necessários para a obtenção de produtos da agricultura, silvicultura e pesca. Consistem em praticar a agricultura a fim de obter seus produtos, criar ou caçar animais, pescar ou criar peixes, conservar e plantar florestas e em vender, quando se trata dos trabalhadores dedicados à agricultura e à pesca comerciais, produtos a compradores, a organismos de comercialização ou em mercados.

Em geral, as ocupações deste Grande Grupo requerem competências de nível dois, compreendendo produtores e trabalhadores na exploração agropecuária, pescadores e extrativistas florestais, trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal, não abarcando técnicos agropecuários de nível médio, albergados em GG 3, profissionais da agricultura de nível superior (GG 2) e diretores e gerentes de atividades agropecuárias, que integram GG 1.

Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (GG 7)

Compreende as ocupações cujas atividades principais requerem para seu exercício os conhecimentos e as técnicas ne-

cessárias para produzir bens e serviços industriais, concentrando os trabalhadores de produção extrativa, da construção civil e da produção industrial de processos discretos, que mobilizam habilidades psicomotoras e mentais voltadas primordialmente à forma dos produtos.

Este Grande Grupo diferencia-se do GG 8 onde se concentram os trabalhadores que operam processos industriais contínuos, que demandam habilidades mentais de controle de variáveis físico-químicas de processos. Ele aloca trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil, trabalhadores da transformação de metais e compósitos, trabalhadores da eletroeletrônica; montadores de aparelhos de precisão e musicais, joalheiros, vidreiros, ceramistas, trabalhadores das indústrias têxtil, do curtimento, do vestuário, artes gráficas trabalhadores das indústrias de madeira/mobiliário e transversais, deixando de compreender os trabalhadores de produção de bens/serviços industriais e de manutenção, cujas atividades são complexas e requerem aplicação de conhecimentos profissionalizantes obtidos em formação de escolas técnicas ou de terceiro grau.

Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (GG 8)

Abrange as ocupações cujas atividades principais requerem para seu desempenho os conhecimentos e as atividades necessários para produzir bens e serviços industriais. Este Grande Grupo difere do GG 7, pois, concentra os trabalhadores de produção extrativa, da construção civil e da produção industrial, que mobilizam habilidades psicomotoras e mentais voltadas primordialmente à forma dos produtos, enquanto que, no GG 8 concentram-se os trabalhadores que operam processos industriais contínuos.

nuos, que demandam habilidades mentais de controle de processos.

O GG 8 compreende os trabalhadores em indústrias de processos contínuos e outras indústrias, trabalhadores de instalações siderúrgicas, materiais de construção, trabalhadores de instalações/máquinas de fabricação de celulose e papel, trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo, operadores de produção, captação, tratamento e distribuição de energia, água e utilidades. Não inclui trabalhadores de produção de bens e serviços industriais e de manutenção cujas atividades são complexas e requerem aplicação de conhecimentos profissionalizantes obtidos em formação de escolas técnicas ou de terceiro grau, exatamente como ocorre com o GG 7.

Trabalhadores de reparação e manutenção (GG 9)

Inclui as ocupações cujas atividades principais requerem, para seu exercício, os conhecimentos e as atividades necessários para reparar e manter os bens e equipamentos, seja para uso pessoal, de instituições, empresas e do governo.

Ele compreende os operadores de outras instalações industriais, trabalhadores em serviços de reparação, manutenção mecânica, poli mantenedores, trabalhadores da conservação, manutenção e reparação. Exclui os trabalhadores de manutenção cujo desenvolvimento das atividades mobiliza conhecimentos técnicos profissionalizantes que são próprios da formação técnica de ensino médio ou terceiro grau.

Uma vez conhecidos os dez Grandes Grupos ocupacionais, é possível apontar que existem, portanto, quatro níveis de competências associadas à CBO 2002. Estes níveis relacionam-se com o nível de aprimoramento intelectual. Estão reunidos no

nível 4 os profissionais de grau superior constantes do GG 2. O nível 3 refere-se aos técnicos e profissionais de nível médio, constantes do GG 3. Já os GGs 4, 5, 6, 7, 8 e 9, onde está alocado o título ocupacional condizente ao Educador Social, majoritariamente referem-se aos trabalhadores de nível 2.

Os trabalhadores elementares, que a CBO referencia como nível de competência 1, encontram-se identificados em algumas famílias dos GGs 4, 5, 6 e 9. Os trabalhadores não qualificados foram alocados pela CBO 2002 junto os profissionais da manutenção, frisando sua ascendência no mercado de trabalho.

Dois grandes grupos não comportam associação aos níveis de competência, em virtude de sua heterogeneidade. São eles: os dirigentes que compõe o GG 1 e aqueles que compõem o GG 0, que se refere às forças armadas, bombeiros e polícia militar.

Como vimos, o Educador Social está alocado no Grande Grupo 5 que reúne os trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados. O Grande Grupo fornece o primeiro número identificador da ocupação, no caso, o numeral 5.

O Subgrupo Principal é um agrupamento mais restrito que o Grande Grupo, e configura as grandes linhas do mercado de trabalho. Os dígitos 5-1 compõem o Subgrupo Principal para o Educador Social. Já o Subgrupo reúne as ocupações onde se verifica estreito parentesco em relação à natureza de trabalho e aos níveis de qualificação exigidos. O sequencial 5-1-5 define o Subgrupo.

Por Família Ocupacional entende-se a unidade do sistema de classificação, o conjunto de postos de trabalho, substancialmente iguais, no tocante à sua natureza e qualificações exigidas, constituindo-se de tarefas, obrigações e responsabilidades atribuídas a cada trabalhador. As Famílias são representadas pelo código total de quatro números e dentro delas são individualizadas as

profissões com mais dois dígitos, tecnicamente denominadas “título de ocupação”, seguido da sinonímia existente.

Em síntese, na CBO o Educador Social foi alocado no Grande Grupo n. 5, que trata dos trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados; Subgrupo Principal n. 51 – trabalhadores dos serviços; Subgrupo n. 515 – trabalhadores dos serviços de saúde; Família n. 5153 – trabalhadores de atenção, defesa e proteção à pessoa em situação de risco, onde o encontramos como título de ocupação individualizado pelo código 5153-05⁵⁹.

| CBO – EDUCADOR SOCIAL – 5153-05⁶⁰ | |
|---|---|
| Grande Grupo n. 5 | Trata dos trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados |
| Subgrupo Principal n. 51 | Contempla objetivamente os trabalhadores dos serviços |
| Subgrupo n. 515 | Particulariza os trabalhadores dos serviços de saúde |
| Família n. 5153 | Engloba os trabalhadores de atenção, defesa e proteção a pessoas em situação de risco |
| Título Ocupacional n. 5153- | Individualiza especificamente a ati- |

⁵⁹ Excerto da CBO que contempla a atividade do Educador Social consta do anexo A.

⁶⁰ Quadro elaborado a partir das informações colhidas na Classificação Brasileira de Ocupações, contemplando a visão geral sistematizada do profissional Educador Social.

Os sinônimos do Educador Social apontados na CBO são: arte educador, educador de rua, educador social de rua, instrutor educacional e orientador socioeducativo. Os outros títulos de ocupação que estão na mesma Família do Educador Social estão sistematizados na CBO conforme quadro abaixo:

| CBO – Família do Educador Social | |
|--|--|
| Outros Títulos de Ocupação⁶¹ | |
| Agente de ação social | Código 5153-10 |
| Monitor de Dependente Químico | Código 5153-15 |
| Conselheiro Tutelar | Código 5153-20 |
| Socioeducador | Código 5153-25 (acrescentado em 2013) |
| Monitor de Ressocialização Prisional | Código 5153-30 (acrescentado em 17/05/2017) |

Para cada título de ocupação, a CBO apresenta uma Ficha de Descrição que contém a descrição sumária, formação, experiência, condições gerais de exercício da atividade, as atividades que não se acham compreendidas na Família, código internacional da atividade, recursos de trabalho, glossário e a remissão das instituições e especialistas que contribuíram na descrição das informações.

Na *descrição sumária* são indicadas as grandes áreas de atividade da família para facilitar a codificação. Para o Educador Social a descrição sumária das atividades que estão nesta Família ocupacional referencia a garantia de atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de vulnerabilidade social, buscando assegurar seus direitos, identificando suas necessidades, a partir de

⁶¹ Quadro elaborado a partir das informações colhidas na Classificação Brasileira de Ocupações, com indicação dos outros títulos de ocupação que compõem a Família do Educador Social enquanto profissional.

abordagens e sensibilizações para desenvolvimento de atividades e tratamento.

Na *descrição da formação e experiência* são indicados o nível de escolaridade do trabalhador e eventual experiência que se faça necessária previamente. Para o profissional da Educação Social, a CBO deixa livre o acesso às ocupações da Família, sem indicar requisitos de escolaridade, conforme se abstrai da literalidade da disposição:

FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA O acesso às ocupações da família é livre sem requisitos de escolaridade. Para a ocupação de conselheiro tutelar observa-se uma diversidade bastante acentuada no que diz respeito à escolaridade, que pode variar de ensino fundamental incompleto a superior completo. A(s) ocupação(s) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do Decreto 5.598/2005⁶².

Admitido que é livre de critérios de escolaridade o exercício profissional dos ocupantes desta família, é conclusivo que tanto um analfabeto como um pós-doutor podem exercer as atividades, segundo a CBO. Contudo, antecipe-se nossa concepção que será objeto de abordagem no quarto capítulo, no sentido de que, a complexidade das atribuições do Educador Social demandaria uma formação mínima em grau superior.

O texto da CBO faz referência à formação profissional e especifica objetivamente para qual finalidade, ou seja, “para efeito do cálculo de aprendizes a serem contratados”⁶³. Isto quer dizer que esta exigência gera reflexos na determinação de contratação de aprendizes para efeito de cálculo do número deles a serem

⁶² Classificação Brasileira de Ocupações: CBO - 2010. 3ª. edição. Volumes 1, 2 e 3. Brasília: MTE, SPPE, 2010, p. 777.

⁶³ Idem.

contratados pelos estabelecimentos que desenvolvem as atividades próprias desta Família.

O preceito da aprendizagem é excepcionado aos casos previstos no art. 10 do Decreto n. 5.598/2005⁶⁴, que exclui as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior e aquelas que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, ou seja, para essas funções, não são necessários aprendizes.

Também se observa na descrição de formação e experiência contida na CBO para essa Família que engloba o Educador Social que, especificamente, para o Título Ocupacional “Conselheiro Tutelar”, existe a previsão de uma diversidade bastante acentuada no que diz respeito à escolaridade, que pode variar de ensino fundamental incompleto à superior completo.

Em relação às condições *gerais para exercício* da atividade são apresentadas informações das atividades econômicas em que atuam os trabalhadores da Família ocupacional. Particularmente em relação ao Educador Social, a classificação em análise refere-se que o exercício ocorre em locais públicos (rua) ou em instituições, sendo as atividades exercidas com alguma forma de supervisão, geralmente em equipes multidisciplinares. Os horários de trabalho são variados, podendo ser integral, com revezamento de turno ou períodos determinados.

Aponta a Classificação Brasileira de Ocupações que os trabalhadores desta *Família* lidam diariamente com situações de risco, assistindo pessoas em situação de vulnerabilidade, com alteração comportamental e que podem ter atitudes agressivas.

⁶⁴ Dec. n. 5.598/2005, art. 10. Para a definição das funções que demandem formação profissional, deverá ser considerada a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. § 1º Ficam excluídas da definição do caput deste artigo as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, nos termos do inciso II e do parágrafo único do art. 62 e do § 2º do art. 224 da CLT.

O *Código Internacional CIUO 88* correspondente ao Educador Social é o sequencial 5132, que é referenciado objetivamente como *Ayudantes de Enfermaria em Instituciones* e os *recursos de trabalho* previstos para exercício da Educação Social são o computador, material de escritório, esportivo, lúdico, didático, códigos, livros, recursos audiovisuais, rádio, celular, telefone, fax, veículos, circuito fechado de TV, identificador digital, detector de metal e material de proteção individual.

A descrição da *Família* ocupacional na CBO é finalizada nominando os especialistas e trabalhadores da área que atuaram no painel de descrição e validação da sistematização, bem como, as instituições que dispensaram os dias de trabalho de seus funcionários para participação nas atividades⁶⁵.

No caso específico do Educador Social, figurou como responsável conveniada pelo Ministério do Trabalho para a coleta e sistematização das informações a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE/USP).

No *site* do Ministério do Trabalho, acessando a CBO, é possível obter um relatório por Família Ocupacional, que aponta a relação de todas as atividades que o Educador Social e os demais profissionais da Família 5153 têm por incumbência desenvolver, a seguir abordada. Essa descrição é importante para se conhecer o perfil do Profissional Educador Social para o aludido Ministério.

A CBO define nove linhas gerais de atuação que, por sua vez, apresentam ações específicas passíveis de desenvolvimento pelos profissionais da Família, sendo elas:

- a) Desenvolver ações para garantir direitos dos assistidos/usuários/educandos;
- b) Sensibilizar assistidos/usuários;
- c) Identificar necessidades/demandas;

⁶⁵ Especialistas, trabalhadores e as instituições enumerados no anexo A.

- d) Abordar assistidos/usuários/educandos;
- e) Desenvolver atividades socioeducativas;
- f) Planejar trabalho;
- g) Avaliar processo de trabalho;
- y) Comunicar-se;
- z) Demonstrar competências pessoais.

Em cada linha geral de atuação, estão apontadas as ações específicas passíveis de desenvolvimento pelos profissionais da Família em que estão inseridos o Educador Social e demais afins (Agente de Ação Social, Monitor de Dependente Químico, Conselheiro Tutelar, Socioeducador e Monitor de ressocialização prisional).

Desenvolver ações para garantir direitos: Todos os Títulos Ocupacionais desta Família têm atribuição de identificar as violações e ofensas, orientando o assistido juntamente com seus familiares sobre seus direitos, fazer encaminhamentos a entidades e serviços; denunciam situações de risco e solicitam resgate, podendo também, tomar parte da atividade e reencaminhar o assistido/usuário/educando, se necessário. Acompanham os atendimentos prestados.

As atividades acima referidas são atribuições comuns a todos os ocupantes da *Família* ocupacional. Na sistematização que a CBO desenvolve ela aponta como privativas algumas atividades que seriam afetadas exclusivamente aos títulos de ocupação do Conselheiro Tutelar, a quem cumpre informar ao Ministério Público e Poder Judiciário, eventuais direitos violados, fiscalizar entidades de atendimento a crianças e adolescentes e, ainda, assessorar poder público na implantação de programas e projetos.

Ao Socioeducador resguarda exclusividade nas seguintes ações desenvolvidas nas unidades socioeducacionais: receber, acolher, acompanhar rotina diária, solicitar encaminhamen-

to, verificar a ocorrência de violação de direitos, preservar a integridade física e mental dos educandos/assistidos.

A requisição de serviços é atribuição que contempla previsão na CBO restrita ao Conselheiro Tutelar e Socioeducador. Observadas estas prescrições restritivas, as demais atribuições são gerais e de desenvolvimento irrestrito por todos os ocupantes da *Família* ocupacional.

O desenvolvimento de atribuições não previstas para determinado profissional individualizado pelo seu título ocupacional, caracteriza-se em desvio de função, podendo haver recusa do profissional no desenvolvimento de tal atividade, sem que isso importe em insubordinação, no caso exemplificativo de uma relação de emprego.

Sensibilizar os destinatários das atividades: Segundo a CBO, os profissionais desta Família devem criar vínculos com os destinatários de suas atividades, conscientizá-los sobre riscos, aconselhá-los para despertar neles o desejo para mudar de vida, resgatar sua autoestima, apontar alternativas, despertar aptidões e habilidades. Todas essas atribuições são previstas para todos os membros da Família Ocupacional, exceto a incumbência de cientificação sobre regras e normas das unidades, que cumpre exclusivamente ao Socioeducador.

Identificar necessidades e demandas: O profissional Educador Social deve receber informações sobre violação de direitos, dialogar e observar necessidades de assistidos/usuários/educandos, estabelecer contatos com familiares e vizinhança, levantar dados estatísticos, pesquisar histórico familiar e, também, monitorar comportamentos.

A CBO promove a distinção quanto à “denúncia” e “informações” sobre violações. As primeiras devem ser concentradas nas pessoas do Conselheiro Tutelar e do Socioeducador. O Edu-

gador Social é destinatário apenas de informações sobre violações de direitos.

Considerando a especificidade das atividades, são resguardadas aos Monitores de Dependentes Químicos a avaliação quanto à adesão ao tratamento, bem como, aos Socioeducadores a participação na elaboração do diagnóstico polidimensional e avaliação da adesão à medida socioeducativa.

Abordar assistidos, usuários e educandos: A partir das atribuições constantes neste particular, os trabalhadores devem adentrar no campo vivencial dos assistidos/usuários/educandos, realizando visitas domiciliares, verificando denúncias, recebendo pedidos de ajuda da família e demandas espontâneas. Deve percorrer perímetros e áreas, observar comportamentos, avistar e se aproximar dos destinatários de suas atividades. Nesta seara, a atividade de acompanhar educandos e/ou técnicos em visitas domiciliares é referenciada pela CBO como restrita aos Socioeducadores.

Desenvolver atividades socioeducativas: O trabalho profissional deve oportunizar outro enfoque aos assistidos/usuários/educandos, convidando-os para participar de atividade socioeducativa, com desenvolvimento de oficinas, atividades artísticas, todas aptas a construir hábitos, tendentes sempre ao aconselhamento sobre mudanças de comportamento.

Devem ser priorizadas atividades de lazer, cultura, laborterapia, espiritualidade, recreativas, esportivas e lúdicas, sempre com acompanhamento pedagógico. Deve-se atentar para os procedimentos de segurança para os profissionais e educandos.

Restritas ao Monitor de Dependentes Químicos restaram as terapias de grupo, laborterapia e reuniões para avaliação dos resultados com equipes multidisciplinares e, para o Socioeducador, o acompanhamento em atividades socioeducativas.

Planejar os trabalhos: Os profissionais devem delinear previamente suas atividades, definir objetivos, metodologias, estraté-

gias, cronogramas de ações para público-alvo, previamente mapeado e identificado, com roteiros de visitas e eventos. No desenvolvimento dos trabalhos do Socioeducador, a CBO lhe atribuiu especificamente à tarefa de elaborar Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e Planos Individuais de Atendimento (PIA), com vistas à formação de parcerias com entidades públicas e privadas.

Avaliar processo de trabalho: As atividades devem ter metodologias constantemente aferidas pelos profissionais, analisando os resultados, casos, ações, práticas, com trocas de experiências e alterações estratégicas, com objetivo de promover a reinserção social e familiar dos assistidos/usuários/educandos.

Comunicação: O compartilhamento e ordenação de informações, por meio da abertura de metodologias de atendimento, elaboração de relatórios de acompanhamento das atividades relacionadas à comunicação, fazem parte das rotinas dos profissionais desta Família.

Devem ser programadas visitas, com agendas administrativas definidas, inclusive com previsão de respostas devolutivas. São preenchidos documentos, encaminhada documentação oficial e notificadas pessoas e entidades que se fizerem necessárias. Os Educadores Sociais e demais profissionais desta Família devem participar das discussões e elaboração das normas que disciplinam seu trabalho e atividade, segundo prevê a CBO.

Demonstrar competências pessoais: Muitas habilidades pessoais são reclamadas dos Educadores Sociais e profissionais que desenvolvem atividades previstas neste código 5153, a exemplo de trabalhar em equipe, servir de exemplo, inspirar confiança, buscar identificação, empatia, despertar esperança, exercitar atividade de escuta, demonstrar entusiasmo, criatividade, facilidade de comunicação, persistência e capacidade de compreensão.

Devem ainda demonstrar acurada habilidade para agir sob pressão, contornar situações adversas, permanecer em estado

de alerta, respeitar diferenças, assumir riscos, evidenciar coragem, tomar decisões, administrar conflitos, demonstrar autocontrole, ter capacidade de negociação, demonstrando proatividade e flexibilidade.

Por fim, objetivando evidenciar a dimensão da CBO, referencie-se que as incumbências anteriormente apontadas dizem respeito a seis títulos ocupacionais (5153-05, 5153-10, 5153-15, 5153-20, 5153-25 e 5153-30), pertencentes à Família dos trabalhadores de atenção, defesa e proteção a pessoas em situação de risco. Na estrutura da CBO existem outras 2.511 outras ocupações sistematizadas na publicação de 2010, as quais, possuem suas incumbências particulares.

Os dados sistematizados pela CBO são utilizados em registros administrativos como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, Seguro Desemprego, Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física, além de codificar a ocupação no censo demográfico na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, além de outras pesquisas de institutos de estatísticas como o IBGE e congêneres.

Ela é referência obrigatória dos registros administrativos que informam os diversos programas da política de trabalho do País. O Ministério do Trabalho é o responsável pela sistematização da CBO por meio da Coordenação de Identificação e Registro Profissional, especificamente pela Divisão da CBO a qual, disponibiliza a todos os interessados, previamente cadastrados, a possibilidade de sugerir atualizações de classificações através de endereço eletrônico específico em seu site.

Por este canal aberto aos especialistas, pesquisadores e população em geral, a Classificação pode ser implementada, segundo as contribuições e reivindicações que forem sugeridas ao

organismo gestor e, certamente, será destinatária das contribuições conclusivas deste trabalho.

É necessário conhecer a CBO para entender o tipo de profissional que o Poder Executivo tem catalogado junto ao Ministério do Trabalho, bem como, pelo fato de ter sido a primeira das referências sobre a atividade realizada segundo esse prisma administrativo, a qual, restou acrescida por meio de outros expedientes em 2014 e 2017, a seguir abordados.

Resoluções CNAS n. 9/2014 e CONANDA n. 187/2017

As Resoluções publicadas pelo Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS) em 15 de abril de 2014 e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) de 23 de maio de 2017, individualizadas respectivamente pelos números 009/2014 e 187/2017 referenciam o profissional da Educação Social e, portanto, se justifica a análise nesta pesquisa.

Antes de entrar na abordagem de seus conteúdos, esclarecemos o que significa uma resolução dentro do contexto regulatório da atividade e qual a abrangência e estrutura dos conselhos, a partir dos quais emanam essas disposições.

O conceito de resolução vem do Direito Administrativo e significa deliberação ou a determinação de regras por uma autoridade pública ou o poder público que toma uma decisão, estabelece ordens ou medidas, que devem ser obrigatoriamente cumpridas e acatadas. São, assim, atos de autoridade em âmbito legislativo, judicial ou executivo, tendo cunho governamental.

As resoluções têm, portanto, origem na autoridade ao qual se outorga um poder. Não estão subordinadas à aprovação

de outro poder, pois, são decorrentes da atribuição do órgão ou de quem representa o poder público.

Resolução CNAS n. 9 de 15 de abril de 2014

Especificamente a Resolução CNAS n. 009/2014 aponta que o Educador Social é uma “ocupação profissional com escolaridade de ensino médio, que compõe as equipes de referência do SUAS”⁶⁶. Para compreensão do conteúdo da norma é necessário situar em que contexto o Conselho Nacional de Assistência Social se acha inserido dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A base estrutural da Assistência Social é a Lei n. 8.742/1993, amplamente difundida pela sigla LOAS, que significa Lei Orgânica da Assistência Social. Ela define a Assistência Social⁶⁷ e dispõe sobre sua organização, contemplando definições, objetivos, princípios, diretrizes, gestão, benefícios, serviços, programas, projetos e seu financiamento, indicando os seguintes objetivos a serem alcançados:

I – a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; II – a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade prote-

⁶⁶ Res. CNAS n. 009/2014, art. 4º.

⁶⁷ Lei n. 8.742/199, art. 1º. A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

tiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; III – a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais⁶⁸.

Nestes três incisos identificamos também os resultados que o trabalho do Educador Social deverá almejar, alcance, através da estrutura que o Ordenamento Jurídico e o Estado lhe colocam à disposição. O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) tem abrangência nas três esferas administrativas por meio dos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional de Assistência Social.

O Conselho Nacional (CNAS) têm membros governamentais e oriundos da sociedade civil e entre suas principais atribuições estão: aprovar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), normatizar as ações e a prestação de serviços no campo da assistência social, estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais/plurianuais do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

É o FNAS quem promove o financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos desenvolvidos pela Assistência Social Brasileira, a partir de recursos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como, das demais contribuições sociais, previstas no artigo 195 da Constituição Federal⁶⁹.

São previstos na LOAS dois tipos gerais de benefícios, o *Benefício de Prestação Continuada (BPC)* que é pago continuamente

⁶⁸ Lei n. 8.742/1993, art. 2º.

⁶⁹ CF/1988, art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das seguintes contribuições sociais: I – do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; b) a receita ou o faturamento; c) o lucro; II – do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201; III – sobre a receita de concursos de prognósticos; IV – do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

a pessoas com deficiência e a idosos com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família; e, o segundo, os *Benefícios Eventuais (BE)* que compreendem as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Nos artigos 23 a 26 da LOAS são previstos a disponibilização de Serviços, Programas de Assistência Social e Projetos de Enfrentamento da Pobreza, os quais são objetivamente criados e desenvolvidos por meio de normas regulamentares.

Uma destas normas é a Resolução/CNAS n. 109/2009 aqui abordada, que conleva destacada importância, considerando que o Educador Social é ocupante das vagas de trabalho disponibilizadas pelo setor público. Os levantamentos quantitativos realizados nesta pesquisa, cujas conclusões constam do próximo capítulo (item 3), revelaram que o Educador Social, em sua maioria, desenvolve atividades na área assistencial, disciplinada pela LOAS e vinculada ao SUAS.

As disposições desta resolução indicam, objetivamente, que os Educadores Sociais desempenham funções de apoio ao provimento dos serviços, programas, projetos e benefícios, transferência de renda e ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, com atribuições que constam do inciso II, do art. 4º, onde o mesmo também recebe a denominação de “orientador social”.

Na descrição encontram-se incumbências correspondentes ao desenvolvimento de atividades socioeducativas, de convivência e socialização com o objetivo de fortalecer a função protetiva da família, proporcionar defesa, garantia de direitos e proteção às pessoas em situações de vulnerabilidade e risco social.

Segundo essa Resolução, o trabalho do Educador Social deve traduzir-se em atividades instrumentais para assegurar direitos, construção e reconstrução da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais, proceder ao registro de suas atividades, assegurando a privacidade das informações.

Deve, ainda, assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social, apoiar e desenvolver atividades de abordagem social, busca ativa, recepção, acolhimento, participação no planejamento das ações a serem realizadas, sendo referenciadas: oficinas, atividades individuais e coletivas, as quais, podem ser desenvolvidas nas dependências das unidades ou na comunidade a que pertencer o educando. Educando é a terminologia utilizada no texto da Resolução CNAS n. 009/2014.

A promoção de eventos artísticos, lúdicos, culturais são importantes meios de integração de todo público destinatário da Educação Social, cumprindo ao Educador Social apoiar a organização dos mesmos também nas unidades e comunidade, assim como, mobilizações e campanhas intersetoriais para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social, pessoal e violação de direitos.

Na área dos direitos sociais lhe incumbe a orientação sobre serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, encaminhamentos ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego. Nesta seara se inclui o encaminhamento para a participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra. O ingresso, frequência e o desempenho dos educandos nos cursos

deve ser acompanhado por meio de registros periódicos desenvolvidos na forma de mapas.

Outra importante atribuição é o desenvolvimento de atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas. Ato contínuo, também deve apoiar a identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades.

Os Educadores Sociais incumbidos do exercício destas funções acima indicadas, por força do art. 4º. da resolução sob análise tem nível de formação com escolaridade de ensino médio e devem “resguardar e observar” as funções e atividades de nível superior, admitindo, assim, que esse profissional deve guardar observância a “atividades privativas” e outros membros das equipes multidisciplinares que tenham formação em ensino superior. Confirmemos o teor dos arts. 4º. e 8º:

Art. 4º As ocupações profissionais com escolaridade de ensino médio, que compõem as equipes de referência do SUAS, desempenham funções de apoio ao provimento dos serviços, programas, projetos e benefícios, transferência de renda e ao CadÚnico, diretamente relacionadas às finalidades do SUAS, quais sejam: (...) II – Orientador Social ou Educador Social com as seguintes funções (...)” Art. 8º Em qualquer situação, as funções e atividades dos profissionais de ensino médio e fundamental deverão resguardar e observar as funções e atividades privativas e específicas dos profissionais de nível superior⁷⁰.

No curso deste trabalho outras situações, a exemplo desta, que colocam o Educador Social numa posição de inferioridade serão destacadas, contribuindo de forma fundamentada para as conclusões acerca do nível mínimo que o legislador deve admitir para a formação do profissional aqui estudado.

⁷⁰ Res. CNAS n. 009/2014, arts. 4º. e 8º.

Resolução CONANDA n. 187 de 23 de maio de 2017

Esta outra resolução disciplina as atividades do Educador Social, constituindo-se importante expediente normativo que introduz orientações técnicas para referidos profissionais que exercem seu trabalho nas ruas, vinculados a programas, projetos e serviços com crianças e adolescentes que se acham nela inseridos.

Tem ela origem nas atribuições que competem ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que é órgão colegiado de caráter deliberativo e controlador das ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Esse conselho foi criado pela Lei n. 8242/ 1991 e integra a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, conforme previsão contida no art. 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁷¹.

Compete ao CONANDA a elaboração das normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, a fiscalização das ações de execução, de acordo com as diretrizes estabelecidas no ECA, zelando pela aplicação da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Sendo necessárias as modificações nas estruturas públicas e privadas destinadas ao atendimento da criança e dos adolescentes, o CONANDA é o órgão que acompanha o reordenamento institucional, bem como, incumbe-lhe apoiar a promoção de

⁷¹ A elaboração desta resolução que objetiva fornecer orientações técnicas para Educador Sociais de rua, entre outras, teve inspiração da produção científica oriunda do Coletivo de Pesquisadores vinculados ao Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente (PCA), coordenado pela Prof. Dra. Veronica Regina Müller. Apesar disso, em sua forma final, a resolução resultou ainda com caráter mais assistencialista que educativo.

campanhas educativas, com a indicação das medidas a serem adotadas nos casos de atentados ou violação de direitos.

Na condição de organismo federal, cumpre a esse Conselho apoiar os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, aos órgãos estaduais, municipais e entidades não-governamentais que objetivem tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos no ECA. O CONANDA acompanha a elaboração e a execução da proposta orçamentária da União destinada à promoção dos direitos da criança e do adolescente e a gestão do Fundo Nacional para a Criança e ao Adolescente (FNCA), disciplinado pelo Decreto n. 1.196/1994.

A Resolução CONANDA n. 187/2017 apresenta a atividade da Educação Social desenvolvida no contexto das ruas, da seguinte forma:

Entende-se por Educação Social de Rua uma proposta pedagógica educadora, política e promotora de direitos que objetiva construir e manter vínculo de cuidado com crianças e adolescentes em situação de rua e seus familiares, utilizando ferramentas pedagógicas, sociais, institucionais e conexões estabelecidas no meio comunitário, que apoiem e fortaleçam a inclusão social deste público⁷².

Os princípios que informam a resolução foram indicados no item 4 da mesma, a saber:

a) exercício de reflexão crítica, comprometida e protagonista no campo social e educativo; b) reconhecimento da cidadania de crianças e adolescentes em situação de rua; c) respeito à diversidade e não discriminação: nenhuma criança e adolescente será discriminado por sua condição socioeconômica, arranjo familiar, raça, etnia, religião, gênero, orientação sexual, deficiência, por conviver com o vírus HIV/AIDS ou outros motivos; d) valoriza-

⁷² Res. CONANDA n. 187/2017, item n. 1.

ção dos laços afetivos, familiares e outras relações socialmente construídas; e) conhecimento das áreas de atuação, bem como das dinâmicas territoriais; f) construção de vínculos com o sujeito e com a comunidade; g) respeito à livre adesão, ao desejo e ao momento do sujeito para a realização do acompanhamento; h) respeito à temporalidade da ação educativa; i) conhecimento da rede de atendimento local; e j) conhecimento do arcabouço legal e do funcionamento do Sistema de Garantias de Direitos (SGD)⁷³.

O normativo ainda reúne subsídios técnicos para desenvolvimento das políticas públicas para atenção às crianças e aos adolescentes em situação de rua, mantendo as singularidades decorrentes da diversidade expressa na definição do público de que trata.

O resultado esperado a partir da publicação do texto é o aprimoramento das práticas nos serviços, programas e projetos da rede de proteção, promoção e defesa de direitos nos territórios e que, ainda seja uma contribuição para a universalização dos direitos defendidos, tornando-os prioritários.

Os profissionais destinatários da Resolução CONANDA n. 187/2017 são gestores de programas, equipes técnicas, educadores sociais de rua, profissionais da assistência social, educação, saúde, esporte, lazer, cultura, direitos humanos, conselheiros de direitos, conselheiros tutelares e operadores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD).

Já o público que irá receber os benefícios gerados pelo trabalho dos agentes orientados pela resolução são a Criança e Adolescentes em Situação de Rua, objetivamente assim referenciados:

Sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia

⁷³ Ibidem, item n. 4.

ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente em situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros⁷⁴.

Os trabalhos têm previsão de desenvolvimento em todos os logradouros onde se constatar a existência do público alvo, devendo ser ativados os equipamentos que formam a rede de proteção, sendo destacados os seguintes organismos: Conselho Tutelar, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Assistência Social, Secretaria da Saúde, Secretaria da Educação, Secretaria da Cultura, Secretaria do Esporte e Lazer, Universidades, Centros de Defesa e Organizações da sociedade civil.

A resolução especifica de forma detalhada quais são as diretrizes metodológicas, as ações que devem ser desenvolvidas pelos Educadores Sociais de Rua, tanto com as crianças, como suas famílias, no local onde vivem (território) e com a rede acima indicada, valendo-se das seguintes ferramentas:

a) diagnóstico do território; b) material informativo; c) diário de campo; d) registro fotográfico; e) atividades de integração, esporte e lazer; f) relatório semanal e mensal; g) reunião de equipe; h) momentos de formação; i) visita domiciliar; j) estudo de caso; k) reunião com famílias; l) atividades de integração; m) articulação e encaminhamentos à rede socioassistencial, de saúde, educação e do Sistema de Garantia de Direitos; n) diário de campo; o) kit primeiros socorros; p) kit redução de danos; q) visita a organizações ou lideranças comunitárias para identificação de parcerias; e

⁷⁴ Res. CONANDA n. 187/2017, item n. 2.

r) alimentação das informações em formulário próprio do serviço⁷⁵.

Pela análise anteriormente realizada, percebe-se que a Resolução 187/2017 constitui-se numa verdadeira cartilha colocada à disposição do Educador Social e demais profissionais que desenvolvem a Educação Social no contexto das ruas, tendo sido elaborada com os conhecimentos teóricos e práticos de quem já estuda e trabalha na área, conforme consta da bibliografia citada.

Essas duas resoluções anteriormente analisadas apresentam regras administrativas que orientam a atividade profissional do Educador Social, a primeira informando suas funções e o nível de escolaridade exigido e, a segunda, traçando orientações técnicas para o trabalho nas ruas.

Embora sejam as principais, esclarece-se que existem outros expedientes que fazem menção à condição de Educador Social a outros profissionais, a exemplo de cirurgiões-dentistas que, na forma autorizada pelo Código de Ética Odontológica, aprovado pela Resolução CFO n. 118/2012⁷⁶, faculta expressamente no art. 48 a “orientação e Educação Social quanto aos assuntos odontológicos”, circunstância que torna válida a lembrança de que a Educação Social ocorre em todos os locais e relações.

Atividades e profissionais inter-relacionados

A investigação realizada no curso desta pesquisa abordada no item 3 revelou que a maior parte dos Educadores Sociais são recrutados no mercado de trabalho para desenvolverem atividades em programas vinculados ao Sistema Único de Assistên-

⁷⁵ Res. CONANDA n. 187/2017, item n. 5.3.

⁷⁶ Res. CFO n. 118/2012, art. 48.

cia Social (SUAS) e que uma parcela⁷⁷ atua junto ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Justifica-se, assim, o estudo a seguir desenvolvido, voltado para distinguir o Educador Social dos Assistentes Sociais e do Socioeducadores, os quais, respectivamente, já tem atividade normatizada pela Lei n. 8.662/1993; e já estão em vias de ter seu reconhecimento legal particularizado por meio do PLS n. 278/2014 e PL n. 6.068/2016.

Paralelamente às ocorrências em que o Educador Social desenvolve atividades individualmente, existem as situações onde ele integra equipes multidisciplinares formadas com aludidos profissionais, conforme tivemos oportunidade de nos expressar no primeiro volume de *Reflexões sobre as práticas educativas no Brasil e Uruguay*:

O trabalho dos Educadores Sociais pode ser realizado com um coletivo profissional, como por exemplo, equipes com educadores, assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, pedagogos, entre outras profissões ou também um trabalho individual, quando o educador atua sozinho, sem equipe. A estes múltiplos elementos que constituem a ação educativa destes trabalhadores, soma-se o fato de muitos educadores sociais se identificarem como tal, já no desenvolvimento de seu exercício profissional. A identidade nesta área da educação é forjada no cotidiano, nos desafios de atuar em uma área da educação que parte de princípios como respeito e diálogo e que atua em grande parte com a imprevisibilidade dos rumos e meandros da ação educativa⁷⁸.

A necessidade de distinção do Educador Social do Assistente Social já foi objeto de discussão perante o Senado Federal,

⁷⁷ 8,3%.

⁷⁸ NATALI, Paula Marçal; BAULI, Régis Alan. Profissionalização e formação: meandros da educação social brasileira. In: MÜLLER, Veronica Regina; et al. *Pedagogia Social y Educación Social. Reflexiones sobre las prácticas educativas em Brasil y Uruguay*. Pedagogia Social e Educação Social: Reflexões sobre as práticas educativas no Brasil e Uruguay. Montevideo: Universidad de la República Uruguay, 2016, p. 79.

mais especificamente na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, quando o PLS n. 328/2015 por lá tramitou no primeiro semestre de 2016.

Diante da importância dos aspectos debatidos e, principalmente, pelas controvérsias acadêmicas e profissionais acerca do nível de formação do Educador Social, o Coletivo de Pesquisadores e Profissionais vinculados ao PCA e à AESMAR foi chamado para participar dos debates e emitir seu parecer.

Em 28 de março de 2016, a assessora legislativa Denize Campello, lotada no Gabinete do senador Paulo Paim enviou aos cuidados da Prof. Veronica Müller a Nota Técnica n. 661/2006 emitida pela consultoria legislativa, acompanhada da minuta de parecer que seria apresentado pelo relator designado, Senador Paulo Paim, para que fossem analisados, e emitidas as respectivas contribuições.

Uma das razões da formulação da solicitação técnica consultiva formulada pelo Senador Paulo Paim foi a preocupação do parlamentar em relação à diferenciação entre as profissões do Educador Social e o Assistente Social, assim expressa:

O termo educador é tradicionalmente usado para abarcar o conjunto de profissionais da educação. Portanto, não deve ser apropriado por apenas uma categoria de trabalhador. A expressão “social”, de certa forma, neutraliza essa possibilidade. Entretanto, o campo de atuação do educador social, nos termos especificados pelo PLS, traz dúvidas sobre a diferenciação da nova profissão com a de Assistente Social – regulamentada pela Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993 –, principalmente no âmbito das escolas. Trata-se, contudo, de questão a ser analisada pela CAS⁷⁹.

A dúvida suscitada foi esclarecida por meio da contribuição emitida pelo Coletivo de Pesquisadores e Profissionais supra

⁷⁹ PLS n. 328/2015, relatório apresentado pelo senador Temário Mota à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, em 20de abril de2016.

referenciado (anexo G), do qual fazemos parte e também o subcrevemos, que fora enviada ao relator do PLS n. 328/2015, esclarecendo que as profissões de Educador Social e Assistente são distintas em relação às atribuições de um e outro profissional.

Para fundamentar a diferenciação e independência de ambas as atividades foi suscitada a referência contida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), introduzida pela Portaria n. 397 do Ministério do Trabalho, publicada no DOU em 10 de outubro de 2002, que aponta objetivamente a diversidade de ambas as atividades que pertencem, inclusive, a Famílias Ocupacionais diferentes.

O Educador Social pertence ao Grande Grupo n. 5, Subgrupo Principal 5.1, que contempla os trabalhadores dos serviços. A Família Ocupacional n. 5153 engloba objetivamente os trabalhadores de atenção, defesa e proteção a pessoas em situação de risco. Sua descrição sumária e o exercício de atividades são as seguintes:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Visam garantir a atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de risco pessoal e social. Procuram assegurar seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as, identificando suas necessidades e demandas e desenvolvendo atividades e tratamento. ATIVIDADES: O trabalho é exercido em instituições ou nas ruas. As atividades são exercidas com alguma forma de supervisão, geralmente em equipes multidisciplinares. Os horários de trabalho são variados: tempo integral, revezamento de turno ou períodos determinados. Os trabalhadores desta família ocupacional lidam diariamente com situações de risco, assistindo indivíduos com alteração de comportamento, agressividade e em vulnerabilidade⁸⁰.

A análise do rol de atribuições do profissional da Educação Social fornece importantes subsídios distintivos entre o Edu-

⁸⁰ Classificação Brasileira de Ocupações: CBO - 2010. 3ª. edição. Volumes 1, 2 e 3. Brasília: MTE, SPPE, 2010, p. 777.

gador Social e o Assistente Social. Durante os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores na disciplina “Infâncias, Adolescência e Educação Social”, ministrada pelas Professoras Dras. Verônica Müller e Ercília de Paula aos Mestrandos e Doutorandos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, foram realizados estudos, reflexões, discussões que geraram as seguintes conclusões relacionadas ao Educador Social:

I – QUEM É? É um profissional da educação que desenvolve suas ações educativas centrado/a em propiciar a todo e qualquer sujeito o acesso aos conteúdos culturais e políticos da comunidade e da sociedade em geral, na direção da promoção humana e da construção de uma sociedade cada vez mais democrática, justa e igualitária. Sua atuação profissional se baseia na defesa da garantia dos direitos humanos e no apoio educativo à conquista de cada pessoa à sua emancipação social. II – QUAIS SUAS ATRIBUIÇÕES? São ações de educação (ensinamentos de princípios e conteúdos) e mediação (detecção da situação, contato, conversa, orientação, acompanhamento, ensinamentos práticos, elaboração de planos conjuntos individuais e ou coletivos/comunitários, apresentação de possibilidades, inserção comunitária, registros, apoio à participação social, entre outros) que envolvem os direitos humanos, a justiça social e o exercício da cidadania com pessoas de qualquer classe social, gênero, idade, etnia, cultura e nacionalidade, dentre outras particularidades, por meio da promoção cultural, política e cívica. III – ONDE É SEU CAMPO DE ATUAÇÃO? Engloba contextos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos sociais⁸¹.

Estas informações foram remetidas ao Senado Federal pelo Coletivo de Pesquisadores e Profissionais da Educação Soci-

⁸¹ Notas de aula do pesquisador desenvolvidas na disciplina Infâncias, Adolescência e Educação Social”, ofertada Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá no primeiro semestre de 2015.

al e, com alguns ajustes técnicos, foi fonte inspiradora da redação do artigo 3º, que restou aprovado por meio da Emenda n. 02 da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, com o seguinte teor:

Art. 3º. São atribuições dos profissionais de que trata esta Lei ações de educação e mediação que envolvam os direitos e deveres humanos, a justiça social e o exercício da cidadania com pessoas de qualquer classe social, gênero, idade, etnia, cultura, nacionalidade dentre outras particularidades, por meio da promoção cultural, política e cívica⁸².

O contexto escolar foi reiterado nesta Comissão de Educação (CE), de modo que, permaneceu a orientação no sentido de reconhecimento como campo de atuação dos profissionais as atividades situadas dentro ou fora do ambiente escolar. Foram especificadas as ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas educativos a partir das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais ou municipais.

Apenas foi referenciado no parecer que os Educadores Sociais, em virtude das disposições contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), não seriam habilitados a exercerem a docência, enquadrando-se na perspectiva dos profissionais que exercem atividades dentro das escolas, sem, contudo, serem professores. Confirmemos a orientação expressa no voto:

Ainda no que tange ao universo escolar, deve-se evidenciar que os educadores sociais não estão habilitados para o exercício da docência. Esses profissionais poderiam enquadrar-se na categoria de “trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim”, nos termos do art. 61, inciso III, da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

⁸² PLS n. 328/2015, relatório apresentado pelo senador Temário Mota, aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, em 17 de maio de 2016.

que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, conhecida como LDB. Sem prejuízo da avaliação da CAS, acolhemos sugestão de entidades que atuam na área no sentido de conferir caráter universal ao público atendido pelos profissionais em questão, evitando sua redução a alguns segmentos da população⁸³.

Válido observar que os Educadores Sociais que desenvolvem atividades dentro do contexto escolar, diante do permissivo constante no art. 61, inciso III, da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), são considerados destinatários de todas os direitos garantidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Confirmemos a literalidade do dispositivo legal:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades⁸⁴.

⁸³ PLS n. 328/2015, relatório apresentado pelo senador Paulo Paim à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, aprovado em 20 de abril de 2016.

⁸⁴ Lei n. 9.394/1996, art. 61.

Por seu turno, o Assistente Social está alocado no Grande Grupo n. 2 e Subgrupo Principal 2.5, que agrega os profissionais das ciências sociais e humanas. Sua Família Ocupacional é a 2516 juntamente aos economistas domésticos. A descrição sumária e suas atividades contemplam a seguinte provisão institucional, perante a sistematização ordenada pelo Ministério do Trabalho:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Prestam serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejam, coordenam e avaliam planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras), atuando nas esferas pública e privada; ATIVIDADES: Trabalham em instituições das esferas pública e privada, bem como em ONG. Podem atuar em empresas ou instituições do setor agropecuário, comercial, industrial e de serviços. O foco de atuação é a família (ou indivíduo). São estatutários ou empregados com carteira assinada. Trabalham em equipe, sob supervisão ocasional, em ambientes fechados e em horário diurno, podendo, o Assistente Social trabalhar em horários irregulares durante plantões e em casos emergenciais. Eventualmente, trabalham sob pressão, levando à situação de estresse. REGULAMENTAÇÃO: Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993 – Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências⁸⁵.

O Coletivo de Pesquisadores e Profissionais vinculados à Associação de Educadores Sociais de Maringá (AESMAR), ainda enfatizou em sua manifestação de 03 de agosto de 2016, que a profissão de Assistente Social está inscrita na divisão sócio técnica do trabalho e devidamente regulamentada pela Lei 8.662/1993. Para o exercício profissional é exigido a formação e diploma no Curso de Graduação em Serviço Social oficialmente

⁸⁵ *Classificação Brasileira de Ocupações*: CBO - 2010. 3ª. edição. Volumes 1, 2 e 3. Brasília: MTE, SPPE, 2010, p. 349.

reconhecido, expedido por estabelecimento de Ensino Superior e requer prévio registro no Conselho Regional de Serviço Social.

Ressaltou-se a partir das contribuições trazidas que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica com o objetivo de disciplinar e defender o exercício profissional dos assistentes sociais⁸⁶. O Assistente Social trabalha em diferentes espaços ocupacionais, tendo lugar no estado, em empresas e esferas privadas, na assessoria de organizações e movimentos sociais em organização da sociedade civil sem fins lucrativos, tendo-se o reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional.

Segundo a previsão constante no art. 4º da Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão, o Assistente Social tem, dentre outras, a competência de encaminhar providências, orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; realizar estudos socioeconômicos para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

No que se refere às atribuições privativas, no art. 5º os profissionais neste âmbito realizam assessorias, consultoria e supervisão técnica, contribuem na formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos sociais, realizam estudos sócios econômicos e orientação social a indivíduos, grupos e famílias, predominante das classes subalternas; impulsionam a mobilização social desses segmentos e realizam práticas educativas; formulam e desenvolvem projetos de pesquisa e atuação técnica,

⁸⁶ Mensagem eletrônica transmitida em 05 de abril de 2016 à assessoria do Senado Telmário, constantes em arquivos da Associação de Educadores Sociais de Maringá (AES-MAR).

além de exercerem funções de magistério, direção e supervisão acadêmica.

Assim, resta conclusivo que o trabalho do Assistente Social é complementar e não dicotômico ao de Educador Social. As atividades desenvolvidas pelo Educador Social não correspondem a um trabalho de assistência social e sim de Educação Social, na medida em que, o Educador Social vai se envolver com trabalho educativo, desenvolver metodologias possíveis, pedagogias diferenciadas para que possa ser mediador na construção do conhecimento amplo e também específico de seu educando no espaço em que se encontra.

Ao educador importam os processos educativos, que são intencionais, com objetivos diferenciados, onde são trabalhadas as diversidades dos educandos, dentro de seu contexto sócio histórico. O caráter da Educação Social é de promoção humana e social, portanto, preventivo e também de apoio à socialização e ressocialização do educando.

O compromisso do Educador Social é com a educação integral do indivíduo, o foco de seu trabalho é a emancipação humana por meio da apresentação ao sujeito dos conteúdos culturais, políticos e cívicos para intervenção a favor da sua vida e da comunidade.

Fundado nesta diferenciação, restou exteriorizada conclusão dirigida ao Senador Paulo Paim no sentido de que se tratam de profissões distintas, com atribuições diferenciadas que gravitam em torno dos verbos “assistir”, significando: orientar, planejar, coordenar, avaliar; e “educar”, correspondendo a abordar, defender, assegurar, sensibilizar, iluminar, instruir, capacitar, cultivar, transmitir, construir conhecimento, apresentar cultura, desenvolver pensamento crítico.

Estabelecidos os parâmetros supra acerca do Educador Social e Assistente Social, torna-se relativamente mais simples o

estabelecimento de critérios distintivos em relação ao Socioeducador que, adiante-se, tende a ter a denominação profissional admitida perante o Ordenamento Jurídico como sendo Agente de Segurança Socioeducativa.

A atividade correspondente ao trabalho desenvolvido pelo Socioeducador foi incluída na Classificação Brasileira de Ocupações em 31 de janeiro de 2013 na mesma Família do Educador Social, qual seja, Trabalhadores de atenção, defesa e proteção a pessoas em situação de risco e adolescentes em conflito com a lei, com o código 5153-25.

As atividades que o Socioeducador tem a atribuição de desenvolver, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações⁸⁷, estão estruturadas em áreas individualizadas a saber:

Desenvolver ações para garantir direitos dos educandos: O Socioeducador deve identificar direito violado, orientar assistidos/usuários/internos/ familiares e educandos sobre e os direitos e/ou deveres, requisitar serviços que se façam necessário e denunciar situações de risco, fazer recâmbio, acompanhar o assistido em atendimentos que necessite; recepcionar, acolher, solicitar encaminhamento, verificar violação de direitos; acompanhar a rotina diária do educando.

Sensibilizar: Para atingir este objetivo o Socioeducador deve criar vínculos, conscientizar sobre riscos, despertar nos destinatários o desejo para mudar de vida, aconselhando-os para resgate da autoestima, apontar alternativas, despertar aptidões, habilidades, conscientizar sobre regras e normas a serem respeitadas.

Identificar necessidades e demandas: Ao Socioeducador incumbe receber denúncias e informações sobre violação de direitos, observar necessidades, dialogar com o Educando, familiares

⁸⁷ Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Disponível em: <<http://www.mtecho.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>>. Consulta em 07 out. 2017.

e também vizinhança, participar da elaboração de diagnósticos técnicos e avaliar a adesão a medida socioeducativa.

Abordar: A abordagem inclui as demandas espontâneas, solicitadas pelo Educando. Este profissional de percorrer perímetros e áreas, observar comportamentos e acompanhar educandos e técnicos em visitas domiciliares que se façam necessárias.

Desenvolver atividades socioeducativas: No exercício da Socioeducação, o profissional convidará o assistido para participar de atividades socioeducativas, acompanhará reuniões, desenvolver dinâmicas de grupo, aconselhará mudanças de comportamento, desenvolverá oficinas, realizará atividades artísticas, de lazer e cultura, recreativas, esportivas, pedagógicas, lúdicas. Realizará acompanhamento pedagógico, procedimentos de segurança, acompanhará o educando nas atividades socioeducativas e participará de equipes multidisciplinares.

Planejar trabalho e avaliar processo: Os planejamentos das atividades estão na rotina do Socioeducador. No desenvolvimento desta incumbência, o Socioeducador deve analisar resultados, os casos, as ações práticas realizadas, trocar experiência e, se necessário, alterar as estratégias utilizadas.

Comunicar-se: A comunicação é incumbência do Socioeducador, ela ocorrerá a partir da abertura do procedimento de atendimento e inclui no seu desenvolvimento: elaboração de relatórios de atendimento e acompanhamento, cadastramento de usuários do sistema, preenchimento de documentos, participação na elaboração das normas e questionário e, por fim, realizar a respectiva devolutiva acerca dos trabalhos realizados e respectivos resultados.

Demonstrar competências pessoais: Encerrando esta relação de atividades que o Socioeducador tem como atribuições, o mesmo deve trabalhar em equipe, inspirar confiança, buscar identificação, empatia, despertar esperança, exercitar atividade de

escuta, habituar-se a agir sob pressão, assumir riscos, administrar conflitos, demonstrar coragem, persistência, capacidade de compreensão, contornar situações adversas, demonstrar proatividade, capacidade de negociação, autocontrole, flexibilidade, facilidade de comunicação, entusiasmo, criatividade, respeitar diferenças, tomar decisões, permanecer sempre em estado de alerta.

A partir desta análise das atribuições do Socioeducador percebe-se uma grande identidade com o Educador Social. Não por acaso. Ambas as profissões reconhecidas pela CBO pertencem à mesma Família Ocupacional, havendo distinção, conforme acima exposto, na data de reconhecimento individualizado de cada uma delas.

A semelhança não se restringe a isso. O Socioeducador igualmente se encontra com processo de normatização em trâmite perante o Poder Legislativo. Também com dois projetos de lei que correm simultaneamente pelo Senado Federal e Câmara dos Deputados, apresentados respectivamente 08 de outubro de 2014 pelo Senador Antonio Carlos Rodrigues (PLS n. 278/2014) e 30 de agosto de 2016 pelo Deputado Laudívio Carvalho (PL n. 6.068/2016). Ambos passam a referenciar o Socioeducador como Agente de Segurança Socioeducativa.

A finalidade de ambos os projetos é normatizar o exercício da profissão de Agente de Segurança Socioeducativa, assim definido expressamente como sendo o “profissional que atua na execução de medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratica ato infracional, observado o disposto na Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012”. Ambos os projetos contemplam idêntico objetivo redacional.

É importante destacar, dentro da cronologia, que as atividades socioeducativas envolvendo adolescentes em conflitos com a lei já se encontram na intenção do legislador desde 2009, com a

redação original do Projeto de Lei n. 5.346/2009 de autoria do Deputado Chico Lopes:

Art. 2º Ficam estabelecidos como campo de atuação dos educadores e educadoras sociais, os contextos educativos situados fora dos âmbitos escolares e que envolvem: IV – a realização de atividades socioeducativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais⁸⁸.

Verifica-se, assim, que cinco anos depois de prevista a normatização da atividade acima descrita, tomou forma outra concepção, qual seja, o reconhecimento da atividade não como uma das atribuições do profissional Educador Social, que trabalha na vertente socioeducativa, mas sim, um trabalhador individualizado pela expressão “Agente de Segurança Socioeducativa”.

Embora sem referência específica naquela oportunidade, esta prática já foi descrita por Antônio Pereira, quando enfatizou a existência de “várias práticas de Educação Social” que são desenvolvidas por diferentes profissionais.

Os impactos da regulamentação também recairão sobre o campo de atuação que será legitimado, qual seja, pedagógico social – lugar de disputa de outras profissões pedagógicas, porque, subjetivamente, existem várias práticas de educação social, que defendem atributos diferenciados para os seus profissionais e que, necessariamente, não são chamados de educadores sociais. Mas não podemos negar que existe um esforço de agregar todos os profissionais que trabalham com o social educativo na categoria de educador (a) social, desde que seja na atividade de ressocialização⁸⁹.

⁸⁸ PL n. 5.346/2009, redação original do projeto apresentado em 03 de junho de 2009.

⁸⁹ PEREIRA, Antônio. A profissionalidade do educador social frente a regulamentação profissional da educação social: as disputas em torno do Projeto de Lei 5.346/2009. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (RIAEE), v. 11, n. 3, p. 1294-1317, 2016, p. 1304.

O Agente de Segurança Socioeducativa, segundo a previsão constante em aludidos projetos, uma vez aprovada a versão constante em qualquer deles, passará a contemplar uma atividade distinta do Educador Social, merecendo adequação os respectivos projetos para não gerar conflitos entre normas jurídicas que disciplinem a mesma situação.

Pelo fato do Agente de Segurança Socioeducativa (sinônimo da ocupação Socioeducador) pertencer à mesma Família Ocupacional do Educador Social perante a Classificação Brasileira de Ocupações e existirem remissões recíprocas nos projetos que tende a normatizar ambas as atividades, necessário se faz a análise das disposições contidas no PLS n. 278/2014⁹⁰ e PL n. 6.068/2016⁹¹.

Antes de conhecermos as disposições constantes nas propostas legislativas, consignamos que as mesmas se encontram em suas respectivas casas originárias e a única emenda até então apresentada ao PLS n. 278/2014, tão somente, atualiza o valor do piso salarial que a proposta contempla, de modo que, as propostas de lei serão analisadas na forma original em que foram propostas pelos Parlamentares.

A proposta n. 278/2014 que teve início no Senado Federal é composta de seis artigos. O primeiro deles referencia a profissão com a denominação Agente de Segurança Socioeducativa e a vinculação dos profissionais as atividades correspondentes ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), criado pela Lei n. 12.594/2012, que trata da execução de medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratica ato infracional.

⁹⁰ Projeto de Lei n. 278/2014. Regula o exercício da profissão de Agente de Segurança Socioeducativa – ASSE. Apresentado pelo senador Antônio Carlos Rodrigues em 08 de outubro de 2014.

⁹¹ Projeto de Lei n. 6.068/2016. Regula o exercício da profissão de Agente de Segurança Socioeducativa – ASSE. Apresentado pelo deputado federal Laudívio Carvalho em 30 de agosto de 2016.

O art. 2º indica as atribuições do profissional exteriorizando em dezoito incisos as atividades que o Agente de Segurança Socioeducativa deve desenvolver, seguindo as linhas gerais retro indicadas como previstas na Classificação Brasileira de Ocupações, incluindo especificamente rotinas específicas afetas ao SINASE, como revistas em pessoas, vistorias em objetos, direção de veículos.

Esta proposta de lei já pretende a fixação de uma jornada de trabalho diferente daquela vigente na Constituição Federal de 1988 para os trabalhadores brasileiros, reduzindo de 44 horas para 40 horas semanais com a possibilidade de negociação coletiva para estabelecimento períodos diferenciados e turnos de revezamento, conforme previsão expressa no art. 3º.

Para exercício da profissão, por força do contido no art. 4º, é exigido do agente não possuir antecedentes criminais, que tenha conclusão do ensino de segundo grau e frequente curso preparatório com o mínimo de 120 horas, sendo essas duas últimas condições exigidas apenas dos profissionais que não estejam exercendo a profissão há dois anos e, para a capacitação, que existam curso disponíveis ao profissional.

No art. 5º é indicado um piso mínimo nacional na ordem de R\$ 1.458,56 já atualizado por meio de uma emenda de autoria do Senador Sérgio Petecão, com previsão de reajuste anual pela variação do salário mínimo federal. O texto do projeto é fechado com disposição de vigência a partir da data de publicação da lei. Antes de completados dois anos de tramitação junto ao Senado, perante a Câmara foi apresentado o Projeto de Lei n. 6.068/2016, a qual abriu uma nova frente de discussão da questão do Agente de Segurança Socioeducativa, introduzindo importantes modificações quando comparada à proposta constante no PLS n. 278/2014, na forma que adiante segue:

O art. 1º do PL n. 6.068/2016 faz referência ao Educador Social e a outros títulos de ocupação e sinônimos relacionados à socioeducação. Determina que deverá ocorrer adequação em suas nomenclaturas, passando os profissionais que trabalhem com adolescentes em conflito com a lei no âmbito das disposições da Lei n. 12.594/2012 ser regidos por esta futura legislação, recebendo a denominação de Agente de Segurança Socioeducativa.

O autor do projeto foi diligente em salvaguardar os direitos adquiridos pelos profissionais que receberão nova denominação, os quais terão assegurados por expressa previsão no parágrafo único do art. 2º o direito à contagem de tempo para efeitos de aposentadoria, abono de permanência, concessão de progressão, promoção por antiguidade a partir do cargo ou função originário.

Isto quer dizer que, se provada essa proposta, alguém admitido no SINASE como Educador Social, passará a ser denominado Agente de Segurança Socioeducativa e regido pela respectiva legislação, sem perder os direitos correspondente à sua carreira funcional iniciada com a nomenclatura “educador social” e classificação perante a CBO.

Ainda no artigo 1º, seu § 4º indica os concursos públicos como forma de provimento dos cargos e, para prestá-lo, aponta como requisito ser portador de diploma de conclusão de superior, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, sem especificação de área do conhecimento.

No art. 2º são reafirmadas as ações que são desenvolvidas pelo Agente de Segurança Socioeducativa, enfatizando no inciso II que elas têm vinculação com as atividades exercidas no âmbito do cumprimento de medidas socioeducativas previstas no SINASE e no ECA, com destinatários que estão em regime de privação de liberdade ou restrição de direitos.

O art. 3º da proposta 6.068/2016 trata das competências que o PLS 278/2014 denomina atribuições, porém, o conteúdo

de ambas as propostas legislativas referencia perfil equivalente. O parágrafo único determina que estas “competências” sejam exercidas “após formação específica equivalente de 180 (cento e oitenta) horas”⁹².

Na primeira proposta, cujo nível mínimo de formação escolar era o nível médio, essa capacitação técnica acima referida tinha duração mínima de 120 horas, havendo, portanto, um aumento de 50% e também a menção expressa das atividades que a formação deve oportunizar:

A capacitação abrange, além de técnicas de defesa, uso de armas letais e não-letais, combate a incêndio, primeiros socorros, estudo dos direitos humanos e da legislação referente aos direitos das crianças e adolescentes⁹³.

Além deste curso de 180 horas, que a proposta denomina “capacitação”, no artigo 5º, outra atividade de formação é prevista, agora com a remissão de “curso preparatório”, com previsão de duração mínima de 350 horas, em conformidade com as disposições da Lei 12.594/2012 e regulamento. Dois, portanto, são os cursos preparatórios previstos no PL n. 6.068/2016 para exercício da profissional de Agente de Segurança Socioeducativa.

Outro ponto que introduz importante benefício aos profissionais é a limitação horária da jornada de trabalho em 30 horas semanais e, em caso de plantões que está seja de até 130 horas mensais. Na proposta inicial de 2014 essa jornada era de 40 horas semanais e, logicamente, se justifica em decorrência da complexidade da atividade e ambiente de trabalho que o art. 7º Expressamente reconhece: “Os profissionais de que trata esta lei exercem atividade de risco”⁹⁴.

⁹² PL n. 6.068/2016, art. 3º. Parág. Único.

⁹³ Idem.

⁹⁴ PL n. 6.068/2016, art. 7º.

Comparadas as três atividades inter-relacionadas que foram anteriormente analisadas, as quais têm em comum o trabalho com Educação Social, podemos estabelecer as seguintes conclusões comparativas entre os Assistente Social, Agente de Segurança Socioeducativa e o Educador Social:

Em relação ao objetivo, os Assistentes Sociais orientam, planejam, coordenam, avaliam; os Educadores Sociais abordam, defendem, asseguram, sensibilizam; os Agentes de Segurança Socioeducativa, atuam com as mesmas atribuições dos Educadores, porém, restritos às unidades internas do SINASE, que tem como destinatários adolescentes em conflito com a lei.

A jornada de trabalho desses três tipos profissionais, segundo a legislação já vigente e expectativas normativas em tramitação revelam que, 17 anos depois de normatizada a atividade, os Assistentes Sociais tiveram a jornada fixada em 30 horas semanais; os Agentes de Segurança Socioeducativa podem ter jornada de 30 ou 40 horas semanais dependendo do projeto que restar aprovado; e o Educador Social não tem referência de jornada nos projetos que tem a finalidade de normatizar sua atividade.

O nível de formação mínimo para exercício das atividades é a questão mais controvertida entre as três atividades. Os Assistentes Sociais já tiveram sua profissão normatizada em 1993 com nível mínimo superior em Serviço Social, como condição para livre exercício da atividade. Os Educadores Sociais e os Agentes de Segurança Socioeducativa encontram-se envoltos no mesmo dilema: exigência de nível mínimo superior ou médio?

Essa questão será objeto de reflexões ao longo deste trabalho e objeto de posição conclusiva no capítulo final, adiantando-se desde já que, para ambas as atividades (Educador Social e Agente de Segurança Socioeducativa) as concepções de nível presentes nos projetos iniciais evoluíram positivamente para pre-

ver um nível superior como escolaridade mínima em qualquer área do conhecimento para exercício dessas atividades.

PROFISSÃO, INGRESSO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Este capítulo é dedicado à análise da profissão do Educador Social em nosso país, que já é reconhecida desde 2009 pelo Ministério do Trabalho. Abordamos o perfil do profissional que os três setores (Público, Privado e Organizações não governamentais) recrutam, enfocando valor salarial, jornada, nível de formação, atribuições e outros aspectos seletivos.

Estes saberes, aqui admitidos como verdades, diante da cientificidade da apuração, ecoam nas lições de Michel Foucault:

A verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é – não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções – a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder⁹⁵.

Isto quer dizer que, algo é admitido como sendo verdadeiro se existe um convencimento determinado a partir do saber, o qual, em última instância, é poder. Seus efeitos igualmente também são admitidos porque existe uma relação de poder que a permite prevalecer. O poder do argumento válido, provado por verdades tecnicamente demonstradas.

Foucault continua a seguir, explicando como se chega à verdade:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funci-

⁹⁵ FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Roberto Machado (Org. e Trad.). 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, p. 51-52.

onar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro⁹⁶.

E arremata indicando as características da verdade em nossa sociedade:

(i) a "verdade" é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; (ii) está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); (iii) é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); (iv) é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, Exército, escritura, meios de comunicação); (v) é objeto de debate político e de confronto social (as lutas "ideológicas")⁹⁷.

Assim, os dados adiante apurados nos domínios de uma Universidade, segundo uma metodologia científica descrita, constituem-se verdades, as quais, admitidas como saberes, podem proporcionar poder de argumentação, de construção de um discurso válido, convincente, para intervenção no processo legislativo que se acha em trâmite.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 52.

⁹⁷ FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Roberto Machado (Org. e Trad.). 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, p. 52.

O Educador Social no mercado de trabalho nacional

Conforme abordado na seção que tratou da Classificação Brasileira de Ocupações, pela sistematização elaborada pelo Ministério do Trabalho, a profissão de Educador Social pode ser desenvolvida por indivíduos independentemente do nível de escolaridade que possuem, pois, a Família 5153, no que tange à formação e experiência, referêcia um acesso livre sem requisitos de grau escolar.

A pesquisa desenvolvida estudou as ofertas de trabalho tanto no Setor Público, através de processos seletivos públicos abertos pelas instâncias municipal e estadual, bem como, as vagas disponibilizadas pelo Setor Privado e terceiro setor.

O primeiro setor corresponde ao Estado. O Segundo, à seara produtiva agrícola, industrial, bem como, ao comércio e à prestação de serviços. O terceiro setor compreende às entidades da sociedade civil com finalidades públicas, fins não lucrativos e sem vínculos diretos com o primeiro setor (público, o Estado) e o segundo setor (privado, o mercado)⁹⁸.

Foram mapeadas 49 ofertas de trabalho, sendo 24 disponibilizadas pelo poder público e 25 por instituições não governamentais pertencentes ao terceiro setor ou privadas⁹⁹. As buscas foram realizadas pela rede mundial de computadores entre as datas de 22 de outubro de 2015 e 07 de janeiro de 2016, observados os seguintes critérios objetivos:

- a) O site Google utilizado como ferramenta de pesquisa;

⁹⁸ Compõem o terceiro setor as organizações não governamentais (ONGs), entidades filantrópicas, organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), organizações sem fins lucrativos e outras formas de associações civis que não tenham fins lucrativos.

⁹⁹ A relação completa dos endereços eletrônicos das amostras pesquisadas encontra-se no Anexo B.

b) As palavras-chave utilizadas foram: “concurso público”, “processo seletivo simplificado”, “vaga de trabalho”, “educador social”;

c) A partir do elevado volume de informações disponibilizado pelo sistema eletrônico de consulta, foram aplicados os seguintes critérios de triagem: amostras mais recentes; distribuição de amostras nas regiões geográficas do país.

A quantidade de amostras acolhidas importou 24,21 gigabits de informações em arquivos PDF, correspondentes à 1.120 páginas. Considerando que o foco central desta pesquisa é o estudo das características do Educador Social para o fornecimento de subsídios para a aprovação de uma lei que tutele os interesses dos profissionais, cuja abrangência atinge todo território nacional, necessário se fez que os levantamentos incluíssem amostras distribuídas nas cinco regiões geográficas do país.

Profissional do Setor Público

Seguindo esta orientação, foram mapeados 06 ofertas de vagas públicas para Educador Social na Região Sul, contemplando os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; 06 no Sudeste com amostras em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais; 03 no Centro-oeste, situadas em Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal; 05 nos estados do Pará, Piauí, e Acre, representando a Região Norte e, por fim, 04 ocorrências na Região Nordeste, referenciando oportunidades de trabalho no Ceará, Bahia e Pernambuco.

O critério de busca gerou a sistematização de 18 amostras referentes ao ano de 2015, 04 amostras em 2014 e 02 amostras em

2013, refletindo o perfil exigido do profissional da Educação Social pelo Poder Público, que permitiram extrair dados e conclusões acerca do nível de formação exigido, jornada de trabalho, valor salarial, critérios de seleção e atribuições.

A análise permite abstrair que em 67,7% das amostras encontramos a divulgação de Concursos Públicos para seleção de profissionais contratados por prazo indeterminado pela Administração Pública e 33,3% das vagas buscavam o preenchimento de vagas com prazo determinado, cuja seleção ocorria por meio de Processo Seletivo Simplificado.

Ambas as vias de acesso se encontram previstas na Constituição Federal, nos incisos II e IX do art. 37, pertencentes o Capítulo VII, que disciplina a Administração Pública e, particularmente, as formas de contratação por concurso público:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (...) IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público¹⁰⁰.

O texto constitucional aponta o Legislador Ordinário como responsável pela disciplina da admissão no serviço público de servidores para alcançar situações excepcionais e transitórias, o qual, se desincumbiu pela edição da Lei n. 8.745/1993.

¹⁰⁰ CF/1988, art. 37.

Nas amostras analisadas, a via do Processo Seletivo Simplificado é regularmente utilizada para contornar situações onde a falta de profissionais poderia determinar a interrupção nas atividades de assistência social que ocorrem nos seguintes programas: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)-Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Programa de Promoção e Acesso ao Mundo do Trabalho (ACES-SUAS), dentre os vinculados à Assistência Social, pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A importância social de tais políticas sociais de assistência e educação é tamanha, que o poder público inclui expressamente nos editais uma seleção com previsão de formação de cadastro de reserva, como se pode constar na amostra 701-ES¹⁰¹, correspondente a um Processo Seletivo Simplificado aberto para a contratação de 355 profissionais de 49 áreas diferentes, não se perdendo a oportunidade de inclusão de seleção também de Educadores Sociais.

O Processo Seletivo Simplificado não contempla a aplicação de provas objetivas, como ocorre nos concursos públicos regulares. A seleção ocorre a partir da análise dos currículos, prova de redação e entrevistas realizadas com os candidatos. Exatamente 50% das amostras analisadas fazem a seleção exclusivamente pelo currículo do candidato, enquanto a outra metade se vale de outros critérios complementares ao currículo, prevendo atividade redacional e entrevista.

Analisamos, doravante, o perfil do candidato pretendido pelo Setor Público, seja pela via do processo simplificado ou contratação via concurso público para então tabular e sistematizar os dados correspondentes ao profissional incumbido de promover a Educação Social em nosso país.

¹⁰¹ Amostras n. 701-ES, com endereço eletrônico constantes no anexo B.

Nível de formação exigido

Iniciamos a análise pela questão que mais tem sido objeto de debate nos meios acadêmicos: o nível mínimo de formação exigido para desenvolvimento da atividade de Educador Social. As exigências variaram entre o nível médio e o superior, sendo que, a partir das amostras analisadas, 28% dos concursos exigiram nível superior de ensino e 72% permitiam que candidatos com escolaridade em nível médio, concorressem às vagas.

Abaixo segue o quadro sistemático correspondente aos processos de seleção pública estudados:

Tabela 1
NÍVEL EXIGIDO EM EDITAIS DE SELEÇÃO PÚBLICA¹⁰²
Área de formação superior exigida

| SUL | SUDESTE | CENTRO-OESTE | NORTE | NORDESTE |
|--|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------|
| 701-PR SUP. e MÉD. Inespecíf. | 707-SP MÉDIO | 713-GO SUPERIOR Pedag./out. | 713-GO SUPERIOR Pedag./out. | 721 – CE (PSS) MED |
| 702-SC MÉDIO | 708-RJ MÉDIO | 714-MS MÉDIO | 718-AC (PSS) MÉDIO | 717-PI (PSS) MÉDIO |
| 703-RS MÉDIO | 709-ES (PSS) MÉDIO | 715-DF (PSS) MÉDIO | 719-AC (PSS) MÉDIO | 720-PI (PSS) SUPERIOR Pedagogia |
| 704-PR SUPERIOR Pedagogia | 710-MG SUPERIOR Pedag./out. | | | 722-BA MÉDIO |
| 705-PR MÉDIO | 711-SP SUPERIOR Pedag./out. | | | 723-PE MÉDIO |
| 706-SC MÉDIO | 712-SP MÉDIO | | | 724-BA (PSS) MÉDIO |

¹⁰² Conjunto de 24 amostras distribuídas nas regiões geográficas do país. Os números que antecedem a sigla do Estado referem-se aos dígitos que individualizam a amostra, que é também utilizada em outras análises no transcorrer desta seção e se encontram nos arquivos particulares da pesquisa para consultas que se fizerem necessárias; SUP. e MÉD: níveis superior e médio encontrados na mesma amostra que contempla seleção para profissionais de diferentes níveis; Inespecíf.: sem especificação de área de formação; Pedag./Out.: Pedagogia ou outras áreas: Normal Superior, Letras, Artes Visuais, Artes Cênicas, Música, Educação Artística, Sociologia, Filosofia, História, Estudos Sociais, geografia, Ciências biológicas e Educação Física. PSS: Processo Seletivo Simplificado, baseado na análise curricular e entrevistas para seleção.

Quando o nível superior foi estabelecido, a formação mais exigida foi a de Pedagogia, exclusivamente em 42,8% dos casos ou juntamente com outras áreas de Ciências Humanas (Normal Superior, Letras, Artes Visuais, Artes Cênicas, Música, Educação Artística, Sociologia, Filosofia, História, Estudos Sociais, geografia, Ciências biológicas e Educação Física) em outros 42,8% das vagas e, 14,4% referenciavam a exigência de formação em 3º grau, sem, contudo, indicar uma área específica.

A alternância entre grau médio e superior exigida nos Editais de Seleção Pública foi distribuída de maneira uniforme pelo país, com exceção da Região Nordeste, a única onde não foi verificada a ocorrência de Edital de Seleção Pública com exigência de nível superior de ensino.

Carga horária e previsão salarial

A carga horária normal do trabalhador brasileiro, prevista na Constituição Federal, é de 44 horas semanais, sendo facultado aos sujeitos da relação laboral a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Analisando os mesmos 24 Editais de Seleção Pública, identificamos as seguintes jornadas referenciadas nas publicações:

Tabela 2
SALÁRIO E JORNADA – EDITAIS DE SELEÇÃO PÚBLICA¹⁰³
Educador Social x Assistente Social

| SUL | SUDESTE | CENTRO-OESTE | NORTE | NORDESTE |
|--|---|--|---|---|
| 701-PR E-S: R\$2.614,84 /40h E-M: R\$1.406,80 /40h A-S: | 707-SP E-M: R\$920,00 /40h A-S: R\$ 1.253,50 /30h | 713-GO E-S: R\$3.138,94 /40h A-S: R\$ 2.354,21 /30h | 716-PA E-S: R\$1.774,60 /40h A-S: R\$2.556,00 /40h | 717-PI (PSS) EM: R\$800,00 /40h A-S: R\$1.100,00 /30h |
| 702-SC E-M: R\$1.489,0 4/40h A-S: | 708-RJ E-M: R\$788,00 /40h A-S: R\$1.800,00 /40h | 714-MS E-M: R\$1.081,36 /40h A-S: | 718-AC (PSS) E-M: R\$850,00 /40h A-S: R\$2.500,00 /40h | 720-PI (PSS) E-S: R\$900,00 /40h A-S: |
| 703-RS E-M: R\$1.452,50 /40h A-S: | 709-ES (PSS) E-M: R\$1.233,10 /40h A-S: | 715-DF (PSS) E-M: R\$ 2.500,00 /40h A-S: R\$4.000,00 /40h | 719-AC (PSS) E-M: R\$808,00 /40h A-S: R\$1.900,00/ 30h | 721-CE (PSS) E-M: R\$788,00 /40h A-S: |

¹⁰³ Conjunto de 24 amostras distribuídas nas regiões geográficas do país. Os números que antecedem a sigla do Estado referem-se aos dígitos que individualizam a amostra; PSS: Processo Seletivo Simplificado, baseado na análise curricular e entrevistas para seleção; E-S: Educador Social de nível superior; E-M: Educador Social de nível médio; A-S: Assistente Social, todos de nível superior; os salários apontados são seguidos da jornada em horas semanais.

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| 704-PR E-S: R\$1.248,09 /40h A-S: R\$2.301,15 /40h | 710-MG E-S: R\$3.126,75 /30h A-S: R\$3.126,75 /30h | | | 722-BA E-M: R\$837,09 /40h A-S: R\$1.775,61 /40h |
| 705-PR A-M: R\$2.127,87 /40h A-S: | 711-SP E-S: R\$4.605,49 /40h A-S: | | | 723-PE E-M: R\$788,00 /40h A-S: R\$1.500,00 /30h |
| 706-SC E-M: R\$1.607,78 /40h A-S: R\$3.617,51 /40h | 712-SP E-M: R\$1.341,74 /40h A-S: R\$3.009,25 /30h | | | 724-BA (PSS) E-M: R\$1.182,00 /40h A-S: |

A jornada constitucional de 44 horas semanais tem maiores percentuais de exigência junto à iniciativa privada e organizações não governamentais. O Poder Público, enquanto contratante exige do Educador Social uma jornada de 40 horas na grande maioria das amostras, conforme percentuais a seguir consignados.

Nenhuma das amostras analisadas consignava exercício de atividades em jornada maior, circunstância que se atribui ao fato de que os serviços públicos, programas e projetos, habitualmente, desenvolvem atividades durante cinco, dos sete dias da semana, embora não se possa deixar de referenciar que muitos Educadores Sociais trabalham em locais que permanecem em funcionamento ininterrupto.

Em 95,8% das oportunidades previstas para Educador Social nos editais consultados havia previsão de atividades em 40 horas semanais. Somente 4,2% do total de vagas contemplavam jornada reduzida, na ordem de 30 horas semanais, conforme evidenciam os dados da Tabela 2, supra.

Conforme teremos oportunidade de abordar quando analisarmos as atribuições do profissional, a Educação Social engloba também atividades lúdicas e descontraídas, contudo, a maior parte das oportunidades de trabalho referenciam atividades que expõem o trabalhador a situações de grande estresse e pressão psicológica, justificando a exigência de jornadas mais reduzidas, objetivando a garantia de um melhor desempenho profissional, proteção à saúde e bem-estar do trabalhador.

Esses dados revelam uma tendência de redução das jornadas em atividades semelhantes à que o Educador Social trabalha, como se observa na Assistência Social. Em mais da metade dos editais que abriam vagas para Educador Social, também havia previsão de contratação para Assistentes Sociais, fato que permitiu verificar que, em 50% das vagas de Assistente Social, a jornada exigida já é de 30 horas semanais¹⁰⁴.

A jornada de trabalho revelou ser grandeza inversamente proporcional ao nível de formação na análise desenvolvida, na medida em que o Educador Social de nível médio tem jornada de 40 horas em 100% das amostras. Se o Educador tem formação superior, 14,3% das vagas já lhe oportunizam jornada de 30 horas semanais.

Comparativamente, o Assistente Social, cujo nível de formação é superior por força de lei, tem a possibilidade de trabalhar 30 horas semanais em 50,0% das vagas previstas nos editais públicos de seleção, sendo as horas remanescentes remuneradas como extraordinárias.

¹⁰⁴ Tramite abordado no item 3.2.2 com a análise da Tabela n. 6.

Em relação aos salários, a presumida regra de que, quem tem maior nível de formação, tem melhor remuneração se confirma a partir dos números objetivamente computados. O Educador Social com nível médio de formação encontra oferta pública de salário com média de R\$ 1.222,29, em um universo que varia entre a maior remuneração de R\$ 2.500,00 em Brasília-DF e a menor de R\$ 788,00 em Jardim-CE¹⁰⁵, ambos com jornadas de 40 horas semanais.

Já o Educador Social com nível superior tem remuneração correspondente a mais que o dobro, do mesmo profissional com nível médio, pois, sua remuneração média atinge R\$ 2.486,95, com máximo e mínimo variando entre R\$ 4.605,49 em Jundiá-SP e R\$ 900,00 em União-PI. Ambas as oportunidades exigem a prestação de 40 horas semanais¹⁰⁶.

Esta realidade, correspondente a um maior salário para quem detém um nível superior na formação, também é confirmada pela remuneração percebida pelo Assistente Social, cuja média encontrada a partir das 14 amostras analisadas no contexto nacional aponta um vencimento mensal médio de R\$ 2.335,28.

Este número é bastante próximo ao valor que se remunera o Educador Social de nível superior (R\$ 2.486,95), lembrando que a jornada de 30 horas de trabalho por semana é prática muito mais corrente para a profissão do Assistente do que para o Educador, considerando os percentuais retro indicados¹⁰⁷.

Durante os estudos realizados no Grupo de Pesquisa Infância, Adolescência e Juventude, vinculado ao PPE-UEM, houve a indagação de se existiria correlação entre o número de vagas de nível superior e médio, tendente a caracterizar a prática de

¹⁰⁵ Amostras n. 715-DF e 721-CE, respectivamente, com endereços eletrônicos constantes no anexo B.

¹⁰⁶ Referenciados sequencialmente nas amostras 711-SP e 720-PI, com endereços eletrônicos constantes no anexo B.

¹⁰⁷ Apenas 14,3% das vagas referenciam trabalho em 30 horas semanais para Educador Social, enquanto, para o Assistente, esse percentual atinge 50%.

contratação de um número maior de profissionais de menor qualificação técnica para prestigiar a economia financeira.

No levantamento realizado, esta dúvida restou dirimida e afastado o receio da ocorrência de tal prática, diante da não contratação de um número menor de Assistentes Sociais de nível superior, quando comparado com o número de Educadores Sociais com nível técnico, para desenvolvimento de atividades que se assemelham, ou seja, não foi conclusiva a ideia de contratação de uma mão-de-obra mais barata em proporção maior que a outra categoria de nível superior.

Os números a seguir constantes confirmam essa conclusão não demonstrando relação de proporcionalidade menor entre as vagas para Educador de nível médio e Assistente em nível superior:

Tabela 3
NÍVEL DE FORMAÇÃO E NÚMERO DE VAGAS¹⁰⁸
Editais de Seleção Pública – Educador Social x Assistente Social

| SUL | SUDESTE | CENTR-OESTE | NORTE | NORDESTE |
|-----|---|--|--|--|
| | 707-SP E-M: R\$920,00 – 01 v.g. A-S: R\$1.253,50 – 01 vg. | 713-GO E-S: R\$3.138,94 – 03 vgs. A-S: R\$2.354,21 – 05 vgs. | 716-PA E-S: R\$1.774,60 – 02 vgs. A-S: R\$2.556,00 – 05 vgs. | 717-PI (PSS) E-M: R\$800,00 – 01 vg. A-S: R\$1.100,00 – 02 vgs. |
| | 708-RJ E-M: R\$788,00 – 01 vg. A-S: R\$1.800,00 – 08 vgs. | | 718-AC (PSS) E-M: R\$850,00 – 01 vg. A-S: R\$2.500,00 – 01 vg. | 722-BA E-M: R\$837,09 – 05 vgs. A-S: R\$1.775,61 – 04 vgs. |
| | | 715-DF (PSS) E-M: R\$2.500,00 – 152 vgs. A-S: R\$4.000,00 – 20 vgs. | 719-AC (PSS) E-M: R\$808,00 – 02 vgs. A-S: R\$1.900,00 – 01 vg. | 723-PE E-M: R\$788,00 – 10 vgs. A-S: R\$1.500,00 – 04 vgs. |

¹⁰⁸ Conjunto de 14 amostras distribuídas nas regiões geográficas do país que referenciam no mesmo processo de seleção vagas para Educador Social e Assistente Social; Os números que antecedem a sigla do Estado referem-se aos dígitos que individualizam a amostra; PSS: Processo Seletivo Simplificado, baseado na análise curricular e entrevistas para seleção; E-M: previsão de Educador Social de nível médio para a vaga, seguida da previsão salarial e número de vagas disponíveis para contratação; E-S: previsão de Educador Social de nível superior; A-S: previsão de Assistente Social, sempre com nível superior de formação; CR: cadastro de reserva.

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| 704-PR E-S: R\$1.248,09 – 0 vg (CR) A-S: R\$2.301,15 – 0 vg (CR) | 710-MG E-S: R\$3.126,75 – 03 vgs. A-S: R\$3.126,75 – 05 vgs. | | | |
| 706-SC E-M: R\$1.607,78 – 01 vg. A-S: R\$3.617,51 – 10 vgs. | 712-SP E-M: R\$1.341,74 – 05 vgs. A-S: R\$3.009,25 – 01 vg. | | | |

Contudo, o número de contratações de profissionais para trabalhar com a Educação Social com nível médio e nível superior, permite visualizar a preferência pelo profissional com menor formação e, conseqüentemente, vencimentos.

A primeira modalidade (nível médio) indica uma remuneração 105,3% menor que os vencimentos previstos para um profissional que tenha formação em nível superior. Encontrase, assim, justificativa financeira, para que o primeiro setor (público) em 72,0% das amostras optar por contratar profissionais de nível médio.

A sistematização dos dados correspondentes às oportunidades públicas de seleções revelou que a distribuição das riquezas segundo o Produto Interno Bruto (PIB) no cenário nacional sugere justificativa para a constatação de que os Estados mais pobres pagam menores salários e os mais ricos os maiores, comprovado a partir dos vencimentos previstos no edital divulgado pelo Município de Teresina-PI, por exemplo, que remunera em R\$ 900,00 e Jundiá-SP, que propõe R\$ 4.605,49 ambos para o Educador Social de nível superior.

Atribuições

Na sequência, foram analisadas as descrições detalhadas das atribuições constantes nas 24 amostras de editais de seleção pública, sendo perceptível a referência a atividades teóricas e práticas.

De acordo com as análises que fizemos nos editais, verificamos que as incumbências se repetiam e alternavam em relação às ações específicas constantes nos editais. As quatro primeiras categorias teóricas, relacionadas à capacitação, compreensão, planejamento e sistematização de atividades. Já as ações práticas, reunimos em oito núcleos base: abordagem, proteção, supervisão, educação, inclusão, integração, recreação e institucionais.

Capacitação: Entre as atribuições do Educador Social está a capacitação, pela qual, o mesmo deve participar de cursos, oficinas, grupos de estudo, eventos, reuniões para aprimoramento pessoal e assessoramento à equipe técnica incumbida do exercício das atividades. Na capacitação, o Educador também deve ser inteirado dos direitos e obrigações de cada público assistido.

Compreensão: o profissional deve compreender o contexto onde irá trabalhar, abstraindo a situação de famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem e as respectivas estratégias de sobrevivência, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições.

Compreender a realidade social, a necessidade própria de cada segmento, identificar casos de incidência de trabalho infantil, exploração sexual, violência doméstica, conhecer a dinâmica da rua, identificar os locais, horários de circulação e permanência do público alvo, possibilita a programação e o desenvolvimento de atividades que respondam às questões sociais apresentadas.

Planejamento: As estratégias de intervenção pelo Educador Social devem ser discutidas, avaliadas e articuladas. Os grupos de atuação devem possuir autogestão, trabalhando em equipes interdisciplinares. Deverão ser criadas estratégias para o desenvolvimento de programas, projetos e serviços de políticas públicas manejadas pela administração direta, indireta, entidades e organizações populares do município.

Na implantação de novos projetos em comunidades, é atribuição do Educador auxiliar na elaboração de material didático, prestar informações seguindo diretrizes da Política de Assistência Social. Também deve coletar informações para a pesquisa, dar subsídios para a tabulação, mobilizar e acompanhar os educandos, bem como, estabelecer contato com lideranças do entorno, conforme orientação técnica, para a divulgação dos serviços e estabelecimento de possíveis parcerias.

Sistematização: Cumpre ao profissional igualmente realizar manutenção dos registros de atendimentos, atualizando-os e os organizando, a fim de possibilitar entendimento do histórico cotidiano e desenvolvimento dos destinatários das atividades.

Paralelamente às atividades voltadas ao perfil teórico relacionadas às incumbências retro indicadas, existem aquelas correspondentes às ações práticas, adiante enumeradas:

Abordagem: Ocorre no espaço da rua, a partir de busca ativa no território. O Educador Social encaminha e acompanha, sob orientação da equipe técnica, o público atendido aos recursos da comunidade. Quando necessário, identifica e articula os recursos comunitários as existentes para efetivar os encaminhamentos necessários. O Educador Social acompanha os educandos nas consultas e atendimentos de saúde, educação e assistência social, quando necessário.

O profissional igualmente promove encaminhamentos para o Conselho Tutelar, à rede de serviços socioassistenciais e ou-

tros serviços prestados no âmbito da localidade. Aplica medidas socioeducativas em meio aberto de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, executa atividades de apoio e acompanhamento diurno e noturno a crianças e adolescentes, com abordagem individual ou grupal.

Proteção: Dentro dessa atribuição incluem-se as incumbências de monitorar, desenvolver atividades de caráter profissional, educativo e recreativo, com vistas a atender as necessidades básicas do educando e permitir sua emancipação e integração na sociedade.

Ao Educador Social cumpre encaminhar os educandos em atendimentos relacionados à educação, assistência social, jurídica¹⁰⁹, saúde, ministrar medicamentos conforme prescrição médica, orientar e exigir respeito às medidas básicas de prevenção de doenças infectocontagiosas, prestar primeiros socorros, cientificando o superior imediato da ocorrência, solucionar problemas dentro de padrões adequados e sugerir mudanças com base em seus conhecimentos profissionais.

Igualmente, zela pelo cumprimento dos princípios da ética profissional tanto em relação aos aspectos referentes a intimidade e privacidade, como outros direitos inalienáveis. Ele acompanha atividades de refeições, repouso e higiene, zela pela integridade física, moral, bem como, pelo cumprimento dos direitos e deveres dos educandos, mantendo a disciplina daqueles que estão sob sua responsabilidade, confiando-os aos cuidados de seu substituto quando afastar-se ou ao final do período de atendimento.

Supervisão: Atribuição que é relacionada principalmente com casas de custódia, onde o Educador Social acompanha o processo socioeducativo dos internos em todas as fases: recepção-

¹⁰⁹ Em determinados situações, o trabalho é desenvolvido de forma integrada com o Poder Judiciário, como especificamente é previsto na amostra 711-SP, onde o Educador Social desenvolverá atividades de forma integrada com Vara da Infância e da Juventude, Ministério Público e Conselho Tutelar na rede de garantia de direitos.

na, acolhe, executa e acompanha a rotina diária, observando e atendendo suas necessidades, bem como, comunica situação de risco e de violação de direitos à chefia imediata.

No tocante a essa última atribuição, saliente-se a importância de comunicar ofensas e situações de risco que tenha conhecimento, haja vista que, não sendo dado pelo Educador Social o devido encaminhamento institucional à notícia, poderá o mesmo ser responsabilizado criminalmente por sua inércia.

Especificamente para casos de maus-tratos contra criança ou adolescente temos que, deixando de ser comunicada a autoridade competente as violações que o profissional tenha conhecimento, estará ele sujeito a uma pena de multa, no importe de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência¹¹⁰.

Assim, está entre as atribuições do Educador Social o dever de preservar a integridade física e mental dos assistidos e demais servidores, fazer cumprir regras e normas, acompanhar e supervisionar nas movimentações internas e externas sempre que necessário, realizar procedimentos de segurança, entre eles revista corporal, de alimentos, realizar a segurança preventiva e interventiva dentro e fora da unidade. Cumpre também zelar pelo patrimônio, mediante vistoria sistemática das instalações físicas e de materiais utilizados nas atividades, prevenindo situações de crise.

Devem também executar atividades relacionadas com a rotina diária, tais como: higiene pessoal, servir a alimentação, recolher os resíduos, entregar medicação regularmente prescrita, revistar, orientar, acompanhar e controlar o acesso de pessoas e visitantes no âmbito da unidade em que desenvolve atividades.

¹¹⁰ Lei 8.069/1990, art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Educação: É o nome da atividade, que está presente em todas as atribuições, contudo, aqui utilizado em um contexto restritivo para sistematização, englobando particularmente as atribuições desenvolvidas no contexto da educação formal, onde o Educador Social é reclamado a dar assistência aos alunos sob a orientação de um professor regente, professor de educação especial ou coordenador pedagógico, desenvolvendo atividades de caráter educativo e recreativo, a fim de garantir o acesso à emancipação e integração na sociedade.

Deve auxiliar a participação efetiva do aluno nas diferentes situações que ocorra interação e atividades que envolvam o coletivo da escola, informar à professora regente, ou equipe pedagógica, fatos e acontecimentos relevantes ocorridos com os alunos. O auxílio inclui a participação efetiva do aluno nas diferentes situações que ocorra interação e atividades que envolvam o coletivo da escola, além de oportunizar autonomia e independência, respeitando as diferenças individuais.

No ambiente escolar, o Educador Social atua junto aos alunos, auxiliando no processo de desenvolvimento integral, envolvendo os aspectos afetivos, físicos, motores, e intelectuais, auxiliando a professora nas providências, controle e cuidados com o material escolar e pertences dos alunos. Ele acompanha os alunos nas suas necessidades básicas e no período de repouso, mantendo-se alertas a todos os fatos e acontecimentos da sala.

Por fim, cumpre-lhe zelar pela integridade física e moral dos educandos, para garantir a segurança e a proteção dos mesmos, recebendo e entregando-os nos horários de entrada e saída, de forma planejada, agradável e acolhedora, de forma a estabelecer laços de comunicação de ordem afetiva.

Inclusão: Pela inclusão, o profissional propicia a inserção da pessoa com deficiência, utilizando, sob supervisão, os métodos e processos básicos de relacionamento social. Ele auxilia na lo-

comoção dos alunos com deficiência física ou de mobilidade reduzida, que necessitam de auxílio ou acompanhamento, garantindo a acessibilidade no espaço escolar ou em passeios e visitas de estudo.

Integração: A integração determina reinserção dos usuários e suas famílias, colaborando na solução de seus problemas, utilizando, sob supervisão, os métodos e processos básicos de educação alimentar, higiene, relacionamento social, laborterapia, formação para o trabalho, qualificação profissional, entre outros.

O Educador Social realiza o acompanhamento sobre o desenvolvimento de usuários inseridos em programas voltados à inserção no mercado de trabalho, efetuando os respectivos registros de dados. Assiste aos usuários das políticas sociais de proteção básica e especial, programando e desenvolvendo atividades a fim de permitir sua emancipação, integração na sociedade e inserção na rede de serviços socioassistenciais.

Também auxilia na construção do processo de saída das ruas de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência e, possibilita condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais, acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados, informação, comunicação e defesa de direitos.

Promove atividades de convívio e de organização da vida cotidiana, inserção em projetos e programas de capacitação, preparação para o trabalho, estímulo ao convívio familiar, grupal e social, para o exercício da cidadania, mobilizando a identificação da família extensa ou ampliada.

O Educador Social articula com os serviços de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos, discute com os usuários dos serviços e programas as regras de funcionamento e participação. Deve levantar os recursos da localidade, sensibili-

zando a comunidade e fortalecendo-a para um agir coletivo, potencializando as habilidades de cada um participante de programas de apoio social, permitindo com que o mesmo decida por si mesmo.

O trabalho junto às famílias ou responsáveis é desenvolvido para que o espaço de casa seja receptivo ao retorno de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em circunstância de acolhimento institucional. Isso incentiva as pessoas a recuperarem suas histórias de vida, que também devem ser ouvidas com atenção e reconhecida sua importância.

Recreação: O Educador Social não lida apenas com situações adversidades e vulnerabilidades, conforme salientado oportunamente. Entre suas atribuições também está o planejamento e desenvolvimento de atividades lúdicas, recreativas, culturais e pedagógicas, juntamente a equipe das unidades e programas de trabalho.

Instituição: Assiste também ao profissional da Educação Social o desenvolvimento e monitoramento da rotina dos serviços da unidade de atendimento. Cumpre a ele participar das práticas pertinentes a realização do serviço, zelar pelo cumprimento dos princípios da ética profissional, intimidade e privacidade orientando o público alvo quanto às normas e procedimentos da instituição.

A parte administrativa correspondente à solicitação, recebimento, conferência, controle e otimização do uso dos materiais permanentes e de consumo nas unidades, também está a seu cargo. Ele deve zelar pelos equipamentos e materiais utilizados, providenciando a limpeza, manutenção, conservação e guarda dos mesmos, bem como, manter limpo e organizado o local de trabalho.

Este é o universo das atribuições que são previstas no conjunto das amostras de editais de seleção pública analisados, me-

recendo ser observado que em vários deles também se consigna a necessidade de conduzir veículos automotores no exercício das funções do cargo que, sistematicamente, poderíamos incluir no item outras atribuições.

Desenvolvida esta análise, é possível apontar uma síntese preliminar, referenciando que o Educador Social tem como atribuições a intervenção em diversos contextos sociais, culturais e educativos, tendo como público destinatário segmentos populacionais independentemente de idade, envolvendo, assim, atividades com crianças, jovens, adultos e seniores, incluindo indivíduos com deficiências.

O Educador Social é recrutado no mercado de trabalho para educar pessoas, desenvolvendo sua atividade ao longo de toda a vida dos destinatários, em todos os espaços e relações, encontrando na estrutura da assistência social, já institucionalizada pelo Estado, um meio que carece das atividades e habilidades que este profissional detém.

Assim, a prestação de serviços ocorre na maior parte das vezes no âmbito da assistência social (*lato sensu*), onde o mesmo deve educar, assistir e produzir segurança aos seus educandos, conforme seus anseios, necessidades, situação de vulnerabilidade e risco em que se encontram.

Suas ações correspondem a medidas de resolutividade e efetividade dos serviços, que são verificadas pelos níveis de participação e satisfação dos usuários e pelas mudanças efetivas e duradouras em sua condição de vida, na perspectiva do fortalecimento de sua liberdade, autonomia e cidadania.

Os profissionais contratados por Concurso Público ou Processo Seletivo Simplificado são admitidos para exercício de atividades em serviços vinculados ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 83,3% das amostras, restando 8,3% das vagas para atividades vinculadas ao Sistema Nacional de Aten-

dimento Socioeducativo (SINASE) e outros 8,3% para trabalhos em “contextos educativos diversos”, que englobam atividades sociais, educacionais e culturais fora do âmbito da Assistência Social.

Essa realidade permite a sistematização na forma da tabela 4, a seguir confeccionada, que acrescenta as atribuições juntamente com o nível de formação, salário e jornada.

Tabela 4
EDUCADOR SOCIAL – EDITAIS DE SELEÇÃO PÚBLICA¹¹¹
Atribuições – Nível – Salário – Jornada

| SUL | SUDESTE | CENT-OESTE | NORTE | NORDESTE |
|--|--|--|---|---|
| 701-PR E-S: R\$2.614,84 /40h ORG/PRG – PM Assistência Social Escolas | 707-SP E-M: R\$920,00 /40h ORG/PRG – PM Assistência Social Escolas | 713-GO E-S: R\$3.138,94 /40h ORG/PRG – PM Assistência Social | 716-PA E-S: R\$1.774,60 /40h Contex. Educac. Diversos – PM | 717-PI (PSS) E-M: R\$800,00 /40h ORG/PRG – PM Assistência Social |
| 702-SC E-M: R\$1.489,04 /40h ORG/PRG – PM Assistência Social | 708-RJ E-M: R\$788,00 /40h ORG/PRG – PM Assistência Social | 714-MS E-M: R\$1.081,36 /40h ORG/PRG – PM Assistência Social Escolas | 718-AC (PSS) E-M: R\$850,00 /40h ORG/PRG – PM Assistência Social | 720-PI (PSS) E-S: R\$900,00 /40h ORG/PRG – PM Assistência Social |

¹¹¹ Conjunto de 24 amostras distribuídas nas regiões geográficas do país. Os números que antecedem a sigla do Estado referem-se aos dígitos que individualizam a amostra; PSS: Processo Seletivo Simplificado, baseado na análise curricular e entrevistas para seleção; E-S: Educador Social de nível superior; E-M: Educador Social de nível médio; A-S: Assistente Social, todos de nível superior; os salários apontados são seguidos da jornada em horas semanais; E-S: Educador Social de nível superior, seguida da previsão salarial e jornada de trabalho em horas semanais; E-M: Educador Social de nível médio; ORG/PRG - PM: organismos e programas de assistência social vinculados à prefeitura municipal; SINASE ES: unidade de Socioeducação com vinculação institucional estadual; Contex. Educ. Div.: contextos educativos diversos, que se distinguem de atividades relacionadas à assistência social ou contexto escolar, também identificados nas amostras.

| | | | | |
|--|---|--|--|--|
| 703-RS E-M: R\$1.452,50 /40h ORG/PRG – PM Assistência Social | 709-ES (PSS) E-M: R\$1.233,10 /40h ORG/PRG – PM Assistência Social Escolas | 715-DF (PSS) E-M: R\$2.500,00 /40h SINASE – ES | 719-AC (PSS) E-M: R\$808,00 /40h ORG/PRG – PM Assistência Social | 721-CE (PSS) E-M: R\$788,00 /40h ORG/PRG – PM Assistência Social |
| 704-PR E-S: R\$1.248,09 /40h ORG/PRG – PM Assistência Social | 710-MG E-S: R\$3.126,75 /30h ORG/PRG – PM Assistência Social | | | 722-BA E-M: R\$837,09 /40h Contex. Educac. Diversos – PM |
| 705-PR A-M: R\$2.127,87 /40h SINASE – ES | 711-SP E-S: R\$4.605,49 /40h ORG/PRG – PM Assistência Social | | | 723-PE E-M: R\$788,00 /40h ORG/PRG – PM Assistência Social |
| 706-SC E-M: R\$1.607,78 /40h ORG/PRG – PM Assistência Social Escolas | 712-SP E-M: R\$1.341,74 /40h ORG/PRG – PM Assistência Social | | | 724-BA (PSS) E-M: R\$1.182,00 /40h ORG/PRG – PM Assistência Social |

Ilustram a relação de atribuições vinculadas ao SINASE e “outros contextos educativos” os concursos publicados, respectivamente, pelo Estado do Paraná em abril de 2014 que admitiu 411 profissionais para exercerem atividades nas Unidades Socioeducativas da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social e Prefeitura de Monte Alegre- PA, em agosto de 2015.

705-PR – Descrição genérica da função de Educador Social: Comprometer-se com o processo socioeducativo dos adolescentes em todas as fases; recepcionar e acolher os adolescentes; comunicar situação de risco e de violação de direitos à chefia imediata; executar e acompanhar a rotina diária dos adolescentes, observando e atendendo suas necessidades; preservar a integridade física e mental dos adolescentes e demais servidores; fazer cumprir regras e normas; acompanhar e supervisionar os adolescentes nas movimentações internas e externas sempre que necessário; participar de reuniões socioeducativas; desenvolver oficinas; realizar atividades artísticas, de lazer, cultura, recreativas, esportivas e pedagógicas lúdicas; realizar procedimentos de segurança, entre eles revista corporal, revista de ambiente, revista de espaço, de alimentos; elaborar relatórios e documentos; realizar a segurança preventiva e interventiva junto aos adolescentes, dentro e fora da unidade; zelar pelo patrimônio, mediante vistoria sistemática das instalações físicas e de materiais utilizados nas atividades, prevenindo situações de crise; executar atividades relacionadas com a rotina diária dos adolescentes, tais como: higiene pessoal, servir a alimentação, recolher os resíduos; entregar medicação regularmente prescrita; revistar, orientar, acompanhar e controlar o acesso de pessoas e visitantes no âmbito da unidade; dirigir veículos oficiais, observando as leis de trânsito e normas de segurança; manter a organização do ambiente de trabalho; realizar atividades administrativas; atuar em equipe cumprindo suas funções e colaborando com os demais¹¹².

716-PA – Síntese das atividades: Habilitado a intervir com diversos níveis da população: crianças, jovens, adultos, seniores, e em contextos sociais, culturais e educativos diversos; trabalhar não

¹¹² Amostra de sequencial 705-PR, com endereço eletrônico constante no anexo B.

somente com indivíduos em situação de vulnerabilidade, mas também com pessoas, independentemente da etapa de vida em que se encontram, estejam ou não em situação de vulnerabilidade social¹¹³.

As atividades são desenvolvidas pelos Educadores Sociais em abrigos, programas e serviços de assistência social, contextos escolares e educativos diversos. No tocante aos dois primeiros, a relação de atribuições anteriormente sistematizada fornece os exatos contornos da atividade.

Institucionalmente a escola é um local reservado ao exercício da Educação Formal já referenciada neste trabalho, contudo, existe um movimento de profissionais, pesquisadores e legisladores, para que o Educador Social tenha garantia de espaço profissional para exercício da Educação Social também no contexto escolar. Essa ideia vem sendo desenvolvida ao longo desta década de 2010. Anteriormente, não se pensava uma legislação que contemplasse o exercício das atividades “dentro dos âmbitos escolares”.

É nesta ótica que a presença do Educador Social nos contextos escolares em 20,8% dos editais de seleção pública é reflexo do reconhecimento de que este profissional é muito importante também no âmbito das relações escolares, pois, parte das situações que justificam os atendimentos nos programas assistenciais acometem sujeitos que se encontram na seara institucional escolar.

A vinculação do Educador Social com o ambiente escolar ainda é restrita e limitada às atribuições a seguir especificadas no conjunto das 24 amostras analisadas:

701-PR: “encaminhamento de suas necessidades: escolar” 706-SC: “realizar acompanhamento escolar dos educandos” 707-SP: “auxiliar no acompanhamento escolar”

¹¹³ Amostra de sequencial 716-PA, endereço idem.

701-ES: “participar da vida escolar dos assistidos”

714-MS: “participar de outros eventos propostos pela escola”¹¹⁴.

Não foi localizado na pesquisa desenvolvida um profissional da Educação Social com atribuição de exercício de suas atividades dentro de uma escola. Os Educadores Sociais contratados na forma desses editais têm vinculação direta com os programas e serviços assistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e apenas um vínculo subsidiário com o contexto escolar.

Conforme restou conclusivo na abordagem acerca das atribuições do Educador Social, vinculando-o em 83,3% das situações analisadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), justifica-se oportuno e necessário o conhecimento acerca desta estrutura para uma melhor compreensão das atribuições que são confiadas ao profissional objeto da presente pesquisa.

Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Conforme antecipado no capítulo anterior (item 2.2.3) quando abordamos a Resolução CNAS n. 009/2007, a base edificante da Assistência Social é a Lei n. 8.742/1993, amplamente difundida pela sigla LOAS, assim como muitos outros organismos, benefícios e serviços, razão pela qual, privilegiaremos a referência e utilização das mesmas. SUAS, NOB-SUAS, CRAS, CREAS, CNAS, PNAS, FNAS, PAIF, PAFI, SCFC, PETI, BPC, CENTRO-POP, ACESSUAS são uma parte do siglário que faz parte da rotina teórica e prática do profissional da Educação Social.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) tem como premissas a proteção social, a garantia da vida, a redução de danos, a prevenção de riscos relacionados à família, à maternidade,

¹¹⁴ Os endereços eletrônicos das amostras estão indicados no anexo B.

à infância, à adolescência, velhice, a promoção da integração ao mercado de trabalho, habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária, a vigilância socioassistencial, com intuito protetivo de famílias e defesa de direitos.

Este espectro de ação identifica-se com o trabalho do Educador Social circunstância que torna imprescindível o conhecimento acerca da estrutura Assistência Social para o exercício da atividade, como para aqueles que pretendem ingresso na profissão através dos concursos públicos, pois, neles são formulados questionamentos acerca do aparelhamento do órgão, edificado através do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Integrando esse sistema, a Resolução/CNAS n. 109/2009 tem destacada importância, pois, tipifica os Serviços Socioassistenciais, os quais, em parte são desenvolvidos no âmbito dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Considerando que o Educador Social ocupante das vagas públicas de trabalho, em sua maioria¹¹⁵, desenvolve atividades na área assistencial, disciplinada pela LOAS e vinculada ao SUAS, oportuna a análise dos Serviços Socioassistenciais, sistematizados por níveis de complexidade¹¹⁶.

Serviços de Proteção Social Básica

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). É desenvolvido nas dependências do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Traduz-se pelo trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus

¹¹⁵ 83,3% das amostras estudadas, conforme Tabela 4.

¹¹⁶ A Res. CNAS n. 109/1999, faz a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

vínculos, promover seu acesso, usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). As atividades ocorrem nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros da Criança, Adolescente, Juventude e Idosos, referenciados ao CRAS. Os trabalhos ocorrem em grupos, organizados a partir de percursos do usuário, de modo a garantir aquisições progressivas, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. O serviço atende usuários em seus próprios domicílios e tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades, a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas. O trabalho parte das necessidades/ potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento.

Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Este serviço introduz um grau de especialidade em seu contexto, que difere da proteção básica anteriormente analisada. É desenvolvido nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

O PAEFI realiza a orientação e acompanhamento de famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos, compreendendo atenção e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos.

lecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais. Seu objetivo é o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições de vulnerabilidade e risco.

Serviço Especializado em Abordagem Social. Ocorre no âmbito dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ou unidades específicas por ele referenciadas. Por meio deste serviço é realizado um trabalho social de abordagem e busca ativa continuada e programada em logradouros públicos, locais de intensa circulação de pessoas, existência de comércio, terminais de transporte, objetivando identificar a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras situações de exposição.

Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Desenvolvido também no âmbito dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Contribuem para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos usuários.

Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias. As unidades incumbidas da prestação destes serviços são os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), ou unidades específicas por ele referenciadas, com o Centro-dia, ou mesmo, o domicílio do usuário.

Por meio deste serviço é ofertado atendimento especializado a famílias com pessoas que tenham deficiência e idosos com algum grau de dependência, ou que possuam membros que tive-

ram suas limitações agravadas por violações¹¹⁷ de direitos, circunstâncias tais que ultrajam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. É responsável pelo serviço o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO-POP), tratando-se atividades cujos destinatários são pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e sobrevivência.

Os trabalhos são realizados de modo a assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de construção de novos projetos de vida e fortalecimento de vínculos interpessoais e familiares.

Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Serviço de Acolhimento Institucional. Este serviço é disponibilizado aos usuários, nas seguintes unidades/modalidades: Abrigo Institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem, Residência Inclusiva. Nestes diferentes tipos de equipamentos, destinados a famílias e indivíduos, são acolhidas pessoas com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, objetivando garantir proteção integral aos mesmos, respeitando a privacidade, costumes, tradições, ciclos de vida, arranjos familiares, raça, etnia, religião, gênero e orientação sexual.

Serviço de Acolhimento em República. As repúblicas para jovens são organizadas em unidades femininas e masculinas distintas, garantindo-se, na rede, o atendimento a ambos os sexos, conforme demanda local, devendo ser dada a devida atenção à pers-

¹¹⁷ Exemplificam violações: a exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias, preconceituosas, falta de cuidados adequados e desvalorização das capacidades da pessoa.

pectiva de gênero no planejamento político-pedagógico do serviço.

O Serviço oferece proteção, apoio e moradia subsidiada a grupos de pessoas maiores de 18 anos em estado de abandono, situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e auto sustentação.

É desenvolvido em sistema de autogestão ou cogestão, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores, apenas auxiliados por uma equipe técnica de referência para contribuir com a gestão coletiva da moradia, orientando a administração financeira e funcionamento.

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. As atividades são desenvolvidas junto a residência da Família Acolhedora ou unidade de referência da Proteção Social Especial, onde ocorre o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas.

O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como, realizar o acompanhamento de crianças e adolescentes acolhidos e sua família de origem, com vistas a promover o retorno ou, na sua impossibilidade, realizar o encaminhamento para adoção.

Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. Este serviço tem por objetivo apoiar e proteger a população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenção e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas em unidades, que são referenciadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Outros Serviços

A partir da Política Nacional Antidrogas, introduzida pela edição da Resolução/CONAD n. 003/2005, outros organismos também foram criados, nos quais o Educador Social tem sido admitido para desenvolvimento de atividades, sendo eles:

Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Os CAPS, juntamente com o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) promovem e garantem a articulação e integração em rede nacional das intervenções para tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional das pessoas com limitações/problemas.

Estes centros são instituições destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico. Sua característica principal é buscar integrar os indivíduos assistidos a um ambiente social e cultural concreto, designado como seu território, um espaço da cidade onde se desenvolve sua vida cotidiana juntamente com seus familiares.

De acordo com o número de habitantes da cidade e tipo de atendimentos que presta, os CAPS têm escalonamento terminológico em CAPS I, II, II, CAPS AD (especializado para usuários de álcool e drogas) e CAPS I (destinado a acolhimento de crianças, adolescentes e jovens até 25 anos).

Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT). São casas localizadas no espaço urbano, constituídas para responder as necessidades de moradia de pessoas com transtornos mentais graves, egressas de hospitais psiquiátricos ou hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, que perderam os vínculos familiares e sociais, muitas vezes, tornando-se moradores de rua com transtornos mentais severos.

Programa de Volta para Casa (PVC). Este programa tem por finalidade garantir a assistência, o acompanhamento e a integração social, fora da unidade hospitalar, de pessoas acometidas de transtornos mentais, com história de internação psiquiátrica ininterrupta por 02 anos ou mais.

Leitos de Atenção Integral em álcool e outras drogas. São leitos de retaguarda em hospital geral destinado ao tratamento de usuários de álcool e outras drogas.

Escola de Redutores de Danos (ERD). As Escolas têm como objetivo a qualificação da rede de serviços, por meio da capacitação teórica e prática de segmentos profissionais e populacionais da comunidade, com vistas a articular o desenvolvimento de estratégias de planejamento e avaliação em todos os campos relacionados às drogas, nas políticas de educação, assistência social, saúde e segurança pública.

Programa de Promoção e Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS). O programa foi instituído pela Resolução/CNAS n. 18/2012 e implementado em parceria com as Secretarias de Assistência Social dos municípios e do Distrito Federal, que se responsabilizam pela mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários em situação de vulnerabilidade ou risco social, para ações de inclusão produtiva.

Seu objetivo é promover o acesso dos usuários da Assistência Social ao mundo laboral, a partir de um conjunto de ações de articulação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda, para encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco social, oportunizando acesso às respectivas políticas.

A seguir o organograma correspondente à análise desenvolvida:

| |
|--|
| Sistema Único de Assistência Social |
| Serviços de Proteção Social Básica |

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas

Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

Serviço Especializado em Abordagem Social

Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade

Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias

Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Serviço de Acolhimento Institucional Serviço de Acolhimento em República

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências

Outros Serviços

Centros de Atenção Psicossocial Serviços Residenciais Terapêuticos Programa de Volta para Casa

Leitos de Atenção Integral em álcool e outras drogas Escola de Redutores de Danos

Programa de Promoção e Acesso ao Mundo do Trabalho

Todos esses programas e serviços assistenciais são desenvolvidos com mão de obra de diversos profissionais, entre eles, o Educador Social, e, com ele, formando equipes multidisciplinares que cumprirão suas respectivas atribuições naquele que é o prin-

cipal ambiente de trabalho: o Sistema Único de Assistência Social.

Profissional do Setor Privado e Organizações Não Governamentais

Dando seguimento à análise do exercício da atividade de Educador Social, depois de conhecida a realidade do perfil das ofertas públicas de trabalho, iniciamos agora a abordagem das oportunidades disponibilizadas pelo segundo e terceiro setores socioeconômicos. A ferramenta de buscas utilizada foi igualmente, a internet, valendo-nos do site Google como meio de localização avançada.

A impressão preliminar que tivemos no levantamento dos dados, confirmando expectativas, é que a iniciativa privada não contempla muitos anúncios de vagas de trabalho para Educador Social. Uma das justificativas para uma maior quantidade de vagas públicas é a obrigatoriedade de publicação dos editais de Testes Seletivos e Concursos Públicos, sem a qual, a contratação passa ser eivada de vício e passível de invalidação.

Exemplificando a escassez das ofertas privadas e disponibilizadas pelas organizações não governamentais, evidenciamos que um dos maiores sites nacionais que oferta vagas de emprego, aqui nos referindo ao Site Nacional de Empregos (SINE), criado em 2000, num universo atual com cerca de 1 milhão de vagas anunciadas, a profissão de “educador social” é referenciada como inválida; a terminologia genérica “educador” devolveu 335 ocorrências e o sinônimo mais próximo (agente educador), 4 ocorrências.

Na sequência, entre os dias de 19 de dezembro de 2015 e 07 de janeiro de 2016, acessamos quatro sites especializados em

vagas de trabalhos que se constituíram nas maiores fontes dos dados coletados neste aspecto particular das pesquisas.

O site Catho¹¹⁸ em um total de 175.305 vagas, disponibilizou 7 oportunidades para Educador Social, a mesma quantidade foi ofertada pelo Manager¹¹⁹ que anunciava 145.345 vagas para as mais diversas atividades; o Balcão de Empregos¹²⁰ apresentou 4 amostras em 45.819 disponíveis; o Index¹²¹, 2 em 126.827 vagas e, fechando o conjunto de 25 amostras, foram localizadas 7 outras oportunidades de trabalho para Educador Social em locais diversos¹²².

A maior concentração de vagas ocorreu na Região Sudeste, que contribui com a parcela mais elevada do PIB nacional, sendo São Paulo, o estado que tem a maior quantidade de vagas de emprego para Educadores Sociais. A sistematização das vagas oportunizou a elaboração da tabela n. 5, a seguir constante:

¹¹⁸ Disponível em: <<http://www.catho.com.br>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

¹¹⁹ Disponível em: <<http://www.manager.com.br>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

¹²⁰ Disponível em: <<http://www.balcaodeempregos.com.br>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

¹²¹ Disponível em: <<http://www.indeed.com.br>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

¹²² Disponível em: <http://www.infojobs.com.br>; Disponível em: <http://www.vagasdeemprego.net.br>; Disponível em: <http://www.empregos.com.br>; Disponível em: <http://cunsultevas.wordpess.com>; Disponível em: <http://www.empregasampa.com.br>; Disponível em: <http://integraldf.blogspot.com.br>; Disponível em: <http://www.novitrine.com.br>. Acessos em: 22 dez. 2015.

Tabela 5
EDUCADOR SOCIAL – VAGAS DE TRABALHO –
2º E 3º SETORES¹²³

Nível – Jornada – Vínculo – Salário

| SUL | SUDESTE | SUDESTE | SUD/CEN T-O | NORT/NO RD |
|---|---|--|--|--|
| 801-RS Nív. n/e – 22h. Escolar – Libras R\$840,00 (R\$1.680, 00) | 806-SP Ped. Inc. – 44h. ONG – Abrigo CEAS R\$1.200,00 | 811-SP Ped. Inc. – n/e ONG – Creche R\$1.848,00 | 816-SP Nív. Méd. – 40h. Escolar – Formação R\$2.049,00 | 821-TO Nív. Sup. – 44h. ONG – Pescar R\$2.500,00 |
| 802-RS Nív Téc. – n/e Escolar – Meio Amb. R\$1.600,00 | 807-SP Nív. Fund. – 44h. ONG – Artesanato R\$1.152,92 | 812-SP Nív. Méd. – 40h. ONG – I. Rel. S. Rita R\$1.523,74. | 817-SP Nív. Méd. – 40h. Escolar – Formação R\$2.500,00 (média) | 822-BA Nív. Sup. – 40h. ONG – Abrigo Re- de R\$1.500,00 (média) |

¹²³ Conjunto de 25 amostras distribuídas nas regiões geográficas do país; sul/cent-o: sudeste/centro-oeste; nort/nord: norte/nordeste; os números que antecedem a sigla do Estado referem-se aos dígitos que individualizam a amostra, que é também utilizada em outras análises no transcorrer desta seção e se encontram nos arquivos particulares da pesquisa para consultas que se fizerem necessárias; os níveis apontados são seguidos da jornada em horas semanais; (média): valor médio de dois perfis salariais apresentados; Nív. n/e: nível de formação exigido na amostra não especificado, Nív. Téc.: nível técnico; Nív. Méd.: nível médio; Nív. Fund.: nível fundamental, Nív. Sup.: nível superior; Meio Amb.: meio ambiente; LBV: Legião da Boa Vontade; ABAS: Associação Batista de Assistência Social; Ped. Inc.: pedagogia incompleto; CEAS: Centro Arujaense de Apoio as Ações Sociais; I. Rel. S. Rita: Obra Social Santa Rita de Cássia; EMEI: Escola Municipal de Ensino Infantil; Formação: aprimoramento de formação educacional; Pescar: Projeto Social Pescar; Abrigo Rede: Programa de Aprendizagem Profissional da Rede Cidadã; VMB: Projeto internacional Visão Mundial - Brasil.

| | | | | |
|---|---|--|--|---|
| 803-PR Nív. Méd. – 12x26 ONG – Abrigo R\$1.100,00 | 808-SP Nív. Méd. – n/e ONG – Lúdico R\$1.500,00 (média) | 813-SP Nív. Sup. – 12x36 Escolar – Lúdico R\$1.383,95 | 818-MG Nív. Sup. – 40h. ONG – Abrigo Re- de R\$1.500,00 (média) | 823-AL Nív. Méd. – 40h. ONG – Projeto VMB R\$968,00 |
| 804-PR Nív. Méd. – 44h. ONG – I. Rel. LBV R\$1.404,99 | 809-SP Nív. Méd. – n/e ONG – abrigo R\$1.500,00 (média) | 814-SP Nív. Méd. – 44h. Escolar – Línguas R\$1.390,00 | 819-MG Nív. Sup. – n/e ONG – Abrigo Re- de R\$ n/e | 824-PE Nív. Méd. – 40h. ONG – Projeto VMB R\$1.000,00 |
| 805-PR Nív. Fund. – n/e ONG – I.Rel. ABAS R\$900,00 (média) | 810-SP Nív. Sup. – 44h. ONG – Artesanato R\$2.137,65 | 815-SP Nív. Méd. – 40h. Escolar – EMEI R\$1.849,16 | 820-SP Nív. Méd. – 12x36 n/e – Creche R\$1.034,00 | 825-PE Nív. Méd. – 44h. ONG – Projeto VMB R\$968,00 |

Nível de formação, jornada e salário

A partir do levantamento realizado foram confirmados os parâmetros apontados na CBO relacionados ao nível de formação do profissional da Educação Social, o qual referencia que o nível é livre, não havendo exigência de uma formação mínima para exercício da função e, nessa linha, os dados da pesquisa ilustram a exigência de profissionais de nível fundamental à superior.

O profissional de nível médio foi o trabalhador mais buscado no mercado pelos empregadores do segundo e terceiro setores, participando com 52,0% das oportunidades de trabalho ofer-

tadas, seguido dos educadores com nível superior, com 34,8% das vagas, o nível fundamental alcançou 8,7% das amostras e, em reduzida referência estão as vagas de trabalho que indicam o nível técnico com 4,3% das oportunidades de trabalho analisadas.

Estes percentuais confirmam o mesmo perfil mercadológico exigido nas seleções públicas para Educador social, que contempla o profissional com nível superior em apenas 28,0% das vagas ofertadas pelo primeiro setor para exercício da atividade. Restou evidenciada uma pequena tendência de quase 7 pontos percentuais, apontando que o segundo e terceiro setores priorizam o recrutamento de um profissional mais qualificado.

Em relação à jornada, na Tabela 5 supra, são indicados períodos de trabalho em jornada parcial (até 25 horas semanais), períodos integrais de 40 e 44 horas e também em turnos de revezamento, pelo sistema 12 x 36, onde o trabalhador atua-se em 12 horas e tem 36 livres na sequência. Importante destacar que nenhuma oportunidade de trabalho foi divulgada pelo segundo e terceiro setores contemplando a jornada de 30 horas, pretendida pelos profissionais que trabalham na Educação Social.

A jornada de 40 horas semanais foi indicada em 42,1% das amostras, circunstância que exprime uma maior incidência que a jornada constitucional de 44 horas dos empregados brasileiros, que atingiu 36,8%, enquanto as outras formatações laborais somaram 21,1% das oportunidades analisadas. cremos que a prevalência desta jornada de 40 horas semanais de labor retrata a rotina de funcionamento de parte das Escolas que tem recrutado Educadores Sociais, cujo expediente habitual restringe-se de segunda à sexta-feira.

Empreendendo-se uma análise comparativa entre nível de formação, jornada de trabalho e rendimentos correspondentes às atividades, temos grandezas diretamente proporcionais para o

nível de formação e o salário, porém, não na magnitude que observamos para a Seara Pública.

Aqui, nas vagas disponibilizadas pelo segundo e terceiro setores, a diferença média é de 21,5%, pois a média salarial de quem tem formação superior é de R\$ 1.724,22 e as vagas de nível médio ofertam salário médio de R\$ 1.419,67, ao passo que, para o primeiro setor (público) a diferença de remuneração entre níveis superior e médio atingiu 103,5%.

A conclusão que se chega é que o primeiro setor valoriza muito mais o profissional com melhor formação, pagando-lhe o dobro do valor que usa para remunerar profissionais de nível médio, premissa não válida para as contratações realizadas pelo segundo e terceiro setores. Como vimos acima, a diferença de remuneração justificada pela formação superior correspondente a menos de 1/4 de acréscimo.

A exemplo do que fizemos quando analisamos as oportunidades públicas de trabalho, aqui também desenvolvemos uma comparação com a atividade desenvolvida pelo Assistente Social, gerando a sistematização na forma da Tabela 6, a seguir constante:

Tabela 6
ASSISTENTE SOCIAL – VAGAS DE TRABALHO –
2º E 3º SETORES¹²⁴

Nível – Jornada – Salário

| SUL | SUDESTE | SUDESTE | SUD/CEN | NORT/NO |
|--|---|--|---|--|
| 851-SP Nív. Sup. – 30h. Guarulhos R\$1.500,00 | 857-RJ Nív. Sup. – n/e Volta Redonda R\$2.240,63 | 863-SP Nív. Sup. – 44h. São Ber. do Campo R\$3.400,00 | 869-SP Nív. Sup. – n/e Ítu R\$2.500,00 (média) | 875-SP Nív. Sup. – 30h. Osasco R\$ 2.097,60 |
| 852-SP Nív. Sup. – 30h. São Paulo R\$2.800,00 | 858-BA Nív. Sup. – n/e Salvador R\$2.500,00 (média) | 864-SP Nív. Sup. – 30h. São Paulo R\$2.687,00 | 870-SP Nív. Sup. – 30h. São Paulo R\$2.500,00 | 876-SP Nív. Sup. – n/e São Paulo R\$2.544,00 |
| 853-SP Nív. Sup. – 40h. São Paulo R\$2.500,00 (media) | 859-SP Nív. n/e – 44h. São Paulo R\$3.500,00 (média) | 865-SP Nív. Sup. – n/e São Paulo R\$2.500,00 (média) | 871-PB Nív. Sup. – n/e João Pessoa R\$2.061,95 | 877-SP Nív. Sup. – 40h. São Paulo R\$2.500,00 (média) |

¹²⁴ Conjunto de 30 amostras distribuídas nas regiões geográficas do país; sul/cent-o: sudeste/centro-oeste; nort/nord: norte/nordeste; os números que antecedem a sigla do Estado referem-se aos dígitos que individualizam a amostra, que é também utilizada em outras análises no transcorrer desta seção; Nív. Sup.: todos os assistentes sociais devem ter nível superior e, na sequência, é indicada a jornada em horas semanais; (média): valor médio dos perfis salariais apresentados; n/e: parâmetro não especificado na amostra.

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| 854-SP Nív. n/e. – 30h. São Paulo R\$4.500,00 (media) | 860-RJ Nív. Sup. – 30h. Rio de Janeiro R\$2.432,00 | 866-SP Nív. Sup. – 30h. Osasco R\$1.950,00 | 872-SP Nív. Sup. – n/e Campinas R\$ 1.500,00 | 878-RJ Nív. Sup. – 30h. Rio de Janeiro R\$1.237,88 |
| 855-SP Nív. Sup. – 44h. São Paulo R\$3.000,00 | 861-SP Nív. Sup. – 30h. São Paulo R\$2.500,00 (média) | 867-SP Nív. Sup. – 44h. Potim R\$1.100,00 | 873-SC Nív. Sup. – 40h. Florianópolis R\$2.800,00 | 879-MG Nív. n/e – 44h. Belo Hori- zonte R\$2.500,00 |
| 856-RJ Nív. Sup. – 30h. Rio de Janeiro R\$2.000,00 | 862-SP Nív. Sup. – 30h. São Paulo R\$3.865,00 | 868-SP Nív. Sup. – 30h. Campinas R\$2.168,00 | 874-SP Nív. Sup. – 30h. São Paulo R\$2.500,00 (média) | 880-SP Nív. Sup. – 30h. Mogi Mirim R\$3.194,00 |

A primeira impressão que merece destaque é o volume de vagas para exercício da atividade de Assistente Social que é muito mais abundante do que as vagas para Educador Social. Foi mais trabalhoso localizar as 25 vagas para Educador Social do que as 30 oportunidades acima apontadas para Assistente Social.

Apenas no site Catho¹²⁵ foi possível colher as ofertas de emprego para Assistente Social, distribuídos no território, aptos a elaborar a análise comparativa, embora a maior incidência de oportunidades tenha também ocorrido no Sudeste, mais especificamente, em São Paulo.

Na função de Assistente Social, o nível de formação é superior decorrente de legislação específica já referenciada. Em

¹²⁵ Disponível em: <<http://www.catho.com.br>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

relação às vagas de emprego ofertadas pelo segundo e terceiro setores, 65,2% referenciam jornada semanal de 30 horas e a média salarial atinge R\$ 2.502,60, a partir do cômputo aritmético simples dos 30 anúncios mapeados nas cinco regiões do país, ou seja, eles trabalham menos e sua remuneração média é 73,1% maior que a média apurada nos anúncios de vagas para Educador Social.

A norma que disciplinou o exercício da profissão foi a Lei n. 8.662/1993, que inicialmente era omissa em relação à jornada de trabalho, seguindo, portanto, o regramento geral previsto na Constituição Federal e Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Somente 17 anos depois a categoria conseguiu a aprovação da Lei n. 12.317/2010, que garantiu aos profissionais a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais.

Quando verificamos a existência de oportunidades de trabalho que indicam uma jornada de trabalho superior a 30 horas semanais, isso confere ao trabalhador o direito de recebimento das horas excedentes, com adicional mínimo de 50% sobre o valor da hora normal ou eventual percentual maior previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

O Site Nacional de Empregos (SINE)¹²⁶, que aponta o perfil salarial para profissionais que militam na Educação Social, diferenciando os níveis de remuneração praticados no mercado, a partir de uma correlação construída entre salários pretendidos e contribuições salariais.

Foram elaboradas categorias salariais para empresas pequenas, médias e grandes, assim definidas pela receita bruta anual¹²⁷, número de funcionários¹²⁸ e grau de experiência da mão-de-

¹²⁶ Definidos em sua página na internet: www.sine.com.br, como um serviço de utilidade pública que atua como classificado online de vagas de empregos, com abrangência em todo o território nacional com objetivo de promover o contato entre o empregador e trabalhador.

¹²⁷ Até R\$ 10.500,00, pequena empresa; entre R\$ 10.500,01 e R\$ 300.000,00, média; a partir de R\$ 300.000,01, grande empresa.

obra, perfil este que cataloga os candidatos como: trainee, aqueles que têm até 2 anos na atividade; júnior, de 2 a 4 anos; pleno, de 4 a 6; sênior de 6 a 8 e máster, que aqueles que tem mais de 8 anos de experiência na atividade em questão

A seguir consta a Tabela n. 7 que aponta os valores de salário para a atividade de Educador Social, segundo os critérios acima explicitados:

| Tabela 7 | | | |
|---|-----------------|---------------|----------------|
| TABELA REFERENCIAL DE SALÁRIOS | | | |
| Educador Social – Site Nacional de Empregos (SINE)¹²⁹ | | | |
| | Pequena Empresa | Média Empresa | Grande Empresa |
| Trainee | 1.131,61 | 1.357,93 | 1.629,51 |
| Júnior | 1.301,35 | 1.561,62 | 1.873,94 |
| Pleno | 1.496,55 | 1.795,86 | 2.155,03 |
| Sênior | 1.721,03 | 2.065,24 | 2.478,28 |
| Master | 1.979,18 | 2.375,03 | 2.850,02 |

Nas amostras estudadas referentes às oportunidades de trabalho junto ao segundo e terceiro setores, o Educador Social é recrutado por Organizações não governamentais (ONGs) e Empresas relacionadas ao ensino, os quais dividem entre si as vagas com os percentuais de 64,0% e 32,0%, respectivamente a título de vinculação.

Com um reduzido perfil de incidência, encontramos um percentual de 4,0% correspondente a empresas privadas, não caracterizadas como instituições de ensino, que recrutam Educado-

¹²⁸ Até 99 funcionários, pequena empresa; entre 100 e 499, média; a partir de 499, grande empresa.

¹²⁹ Amostra 898-BR, com endereço eletrônico constante no anexo B.

res Sociais, com o objetivo de desenvolver projetos de cunho social.

Verifica-se, assim, que o maior número de empregadores são as entidades filantrópicas, fornecendo 2/3 das oportunidades de trabalho, enquanto as escolas disponibilizam 1/3 das mesmas e as empresas privadas têm uma participação pouco expressiva nestas frações.

Estas proporções partem das amostras obtidas no levantamento, sem, logicamente, excluir a possibilidade de outros tipos de entes figurarem como empregadores, por exemplo, uma empresa privada e pessoas físicas promoverem a Educação Social.

Embora as instituições de ensino escolar contratem menos educadores que as organizações não governamentais, elas remuneram os Educadores Sociais com salários em média 24,8% maiores que as ONGs, considerando as médias salariais apuradas a partir das amostras analisadas, que evidenciaram as cifras médias de R\$ 1.681,51 para as escolas e R\$ 1.346,88 para as ONGs.

Nas vagas de trabalho ofertadas pelo segundo e terceiro setores encontramos oportunidades para exercício da profissão em diversos locais, os quais, podem ser divididos em três grupos: empresas não escolares¹³⁰, instituições de ensino e organizações não governamentais. A partir destes três grupos, abordaremos as atribuições conferidas aos candidatos.

Introduzimos a análise pela oportunidade encontrada em uma amostra relacionada ao segundo setor, ofertada por uma empresa sediada em Palmas, estado do Tocantins, que pretende a contratação de um Educador Social para desenvolvimento de um Projeto Social denominado Pescar direcionado a jovens, remunerando-o com R\$ 2.500,00, por 44 horas semanais de trabalho¹³¹.

¹³⁰ Refere-se a todas as empresas que não são instituições de ensino que ofertam vagas para Educador Social.

¹³¹ Amostra 821-TO, com endereço eletrônico constante no anexo B.

Exigiu-se dos candidatos experiência mínima de 2 anos com trabalhos com jovens e habilidades com negociação, sistemas informatizados, articulação com redes socioassistenciais, atendimento ao público e organização de eventos. Na seleção seriam avaliadas as competências relacionadas à maturidade emocional, capacidade de atribuição de foco em resultados, gestão, trabalho em equipe e relacionamento interpessoal.

Os conhecimentos exigidos já faziam parte da formação universitária exigida do candidato em Pedagogia, Psicologia ou Serviço social, com referência específica preferencial a pós-graduação na área social. Especificamente o anúncio da vaga apontava conhecimento nas seguintes áreas:

Educação, planejamento técnico pedagógico, didática básica, gestão por processo, políticas públicas para crianças e adolescentes, trabalho com famílias, informática: pacote office e internet, captação de parceiras, captação e gestão de voluntariado, condução de grupos, gestão de projetos sociais, responsabilidade social e investimento privado, planejamento estratégico e operacional, técnicas de oratória, prestação de contas, construção e análise de indicadores de desempenho e resultados¹³².

Essas habilidades, conhecimentos e perfil profissional eram exigidos dos pretendentes da vaga com a finalidade de exercerem as seguintes atribuições: a) elaborar planejamento de atividades anuais; b) operacionalizar a proposta de currículo de Projeto a ser desenvolvido, ordenação e desenvolvimento dos termos curriculares, adequando-os à realidade dos jovens da unidade; elaborar planos de aulas; c) coordenar o trabalho dos voluntários; d) operacionalizar todas as ações para o funcionamento da unidade contratante, desde a sensibilização de funcionários, parceiros internos e externos da organização até o acompanhamento do egresso.

¹³² Amostra 821-TO, com endereço eletrônico constante no anexo B.

Percebe-se nesta oportunidade de trabalho a utilização do Educador Social como uma ferramenta instrumental chave em uma importante iniciativa particular de promoção e integração social, em que pese, empreendimentos como esse ocuparem tão-somente 4% das amostras de trabalho ofertada aos profissionais da Educação Social.

Também encontramos Educadores Sociais desenvolvendo atividades nos contextos escolares, onde trabalham com ensino de libras, meio ambiente, atividades lúdicas, ensino infantil em instituições municipais, ensino integral e desenvolvimento específico de competências/habilidades.

Nestas instituições, a relação de atribuições específicas vinculadas a essas linhas gerais de objetivos e destinatários, colhidas na literalidade das amostras, são as seguintes:

Ministrar a oficina de libras para os aprendizes e ministrar aulas do curso de assistente administrativo para a turma inclusiva de aprendizes da instituição; ministrar aulas para os aprendizes da instituição sobre o meio ambiente; elaborar planejamento semanal com as atividades teóricas e práticas com identificação da flora local, compostagem, canteiros de flores e temperos; desenvolver atividades com crianças e adolescentes; fazer busca ativa de jovens em escolas públicas, divulgação do projeto no entorno da escola, trabalhar com metas e resultados, prazos e entregas; despertar a importância do brincar, facilitar e fortalecer os vínculos familiares e também os laços de pertencimento das crianças atendidas nas escolas; coordenar grupos de crianças e adolescentes visando à sua melhor formação educacional, estimulando o desenvolvimento de competências e habilidades; elaborar, planejar e executar projetos socioeducativos¹³³.

Por sua vez, as vagas de trabalho anunciadas pelas ONGs contemplam o exercício das atividades em abrigos de internos,

¹³³ Informações reunidas a partir da análise de todas as amostras correspondentes.

creches, instituições que desenvolvem projetos, atividades lúdicas, trabalhos artesanais, segundo também revelaram as amostras recolhidas, logicamente, sem a elas se restringir, diante da amplitude do espectro de possibilidades de promoção da Educação Social.

As atividades com internos em abrigos determinam as seguintes atribuições, reunidas, por exemplo, na amostra correspondente a uma vaga de emprego em uma entidade filantrópicas de Embu-SP:

809-SP. Participar da elaboração do projeto de vida da criança e do adolescente. Participar das reuniões sistemáticas com os demais profissionais do abrigo para discutir as especificidades dos casos, compartilhar dúvidas, organizar estratégias e planejar os atendimentos das crianças e dos adolescentes abrigados. Manter uma relação afetiva personalizada e individualizada com cada criança/adolescente. Manter a organização do ambiente – espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente. Auxiliar a criança e ao adolescente a lidar com sua história de vida, fortalecendo sua autoestima e construção da identidade. Organizar fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida. Auxiliar as atividades recreativas das crianças, incentivando as brincadeiras em grupo como brincar de roda, de bola, pular corda e outros jogos, para estimular o desenvolvimento físico e mental das mesmas. Orientar as crianças quanto às condições de higiene, auxiliando-as no banho, vestir, calçar, pentear e guardar seus pertences, para garantir o seu bem-estar. Auxiliar nas refeições, alimentando as crianças ou orientando-as sobre o comportamento à mesa. Acompanhar a criança ou adolescente nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano, quando se mostrar necessário e pertinente, deverá solicitar a intervenção/participação de psicólogo ou assistente social. Preparar a criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto

orientado e supervisionado por um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social)¹³⁴.

Estas atribuições se reprisam nas outras oportunidades de trabalho constantes nas demais amostras colhidas neste estudo, as quais, são acrescentadas por atribuições relacionadas também à outras atividades, como podemos referenciar: elaboração de projetos educacionais, participação em reuniões pedagógicas e de grupos de estudos, bem como, exercer controles de ordem administrativa correspondentes aos trabalhos realizados.

Não raras vezes, encontramos a equivocada noção de que o Educador Social desenvolve atividades vinculado exclusivamente a ambientes envolvendo vulnerabilidades. Falsa impressão, pois, contrariamente a ela, o profissional que trabalha com a Educação Social tem atuação em todos os meios e relações, podendo ser afirmado que ele deve educar para a vida.

Assim, encontramos Educadores Sociais trabalhando em escolas, como visto anteriormente, transmitindo saberes educacionais paralelos à educação escolar, que tem importante função na formação dos educandos.

As atividades lúdicas bem ilustram estas práticas, desvinculadas do contexto de riscos sociais. Na análise técnica realizada neste trabalho, elas aparecem nas amostras 808- SP, 811-SP, 812-SP e 813-SP, envolvendo atribuições correspondentes ao desenvolvimento de atividades recreativas em creches, aprendizado de música, convivência social, aplicação de repertório cultural, utilização de linguagens visuais, artísticas e participação em atividades cívicas.

Outras vagas trazem atribuições bastante específicas e individualizadas como revelam as amostras 807-SP e 810-SP, cujos labores são relacionados ao desenvolvimento de atividades arte-

¹³⁴ Amostra 809-SP, com endereço eletrônico constante no anexo B.

sanais com os educandos, ou também, prestação de cuidados a crianças em creches, conforme vagas de trabalho anunciadas nas amostras 811-SP E 820-SP.

As ONGs vinculadas às instituições religiosas estabelecem aos Educadores Sociais atribuições genéricas relacionadas ao desenvolvimento de atividades educativas voltadas à promoção humana, cidadania, convivência, fortalecimento de vínculos, ampliação do repertório cultural, atividades lúdicas e artísticas.

A Legião da Boa Vontade (LBV)¹³⁵, por exemplo, foi uma das instituições religiosas que ofertaram vaga para Educador Social e a amostra referencia uma vaga para a unidade de Maringá-PR, desenvolvendo atividades em 44 horas semanais. A remuneração mensal é de R\$ 1.404,99, acrescida dos seguintes benefícios: refeição no local, vale transporte, convênio odontológico e médico.

Para os ocupantes de vagas que irão desenvolver atividades em projetos desenvolvidos por ONGs, as atribuições indicadas são as seguintes, conforme informações colhidas na oferta de trabalho anunciada por uma organização de Recife correspondente à amostra abaixo:

825-PE – Fomentar a participação de crianças adolescentes e jovens nas atividades do programa e processos de patrocínio; realizar as atividades programáticas junto ao público do programa de acordo as especificidades; comunicar efetivamente a identidade, missão, visão e valores da organização e nossas formas de trabalho de forma clara e apropriada para o contexto; elaborar planejamentos, relatórios das ações, prestações de contas; participar das capacitações proporcionadas pela VMB ou outras organizações que contribuam para qualificação da prática¹³⁶.

¹³⁵ Disponível em: <<http://www.lbv.org/leva-em-marinha/atividades-locais>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

¹³⁶ Amostra 825-PE, com endereço eletrônico constante no anexo B.

Será exigido dos candidatos o ensino médio, experiência de um ano como Educador Social, capacidade técnica de atuar com crianças na faixa etária entre 04 e 17 anos, conhecimento sobre técnicas e atividades programáticas relacionada à esportes, práticas com leituras, cidadania, arte e educação.

Na área operacional aqueles que intencionaram o preenchimento da vaga foram selecionados segundo os conhecimentos demonstrados em planejamento, execução e registro de atividades, facilidade de comunicação e relacionamento interpessoal; conhecimento e sensibilidade em relação ao Estatuto da Criança e Adolescente, bem como, conhecimento básico em informática e internet.

Paralelamente a essas exigências, o anúncio indica como desejável que o trabalhador tenha conhecimento sobre primeiros socorros, experiência em atividades culturais, lúdicas, arte educação, cidadania, práticas esportivas, detenha experiência em articulação ou mobilização de trabalhos comunitários e, ainda, esteja com curso superior em trâmite ou completo.

Desenvolvendo-se uma análise equitativa entre as exigências, habilidades e retribuição financeira ofertada ao trabalhador, quer-nos parecer conclusiva uma incompatibilidade entre as grandezas, na medida em que as atribuições e o perfil do candidato são calibrados com a complexidade da atividade, porém, a remuneração não é.

Em que pese a vaga ser disponibilizada numa das regiões geográficas menos providas financeiramente e existirem alguns benefícios paralelos, o valor de R\$ 968,00 é cifra abaixo da média nacional (R\$ 1.507,89) que, certamente, é insuficiente remunerar de forma condizente às complexas atividades desenvolvidas pelo profissional, objetivando promover o incentivo pecuniário próprio de todo labor.

Contudo, tais perspectivas ainda são mais favoráveis que o cenário identificado em Brasília-DF, onde houve, no início de 2015, o anúncio para recrutamento de 2.710 Educadores Sociais para desenvolverem atividades em 304 escolas vinculadas à Secretaria de Educação do Distrito Federal, com a atribuição de dar suporte às atividades de Educação em Tempo Integral e Especializado, com ressarcimento diário único de R\$ 25,00 para custeio das despesas com transporte e alimentação. Confirmemos a literalidade do edital:

PORTARIA Nº 24, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015 – O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 105, parágrafo único, III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e o artigo 172, inciso XXV do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto n. 31.195, de 21 de dezembro de 2009, RESOLVE: Art. 1º Instituir o Programa Educador Social Voluntário, no período de 09 de março de 2015 a 28 de dezembro de 2015, com as seguintes finalidades: I. Dar suporte às atividades de Educação Integral nas Unidades Escolares que desenvolvem atividades de Educação em Tempo Integral, e II. Dar suporte ao Atendimento Educacional Especializado nas Unidades Escolares comuns da Educação Básica e nos Centros de Ensino Especial. Art. 2º A atuação do Educador Social Voluntário é considerada de natureza voluntária, na forma da Lei n. 9.608/1998, não gerando vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, sendo obrigatória a celebração de Termo de Adesão e Compromisso de Voluntariado entre a Coordenação Regional de Ensino e o Educador Social Voluntário, devendo constar o objeto e as condições de suas atribuições na escola¹³⁷.

Trata-se de um aviltamento da profissão sem precedentes, maximizada pelo número de ofertas. Embora seja o Poder Públi-

¹³⁷ Portaria do Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal n. 24/2015, arts. 1º. e 2º.

co que esteja disponibilizando a oportunidade de trabalho, pelas características que apresenta, a proposta não pode ser sistematizada juntamente com as 24 amostras de Concursos Públicos ou Processos Seletivos Simplificados (PSS) reunidas e estudadas.

O recrutamento é realizado através da análise do currículo do candidato e de uma entrevista, semelhantes à metodologia utilizada nos PSSs, contudo, aqueles processos seletivos são restritos a determinadas situações excepcionais apontadas na Lei n. 8.745/1993, permitindo o exercício da atividade por um período determinado e o indivíduo passar ter vínculo contratual com o Estado.

Por essa proposta de recrutamento da Capital Federal, fora os R\$ 25,00 pagos pelo transporte e alimentação, nenhum outro direito remanesce ao trabalhador, podendo, inclusive, o vínculo ser rompido segundo a previsão e critérios definidos no art. 9º da Portaria n. 24/2015, que disciplina o programa *Educador Social Voluntário*:

Art. 9º A qualquer tempo, o Termo de Adesão e Compromisso poderá ser revogado, mediante comunicação por escrito com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência, seja por decisão unilateral da Coordenação Regional de Ensino/Unidade Escolar ou do Educador Social Voluntário, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direitos à indenização ou reclamações de qualquer natureza. Parágrafo Único. Caberá ao Gestor da Unidade Escolar, em consonância com a Coordenação Regional de Ensino, a decisão de substituir o Educador Social Voluntário, a qualquer tempo, que não demonstre satisfatório desenvolvimento no desempenho de suas atribuições, devendo, para isso, valer-se do cadastro reserva da Coordenação Regional de Ensino¹³⁸.

Embora sem os direitos laborais garantidos a todo trabalhador, as atribuições deste Educador Social Voluntário são prati-

¹³⁸ Portaria do Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal n. 24/2015, art. 9º.

camente as mesmas que um Educador Social desenvolve com outros tipos de vínculos de trabalho institucionalizados. A partir das atividades previstas para serem desenvolvidas nas unidades escolares comuns da Educação Básica e nos Centros de Ensino Especial, de acordo com o art. 4º da mesma Portaria:

Art. 4º. O Educador Social Voluntário, que for dar suporte ao Atendimento Educacional Especializado, receberá capacitação do(a) Profissional da Sala de Recursos da Unidade Escolar, e, após, executará, sob orientação e supervisão desse profissional, atividades de acompanhamento, higiene pessoal e incentivo de estudantes, bem como de outras atividades voltadas para a área de Educação Especial, quais sejam: auxiliar os alunos nos horários das refeições, no uso do banheiro, na escovação dentária, no banho e troca de fraldas, na hora de se vestirem e se calçarem, no momento do parque, em atividades no pátio escolar, na educação física, em passeios, ou seja, deverão estar presentes nas atividades diárias, autônomas e sociais que os alunos com deficiência realizarão dentro e, quando necessário, fora do contexto escolar. Sob a supervisão do professor, realizará o controle da baba e de postura do aluno, como ajudá-lo no sentar-se/levantar-se na/ da cadeira de rodas, carteira escolar, colchonete, vaso sanitário, brinquedos no parque; deverá empurrar a cadeira de rodas do estudante que dela fizer uso, para todos os espaços escolares a que ele necessitar ir, como também, em outros, fora do ambiente escolar; auxiliar na organização dos materiais pedagógicos; informar ao(à) professor(a), para registro, as observações relevantes relacionadas ao(à) estudante; acompanhar e auxiliar o(a) estudante durante as atividades pedagógicas para aquisição de condutas adaptativas em sala de aula e extraclasse de acordo com as orientações do(a) professor(a); apoiar o(a) estudante que apresente momentos de descontrole comportamental, observando os sinais de angústia e ansiedade prévios, conhecendo as condições que, potencialmente, o desestruturam, buscando prevenir crises, intervir o quanto antes e acompanhar o(a) estudante com alteração no comportamento adaptativo a outros espaços e atividades pedagógicas, sob orientação do professor, da equipe escolar e/ou dos serviços de apoio; estimular/favorecer a comunicação e a interação social do(a) estudante com seus(suas) colegas e demais pes-

soas; executar outras ações similares que se fizerem necessárias com o mesmo grau de complexidade e responsabilidade¹³⁹.

A comparação com as atribuições constantes na oportunidade de trabalho anunciada pelo Município de Itapemirim-ES, em 17 de julho de 2015 para a função de Educador Social, com exigência de nível médio de escolaridade, para desenvolvimento de atividades em 40 horas semanais, vencimentos de R\$ 1.233,10:

709-ES – Executar atividades de proteção social especial em unidades de alta complexidade, relacionadas ao acolhimento e assistência a crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência sob seus cuidados. Exercer o papel de mediador de conflitos. Participar e contribuir para o processo de reintegração familiar dos usuários e colocação em família substituta ou similar. Participar da vida escolar dos assistidos. Zelar pela integridade física, emocional e mental das crianças, adolescentes, famílias, idosos e pessoas com deficiência. Participar de programas de treinamento. Executar outras atividades de interesse da área¹⁴⁰.

É grande a identidade entre as atividades e ainda que na hipótese do trabalho voluntário haja a orientação e supervisão técnica, não se justifica negar a esse profissional os direitos trabalhistas e o reconhecimento do vínculo com o destinatário da atividade, pagando-lhe apenas um valor correspondente à alimentação e transporte.

Ainda que fosse um único trabalhador, não se admitiria tal pacto, quanto mais se tratando de um universo de 2.710 vagas, divididas em 14 localidades do entorno da Capital Federal, recomendando-se a intervenção no Ministério Público do Trabalho na defesa dos interesses de toda essa massa proletária, cuja mão-de-obra é explorada institucionalmente à luz do Regimento Interno

¹³⁹ *Ibidem*, art. 4º.

¹⁴⁰ Amostra 709-ES, com endereço eletrônico constante no anexo B.

da Secretaria de Estado do Distrito Federal e Lei Orgânica do Distrito Federal.

Concluída a análise das oportunidades de trabalho disponibilizadas pelas agências de empregos relacionadas às Empresas e Instituições pertencentes aos segundo e terceiro setores, a partir das amostras estudadas, é possível traçar o perfil geral do profissional que é contratado pelo mercado de trabalho, juntamente com as vagas públicas de trabalho divulgadas pelo primeiro setor, anteriormente estudadas.

Em relação ao nível de formação, o mercado tem priorizado a contratação de profissionais com formação em nível médio. O primeiro setor consigna nos editais públicos 72,0% das vagas com nível médio, enquanto o segundo e terceiro setores anunciam vagas com nível menor que o superior (médio, técnico e fundamental) em 65,2% das ofertas.

Os percentuais se equiparam, observando-se uma pequena margem maior de preferência por profissionais com nível superior pelo segundo e terceiro setores. Contudo, quando passamos à análise da questão salarial percebemos que as Empresas e ONGs não contemplam um diferencial salarial que privilegie o profissional com nível superior.

A diferença salarial entre um profissional de nível médio e superior para o segundo e terceiros setores é na ordem de 21,5%, ou seja, embora se dê preferência ao profissional mais bem formado, não se dá o respectivo incentivo salarial. Contrariamente, no primeiro setor (público) a diferença de nível é na ordem de 103,5%, ou seja, o Setor Público contempla o dobro da remuneração ao profissional com formação superior.

A pesquisa realizada revelou um distintivo salarial exclusivo do segundo e terceiro setores, não associados ao nível de formação, que são: a experiência do candidato e o tamanho da empresa. As empresas recebem 3 classificações quanto ao porte

(pequena, média e grande), enquanto, a experiência distingue o profissional em 5 níveis (trainee, júnior, pleno, sênior e máster). O diferencial quanto à experiência atinge 74,9% e o tamanho da empresa determina um diferencial salarial que atinge 44,0%, entre uma pequena empresa e uma de grande porte.

Analisando-se todas as oportunidades de empregos sem aplicação de qualquer critério particular de distinção, a conclusão que se chega é que a contraprestação que o mercado de trabalho oferta pela atividade desenvolvida pelo Educador Social é muito próxima em ambos os conjuntos de Setores, sendo R\$ 1.576,39 pelo Poder Público (primeiro setor) e R\$ 1.507,89 pelas Empresas e ONGs (segundo e terceiro setores).

Embora a jornada base do trabalhador brasileiro prevista na Constituição Federal seja 44 horas semanais, a maioria dos Educadores Sociais trabalha em jornadas de 40 horas por semana. No primeiro setor, 95,8% e no segundo e terceiro setores 42,1%. Estes últimos exigem mais horas trabalhadas dos profissionais, exprimindo que, em 36,8% das amostras, as jornadas chegam ao teto de 44 horas.

No conjunto das 49 amostras, somente um único edital de seleção pública admite a contratação para 30 horas de atividades contínuas semanais, sendo relevante lembrar que a atividade semelhante de Assistente Social prevê jornada de 30 horas semanais por força da Lei n. 8.662/1993, que disciplina a atividade, liquidando-se as horas excedentes com adicional extra de 50%, no mínimo.

No primeiro setor o vínculo se dá com as Prefeituras em 91,7% das amostras e 8,3% com os Estados Federados, não sendo localizado nas pesquisas nenhum vínculo de Educador Social com a União. Em relação ao segundo e terceiro setores, verifica-se que 66,7% dos Educadores Sociais desenvolvem suas atribuições laborais em organizações não governamentais (ONGs),

29,2% são recrutados por escolas e, somente, 4,2% referenciam vínculo com empresas privadas, no conjunto das 25 amostras colhidas junto às agências de emprego distribuídas pelo país.

Particularmente em relação ao trabalho no contexto escolar, conforme acima reportado, o percentual de profissionais que o segundo e terceiro setores contratam é maior que a fração admitida pelo primeiro setor, que apontou que 20,8% dos profissionais desenvolveriam atividades com acompanhamento, auxílio e participação em atividades escolares.

Necessárias, portanto, as reflexões sobre encaminhamentos legislativos em trâmite, haja vista que, a proposta de regulamentação que acaba de ser aprovada na Câmara dos Deputados contempla, tão-somente, o desenvolvimento das atividades pelo Educador Social fora do contexto escolar¹⁴¹, conforme abordagem desenvolvida no quarto capítulo deste trabalho.

A média final de todas as amostras consultadas é R\$ 1.542,84, que revela a remuneração mediana considerando as 49 oportunidades públicas e privadas de trabalho ao Educador Social, englobando níveis de formação que vão do fundamental ao superior, com jornadas que variam entre 30 e 44 horas, disponibilizadas pela administração pública municipal, estadual, organizações não governamentais, instituições de ensino, religiosas e empresas privadas.

Conhecimentos exigidos do Educador Social para ingresso no mercado de trabalho

¹⁴¹ Projeto de Lei n. 5.346/2009, apresentado pelo Deputado Chico Lopes, em trâmite na Câmara dos Deputados. Redação aprovada na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) em 21 ago. 2013. Art. 4º. São atribuições do Educador Social, em contextos educativos situados fora do âmbito escolar, as atuações que envolvem: I - (...).

Nas seções anteriores tivemos a oportunidade de analisar as formas de recrutamento do Educador Social no mercado de trabalho, sendo conclusivo que os profissionais podem ser admitidos pelos três setores socioeconômicos: o público que contrata por meio de editais de seleção publicados nos meios de comunicação oficial do respectivo órgão recrutante, o privado e as organizações não governamentais que divulgam suas vagas em agências de empregos, principalmente.

O exercício profissional da Educação Social tem contextos diferentes para os vínculos laborais que se formam entre os trabalhadores e os recrutadores da mão-de-obra, permitindo a individualização de duas relações que se diferem: o pacto laboral com o primeiro setor (público) e com o segundo e terceiro setores (privado e organizações não governamentais).

O primeiro setor contrata por processos seletivos formais, regidos por legislação específica que aponta o regramento de admissão, o qual é contemplado nos editais de seleções pública, amplamente divulgados.

Já o segundo e terceiro setores contratam sem maiores formalidades, permitindo que os sujeitos da relação de trabalho definam grande parte do regramento do pacto, norteados apenas pela legislação que garante os direitos mínimos, previstos no Ordenamento Jurídico.

A relativa simplicidade do vínculo que permite a admissão ao exercício das atividades junto ao segundo e terceiro setores, justifica o início da abordagem do ingresso profissional do Educador Social junto à iniciativa privada e organizações não governamentais.

A admissão do Educador Social junto a esses setores socioeconômicos ocorre a partir da decisão da pessoa física, empresa ou organização não governamental em contratar o trabalhador

para desenvolver atividades. É o empregador quem irá selecionar segundo seu critério próprio quem deverá ocupar a vaga disponibilizada.

Nas 25 ofertas de trabalho analisadas, divulgadas pelo segundo e terceiro setores através de sites especializados em recrutamento pessoal, nenhuma delas referência a realização de provas. Os critérios apontados nos anúncios guardam relação tão somente com experiência na função e alguma habilidade especial para desenvolvimento de um tipo específico de trabalho.

Somente 24,0% das amostras indicam vagas de trabalho para pessoas sem experiência. A maioria dos anúncios (76,0%) pretende a contratação de profissionais que já tenham conhecimento das atribuições que irão desenvolver no novo posto laboral, conforme revela a Tabela 8, abaixo constante:

Tabela 8
EDUCADOR SOCIAL –
SEGUNDO E TERCEIRO SETORES¹⁴²
Experiência / Habilidades

| SUL | SUDESTE | SUDESTE | SUD/ CENT-O | NORT/ NORD |
|---|---|--|---|---|
| 801-RS Nív. n/e – 44h. Escolar – R\$1.680,00 Exper. em Libras | 806-SP Ped. Inc. – 44h. ONG – R\$1.200,00 Exper. Educ. Social | 811-SP Ped. Inc. – n/e ONG – R\$1.848,00 Exper. Pedagógica | 816-SP Nív. Méd. – 40h. Escolar – R\$2.049,00 Exper. Educ. Social | 821-TO Nív. Sup. – 44h. ONG – R\$ 2.500,00 Exper. Ed. Social (2) |
| 802-RS Nív Téc. – n/e Escolar – R\$1.600,00 Exper. Educ. Social | 807-SP Nív. Fund. – 44h. ONG – R\$1.152,92 Exper. Artesanato | 812-SP Nív. Méd. – 40h. ONG – R\$1.523,74 Exper. Ed. Social (1) | 817-SP Nív. Méd. – 40h. Escolar – R\$2.500,00 Exper. Educ. Social | 822-BA Nív. Sup. – 40h. ONG – R\$1.500,00 Exper. Pedagógica |

¹⁴² Conjunto de 25 amostras distribuídas nas regiões geográficas do país; sul/cent-o: sudeste/centro-oeste; nort/nord: norte/nordeste; os números que antecedem a sigla do Estado referem-se aos dígitos que individualizam a amostra, que é também utilizada em outras análises no transcorrer desta seção e se encontram nos arquivos particulares da pesquisa para consultas que se fizerem necessárias; os níveis apontados são seguidos da jornada em horas semanais; Nív. n/e: nível de formação exigido na amostra não especificado, Nív. Téc.: nível técnico; Nív. Méd.: nível médio; Nív. Fund.: nível fundamental, Nív. Sup.: nível superior; Ped. Inc.: pedagogia incompleto; Exper.: experiência; Exper. Educ. Social: experiência em Educação Social.

| | | | | |
|--|--|--|---|---|
| 803-PR Nív. Méd. – 12x26 ONG – R\$1.100,00 Exper. Educ. Social | 808-SP Nív. Méd. – n/e ONG – R\$1.500,00 Dispensa Exper. | 813-SP Nív. Sup. – 12x36 Escolar – R\$1.383,95 Exper. Educ. Social | 818-MG Nív. Sup. – 40h. ONG – R\$1.500,00 Exper. Pedagógica | 823-AL Nív. Méd. – 40h. ONG – R\$968,00 Exper. Educ. Social |
| 804-PR Nív. Méd. – 44h. ONG – I. Rel. LBV Dispensa Exper. | 809-SP Nív. Méd. – n/e ONG – R\$1.500,00 Exper. Educ. Social | 814-SP Nív. Méd. – 44h. Escolar – R\$1.390,00 Dispensa Exper. | 819-MG Nív. Sup. – n/e ONG – n/e Exper. Treinamento | 824-PE Nív. Méd. – 40h. ONG – R\$1.000,00 Exper. Educ. Social |
| 805-PR Nív. Fund. – n/e ONG – R\$900,00 Dispensa Exper. | 810-SP Nív. Sup. – 44h. ONG – R\$2.137,65 Exper. Artesanato | 815-SP Nív. Méd. – 40h. Escolar – R\$1.849,16 Dispensa Exper. | 820-SP Nív. Méd. – 12x36 n/e – R\$1.034,00 Dispensa Exper. | 825-PE Nív. Méd. – 44h. ONG – R\$968,00 Exper. Educ. Social |

Não é conclusiva a referência que um tipo especial de empregador exija ou dispense experiência, seja ele, instituição de ensino, empresa ou organização não governamental, sendo possível confirmar apenas que as atividades com grau de especificidade mais elevado, exijam as respectivas habilidades para cumprimento das atribuições.

Isso foi identificado nas vagas anunciadas para Educadores Sociais em Canoas/RS¹⁴³, que trabalhariam em ambiente escolar com libras, duas organizações não governamentais¹⁴⁴ que admitiam profissionais com experiência em artesanato e uma

¹⁴³ Amostra 801-RS, com endereço eletrônico constante no anexo B.

¹⁴⁴ Amostras 807-SP e 810-SP, com endereços supra.

quarta amostra¹⁴⁵, que objetivava contratar um educador com habilidade em treinamentos.

Embora a maioria das vagas disponibilizadas referenciasse a exigência de experiência, somente 10,5% delas indicaram tempo mínimo de dois anos de prática comprovada. A maioria das amostras apenas indicava a necessidade de o candidato ter experiência, deixando para o momento da entrevista a aquilatação da práxis do profissional.

Conhecida a realidade de ingresso ao trabalho do Educador Social junto ao setor privado e organizações não governamentais, passa-se à análise dos conhecimentos que são exigidos daqueles que se candidatam às vagas públicas de trabalho. Esses saberes são verificados na escolha dos melhores candidatos a partir de concursos públicos ou Processos Seletivos Simplificados.

Os concursos públicos contemplam a aplicação de provas objetivas, onde o candidato responde a questionamentos formulados a partir de um conteúdo programático definido no edital de seleção com a finalidade de aferir seu conhecimento.

Outros meios de avaliação são a prova de títulos, na qual, é pontuado o currículo do candidato; a prova psicológica, aplicada para verificação de seu estado emocional; e prova de aptidão física, que objetiva a verificação do condicionamento físico do aspirante à vaga, para se ter um prognóstico da qualidade do desempenho das atividades relativas à função.

Os Processos Seletivos Simplificados não contemplam previsão de aplicação de provas objetivas, restringindo-se a escolha dos candidatos a partir da análise curricular e entrevistas. Remotamente, é prevista uma prova de redação.

A iniciativa privada e as organizações não governamentais divulgam suas vagas entre as pessoas com quem têm contato direto, por meio do tradicional boca-a-boca e publicações em

¹⁴⁵ Amostra 819-MG, com endereços supra.

agencias e sites especializados de cadastro de currículos e anúncios de vagas de trabalho, sendo estes últimos a via eleita para a localização das amostras de oportunidades que foram utilizadas nesta parte do trabalho.

A sistematização destes dados oportunizou a confecção da Tabela n. 9, a seguir constante, que trabalha os critérios indicados em 24 editais publicados pelo primeiro setor (público):

| Tabela 9 CRITÉRIOS PARA ADMISSÃO DO EDUCADOR SOCIAL NO SETOR PÚBLICO¹⁴⁶ Nível de formação – Tipos de avaliação – Conteúdos programáticos | | | | |
|--|--|---|---|-----------------------------------|
| SUL | SUDESTE | CENTR-OESTE | NORTE | NORDESTE |
| 701-PR MÉDIO e SUP. Pr. Tít.; Pr. Obj. Port.; Mat.; Inform.; C. Esp. | 707-SP MÉDIO Pr. Obj. Port.; Mat.; C. Ger.; C. Esp. | 713-GO SUP. Ped/Out. Pr. Obj. Port.; Inform.; C. Ger.; C. Esp. | 716-PA SUP. Ped. Pr. Obj. Port.; M-Amb.; Inform.; C. Esp. | 717-PI (PSS) MÉDIO Pr. Tít. |

¹⁴⁶ Conjunto de 24 amostras distribuídas nas regiões geográficas do país. Os números que antecedem a sigla do Estado referem-se aos dígitos que individualizam a amostra; PSS: Processo Seletivo Simplificado, baseado na análise curricular e entrevistas para seleção. Sup.: superior; Ped.: pedagogia; Out.: outros cursos superiores; Port.: português; Mat.: matemática; Inform.: informática; C. Ger.: conhecimentos gerais; C. Esp.: conhecimentos específicos; Legis.: Legislação. Psicol.: prova psicológica; V. Téc.: visita técnica; Pr. Obj.: prova objetiva; Pr. Tít.: prova de títulos; Entrev.: Entrevista; M-Amb.: meio-ambiente; Na amostra 701-PR não é exigido o conteúdo de informática para as vagas de nível médio.

| | | | | |
|---|--|--|--|--|
| 702-SC MÉDIO Pr. Obj. Port.; C. Ger.; Inform.; C. Esp. | 708-RJ MÉDIO Pr. Obj. Port.; Mat.; C. Ger.; C. Esp. | 714-MS MÉDIO Pr. Obj. Port.; Lógica; Legis.; C. Esp. | 718-AC (PSS) MÉDIO Pr. Tít.; Entrev. | 720-PI (PSS) SUP. Ped. Pr. Tít.; Entrev. |
| 703-RS MÉDIO Psicol. Pr. Obj.; Port. Lógica; Legis.; C. Esp. | 709-ES (PSS) MÉDIO Pr. Tít. | 715-DF (PSS) MÉDIO Pr. Tít. | 719-AC (PSS) MÉDIO Pr. Tít. | 21-CE (PSS) MED Pr. Tít.; Entrev.; Redação. |
| 704-PR SUP. Ped. Pr. Obj. Port.; C. Ger.; C. Esp.* | 710-MG SUP. Ped/Out. Pr. Tít. Pr. Obj. Port.; C. Ger.; Legis.; C. Esp. | | | 722-BA MÉDIO Pr. Obj. Port.; Inform.; C. Ger.; C. Esp. |
| 705-PR MÉDIO Psicol.; Físi- ca; V. Téc.; Pr. Obj. Port.; Mat. C. Esp.; Inform.; C. Ger. | 711-SP SUP. Ped/Out. Pr. Obj. Port.; C. Ger.; C. Esp. | | | 723-PE MÉDIO Pr. Obj. Port.; C. Esp. |
| 706-SC MÉDIO Pr. Obj. Port.; Mat. C. Ger.; C. Esp. | 712-SP MÉDIO Pr. Obj. Port.; Mat. C. Esp. | | | 724-BA (PSS) MÉDIO Pr. Tít.; Entrev. |

Quando tratamos da profissionalização de uma atividade, é imprescindível indicar aos candidatos pretendentes ao seu exercício, quais as oportunidades de trabalho que o mercado oferta e quais os critérios que são utilizados na seleção, para que sejam envidados esforços tendentes à obtenção da vaga desejada.

Conforme já referenciado quando analisado o profissional vinculado ao primeiro setor, em 67,7% das amostras, encontramos a divulgação de concursos públicos para seleção de profissionais contratados por prazo indeterminado pela Administração Pública e 33,3% das vagas buscavam o preenchimento de vagas com prazo determinado, cuja seleção ocorria por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS).

Nestes a seleção pode ocorrer a partir apenas da análise dos currículos, ou ainda, cumulada com uma prova de redação e entrevistas realizadas com os candidatos. Em metade das amostras estudadas, verificamos que a seleção sobrevém exclusivamente pelo currículo do candidato, enquanto a outra metade se vale de outros critérios complementares ao currículo.

Nos Processos Seletivos onde é prevista a realização de entrevistas, elas são realizadas a um número limitado de candidatos proporcionalmente ao triplo¹⁴⁷ de vagas previstas ou terem obtido um número determinado de pontos no currículo¹⁴⁸, tendo caráter eliminatório e classificatório, portanto, não são todos os candidatos que são entrevistados.

Nas entrevistas são levadas em consideração a segurança do candidato ante as questões de conhecimento técnico e comportamental colocadas durante a sessão, a identificação com o trabalho a ser desenvolvido, capacidade de trabalhar em equipe,

¹⁴⁷ Amostra 721-CE, com endereço eletrônico constante no anexo B.

¹⁴⁸ A amostra 720-PI atribui entre 10 e 20 pontos para quem tem especialização na área de pedagogia; o mesmo para especialização em psicopedagogia; para a experiência como educador social no CREAS, computa-se 5 pontos para cada ano de atividades, num total máximo de 10 pontos. Endereço supra.

comportamento proativo e inovador, ética no desenvolvimento da função, conhecimento acerca dos principais expedientes legislativos, das ações de proteção básica e especial da assistência social, além da apresentação e postura profissional do pretendente.

Chamou-nos atenção a amostra 721-CE que, em um Processo Seletivo Simplificado previu uma prova de redação, em conjunto com a prova de títulos e entrevista, com um critério de análise muito refinado, que avalia se o texto redigido pelo candidato contempla os seguintes aspectos técnicos, enfatizando ainda que, em caso de fuga ao tema, a redação seria zerada e havendo tangenciamento da temática proposta, a nota comportaria relativização:

1. O título do texto consiste em recurso expressivo. O parágrafo de introdução apresenta o tema proposto com eficiência; 2. Nos parágrafos de desenvolvimento, há progressão, clareza e coesão na apresentação; 3. Existe uma tese – compatível com a proposta – que regula as inter-relações textuais; 4. As informações são pertinentes e suficientes para a defesa da tese; 5. A conclusão é resultado das ideias expostas e explora adequadas estratégias de fechamento textual; 6. O vocabulário empregado no texto é variado e está sendo usado como um recurso expressivo; 7. O uso e a adequação dos marcadores argumentativos revelam o posicionamento do autor; 8. A organização sintática dos períodos e a pontuação são apropriadas aos objetivos e à estrutura global do texto; 9. As relações de concordância, regência e colocação estão ajustadas ao padrão culto da escrita; 10. O texto é redigido segundo as normas ortográficas oficiais¹⁴⁹.

Sobre esse aprimorado critério de avaliação, vislumbramos que as exigências do edital se apresentam incompatíveis com o nível de escolaridade médio referenciado e, principalmente, o salário que irá remunerar este profissional: um salário mínimo (R\$ 788,00) para 40 horas semanais de trabalho.

¹⁴⁹ Amostra 721-CE, com endereço eletrônico constante no anexo B.

Em relação aos títulos, cada concurso possui tabela de pontuação própria para as seguintes atividades: formação profissional, formação complementar a partir da participação em cursos, participação em eventos, especialização na área, experiência como educador social no programa recrutante, pós-graduações na área de políticas sociais, trabalho social voluntário, doutorado, mestrado, cursos de informática básica e cursos de línguas.

Os títulos que estão no topo dos Processos Seletivos Simplificados são o doutorado, a graduação profissional na área e a experiência na atividade específica do edital. Os documentos comprobatórios para as graduações e pós-graduações são os diplomas conferidos por Instituições de Ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação.

A experiência, quando é exigida no edital, pode ser demonstrada por declaração expedida pelo órgão destinatário das atividades e os cursos de informática/língua estrangeira precisam certificar no mínimo 45 e 80 horas, respectivamente, para terem nota computada.

Conhecidos os perfis de seleção apontados nos Processos Seletivos Simplificados, os quais, representam um terço das oportunidades públicas de trabalho como Educador Social, passamos a análise das vagas correspondentes aos concursos públicos regulares que correspondem a 67,7% das amostras, passando a identificar quais são seus critérios para admissão dos candidatos mais bem preparados.

Nos concursos públicos para Educador Social, 75,0% das amostras apontaram um processo seletivo que aplicava aos candidatos provas exclusivamente objetivas e 25,0%, avaliavam os pretendentes submetendo-os a diversas etapas, além da prova objetiva, sendo identificadas as avaliações psicológica, física, visita técnica e títulos.

Nas provas objetivas são cobrados os seguintes conteúdos, nos seguintes percentuais, também referenciados:

100% das amostras contêm perguntas sobre português e Conhecimentos Específicos sobre Educação Social; 62,5% cobram conhecimentos gerais e atualidades; 37,5% cobram matemática e informática; 18,7% cobram legislação brasileira; 12,5% cobram Lógica, e; 6,25% cobram conhecimentos sobre Meio-ambiente¹⁵⁰.

Todas as amostras indicam provas com questões pertinentes a conhecimentos específicos acerca da Educação Social. Trata-se da matéria que contempla maior escore de peso na formação da nota final ou quando inexistente o critério de peso para as questões, o ponto prevê um número maior de questões. Em algumas amostras, como identificado no padrão 711-SP, ambas as situações são identificadas (maior escore e número de questões):

| Escore de peso e número de questões | | | | |
|--|-------------------------------|--------------|---------------------------------|--------------|
| Língua Portuguesa e Conhecimentos Específicos¹⁵¹ | | | | |
| Cargo | Disciplinas | Itens | Valor unitário dos itens | Total |
| Educador Social | Conhecimentos gerais | 10 | 1,25 | 12,50 |
| | Português | 10 | 1,25 | 12,50 |
| | Conhecimentos específicos | 30 | 2,50 | 75,00 |
| Amostra 711-SP | Nota máxima da prova objetiva | | | 100,00 pts. |

Neste contexto, o candidato à vaga pública de concursos para Educador Social deve dedicar seus estudos com maior intensidade aos tópicos específicos correspondentes à Educação Soci-

¹⁵⁰ Os percentuais indicados correspondem ao tratamento técnico dos dados obtidos nos editais que compõem a Tabela 9.

¹⁵¹ Dados extraídos da Amostra 711-SP, com endereço eletrônico constante no anexo B.

al, cujo esforço terá uma dupla recompensa: terá ele um melhor resultado no concurso e um maior domínio teórico, que contribuirá no desenvolvimento futuro de suas atribuições laborais.

Identificadas as matérias que mais são cobradas nas provas objetivas, necessário, na sequência, apontar quais são os pontos objeto de cobrança nos concursos, cujas amostras foram estudadas, antecipando-se que, em geral, os conteúdos programáticos, são equivalentes, sem uma sensível diferença em relação ao nível de formação do profissional, ou seja, não é sensível a complexidade maior ou menor, tendo-se por base o nível de formação exigido (superior ou médio).

Analisemos as quatro amostras abaixo constantes, objetivando identificar quais delas referenciam conteúdos programáticos de concursos com nível médio e superior:

722-BA – As políticas públicas sociais e educacionais para a infância e a adolescência no Brasil. O Estatuto do Idoso – Lei n. 10741/2003 – e as políticas públicas para o idoso no Brasil. As políticas públicas e as ações afirmativas para a pessoa com deficiência no Brasil. O atendimento socioeducacional a jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Planejamento e avaliação de práticas socioeducacionais de atendimento à criança, ao adolescente, ao adulto e ao idoso. O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n. 8069/1990 – e a garantia dos direitos constitucionais. A criança, seu desenvolvimento e suas aprendizagens. O desenvolvimento humano: infância, adolescência e vida adulta. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96. Política Nacional da Assistência Social. Técnica de atendimento. Relações interpessoais¹⁵².

704-PR – Conhecimentos específicos: LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742 de 07/12/1993); PNAS/2004 – Política Nacional de Assistência Social; NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social; Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução n.

¹⁵² Amostra 722-BA, com endereço eletrônico constante no anexo B.

109 de 11 de novembro de 2009); SINASE – Sistema nacional de Atendimento Socioeducativo. Lei n. 8.069/1990 – ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitário; Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes; Plano Nacional de Prevenção e erradicação ao Trabalho Infantil; Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua; Lei n. 11.240/2006 (Maria da Penha); Lei n. 10.741/2003 – Estatuto do Idoso; Decreto n. 3.298/1999 – Estatuto da Pessoa com Deficiência¹⁵³.

723-PE – Conhecimentos específicos: 1. Constituição Federal de 1988: Direitos e Garantias Fundamentais e os Direitos Sociais. 2. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS. (PNAS, 2004); 3. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993) Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS (2012). 4. O trabalho com famílias e com a juventude no SUAS. 5. A centralidade da família na execução dos Serviços de Fortalecimento de Vínculos. 6. Direitos da criança, do adolescente e da juventude. Lei N. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). 7. Juventude: organização, movimentos juvenis, direito a cultura. Lei N. 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude). 8. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no SUAS – Resolução CIT n. 01, de 7 de fevereiro de 2013 (SCFV). 9. A Política Nacional sobre Drogas – Resolução n. 3 de 27 de outubro de 2005; 10. Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) – Lei 11.343 de 23 de agosto de 2006¹⁵⁴.

710-MG – Educador Social (Especialista de Serviços Públicos). Políticas públicas – conceitos e contradições. Políticas sociais – conceitos e contradições. Políticas educacionais – conceitos e contradições. Crise no Capitalismo. Neoliberalismo – conceitos e contradições. Globalização excludente. Diversidade cultural. Ética na educação. Educação x Trabalho – conceitos e contradições. Família na sociedade brasileira atual. Planejamento. Elaboração

¹⁵³ Amostra 704-PR, com endereço eletrônico constante no anexo B.

¹⁵⁴ Amostra 723-PE, endereço idem.

de projetos. Captação de recursos. Avaliação. Competências do Educador Social. Educação não formal. Visão tradicional x atuação na modernidade da educação social. Educação social para o idoso. Educação social para a pessoa com deficiência. Educação social para criança e adolescente. Educação social para famílias em situação de vulnerabilidade e / ou risco social. Cidadania e educação. Organização da sociedade civil. Planejamento participativo. Processo de identificação comunitária. Conquista de direitos. Democracia e relações de poder. Movimentos sociais. Estado e sociedade civil¹⁵⁵.

Observamos que os conteúdos guardam relevantes semelhanças quanto ao grau de complexidade, sendo as amostras 710-MG e 704-PR correspondentes a concursos de nível superior e 722-BA e 723-PE em nível médio.

Em apenas algumas amostras que preveem o nível de superior de formação, observa-se a exigência de um conteúdo mais aprofundado no conhecimento, como seria de se presumir, propondo questionamentos de ordem ideológica para a Educação Social, bem como, as diretrizes e bases da Educação Nacional. A análise do conteúdo programático da amostra 710-MG anteriormente reproduzido, ilustra esta realidade.

Percebe-se a partir dos estudos destas amostras que é exigido do candidato um conhecimento aprofundado da sistemática do ensino nacional envolvendo, além do ensino médio, um domínio acerca da Educação Especial, Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos, Relações Étnico Raciais, Educação em Direitos Humanos e, ainda, sobre os Eixos Norteadores da Política Educacional.

Também são exigidos conhecimentos acerca dos instrumentos de apoio ao planejamento da educação, enfocando: Plano Nacional de Ensino (PNE), Plano Estadual de Ensino (PEE), Plano Municipal de Ensino (PME), Programa de Desenvolvi-

¹⁵⁵ Amostra 710-MG, endereço idem.

mento Educacional (PDE), Programa de Educação para a Saúde (PES), Levantamento da Situação Escolar (LSE), Plano de Ações Articuladas (PAR), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)¹⁵⁶.

Abaixo segue a relação, reunida num só bloco, de todos os pontos indicados nos conteúdos programáticos de concursos para Educador Social, que foram objeto de análise, os quais, são objeto dos questionamentos formulados nas provas de conhecimento específico:

Diretrizes curriculares nacionais. Educação básica, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação especial, educação do campo, EJA, relações étnico raciais, educação em direitos humanos. Eixos norteadores da política educacional. Instrumentos de planejamento das ações educativas. Projeto pedagógico, proposta pedagógica, plano escolar, plano de ensino. Inclusão escolar: política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Instrumentos de apoio ao planejamento da educação municipal. Políticas públicas, sociais e educacionais. Capitalismo, neoliberalismo e globalização. Diversidade cultural. Ética na educação. Educação e trabalho. Família e sociedade. Planejamento e elaboração de projetos. Captação de recursos. Avaliação e competências do educador social. Educação não formal, visão tradicional e atuação na modernidade. Educação social para o idoso, pessoa com deficiência, criança e adolescente, famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social. Cidadania e educação. Organização da sociedade civil. Planejamento participativo. Processo de identificação comunitária. Conquista de direitos. Democracia e relações de poder. Movimentos sociais. Estado e sociedade civil. Princípios éticos e fundamentos para a educação de jovens. Normas básicas de segurança em unidades socioeducativas. Normativas internacionais para a proteção de jovens privados de liberdade e para a administração da justiça da infância e da juventude. A relevância da presença, do vínculo e do exemplo como componentes do processo

¹⁵⁶ Realidade espelhada na amostra 716-PA, endereço idem.

educativo. Princípios que fundamentam a prática na educação infantil e na adolescência: pedagogia da infância, dimensões humanas; atendimento a crianças/ adolescentes em situação de risco e de extremo risco e suas famílias. Normas básicas sobre as relações humanas. Princípios éticos e fundamentos para a educação de jovens. Normas básicas de segurança em unidades socioeducativas. Normativas internacionais para a proteção de jovens privados de liberdade e para a administração da justiça da infância e da juventude (ONU – UNICEF). A relevância da presença, do vínculo e do exemplo como componentes do processo educativo. A concepção de protagonismo juvenil. Programas sociais; Relação estado e sociedade civil. Indivíduo e sociedade. Família na sociedade brasileira atual. Cultura, identidades culturais. Questões étnicas, racismo. Diferenças culturais e discriminação. Globalização, descentralização e participação social. Trabalho e desemprego na sociedade de classes. Democracia e participação política; direitos civis, políticos e sociais. Direitos de cidadania no Brasil na atualidade. Enfrentamento da pobreza. Atendimento a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade. Políticas públicas de proteção social e a rede socioassistencial de proteção social. Erradicação do trabalho infantil. Orientações técnicas para o serviço de acolhimento institucional¹⁵⁷.

Verificou-se em duas amostras, particularmente individualizadas pelos concursos correspondentes às amostras 701-PR e 703-RS que os conteúdos programáticos específicos para as funções de Educador Social referenciavam pontos pertinentes à Assistência Social. Confirmemos:

701-PR – Conteúdos Programáticos: Serviço Social e as instituições: Conceito de Instituições. Estratégia de Trabalho de Serviço Social nas Instituições. Fundamentos Teóricos e Éticos do Serviço Social. Relação entre Teoria e Prática do Serviço Social. Ética Profissional. Estratégias. Instrumentos e Técnicas de Intervenção Social: Abordagem Individual e Coletiva. Diagnóstico. Atendimento Assistencial: Familiar. Planejamento Social: Projetos,

¹⁵⁷ Pontos de conhecimentos específicos reunidos sistematicamente em bloco, extraídos de todas as amostras analisadas que continham essa informação específica.

Planos e Programas. Avaliação de Programas e Políticas Sociais. Pesquisa social: Elaboração de Projetos, Métodos e Técnicas Quantitativas e Qualitativas. A Profissão do Assistente Social; Código de Ética do Assistente Social¹⁵⁸.

703-RS – Conteúdos Programáticos: Fundamentos teóricos metodológicos do Serviço Social. Serviço Social como profissão (ética profissional, regulamentação da profissão, demandas e desafios atuais do Serviço Social). Legislação Profissional: Lei que regulamenta a Profissão; Código de Ética do Assistente Social, Diretrizes Curriculares da ABEPSS para a Formação Profissional. Projeto Ético-Político do Serviço Social como fundamento da formação e do exercício profissional. Inserção do assistente social nos processos de trabalho. Instrumentos do Trabalho Profissional: Entrevista, Grupo, Reunião e Visita Domiciliar. Processos de gestão na organização do trabalho e nas políticas sociais: planejamento, coordenação, execução, monitoramento e avaliação. Formulação e gestão de políticas sociais. O assistente social como trabalhador, as estratégias profissionais, a articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e o produto do seu trabalho. Dimensão investigativa da profissão- concepção, elaboração e realização de projetos de pesquisa. Leitura e interpretação de indicadores sociais. Dinâmica institucional e a formulação de projetos de intervenção. Espaços ocupacionais do Serviço Social nas esferas pública e privada. Redes de atendimento. Assessoria técnica. Perícia, Estudo e Laudo Social. Supervisão do trabalho profissional e estágio. Questão social, políticas e movimentos sociais. Estado e políticas sociais. A legislação social e as leis regulamentadoras das políticas de Trabalho, Saúde, Assistência Social, Previdência Social, Habitação, Educação. Legislações afirmativas dos direitos de: Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Mulher, População em Situação de Rua¹⁵⁹.

Embora as áreas da Educação Social e Assistência tenham parte do conhecimento teórico compartilhado na mesma

¹⁵⁸ Amostra 701-PR, Amostra 704-PR, com endereço eletrônico constante no anexo B.

¹⁵⁹ Amostra 703-RS, com endereço eletrônico constante no anexo B.

fonte, a exemplo das disposições correspondente à criança, adolescência, idoso, programas e políticas assistenciais, o equívoco na indicação fica ainda mais evidente quando a segunda amostra (703-RS) indica uma bibliografia composta de títulos envolvendo o Serviço Social, sem sequer apontar uma única obra de autoria dos pesquisadores que abordam a Educação Social Brasileira.

Equívocos desta natureza contemplam questionamento e correção nos prazos e forma recursal previstos no próprio edital que divulga o concurso. No caso específico do edital correspondente à amostra 701-PR, o prazo para questionamento do lapso identificado era de 02 dias úteis contados a partir do dia seguinte ao da publicação do edital, conforme previsto no item 13.2 e anexo I do Edital¹⁶⁰.

Ainda no tocante aos conteúdos programáticos das provas de concursos, embora a prova de conhecimentos específicos tenha maior importância no páreo seletivo, têm também importância os conteúdos de Língua Portuguesa. Seu valor, em regra, é um pouco menor que a prova de conhecimentos específicos em Educação Social, porém, ostenta maior magnitude que as outras matérias e está presente em todas as amostras que aplicam provas objetivas.

Sobre os pontos relacionados à língua portuguesa, o conteúdo programático busca selecionar candidatos que saibam escrever, ler e interpretar. Os pontos indicados são aleatoriamente extraídos da gramática e referenciados nos conteúdos programáticos dos editais. A parte da Literatura Brasileira tem reduzida indicação, contemplando apenas 6,25% das amostras.

Os conteúdos são referenciados nos editais em maior ou menor quantidade de pontos, sem se oportunizar parâmetros em

¹⁶⁰ A partir da interposição de recurso contra referido edital houve a seguinte retificação publicada sob n.02 ao Edital 052/2015 SERH: "4. No Anexo III - Conteúdo Programático Específico para o cargo de Educador Social, será excluído o seguinte conteúdo: "A Profissão do Assistente Social; Código de Ética do Assistente Social", mantendo-se os demais."

função do nível de escolaridade exigido nos concursos. Foram localizadas amostras de nível médio com extenso conteúdo programático e nível superior em reduzido número de pontos, conforme a seguir ilustrado:

Em um concurso aberto em 23 de abril de 2014, em Maringá-PR (705), para contratação de Educador Social de nível médio, os pontos objeto de questionamento eram:

705-PR – Língua Portuguesa: Compreensão e interpretação de textos, com moderado grau de complexidade. Reconhecimento da finalidade de textos de diferentes gêneros. Localização de informações explícitas no texto. Inferência de sentido de palavras e/ou expressões. Inferência de informações implícitas no texto e das relações de causa e consequência entre as partes de um texto. Distinção entre fato e opinião sobre esse fato. Interpretação de linguagem não verbal (tabelas, fotografias, charges, cartuns, tiras, gráficos, infográficos etc.). Reconhecimento das relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios, preposições, locuções, pronomes. Reconhecimento das relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuam para sua continuidade. Identificação de efeitos de ironia ou humor em textos variados. Pontuação (principais funções: vírgula, ponto, ponto e vírgula, travessões, aspas). Recursos morfosintáticos. Ambiguidade e paráfrase. Vocabulário. Sinonímia, paronímia e antonímia. Reconhecimento do emprego de: verbos, substantivos, adjetivos, pronomes, artigos, preposições. Crase. Regência nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Acentuação e ortografia¹⁶¹.

710-MG – Estudo e interpretação de texto; emprego das classes de palavras; emprego de tempos e modos verbais; concordâncias verbal e nominal; regências verbal e nominal; uso do sinal indicativo de crase; colocação pronominal; estrutura do período e da oração: aspectos semânticos e sintáticos; coesão e coerência tex-

¹⁶¹ Amostra 705-PR, com endereço eletrônico constante no anexo B.

tuais; acentuação gráfica; pontuação; variações linguísticas; gêneros textuais¹⁶².

Também são objeto de questionamentos nas avaliações previstas as descobertas e inovações científicas na atualidade, principais conflitos nacionais e internacionais e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea, bem como, o desenvolvimento urbano, cultura, sociedade, artes, arquitetura, cinema, jornais, revistas, televisão, música, teatro, internet, costumes, saúde, educação, cidadania, energia e turismo.

Estes pontos indicam a linha geral de todos os conteúdos programáticos estudados nas amostras. Duas amostras individualizadas pelos concursos realizados pelos municípios de Rio do Sul/SC¹⁶³ e Uberaba/MG¹⁶⁴, distinguem-se deste perfil, na medida em que incluem entre os conhecimentos gerais as noções de direito constitucional, penal e administrativo.

Nestas amostras foram incluídas no tópico de conhecimentos gerais os temas de direitos, princípios, garantidas fundamentais, organização dos estados e poderes, crimes contra a administração pública; ética pública, moralidade, improbidade administrativa, conduta do servidor público, atendimento ao cidadão, processo de licitação e diretrizes orçamentárias.

Também são referenciados nos programas os conteúdos correspondentes à matemática e lógica distintamente, contudo, os assuntos indicados nos respectivos tópicos fazem recíproca indicação de temas, permitindo a reunião de ambos numa mesma análise, que traduz um percentual de exigência avaliativa em 50,0% das amostras. A matemática enquanto ciência exata é informada pela lógica e isso justifica a reunião.

¹⁶² Amostra 710-MG, com endereço eletrônico constante no anexo B.

¹⁶³ Amostra 706-SC, endereço idem.

¹⁶⁴ Amostra 710-MG, endereço idem.

Pelas amostras estudadas, quem responde à uma prova concorrendo a uma vaga de Educador Social, indiferentemente se é ele um pretendente em nível de formação superior ou médio, no tocante à matemática e lógica, terá seu conhecimento avaliado em relação aos seguintes pontos, presentes em maior, menor ou alternada incidência:

Conjuntos, números naturais, inteiros, racionais, reais, operações, potenciação. Múltiplos, divisores, fatoração, medidas de comprimento, área, volume, ângulo, tempo, massa, proporções, matemática comercial, regra de três simples/composta, porcentagem, juros, descontos simples, expressões algébricas, polinômios, equações de 1º. e 2º. graus, análise combinatória e probabilidade, progressões aritmética e geométrica. Geometrias trigonometria, funções, logaritmos e raciocínio lógico¹⁶⁵.

Em percentual de 37,50% das amostras também é cobrado o tópico de informática, indicando os seguintes pontos colhidos nos conteúdos programáticos divulgados nos editais consultados:

Conceitos básicos de hardware e software; instalação de computadores, scanners, tablets, impressoras, dispositivos de entrada/saída e suas propriedades; Conceitos básicos de ambiente Windows, Linux e suas funcionalidades: ícones, atalhos de teclado, janelas, arquivos, pastas, programas, impressão, atividades relacionadas ao Pacote Office (Word, Excel, PowerPoint, Outlook); Conceitos básicos de Internet e utilização de ferramentas de navegação: browsers, Internet Explorer, correio eletrônico e busca e pesquisa na internet. Noções de serviços: Internet e Intranet. Conceitos básicos de tarefas e procedimentos de informática: organização e gerenciamento de arquivos, pastas e programas; vírus e antivírus, Spam, Phishing, Malware; conceitos de

¹⁶⁵ Reunião dos itens dos programas referenciados nos editais consultados.

URL, link, site; acesso remoto a computadores e pastas; conexões em rede¹⁶⁶.

Em menor percentual de presença nas provas objetivas de concursos, também encontramos em 6,25% das amostras, indicativo de formulação de questionamentos em matéria ambiental, exigindo do candidato preparação em relação aos seguintes assuntos, indicados em conteúdo programático:

Ecologia, poluição ambiental, políticas ambientais, licenciamento ambiental, recursos hídricos, educação Ambiental, crimes Ambientais, auditoria Ambiental, desenvolvimento sustentável, Agenda 21 e Carta da Terra¹⁶⁷.

Por fim, em relação à legislação que é referenciada nos conteúdos programáticos, elas se reprisam nos conteúdos programáticos de nível superior e médio, também se alternando em maior e menor quantidade de títulos, contemplando as seguintes normas e programas, que ensejarão questionamentos acerca de direitos e obrigações necessários ao desenvolvimento das atividades pelo Educador Social.

Para selecionar os melhores candidatos para desenvolvimento de suas atribuições, os editais dos concursos indicam os seguintes expedientes normativos, a partir dos quais serão formulados os questionamentos a serem respondidos nas amostras que preveem aplicação de provas objetivas:

Constituição Federal, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração Universal dos Direitos das Crianças, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Educação Especial, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Assistência Social, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Juventude, Lei Maria da Penha, Política Nacional de Promoção da Igualdade Raci-

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Reunião dos itens dos programas referenciados nos editais consultados.

al, Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, Sistema Único de Saúde, Estatuto do Idoso, Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei de Licitações, Lei de Improbidade Administrativa, Sistema Nacional de Meio Ambiente, Lei de Crimes Ambientais, Crimes contra Administração Pública, Carta da Terra, Agenda 21 e respectiva legislação da localidade correspondente ao âmbito do concurso¹⁶⁸.

O conhecimento acerca das legislações a supra referenciadas interfere diretamente no desenvolvimento das atribuições que são conferidas ao Educador Social, justificando-se sua cobrança em um processo público seletivo, pois, em sua rotina profissional, o Educador Social depara-se com violações desses direitos e seu trabalho se volta para a correção das respectivas ofensas e amenização de seus efeitos, num contexto focal, pois existem outras tarefas com objetivos diferentes.

¹⁶⁸ Relação dos conteúdos legislativos indicados nas amostras de concursos públicos analisadas esta pesquisa.

PROCESSO LEGISLATIVO BRASILEIRO

Este capítulo é destinado à análise do Processo Legislativo Brasileiro pelo qual tramitam os projetos de lei que objetivam a regulamentação do Educador Social, partindo das bases constitucionais do sistema normativo que estrutura nosso Ordenamento. Inicia-se pela abordagem da importância teórica da normatização do trabalho do Educador Social e se desenvolve com o estudo da organização, funcionamento e trâmite legislativo que acontece perante a Câmara de Deputados e Senado Federal, órgãos estes, que estruturam o Poder Legislativo federal na forma bicameral.

Sequencialmente é contemplado o papel do Poder Executivo que exerce a faculdade de sancionar ou vetar o projeto de lei aprovado pelo legislativo, segundo critérios de constitucionalidade e interesse público da proposta normativa. É analisada a faculdade do Congresso Nacional, formado pela reunião das duas Casas Legislativas, de derrubar o veto, proferindo a orientação final sobre o advento de uma nova regra que passará a tutelar seus destinatários.

Este processo legislativo, sobre o qual agora nos debruçamos, é todo permeado por relações de poder. Reprise-se que saber é poder. Empodera o interessado, o conhecimento acerca das normas que determinam os modos como uma nova lei é criada. Para Michel Foucault:

O poder não é uma substância. Tampouco é um misterioso atributo do qual se precisaria escavar as origens. O poder não é senão um tipo particular de relações entre indivíduos. (...) O traço

distintivo do poder é que alguns homens podem mais ou menos determinar inteiramente a conduta de outros homens¹⁶⁹.

Encontramo-nos exatamente diante do fenômeno descrito por M. Foucault: algumas pessoas com legitimidade para criar regras, encontram-se desenvolvendo essa incumbência, cujo resultado será uma lei que deverá ser criada, orientando, assim, a conduta de outras pessoas, quais sejam, os profissionais reconhecidos como Educadores Sociais.

A incumbência dos parlamentares, representantes do povo e dos estados federados, é de manifestação da vontade das pessoas que os elegeram como tal. Para tanto, precisam ter seu convencimento formado a partir de um discurso que, conforme anteriormente exposto, também pode ser edificado nas bases intelectuais universitárias, como se pretende fazer nesta pesquisa.

A ciência do trâmite de formação da lei é um poder imprescindível em todo esse processo legislativo, pois, determinará o momento correto de cada intervenção, que nem sempre revela posições uníssonas dos interessados. Faz parte do processo legislativo uma grande disputa de interesses, que, em tese, melhor se sairá no resultado final, quem tiver o discurso mais convincente, desenvolvido na circunstância e momento próprios e específicos.

Esse trâmite corresponde a regras de direito, as quais, se constituem mecanismo de exercício de poder, conforme sustenta Michel Foucault: “O direito não é nem a verdade nem o álibi do poder. Ele é um instrumento ao mesmo tempo complexo e parcial de poder”¹⁷⁰.

¹⁶⁹ FOUCAULT, Michel. *Ommes et Singulatim: uma crítica da razão política*. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*, volume IV: estratégia, poder-saber. Manoel Barros da Motta (Org.); Vera Lúcia Avelar Ribeiro (Trad.). 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, p. 376.

¹⁷⁰ FOUCAULT, Michel. *Poderes e estratégias*. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*, volume IV: estratégia, poder-saber. Manoel Barros da Motta (Org.); Vera Lúcia Avelar Ribeiro (Trad.). 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, p. 242.

Esse processo de confecção da regra envolve o desenvolvimento de relações de poder, demonstração de força, academicamente exteriorizada pelo conhecimento, pelo saber. É imprescindível que conheçamos como funcionam as estruturas de poder, conforme assevera Veronica Regina Müller:

Cada sociedade está constituída de estruturas, leis, instituições, regras e funcionamentos muito concretos que efetivam as situações da vida. Devemos conhecer com profundidade esses mecanismos para que os dominemos, isto é, para que não nos peguem de surpresa e mudem o trajeto de nossas lutas ou o ritmo delas¹⁷¹.

A identidade com as premissas exteriorizadas por Michel Foucault, justifica o desenvolvimento deste trabalho norteado pelo ideário teórico do referido filósofo francês.

Contexto base da normatização

O Estado Brasileiro tem como corolário esculpido no inciso II, do artigo 5º da Constituição Federal que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, inaugurando o capítulo da Carta Magna que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos.

Isto quer dizer que não é possível pensar na garantia de direitos e deveres objetivamente tratados sem que uma lei os estipule. O objetivo primordial de uma norma é regulamentar prerrogativas e, particularmente, o Educador Social, focado neste trabalho, ainda não tem um regramento próprio que discipline suas atividades e lhe assegure direitos específicos.

¹⁷¹ MÜLLER, Veronica Regina. *A participação social e a formação política: territórios a desbravar*. Dynamo Internacional. Street Workers Network. 2013, p. 31.

A importância teórica da normatização justifica-se no fato de que a lei é a base do sistema e instrumento de adequação jurídica das relações sociais, como aponta Manoel Gonçalves Ferreira Filho:

É até redundante mencionar a importância da lei no estado do direito, dado que este se caracteriza fundamentalmente pela sujeição de tudo e todos à lei, conforme o princípio de que ninguém está obrigado a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei¹⁷².

Várias ações têm sido realizadas no sentido de discutir a profissão do Educador Social e sua normatização em nosso País, das quais, o Coletivo de Profissionais e Pesquisadores orientados pela Professora Veronica Regina Müller tem tomado parte e entre outras iniciativas, têm produzido artigos, livros, criado redes, realizado congressos e participado ativamente das discussões acerca das disposições contidas nas propostas de lei.

Essas atividades buscam estudar e discutir atribuições, condições de trabalho, níveis de formação, âmbitos de exercício, tendentes a orientar o legislador acerca da aprovação de um preceito normativo que tutele, de forma efetiva e adequada, os profissionais vinculados à Educação Social.

As conferências sobre o tema, promovidas pelo grupo de pesquisa, já acontecem de forma sistemática com trocas de experiências e desenvolvimento de reflexões com trabalhadores e pesquisadores de várias partes do Brasil, bem como, com expoentes de outros países que têm a oportunidade de compartilhar experiências exitosas, havidas em suas realidades.

As audiências públicas têm sido também um importante meio de disseminação de ideias e reflexões acerca da abrangência que uma lei deve apresentar, tendo sido realizadas em diversos

¹⁷² FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves, *Curso de Direito Constitucional*, 32. ed. Saraiva: São Paulo, 2006, p. 188.

estados, assim como, aquela realizada em 2014 na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Na ocasião foi instaurado o Fórum Paranaense pela regulamentação da profissão do Educador Social, tendo reunido no Plenário da Assembleia Legislativa cerca de 250 pessoas¹⁷³, as quais representavam diversas entidades de diferentes cidades do Estado.

A conclusão dos trabalhos foi exarada no sentido de se manter uma rede permanente de representantes da categoria para proceder ao acompanhamento, direcionamento e avaliações dos processos referentes à regulamentação da profissão em nosso país.

Diante deste cenário, é premente a necessidade de debates sistêmicos com a comunidade, tornando-se amplo em todos os Estados da Federação, para que as demandas dos profissionais sejam analisadas, sistematizadas e sugeridas aos Legisladores Nacionais.

Conforme sustentado na contribuição ofertada à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal em agosto de 2015, subscrita pela Presidente da AESMAR, Dra. Veronica Regina Müller, “a regulamentação da profissão do Educador Social mudará o olhar das instituições públicas e privadas e da popula-

¹⁷³ A partir da enumeração das entidades participantes podemos ter ideia do comprometimento dos mais diversos organismos interessados na questão: Associação das Mães de Vítimas da Violência: Justiça e Paz; Associação dos Educadores Sociais de Maringá; Coletivo de Educadores e Educadoras Sociais de Curitiba; Coletivo de Educadores e Educadoras Sociais de Ponta Grossa; Comissão dos Direitos Humanos e da Cidadania da Assembleia Legislativa do Paraná; Comitê contra a Redução da Maioridade Penal; Instituto Sócrates; Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Universidade Estadual de Londrina; Universidade Estadual de Maringá - Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente e Programa de Pós-graduação em Educação – PPE; Universidade Estadual de Ponta Grossa; Universidade Estadual do Centro-oeste; Universidade Federal do Paraná - Núcleo de Estudos em Pedagogia Social; Rede de Mulheres Negras do Paraná; Sindicato dos Servidores da Socio educação do Paraná; Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba.

ção em geral para este Educador”¹⁷⁴, com a seguinte justificativa complementar:

Por não haver a regulamentação, os Educadores muitas vezes são confundidos com assistentes sociais, policiais, vigilantes, babás, recolhedor de crianças nas ruas... a regulamentação vai deixar claro que o Educador Social trabalha com Processos Educativos em outros espaços possíveis, deixará claro também que Educação não é sinônimo de escola, que outros espaços educativos são possíveis e necessários para o ser humano, a regulamentação trará dignidade ao Educador Social e ganhos para toda sociedade que terá um profissional mais capacitado para atuar em seu favor. Os Educadores Sociais há muito clamam pela regulamentação da profissão, muitos estão na militância há anos, invisíveis sem ter quem se volte ao seu favor. A regulamentação vem ao encontro de um “sonho possível” como diria nosso grande Educador Paulo Freire, um sonho possível sonhado por milhares de Educadores Sociais em cada canto de nosso imenso país¹⁷⁵.

É deste mesmo coletivo, a iniciativa da realização de uma Audiência Pública objetivando eliminar as divergências havidas entre os Projetos de Lei que se encontram em discussão na Câmara e no Senado Federal, ocorrida em Curitiba em junho de 2016 e Brasília em dezembro do mesmo ano, para a discussão de ambas as propostas com a participação dos Legisladores, Profissionais e Pesquisadores, para defesa de suas ideias.

As reflexões acerca da temática da regulamentação da profissão de Educador Social já se desenvolvem de forma efetiva há mais de uma década, consoante se verifica a partir das remissões constantes da Justificação do Projeto de Lei n. 5.346/2009, que já enumerava os seguintes movimentos destinados à discussão da questão:

¹⁷⁴ Mensagem eletrônica transmitida em 14 de agosto de 2015 à assessoria do Senador Telmário, constantes em arquivos da Associação de Educadores Sociais de Maringá (AESMAR).

¹⁷⁵ Idem.

1 – Encontros Estaduais de Educação Social em vários Estados; 2 – 5(cinco) Encontros Nacionais de Educação Social, o último realizado em 2008 na cidade de Olinda – PE com a presença de mais de 1200 (mil e duzentos) Educadores e Educadoras Sociais de todo o Brasil; 3 – 2(duas) Conferências Internacionais de Pedagogia Social, promovidas pela Universidade de São Paulo; 4 – Diversas Audiências Públicas nos Estados e Municípios; 5 – Criação de associações e sindicatos desta categoria; 6 – Aprovação de Leis criando o dia do Educador e da Educadora Social; 7 – Realização de cursos de extensão e especialização em Educação Social, além de pesquisas acadêmicas em nível de graduação e pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*¹⁷⁶.

Este é o contexto de mobilização política e acadêmica que envolve a normatização do educador social no Brasil. O objeto tem grande relevância, tanto em virtude da importância do Educador Social para o aprimoramento e harmonização da sociedade, como em decorrência das controvérsias identificadas nas propostas de sistematização legislativa.

Tratamos de profissionais que prestam uma relevante contribuição à sociedade, à cidadania e precisam de reconhecimento legislativo, para uma maior valorização da profissão, inclusive como forma de estímulo a que mais pessoas se dediquem a esse trabalho, sendo, assim, urgentemente necessária a regulamentação da profissão.

A Lei e seu significado no Ordenamento Jurídico Brasileiro

Segundo a teoria geral do direito, a partir das lições de Maria Helena Diniz, Lei em sentido amplíssimo “é toda norma de conduta, que disciplina as relações de fatos incidentes no direito e cuja observância é imposta pelo poder estatal”, porém, em sentido mais estrito ou técnico, restringe-se a consignar que a lei

¹⁷⁶ PL. n. 5.346/2009, excerto extraído das Justificativas apresentadas pelo deputado federal Chico Lopes em 03 de junho de 2009.

“é apenas a norma jurídica elaborada pelo Poder Legislativo, por meio de processo adequado”¹⁷⁷.

Numa visão mais idealista, José Joaquim Gomes Canotilho se vale de Rousseau para afirmar a lei “como instrumento de atuação da igualdade política e daí a consideração da lei como um produto da vontade geral”¹⁷⁸. Sua vontade geral, no plano real, efetivo, é traduzido pela vontade da maioria dos membros do Poder Legislativo que detêm o poder de normatizar, nos estritos ditames de uma cartilha denominada processo legislativo.

O processo legislativo compreende a elaboração de diversas espécies de normas, segundo prescreve o art. 59 da Constituição Federal¹⁷⁹, interessando-nos particularmente a análise das leis ordinárias, tendo em vista que os dois projetos de lei que objetivavam a normatização do Educador Social, enquadraram-se nesta modalidade.

Manoel Gonçalves Ferreira Filho nos traz importante lição ao enfatizar a generalidade e a abstração que orientam o processo legislativo:

A lei ordinária é o ato legislativo típico. É um ato normativo primário. Em regra, edita normas gerais e abstratas, motivo por que, na lição usual, é conceituada em função da generalidade e da abstração. (...) A lei é, em última análise, o fruto da decisão de um órgão do Estado de instaurar direito novo, de um órgão, pois, a que a Constituição concede esse poder. Essa decisão, evidentemente, só pode manifestar-se à coletividade por meio de um

¹⁷⁷ DINIZ, Maria Helena. Dicionário jurídico universitário. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 364.

¹⁷⁸ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 3.ed. Coimbra: Coimbra, 1999, 662.

¹⁷⁹ CF/1988, art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de: I - emendas à Constituição; II - leis complementares; III - leis ordinárias; IV - leis delegadas; V - medidas provisórias; VI - decretos legislativos; VII - resoluções.

instrumento escrito, suscetível de registro ou arquivamento que sirva para provar-lhe a existência¹⁸⁰.

As características anteriormente ressaltadas merecem evidência em virtude de serem parâmetros muito importantes, para a lei que se encontra em fase de confecção no Legislativo Brasileiro e, mais uma vez a lição de Canotilho é precisa quando traduz que por “regra geral” deve-se entender uma deliberação tomada não em concreto, considerando um caso particular, atual, mas sim uma situação em “abstracto”, para que, assim possa “regular todos os casos da mesma natureza que no presente ou no futuro possam ser abrangidos pela disposição legal”¹⁸¹.

A lei que será objeto de análise e que se encontra em trâmite deve conter direitos e obrigações de conteúdo global, destinados a todos os profissionais da Educação Social Brasileira, atingindo de forma abstrativa todos eles sem referenciar particularidades de grupos ou indivíduos de determinadas regiões que apresentem diferenciais em relação ao cenário nacional como um todo.

Conhecido o contexto base da normatização e enfatizada a importância da lei no Ordenamento Jurídico Brasileiro, passe-se ao conteúdo de como ela acontecerá dentro do Processo Legislativo em perspectivas traçadas segundo a orientação contida na Constituição Federal e regimentos internos da Câmara dos Deputados e Senado Federal.

¹⁸⁰ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 32. ed. Saraiva: São Paulo, 2006, p. 204-205.

¹⁸¹ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 3.ed. Coimbra: Coimbra, 1999, p. 663.

Tramitação perante o Poder Legislativo

Fase inicial do tramite legislativo de um projeto de lei Definição de processo legislativo e divisão de poderes

Iniciamos aqui o estudo do processo legislativo pelo qual encontram-se tramitando as propostas de normatização da profissão de Educador Social. Uadi Lammêgo Bulos sintetiza que é o processo legislativo ao dispor:

Processo legislativo é o conjunto de atos preordenados que permitam a feitura, a mudança e a substituição de espécies normativas (CF art., 59). Esses atos preordenados são: (i) iniciativa legislativa; (ii) emendas, (iii) votação (iv) sanção e veto; e (v) promulgação e publicação. Em rigor, a promulgação e a publicação não integram o processo legislativo, porque não são atos oriundos do trabalho de deputados e senadores, no exercício do múnus legislante. Por motivos estritamente didáticos, as estudaremos aqui. Na realidade, o objetivo de estudar o processo legislativo é aferir o tramite correto dos atos jurídico-normativos, evitando inconstitucionalidades¹⁸².

É esta sequência de atos que será analisada nesta seção, dado que se acha em curso para ser determinado o regramento da atividade por meio dos projetos de lei n. 5.346/2009 e 328/2015, que tramitam, respectivamente, pela Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Portanto, imprescindível que os interessados compreendam como ela acontece e, objetivamente, saibam como e quando podem intervir para garantir a aprovação de um texto que melhor tutele o interesse dos profissionais envolvidos.

¹⁸² BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 1147.

Para tanto, precisa-se primeiramente conhecer a estrutura do Poder Legislativo, que é o incumbido da atividade, para, posteriormente, apontar como é seu funcionamento e apontar o momento oportuno para as manifestações que podemos exteriorizar na condição de interessados nesse processo. Estas informações constam principalmente na Constituição Federal e nos regimentos internos do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Um Estado Democrático de Direito é caracterizado teoricamente pela divisão de poderes, havendo um poder incumbido da administração, denominado Executivo. A atuação do poder executivo é ordenada por outro, o Legislativo, que cria o regramento que deve ser seguido pelos administradores e administrados. Quando o regramento deixa de ser observado, seja pelo governo ou pelas pessoas, entra em cena o terceiro poder, o Judiciário, incumbido de zelar pelo efetivo cumprimento das normas, pela força coercitiva e punitiva que detém.

Essa divisão de poderes constitui-se cláusula não passível de modificação nesta Constituição de 1988 que, entre outros objetivos destina-se a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social.

O Constitucionalista Português José Joaquim Gomes Canotilho sustenta que o Princípio da Separação dos Poderes é como “princípio organizatório estrutural”, sendo uma das “grandes constantes” do Estado Constitucional, enfatizando que:

O princípio transformou-se mesmo em *ratio essendi* da Constituição; “*Toute société, dans laquelle la garantie des droits n'est pas assurée ni la séparation des pouvoirs déterminée, n'a point de*

*constitution” (art. 16º. da Déclaration des droits de l’homme et du citoyen du 26 Août 1789*¹⁸³.

O Estado concentra as três funções precípua de legislar, administrar e julgar, distribuídas perante os três poderes da república, onde cumpre ao Executivo a administração geral e execução das leis; ao Legislativo a incumbência de elaborar as leis; e ao Judiciário decidir sobre litígios que lhe são submetidos à apreciação.

Tais atividades em conjunto, trazem implícitas a teoria de freios e contrapesos, denominada por Canotilho como “freio, balanço e controlo” que proporciona uma convivência pacífica e harmoniosa entre os poderes, uma vez que cada poder refrearia os abusos e as arbitrariedades que pudessem ser cometidas pelo outro, obtendo em sua expressão o “desiderato do equilíbrio de poderes e um governo moderado”¹⁸⁴.

Essa separação dos poderes, sedimentada na Constituição vigente, traduz a ideia de justiça e equilíbrio entre o governo e governados, pois, possibilita que as atividades de confecção e aplicação da regra recaiam em entes diversos, coibindo práticas de autoritarismo, como acontece em situações onde uma mesma pessoa ou grupo pode desenvolver o regramento e aplicá-lo segundo seu exclusivo critério.

Neste trabalho investigativo, é abordada a atividade desenvolvida pelo Poder Legislativo que tem a incumbência de criar um regramento que normatizará Educação Social como profissão no nosso país, disponibilizando mais profissionais à disposição

¹⁸³ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 3.ed. Coimbra: Coimbra, 1999, p. 513. “*ratio essendi*”, traduzida do latim, significa razão de ser. Na sequência, tradução da expressão francesa: A sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição. Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 26 de agosto de 1789.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 516.

do Executivo, enquanto poder que administra, iniciativa privada e organizações não governamentais.

A produção legislativa é determinada por regras que estabelecem as potencialidades e os limites dos poderes para a produção de leis, permitindo aos atores adotarem estratégias mais adequadas a suas situações e, assim, obtenção de seus objetivos.

Para acertar a terminologia técnica doravante empregada, dá-se a denominação “proposição” aos conteúdos que são propostos pelos parlamentares relacionados à sua atividade, conforme especificação expressa contida no art. 100 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD):

Art. 100. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Câmara. § 1º As proposições poderão consistir em proposta de emenda à Constituição, projeto, emenda, indicação, requerimento, recurso, parecer e proposta de fiscalização e controle¹⁸⁵.

A base do regramento legislativo no Ordenamento Jurídico Brasileiro encontra-se explicitado na Constituição Federal e regimentos internos da Câmara dos Deputados e no Senado Federal, que disciplina o trâmite perante dois dos três poderes da República, quais sejam, o legislativo e o executivo.

Essa divisão de incumbências havida entre legisladores e administradores existe nos três níveis da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreendendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sendo a análise da relação de independência e autonomia importante nesta investigação, pois tais entes passam a ter uma autonomia política limitada.

¹⁸⁵ RICD, art. 100.

Estrutura e funcionamento do legislativo

O Poder Legislativo Federal é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e daí a denominação Bicameral que recebe, em decorrência justamente dessa formação, a partir de duas casas distintas e se reúnem em circunstâncias previstas regimentalmente.

As vantagens do Bicameralismo apontadas por Uadi Lammêgo Bulos são as seguintes:

O bicameralismo proporciona um desdobramento maior da atividade legislativa, dividindo-a em duas etapas: uma na Câmara Baixa, composta por deputados, outra, na Câmara Alta, formada por senadores. Assim, a elaboração da lei seria mais racional, porque haveria a participação do Senado – Câmara Alta mais conservadora e madura. O bicameralismo valoriza melhor as autonomias territoriais, porque uma das Câmaras representa o povo, enquanto outra representa as unidades federadas¹⁸⁶.

A Câmara dos Deputados constitui-se de representantes do povo, eleitos para um mandato de quatro anos, pelo sistema proporcional, em cada Estado e Distrito Federal. Atualmente, a Câmara é composta por 513 deputados.

A proporcionalidade é correspondente à população de cada estado, contudo, nenhuma unidade da Federação tem menos de oito ou mais de setenta Deputados, conforme disposição contida no § 1º do art. 45 da Constituição Federal.

Já o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário, em número de três Senadores por Estado/Distrito Federal,

¹⁸⁶ BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de direito constitucional*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 1054.

com mandato de oito anos, somando 81 parlamentares. A representação dos Estados no Senado é renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços de seus membros, de modo que, sempre parte dos Senadores são mantidos no poder em cada eleição que ocorre a cada quatro anos.

Isso importa admitir que existem 513 deputados e 81 senadores que receberam do povo brasileiro legitimidade para o representar, desenvolvendo as atividades afetas ao Poder Legislativo, entre elas, normatizar profissões. Podem eles opinar e se pronunciar através do voto exteriorizando as convicções próprias e de seus eleitores. São estas as pessoas que têm a prerrogativa institucional de normatizar direitos e obrigações para o profissional da Educação Social.

Estes parlamentares, sejam eles deputados ou senadores são isentos de responsabilidade, tanto perante a lei civil, como penal, por quaisquer de suas posições e votos, na defesa de suas convicções e de seus representantes, como bem referência o Constitucionalista Celso Ribeiro Bastos, quando leciona: “Para um bom desempenho é preciso que os parlamentares tenham ampla liberdade de expressão”, enumerando na sequência, “pensamento, palavras, discussão e voto”¹⁸⁷.

O Estado do Paraná tem assegurada no Poder Legislativo Federal, além das 3 vagas no Senado, outras 30 vagas na Câmara dos Deputados, os quais, por terem sido escolhidos como representantes, podem ser procurados e contatados para a explanação de ideias e formação de opiniões, cuja maioria formada selará, por seus votos, os desígnios futuros da atividade. Considerando a importância deste canal de manifestação, lembramos aqui que a relação dos representantes que elegemos, encontra-se nos sites do

¹⁸⁷ BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de direito constitucional*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1990, p. 306.

parlamento¹⁸⁸, tendo, os mesmos, obrigação institucional de nos ouvir.

A reunião de ambas as casas legislativas formando o Congresso Nacional tem atribuições específicas elencadas na Constituição Federal, as quais, são sistematizadas em atividades deliberativas, fiscalizatórias desempenhadas nos termos de suas atribuições regimentais e legislativas, correspondentes ao processo legislativo em si, tendo um importante papel do Processo Legislativo abordado nesta pesquisa, na medida em que, dele será a competência para apreciar eventual veto que seja proferido contra o texto normativo aprovado que discipline a profissão de Educador Social¹⁸⁹.

Referencie-se que o tramite legislativo nas três esferas de poder segue a mesma orientação do processo legislativo federal, observada a particularidade de que a tramitação envolve uma única casa legislativa desenvolvida nas Câmaras Legislativas Estaduais e Distrital, presentes nos Estados da Federação e no Distrito Federal, bem como, nos Municípios, onde a Câmara de Vereadores representa o Legislativo Municipal.

A existência de duas casas legislativas (Câmara e Senado) somente existe em nível federal, de modo que, nos Estados e Municípios somente existe uma única casa legislativa por unidade.

A Constituição Federal estabelece a competência exclusiva (privativa) de alguns e aberta a diversos órgãos (concorrente) para outros, ou seja, permite que determinadas questões sejam normatizadas restritamente em algumas situações e por mais de um órgão? legitimado em outras.

A análise exemplificativa a seguir desenvolvida, correspondente à seara educacional, permite a exata compreensão de

¹⁸⁸ <<http://www.camara.leg.br/>> e <<https://www12.senado.leg.br/hpsenado>>.

¹⁸⁹ BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 1055.

ambas as situações, a qual, justifica-se importante por corresponder à área de conhecimento relacionada à presente pesquisa.

Tratando-se de diretrizes e bases da educação nacional só uma lei federal pode disciplinar a questão¹⁹⁰, ao passo que excepcionada a base principiológica anteriormente reportada, a educação juntamente com a cultura, o ensino e o desporto podem ser objeto de normatização concorrente com os Estados, conforme expressamente autoriza o art. 24, IX, da Carta Magna: “Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] IX – educação, cultura, ensino e desporto”¹⁹¹.

O texto constitucional especifica que, no âmbito da legislação concorrente, a União tem competência para estabelecer o regramento geral, reconhecendo aos Estados o exercício da competência paralela para criar outras regras mais específicas, caso já normatizada a matéria, contudo, guardando sempre observância aos ditames federais, como bem evidencia Uadi Lammêgo Bulos:

Inseridos na estrutura do Estado Federal – o único dotado de soberania – os Estados-membros nutrem com ele um liame de supremacia jurídico-política. Tal superioridade do Estado Federal sobre os Estados-membros reflete-se, por exemplo, na técnica de distribuição de competências, no direito de intervenção, na relação entre Poderes, na resolução de pendências judiciais, no controle de constitucionalidade das leis e atos normativos etc. Numa palavra, os Estados-membros estão para o Estado Federal assim como os filhos estão para os pais. Há uma espécie de vínculo hierárquico, e, ao mesmo tempo, capacidade de ação e vontade própria¹⁹².

¹⁹⁰ CF/1988, art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: XXIV – diretrizes e bases da educação nacional.

¹⁹¹ Ibidem, art. 24.

¹⁹² BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de direito constitucional*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 909.

Embora o art. 24 permita aos Estados concorrentemente disciplinar relações afetas à área da educação, especificamente em relação às condições para exercício das profissões, essas são de responsabilidade da União, de modo que somente uma lei federal poderá contemplar condições específicas para o exercício da atividade, conforme explicita o texto constitucional:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: XVI – organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões¹⁹³.

Nos casos em que é possível o regramento a nível estadual (ou distrital, no caso de Brasília), a disciplina constitucional resguarda a situação correspondente à criação de uma lei federal que estabeleça normas gerais sobre questão anteriormente normatizada pelos Estados. Nesta hipótese em que passam a coexistir duas legislações sobre a mesma questão, ocorrerá a suspensão da eficácia da lei estadual nos pontos em que se verificar conflito com o regramento federal.

Aos municípios, a Constituição Federal permite por meio de suas câmaras de vereadores, que representam o poder legislativo em sua esfera, que as mesmas formulem a Lei Orgânica do Município, com vistas a acrescentar as legislações federais e estaduais no que couber, segundo os interesses locais¹⁹⁴.

Uadi Lammêgo Bulos enumera os seguintes pontos e parâmetros que o legislador municipal deve observar ao exercitar, entre outras, sua incumbência normativa:

A organização administrativa do Município; normas de convivência harmônica entre os órgãos executivo e judiciário; as competências legislativa, comum e suplementar da municipalidade; as regras do processo legislativo municipal; a disciplina contábil,

¹⁹³ CF/1988, art. 22.

¹⁹⁴ *Ibidem*, art. 30.

financeira e orçamentária do Município; e assuntos de interesse local, desde que não confrontem com normas constitucionais federais e estaduais¹⁹⁵.

Constata-se, portanto, a repartição e interdependência constitucional de competências, onde, segundo critérios estabelecidos, cada unidade tem poder de auto-organização administrativa, podendo estruturar seu regramento próprio observando uma hierarquia que, referenciada em escala decrescente contempla a União, Estados/Distrito Federal e Municípios.

Embora, como supra referenciado, os Estados devam guardar obediência à legislação federal, têm assegurada a prerrogativa de se auto organizarem, terem sua disciplina normativa e a partir dela, promoverem sua administração a partir de seus governos. Nesse sentido, excerto extraído da obra de Raul Machado Horta é elucidativo:

As constituições federais passaram a explorar, com maior amplitude, a repartição vertical de competências, que realiza a distribuição de idêntica matéria legislativa entre a União Federal e os Estados-membros, estabelecendo verdadeiro condomínio legislativo, consoante regras constitucionais de convivência. A repartição vertical de competências conduziu à técnica da legislação federal fundamental, de normas gerais e de diretrizes essenciais, que recai sobre determinada matéria legislativa de eleição do constituinte federal. A legislação federal é reveladora das linhas essenciais, enquanto a legislação local buscará preencher o claro que lhe ficou afeiçoando a matéria revelada na legislação de normas gerais às peculiaridades e às exigências estaduais. A Lei fundamental ou de princípios servirá de molde à legislação local¹⁹⁶.

¹⁹⁵ BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de direito constitucional*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 919.

¹⁹⁶ HORTA, Raul Machado. *Estudos de direito constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 1995, p. 366.

Portanto, especificamente ao objeto proposto para esta investigação, tratando-se de interesse geral cumpre ao Legislativo Federal definir as diretrizes e bases da educação nacional, podendo o Poder Legislativo de cada um dos Estados da Federação contemplar em suas legislações as questões de interesse regional e, também, os municípios construir seu regramento a partir do interesse local existentes em cada um deles.

Especificamente vinculados ao objeto desta pesquisa, o Congresso Nacional tem a incumbência de zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros poderes e nesta prerrogativa está o poder de apreciar os vetos que podem ser manifestados a um projeto de lei aprovado submetido à sanção ao chefe do Poder Executivo.

Isto quer dizer que, inobstante a Presidência da República possa vetar total ou parcialmente uma lei aprovada pelo Poder Legislativo, é este, por meio da reunião das duas Casas (Câmara e Senado), quem dará a palavra final sobre o advento ou não de uma nova regra no Ordenamento Jurídico nacional.

O Congresso Nacional tem sede em Brasília juntamente com os outros dois poderes da república e seu funcionamento regimental ocorre entre 02 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro de cada ano civil. A inauguração de cada sessão legislativa é realizada em sessão do Congresso Nacional com a presença dos Parlamentares. A Mesa do Congresso é presidida pelo Presidente do Senado Federal e os demais cargos são distribuídos de forma alternada entre deputados e senadores, eleitos por seus pares.

Além do termo técnico sessão legislativa correspondente ao período anteriormente apontado, existem outros termos técnicos importantes para a compreensão do processo legislativo. Legislatura é o termo que identifica o tempo correspondente a cada 4 anos, iniciando-se em 1º de fevereiro. Uma legislatura tem 4

sessões legislativas. As legislaturas iniciam-se no ano seguinte em que ocorrem as eleições para deputados e senadores, lembrando que, esses últimos, são eleitos para duas legislaturas, pois, seu mandato é de oito anos.

Sessão é a denominação para cada uma das reuniões específicas ocorridas em Plenário, sendo necessário aqui antecipar que os trabalhos parlamentares nem sempre ocorrem em Plenário, podendo desenvolver-se no âmbito das Comissões e aí a denominação técnica é reunião. Os trabalhos deliberativos ocorrem entre terça e quinta-feira e as atividades não deliberativas nas segundas e sextas-feiras.

O Congresso Nacional tem a presidência ocupada pelo Presidente do Senado Federal, sendo que os demais cargos são exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Suas atribuições específicas elencadas no artigo 1º do Regimento Interno do Congresso Nacional (RICN), correspondente à Resolução-CN n. 001/1970 e, particularmente a essa pesquisa que estuda a tramitação dos projetos de lei que normatizarão a profissão do Educador Social, o Congresso Nacional participará deste processo conhecendo de eventual veto que tenha sido proferido pelo Presidência da República¹⁹⁷. Esquemáticamente, o apêndice A ilustra o fluxograma dessa exposição teórica.

Iniciativa para apresentação de um projeto de lei

Um projeto de lei tem início a partir da iniciativa de alguém. Pode ser uma pessoa, uma entidade, associação, grupo de estudos, um ocupante de cargo público, enfim, alguém que observe a necessidade de disciplinar determinada situação. No caso do Educador Social, como vimos no segundo capítulo, existem

¹⁹⁷ RICN, arts. 104 a 106.

peças exercendo uma profissão que já é reconhecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Cronologicamente, a Educação Social desenvolvida pelos trabalhadores brasileiros teve primeiramente reconhecimento como profissão em 21 de janeiro de 2009 quando passou a integrar a CBO e, posteriormente, por intermédio da Associação de Educadores Sociais do Estado do Ceará, um deputado apresentou um projeto de lei em 03 de junho de 2009.

Essa foi uma forma legítima para sua regulamentação, pois segundo o art. 61 da Constituição Federal, podem propor projetos de lei: os Deputados, qualquer Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, os Senadores individualmente, o Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e, também, os cidadãos.

José Afonso da Silva ensina que a iniciativa legislativa corresponde ao poder de estabelecer a formação do direito objetivo e de prerrogativa de escolha dos interesses a serem delimitados pela ordem jurídica em forma de lei e sentido técnico, assim definindo-o como “poder de escolha da matéria e dos interesses a serem tutelados pela ordem jurídica, atribuído a um órgão público, individual ou coletivo, que o exerce mediante apresentação de um projeto de lei”¹⁹⁸.

Esse aspecto é tratado com clareza por Manoel Gonçalves Ferreira Filho, quando ensina:

Em face da constituição, cumpre distinguir, quanto ao poder de iniciativa, o que é geral do que é reservado. A iniciativa geral – regra de que a iniciativa reservada é a exceção – compete concorrentemente ao Presidente da República, a qualquer deputado ou

¹⁹⁸ SILVA, José Afonso da. *Processo constitucional de formação das leis*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 136.

senador e a qualquer Comissão de qualquer das casas do Congresso. E, acréscimo da Constituição em vigor, ao povo¹⁹⁹.

Isso quer dizer que uma matéria como a normatização do Educador Social poderia ser objeto de proposição legislativa de um deputado, senador, Comissões de qualquer das Casas do Congresso, presidente da república ou um grupo de cidadãos, ao passo que um projeto que versasse sobre o regimento interno do Supremo Tribunal Federal poderia ter a iniciativa partindo apenas daquela corte, pois, a iniciativa cabe somente a ele de forma reservada, como ensina o Autor acima referenciado.

A população é a destinatária das leis aprovadas e, para hipótese de normatização da profissão do Educador Social não será diferente. Ao cabo do processo legislativo, não sendo as propostas em trâmite objeto de arquivamento, teremos uma lei resultante da orientação da maioria dos parlamentares envolvidos no processo legislativo.

Este regramento, assim como qualquer outro vigente no país, excetuada a Constituição Federal e leis temporárias que possuem sistemática própria quanto à vigência, as demais regras têm vigência até que outra norma a modifique ou revogue. Isso pode ocorrer a qualquer momento, segundo o que determina o art. 2º do Decreto-lei (Dec-lei) n. 4.657/1942²⁰⁰.

A análise do objeto desta pesquisa revela que existem diversos pontos controvertidos neste processo legislativo, os quais, serão pacificados no texto final aprovado, porém, o Ordenamento Jurídico nacional resguarda aos inconformados a oportunidade de rever a legislação aprovada e aqui, particularmente, vamos apontar em que condições os próprios interessados podem se

¹⁹⁹ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 32. edição, Saraiva: São Paulo, 2006, p. 207.

²⁰⁰ Dec-lei n. 4.657/1942, art. 2º. Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

valer da denominada “iniciativa popular” para dar início a um novo projeto de lei.

O permissivo encontra-se no § 2º do art. 61 da Constituição Federal²⁰¹, que contém a prerrogativa de eleitores apresentarem à Câmara dos Deputados projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, sendo que, em cada um deles, deverá computar não menos de três décimos por cento de eleitores.

Por intermédio dos arts. 13 e 14 da lei n. 9.709/1998, o legislador nacional acrescentou ao texto constitucional algumas regras, determinando que o projeto de iniciativa popular contenha apenas um único assunto e que os vícios de forma deveriam ser corrigidos pela Câmara dos Deputados, por seu órgão competente, no caso, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e também de Redação, incumbida de providenciar a correção de eventuais impropriedades técnicas.

A tramitação de um projeto de iniciativa popular terá um deputado designado pela mesa diretora para exercer a atividade de autor da proposição perante a Câmara, cujas particularidades de tramitação encontram-se no Regimento Interno da Câmara nos artigos 252 a 254. Algumas particularidades relacionadas à iniciativa popular são indicadas por José Afonso da Silva:

- a) da assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral; (b) as listas de assinatura serão organizadas por Município e por Estado, Território e Distrito Federal, em formulário padronizado pela Mesa da Câmara; c) será lícito a entidade da sociedade civil patrocinar a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular, responsabilizando-se inclusive pela coleta das assinaturas; d) o projeto será instruído com documento hábil da

²⁰¹ CF/1988, art. 61, § 2º. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Justiça Eleitoral quanto ao contingente de eleitores alistados em cada Unidade da Federação, aceitando-se para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes; e) o projeto será protocolizado perante a Secretaria Geral da Mesa, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação; f) o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral²⁰².

Atualmente, no Brasil, pelos números computados nas últimas eleições de 2016, seriam necessários um número maior que 1.440.889 assinaturas para ser dado início a um projeto de lei de iniciativa popular que pode disciplinar determinação situação, utilizando-se do formulário constante do anexo C.

Paralelamente à possibilidade de a população exercer a prerrogativa de apresentar um projeto de lei na forma anteriormente estudada, temos dois caminhos alternativos, a nosso ver, mais simples, para que as pessoas ou grupos possam determinar a apresentação de um projeto de lei. A seguir, constam dois expedientes semelhantes, incluídos em cada um dos regimentos internos da Câmara dos Deputados e Senado Federal.

No Senado Federal, a Comissão Legislação Participativa juntamente com a Comissão de Direitos Humanos, tem a incumbência regimental prevista no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) para acolher as sugestões legislativas apresentadas por órgãos de classe, sindicatos, associações e entidades organizadas da sociedade civil.

Por meio de audiências públicas, essa Comissão do Senado toma conhecimento das propostas legislativas que recebidas e, havendo parecer favorável quanto à pertinência da proposta trazida pelo grupo, estas são transformadas em proposição legislativa de autoria da referida Comissão de Direitos Humanos. Na

²⁰² SILVA, José Afonso da. *Processo constitucional de formação das leis*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 162.

sequência, a proposta é encaminhada à Mesa, para tramitação regimental e conseqüente exame do mérito. Caso a sugestão não tenha parecer favorável da Comissão de legislação participativa, a mesma é encaminhada ao arquivo.

Já perante a Câmara, no art. 254 do RICD, encontram-se as condições procedimentais de funcionamento da Comissão de Legislação Participativa, como órgão individualizado exclusivo para receber sugestões de iniciativa legislativa, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais, pareceres técnicos, emitidos também por sindicatos, associações, órgãos de classe e entidades organizadas da sociedade civil em geral²⁰³.

Trata-se do mesmo caminho, oportunizando aos mesmos legitimados acesso ao parlamento, enfatizando apenas que, entre aludidos legitimados estão expressamente excluídos os Partidos Políticos, pelo notório fato de que esses podem se valer de seus representantes no parlamento para a defesa de suas pretensões.

O processo legislativo além de prever regras correspondentes à apresentação de um projeto de lei, também contempla a retirada de uma proposta. Isso é importante pois, na situação concreta dos Projetos de Lei investigados nesta pesquisa, temos projetos que divergem entre si e uma das formas de solução do impasse seria a retirada de um deles, admitindo a suficiência do outro para a finalidade pretendida.

As regras para retirada de um projeto de lei em trâmite encontram-se nos regimentos internos de cada uma das casas legislativas. Na Câmara estão no Art. 104²⁰⁴ e no Senado nos arts.

²⁰³ Em 08 de dezembro de 2016 a Associação de Educadores de Maringá (AESMAR) teve acolhido o pedido de realização de audiência pública pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados para debater as controvérsias existentes em relação ao Projeto de Lei 5.346/2009.

²⁰⁴ RICD, art. 104. A retirada de proposição, em qualquer fase do seu andamento, será requerida pelo Autor ao Presidente da Câmara, que, tendo obtido as informações necessárias, deferirá, ou não, o pedido, com recurso para o Plenário. § 1º Se a proposição já tiver pareceres favoráveis de todas as Comissões competentes para opinar sobre o seu mérito,

215 e 216²⁰⁵, estando ali elencadas diversas situações gerais relacionadas a diferentes realidades que envolvem a discussão da normatização do Educador Social.

É facultado a ambas as situações em que se encontram os Projetos de Lei n. 5.346/2009 e 328/2015, a possibilidade de formulação de requerimento de retirada pelos parlamentares Chico Lopes ou Telmário Mota, endereçado ao respectivo presidente da Casa Legislativa, o qual, submeterá a decisão ao Plenário, porque nessas proposições já existem pareceres favoráveis à aprovação em Comissões pelas quais passaram.

Como se escreve um projeto de lei

Conhecidos quem são os legitimados para apresentar um projeto de lei, passamos agora à análise de como se redige um projeto. Esta abordagem tem o condão de conferir a regularidade da escrita formal dos projetos que se encontram tramitando, como informativo para aqueles que eventualmente queiram apresentar um projeto de lei.

Este regramento encontra-se na Lei Complementar (LC) n. 95/1998, que tem por finalidade disciplinar a forma de redação de um texto legislativo, indicando os elementos necessários, estruturação das partes que devem estar presentes, a forma de articulação, formas de alteração de uma lei por meio de outra e consolidação de textos legislativos existentes.

Segundo esta legislação, a lei é formada por 3 partes: uma preliminar, outra normativa e uma terceira, a parte final. A primeira delas compreende epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o

ou se ainda estiver pendente do pronunciamento de qualquer delas, somente ao Plenário cumpre deliberar.

²⁰⁵ RISF, art. 256. A retirada de proposições em curso no Senado é permitida: I - a de autoria de um ou mais Senadores, mediante requerimento do único signatário ou do primeiro deles; (...) § 2º Lido, o requerimento será: (...) III - incluído em Ordem do Dia, se a matéria já estiver instruída com parecer de comissão.

enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas. A segunda contempla o texto das normas de conteúdo gerador de direitos e obrigações para os destinatários e, por fim, a terceira parte indica as medidas necessárias à implementação das normas, disposições transitórias que se façam necessárias, cláusula de vigência e hipótese de revogação de outra norma.

A epígrafe indica a identificação numérica da lei, a espécie normativa, a data de promulgação. A ementa é estruturada sob a forma de título e aponta o objeto da lei, ao passo que o preâmbulo encerra a parte preliminar referenciando o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal. O anexo D permite a visualização destes aspectos técnicos no texto do projeto que deve ser convertido em lei.

A parte normativa do texto legal contém as normas relacionadas com a matéria regulada. Segundo o Art. 7º da legislação sob análise, o primeiro artigo de toda lei deve indicar o objeto da mesma e o respectivo âmbito de aplicação, devendo ainda ser calcada sobre os seguintes princípios:

I – excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto; II – a lei não conterà matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão; III – o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva; IV – o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa²⁰⁶.

Essa principiologia determina que deva haver objetividade na normatização, que os conhecimentos científicos e técnicos sejam contemplados na confecção do texto, daí a importância dos

²⁰⁶ LC n. 95/1988 art. 7.

teóricos, pesquisadores e profissionais tomarem parte nas discussões, compartilhando os subsídios que se façam necessários com os parlamentares envolvidos diretamente da tramitação do texto.

Aplicando-se estas bases, a Lei Complementar em análise ainda presta orientação técnica quanto à forma de redação do texto que deverá se tornar lei, referenciando objetivamente que as disposições normativas devem ser redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, inclusive, pormenorizando as explicações, quando especifica que se deve:

- a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando; b) usar frases curtas e concisas; c) construir as orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis; d) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente; e) usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico²⁰⁷.

No mesmo artigo, na parte final, existe também a preocupação com a precisão dos termos empregados, enfatizando que quando uma mesma ideia for repetida no texto, deve-se empregar as mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico, bem como, sejam evitadas palavras que confirmam duplo sentido ao texto ou expressões locais ou regionais.

Quanto à utilização de siglas consagradas pelo uso, deve-se observar que a primeira referência no texto seja acompanhada de explicitação de seu significado e a utilização de números e percentuais, exceto data, número de lei e casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto, devem ser grafadas por

²⁰⁷ Ibidem, art. 11.

extenso e não utilizados os numerais, ou seja, em regra, somente se utilizam numerais para datas e número de leis.

A parte final do texto legislativo é destinada à abordagem da cláusula de vigência, que corresponde a um prazo razoável para que a sociedade possa por conhecimento do regramento. O texto do Art. 8º da LC 95/1998 prescreve que a regra de que a lei "entra em vigor na data de sua publicação", deve ser reservada para as leis de pequena repercussão.

Essa é a expressão que é utilizada no texto de ambos os projetos de lei que objetivam normatizar o Educador Social. Ela decorre da abrangência restrita do texto a um grupo determinando de profissionais e também da circunstância do amplo debate que vem sendo desenvolvido no processo legislativo.

Tal processo já soma vários anos de tramitação e registra grande debate entre profissionais, pesquisadores e interessados em geral na questão, fatos que dispensam a incidência de período de vacância, exatamente como está apontado nos projetos.

Para encerrar essa abordagem quanto à técnica redacional de um texto legal e priorizando a utilidade prática e efetiva desta pesquisa, considerando, que talvez, se pretenda alterar a legislação que venha ser aprovada, importante aqui tratar também da forma de alteração de uma lei vigente.

As regras estão contidas no art. 12 da Lei Complementar 95/1998, distinguem-se em três tipos de alteração, uma que faz revogações parciais de dispositivos sem nada acrescentar; outra com alteração de grande parte do texto, sendo nesta hipótese determinada a reprodução integral em novo texto; a terceira situação reflete a prática de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo e, aqui, devem ser observadas as seguintes regras prescritas pelas alíneas do Art. 12:

b) é vedada, mesmo quando recomendável, qualquer renumeração de artigos e de unidades superiores ao artigo, referidas no in-

ciso V do art. 10, devendo ser utilizado o mesmo número do artigo ou unidade imediatamente anterior, seguido de letras maiúsculas, em ordem alfabética, tantas quantas forem suficientes para identificar os acréscimos; c) é vedado o aproveitamento do número de dispositivo revogado, vetado, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal ou de execução suspensa pelo Senado Federal em face de decisão do Supremo Tribunal Federal, devendo a lei alterada manter essa indicação, seguida da expressão 'revogado', 'vetado', 'declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal', ou 'execução suspensa pelo Senado Federal, na forma do art. 52, X, da Constituição Federal'; d) é admissível a reordenação interna das unidades em que se desdobra o artigo, identificando-se o artigo assim modificado por alteração de redação, supressão ou acréscimo com as letras 'NR' maiúsculas, entre parênteses, uma única vez ao seu final, obedecidas, quando for o caso, as prescrições da alínea c²⁰⁸.

Um exemplo interessante de alteração posterior da norma ocorreu com a Lei n. 8.662/1993, a qual, sete anos depois de aprovada, foi alterada pela Lei n. 12.317/2010, para incluir o Art. 5º-A que fixa a duração do trabalho do Assistente Social em 30 (trinta) horas semanais. O art. 5º continua existindo com sua disciplina para as atribuições privativas da Assistente Social, sendo acrescentado o art. 5º-A para dispor acerca da jornada de trabalho.

Por derradeiro, percebe-se uma quantidade de informações técnicas relacionadas à confecção legislativa, as quais, sequer são objeto de abordagem pelos autores do Direito Constitucional que tratam teoricamente dos institutos, devendo-se salientar que eventual inexatidão formal de uma norma regularmente elaborada, não se constitui motivo para o seu descumprimento por parte dos destinatários, conforme expressa disposição:

²⁰⁸ LC n. 95/1998, art. 12.

Lei Complementar n. 95/1998 – Art. 18. Eventual inexatidão formal de norma elaborada, mediante processo legislativo regular, não constitui escusa válida para o seu descumprimento²⁰⁹.

Em outras palavras, existem muitas particularidades previstas nos Regimentos Internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, as quais, ainda que não observadas, não invalidam o resultado final correspondente à lei aprovada que deverá constituir direitos e obrigações para seus destinatários.

Desenvolvimento do processo legislativo

Conhecida a estrutura de nosso sistema legislativo, identificado o tipo específico de norma que estamos tratando, sua autoria e, também, desenvolvida a abordagem de como deve ser escrito o texto de uma lei, passamos a abordar como é o trâmite dos projetos de lei apresentados dentro da estrutura bicameral.

Tanto a Câmara dos Deputados como o Senado têm sua estrutura de funcionamento composta por Comissões e por um Plenário. É o regimento interno dessas casas que vai definir se um projeto de lei apresentado terá tramitação passando pelo Plenário ou restritamente perante as Comissões internas de cada casa, conforme dispõe o art. 58 § 2º da Constituição Federal.

A competências do Plenário da Câmara dos Deputados encontram-se indicadas nos arts. 24 e 117 do Regimento interno²¹⁰, enquanto o Senado Federal fixa a competência das Comissões no art. 91 também do seu Regimento interno²¹¹, remanescendo ao Plenário toda e qualquer deliberação.

Assim, não estando os projetos de lei n. 5.346/2009 e 328/2015 entre as questões que são de competência dos Plenários

²⁰⁹ *Ibidem*, art. 18.

²¹⁰ RICD, arts. 24 e 117.

²¹¹ RISF, art. 91.

rios, ambos tramitam perante as Comissões das Casas Legislativas e esta particularidade recebe a denominação técnica de apreciação “terminativa” ou “conclusiva”, justamente porquê, exceto se houver recurso, o trâmite legislativo restringe-se ao âmbito das Comissões, desde a proposição inicial até a aprovação pelas Casas.

Perante o Senado, o recurso que devolve ao Plenário a palavra final acerca de um projeto de lei encontra-se previsto e disciplinado nos parágrafos que compõem o art. 91 do Regimento Interno, devendo ser interposto no prazo de cinco dias da publicação da decisão da Comissão, dirigido ao Presidente da Casa e subscrito por, no mínimo nove Senadores.

Idênticos critérios para a mesma situação recursal estão previstos no art. 132, § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, transcrito abaixo pela importância e potencial aplicabilidade no processo de normatização do Educador Social em curso.

Art. 132, § 2º Não se dispensará a competência do Plenário para discutir e votar, globalmente ou em parte, projeto de lei apreciado conclusivamente pelas Comissões se, no prazo de cinco sessões da publicação do respectivo anúncio no Diário da Câmara dos Deputados e no avulso da Ordem do Dia, houver recurso nesse sentido, de um décimo dos membros da Casa, apresentado em sessão e provido por decisão do Plenário da Câmara²¹².

Os referidos projetos de normatização (5.346/2009 e 328/2015), portanto, encontram-se em tramitação conclusiva perante as Comissões do Senado e da Câmara, mas podem ter a discussão deslocada ao Plenário, diante do pronunciamento de qualquer das Casas Legislativas, na forma de referidos dispositivos constantes em seus Regimentos Internos.

²¹² RICD, art. 132.

Percurso perante as Comissões

As Comissões pelas quais passam os projetos de lei em qualquer das casas legislativas são definidas de acordo com a natureza do projeto e a partir do despacho inicial do Presidente²¹³ que, nesta mesma oportunidade define o regime de tramitação, podendo atribuir urgência, prioridade ou tramitação pelo rito ordinário²¹⁴. Ambos os projetos de lei que objetivam normatizar a profissão de Educador Social no Brasil tramitam pelo rito ordinário.

Acerca das Comissões, Uadi Lammêgo Bulos refere-se às mesmas como órgãos colegiados presentes tanto na estrutura da Câmara como do Senado, com integrantes cuja incumbência é analisar as proposições legislativas e deliberar sobre as mesmas, esclarecendo ainda que “constituem um reflexo da proporcionalidade partidária, pois, na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos”²¹⁵.

Segundo a estrutura da Câmara dos Deputados existem vinte e três Comissões Permanentes descritas no art. 32 do Regimento Interno, sendo, entre essas, determinado que o Projeto de Lei n. 5349/2009 tramitasse pela Comissão de Educação e Cultura; Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e, Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O Regimento interno da Câmara dos deputados prevê em seu art. 139, V um número máximo de três comissões de mérito, para análise de um projeto de lei.

A denominada Comissão de Educação e Cultura, por meio da Resolução 21/2013 da Câmara dos Deputados desmem-

²¹³ RICD, art. 139.

²¹⁴ RICD, art. 151.

²¹⁵ BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 1103-1104.

brou o órgão, criando a Comissão de Cultura independente. As atribuições da Comissão de Educação justificam a passagem do PL n. 5.346/2009, na medida em que a essa comissão incumbe analisar os assuntos atinentes à educação em geral; os recursos humanos e financeiros para a educação; o direito relacionado à educação; as políticas e o sistema educacional, em seus aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais²¹⁶.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público tem elencadas dezoito atribuições no inciso XVIII do art. 32 do RICD, das quais integram o trâmite por esta Comissão as seguintes: análise da matéria trabalhista urbana; organização do trabalho, fiscalização e tutela do trabalho; política de emprego, aprendizagem e treinamento profissional; relações entre capital e trabalho; prestação de serviços públicos e, o principal: regulamentação do exercício das profissões.

Foi no âmbito desta Comissão que, no exercício do que lhe compete foram suprimidas duas imperfeições que acometiam a proposta inicial de normatização da lavra do Deputado Chico Lopes, relacionadas aos arts. 3º e 4º da proposta original, tendo em vista serem incompatíveis com a reserva de lei prevista no art. 61 da Constituição Federal.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados é local de passagem obrigatória²¹⁷ para todos os projetos de lei, pois é nela que se verificam os aspectos de legalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa das proposições e, sobretudo, constitucionalidade. Perante o regimento interno da Câmara dos Deputado essa Comissão ainda é incumbida da redação final das proposições em geral.

Já no Senado Federal, com menor número de parlamentares, o número de Comissões também menor, conforme art. 72

²¹⁶ RICD, art. 32, IX.

²¹⁷ RICD, art. 32, IV, e art. 53.

do Regimento Interno, restringido à treze Comissões, sendo que as Comissões Constituição, Justiça e Cidadania; Comissão de Educação, Cultura e Esporte; e Comissão de Assuntos Sociais, as que foram definidas para apreciação do Projeto de Lei n. 328/2015.

A primeira das Comissões que o analisou foi a Comissão de Constituição, Justiça e cidadania²¹⁸ que tem semelhantes atribuições e nome àqueles indicados na Câmara, contudo, não guarda a mesma relação de obrigatoriedade, mas sim, de faculdade na remessa a essa Comissão que se dá por expressa provocação referenciada no art. 101 do RISF.

Se essa Comissão emitir parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade de um projeto de lei, este será considerado rejeitado e arquivado definitivamente²¹⁹, por despacho do Presidente do Senado, salvo, não sendo unânime o parecer, for interposto recurso nos termos do art. 254, destinado a afastar o arquivamento e ser dada continuidade na tramitação.

Na sequência, pelo despacho inicial de tramitação o PLS n. 328/2015 foi enviado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte²²⁰, haja vista ser de sua incumbência institucional apreciar os projetos que versem sobre normas gerais relacionadas à educação, ensino, instituições educativas, diretrizes e bases da educação nacional; formação e aperfeiçoamento de recursos humanos.

À última das Comissões que analisa o projeto que tramita pelo Senado para normatizar a Educação Social Brasileira é a Comissão de Assuntos Sociais²²¹ cujas atribuições que justificam a passagem do PLS n. 328/2015 para sua análise são: a verificação das propostas de lei que tratem das relações de trabalho; organização do sistema nacional de emprego, população indígena,

²¹⁸ RISF, art. 101.

²¹⁹ Ibidem, art. 257.

²²⁰ Ibidem, art. 102.

²²¹ RISF, art. 100.

assistência social e condições para o exercício de profissões, esta última, inclusive, que tem gerado uma dos maiores embates entre os interessados na regulamentação.

À vista do exposto, cada Comissão tem suas atribuições²²², contudo, a violação de qualquer dessas atribuições tem que ser suscitada, caso contrário, eventual vício preclui, em virtude da existência de prazos recursais previstos no processo legislativo que, servem justamente para dar segurança e estabilidade às deliberações e resultados.

Em outras palavras se alguma Comissão interferiu ou deixou de o fazer e isso gerou consequências para o projeto, deve haver tempestiva provocação, pois, permanecendo inertes os interessados, ao término do processo legislativo, a lei será considerada aprovada e terá vigência. Apenas poderá ser realizado o questionamento pela via judicial para a hipótese de inconstitucionalidade ou submetida a questão a novo processo legislativo, objetivando a reformulação do regramento.

As sessões nas Comissões são, em regra, públicas, exceto as secretas, previstas em seus respectivos regulamentos²²³. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no § 4º do art. 77 franqueia o acesso do público apenas às galerias circundantes do Plenário, para que se possa assistir às sessões, preservando-se a incomunicabilidade entre as pessoas e os parlamentares.

Definidas as Comissões pelas quais tramitará o projeto²²⁴, o presidente de cada uma delas designa um membro para ser o relator da proposição. O relator emite um parecer e sobre esse parecer é aberta a discussão, podendo ser apresentadas emendas ou substitutivos pelos membros da Comissão ou por qualquer outro parlamentar, conforme permissivo constante nos art. 122, II, “c” e 91 do RISF e art. 119, I do RICD.

²²² RICD, art. 55.

²²³ Ibidem, art. 69.

²²⁴ RICD, art. 133; RISF, art. 137.

Apresentação de emendas e discussão de um projeto de lei

O prazo para apresentação de emendas é de 5 dias úteis abertos a partir da publicação da matéria no Diário do Senado Federal²²⁵, enquanto na Câmara é de 5 sessões a partir da publicação de aviso na Ordem do Dia das Comissões²²⁶. Os membros da Comissão podem pedir vista do processo²²⁷. Mesmo Deputados não integrantes da Comissão podem falar por 10 minutos. Se o projeto estiver no Plenário, as emendas são apresentadas diretamente durante a discussão.

As discussões de uma matéria podem ser adiadas a partir de um requerimento neste sentido que deve ser aprovado pela maioria absoluta dos parlamentares. No Senado e na Câmara os prazos de adiantamento são diferentes sendo assinalados em dez sessões nos arts. 177 do RICD e trinta dias úteis no RISF, merecendo oportuna lembrança o viés obstativo que, uma vez caracterizado, merece ter o seguinte tratamento, segundo prescreve José Afonso da Silva:

Se a causa do pedido de adiamento for audiência de Comissão, o Presidente da Casa não o admitirá, se não houver relação direta e imediata entre a matéria da proposição e a competência da Comissão, cuja audiência se requer. O pedido de adiamento, muitas vezes, funciona como forma de obstrução²²⁸.

As emendas são proposições que modificam o projeto de lei originalmente proposto. A legitimidade para sua apresentação é dos Deputados e Senadores individualmente que por eles são compostas, como bem lembra Manoel Gonçalves Ferreira Filho:

²²⁵ RISF, 122, § 1º.

²²⁶ RICD, art. 119, § 1º.

²²⁷ RICD, art. 57, XVI; RISF, art. 115, VI.

²²⁸ SILVA, José Afonso da. *Processo constitucional de formação das leis*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 303.

Cumpra observar que nem todo titular de iniciativa goza do poder de emendar. O poder de emendar é reservado aos parlamentares, ao passo que a iniciativa tem sido e é estendida ao Executivo, ao povo, ao Procurador-Geral da República, a tribunais²²⁹.

As emendas têm objetivo modificativo que pode variar, segundo a classificação desenvolvida por Uadi Lammêgo Bulos:

Aditiva – acrescenta matéria nova à proposição original dos projetos de lei; **aglutinativa** – propicia a fusão de emendas parlamentares; também permite fundir essas emendas a projetos de lei; **redacional** (ou de redação) – sana vícios de linguagem, problemas vernaculares, incorreções técnicas, lapsos manifestos no projeto de lei original; **supressiva** – elimina impropérios, enganos, erros, dúvidas de qualquer parte da proposição principal do projeto de lei; **modificativa** – muda a forma do projeto de lei, sem, contudo, alterar-lhe a substância; e substitutiva – modifica a forma e substância do projeto de lei. Quando apresentada como sucedâneo de outra proposição legislativa recebe o nome de substitutivo²³⁰.

Os projetos que objetivam normatizar a profissão de Educador Social já receberam até 14 de janeiro de 2018²³¹ 4 emendas, sendo uma única substitutiva aprovada na Comissão de Trabalho, de Administração e serviços público da Câmara dos Deputados; e três outras no Senado Federal: uma supressiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, também, duas na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, uma modificativa e outra aditiva²³².

Quando se apresenta uma emenda na forma de substitutivo, como ocorreu na Comissão de Trabalho, de Administração e

²²⁹ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 32. ed. Saraiva: São Paulo, 2006, p. 209.

²³⁰ BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de direito constitucional*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 1162.

²³¹ Data de encerramento da redação definitiva do texto desta Tese.

²³² O mérito dessas emendas é objeto de análise específica nas seções 5.2.1 e 5.2.2.

serviços público da Câmara dos Deputados pelo Deputado Assis Melo, deve ser concedido o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas, de acordo com o art. 119, II e § 1º do RICD. No trâmite legislativo esse prazo foi observado, passando a fluir na época a partir 11/04/2012, conforme dado colhido no extrato de tramitação.

O presidente da Comissão (ou do Plenário) pode rejeitar emendas que não guardam consonância com o objeto tratado na proposição principal, de acordo com art. 125 do RICD e 230 do RISF, sempre lembrando que, em se tratando de trâmite em nível de Comissão, as decisões ali tomadas sempre oportunizam recurso ao Plenário.

Tanto o regimento interno da Câmara como do Senado²³³ preveem, no âmbito das Comissões, que é resguardado a todos os parlamentares, além de poder apresentar emendas aos projetos de lei em discussão, a concessão da palavra a qualquer deles que dela queira fazer uso pelo tempo regimental para emitir sua opinião. No Senado a previsão é ainda mais específica quanto à participação, pois, o Regimento Interno prevê o enviar por escrito informações ou esclarecimentos.

Durante as discussões em torno de uma proposta de regulamentação também podem ser formulados requerimentos pelos parlamentares, os quais podem ter por finalidade a formalização de diversos tipos de solicitação. Exemplo importante de requerimento no trâmite legislativo é o de realização de audiências públicas, previstas no Regimento Interno de ambas as casas, nos art. 255 do RICD e 90, II do RISF²³⁴.

Em nível federal, referidas audiências já ocorreram em três oportunidades a partir de Requerimentos formulados em 16/05/2012, formulado pelo Deputado Vicente Paulo à Comis-

²³³ RISF, art. 122, II, “c” e RICD, art. 119, I.

²³⁴ RICD, arts. 41, VII e 57, VII e RISF, art. 112.

são de Trabalho, de Administração e Serviço Público; 26 de setembro de 2013, endereçado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pela Deputada Iriny Lopes; e também o requerimento formulado à Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados que culminou com a audiência realizada em 08 de dezembro de 2016, a partir da sugestão n. 72/2016 de autoria da Associação de Educadores Sociais de Maringá (AESMAR), acolhida pelo presidente da CLP, Deputado Chico Lopes.

Ambas as casas legislativas ainda disponibilizam aos parlamentares Consultorias Legislativas com a finalidade de prestar auxílio técnico aos deputados e senadores destinadas à elaboração de estudos e relatórios tendentes a informar os parlamentares, esclarecer aspectos duvidosos e orientar a formação da opinião dos congressistas para que possam manifestar seu voto nas sessões deliberativas.

No Senado Federal a Consultoria Legislativa tem previsão no § 4º do art. 96 do Regimento Interno, enquanto, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados destina um capítulo todo para disciplinar o que denomina de Sistema de Consultoria e Assessoramento, com detalhamento pormenorizado no art. 278:

Art. 278. A Consultoria Legislativa organizar-se-á sob forma de núcleos temáticos de consultoria e assessoramento, integrados por quatro Consultores Legislativos, pelo menos, sendo estes admitidos mediante concurso público de provas e títulos. § 1º A Consultoria Legislativa disporá também de núcleo de assessoramento às Comissões, incumbido de organizar e coordenar a prestação de assistência técnica ou especializada aos trabalhos dos colegiados da Casa, através dos profissionais integrantes dos núcleos temáticos com as quais tenham correlação. § 2º A Consultoria Legislativa terá colaboração preferencial dos órgãos de pesquisa bibliográfica e legislativa, de documentação e informação e de processamento de dados da Câmara na execução dos traba-

lhos que lhe forem distribuídos. § 3º A Consultoria Legislativa manterá cadastro de pessoas físicas ou jurídicas para eventual contratação de serviços de consultoria autorizada pela Mesa. § 4º A Consultoria Legislativa avaliará, em cada caso concreto, para efeito do parágrafo anterior, se a complexidade técnico-científica da matéria justifica a celebração de contrato ou convênio com profissional ou instituição especializada²³⁵.

Portanto, os parlamentares têm a seu dispor todo um aparato técnico suficiente a prestação do auxílio e orientação que se fizerem necessários a participarem do processo legislativo com o conhecimento de causa para que possam entregar à sociedade comandos normativos que melhor orientem os destinatários das regras elaboradas.

Durante as discussões das matérias sob análise, os parlamentares podem arguir “questões de ordem” e formularem “reclamação” quanto à observância do regimento, suscitando circunstâncias relacionadas a ações ou omissões do órgão técnico que estão por integrar, os quais, primeiramente são decididas pelo presidente do órgão e, posteriormente, levada ao Presidente da Casa, por meio de recurso²³⁶.

Seja no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados, os trabalhos nas Comissões ocorrem nas terças, quartas e quintas-feiras e cada Comissão tem dia e horário predeterminado para funcionar. Especificamente sobre os trabalhos das Comissões incumbidas de apreciar os projetos de normatização do Educador Social, seu funcionamento tem pautas previamente divulgadas nos sites das respectivas Casas Legislativas.

Especificamente em relação à duração do trâmite de um projeto pelo rito ordinário, os regimentos internos da Câmara e do Senado referenciam prazos para tramitação no âmbito das Comissões, consoante se verifica no art. 52, III do RICD que fixa

²³⁵ RICD, art. 278.

²³⁶ RICD, art. 57, XXI; art. 74, V; arts. 95 e 96 e RISF, art. 274, I; art. 14, X, “a”.

o limite de 40 sessões como prazo para examinar as proposições e sobre elas decidir, enquanto que, o Senado indica 20 dias úteis para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e 15 para as outras²³⁷.

Contudo, assim como em outros locais da administração pública brasileira onde o regramento procedimental fixa prazos para trâmites nas instituições, o legislativo também não cumpre os prazos fixados em seu regimento interno.

Cumprido aos interessados na tramitação, realizar contatos junto aos parlamentares e perante as secretarias e parlamentares, para que se dê regular andamento aos projetos de normatização, requerendo comparecimento às reuniões, colocação em pauta, esclarecimentos sobre a matéria em discussão, solicitação de apoio, entre outras ações que deem curso às proposições em andamento.

A tramitação dos projetos de lei pode levar anos, como é o caso dos projetos analisados nesta pesquisa, verificando a sucessão de sessões legislativas e legislaturas²³⁸ que geram situações onde os proponentes podem ser reeleitos ou não e isso tem interferência direta nos processos legislativos, determinando seu arquivamento em algumas circunstâncias.

Perante a Câmara dos Deputados, ao término de cada sessão legislativa, os projetos não aprovados são arquivados, sendo que, na sessão seguinte, a retomada de seu curso depende de um pedido de desarquivamento por qualquer parlamentar, para, então, a discussão ser reaberta com prazo regulamentar para emendas. Excepcionam a regra do arquivamento os projetos que já tenham sido apreciados e recebido pareceres favoráveis de to-

²³⁷ RISF, art. 118.

²³⁸ Conforme visto no início deste capítulo, uma legislatura contempla 4 sessões legislativas anuais, iniciada depois das eleições.

das as Comissões pelas quais passou e aqueles que tramitaram anteriormente pelo Senado²³⁹.

Perante o Senado Federal, os arquivamentos ocorrem ao final do período de 4 anos correspondente à legislatura, somente não atingindo os projetos de autoria de Senadores que permaneçam no exercício de mandato ou que tenham sido reeleitos; aqueles apresentados por Senadores no último ano de mandato; os que tenham parecer favorável das Comissões²⁴⁰.

Também são objeto de arquivamento os projetos sob análise do Senado que atingirem tramitação há duas legislaturas, inclusive nas situações acima, hipótese em que somente não serão arquivados, se for requerida a continuidade de sua tramitação por 1/3 (um terço) dos Senadores.

No âmbito das Comissões, os parlamentares membros podem opinar pelo seu acolhimento ou rejeição total ou parcial, sugerir seu arquivamento, formular outro projeto decorrente, dar-lhe um substitutivo ou emendas. Depois das discussões, a critério do relator, este pode reexaminar seu parecer.

O Regimento Interno da Câmara contempla essa prerrogativa no art. 57, XI, a qual também é possível no Senado, como, de fato, utilizada pelo Senador Paulo Paim, quando requereu vista do PLS n. 328/2015 em 23 de março de 2017, com fundamento no parágrafo único do art. 6º da Instrução Normativa n. 004/2015 da Secretaria Geral da Mesa.

Encerramento da discussão e votação do projeto de lei

Uma vez encerrada a discussão da matéria e apresentado o parecer do relator, o projeto é remetido à mesa da Comissão para publicação no diário da respectiva Casa Legislativa, para

²³⁹ RICD, arts. 105 e 166.

²⁴⁰ RISF, art. 332.

então ser colocada na ordem do dia para votação, terminando, assim, os trabalhos naquela unidade fracionária especializada, para seguir à próxima.

Fim das discussões nas Comissões e prazo recursal para o Plenário

Na hipótese de tramitação conclusiva pelas Comissões, caso todas as Comissões emitam pareceres pela aprovação do projeto, é dispensada a remessa do mesmo ao Plenário, exceto se houver recurso²⁴¹, subscrito por um décimo dos parlamentares da Casa (Senado ou Câmara), querendo a apreciação da matéria pelo Plenário.

A partir da publicação do parecer aprovado na última das Comissões, aguarda-se por 5 sessões na Câmara dos Deputados²⁴², e por 5 dias úteis no Senado Federal²⁴³, prazo este para a apresentação de recurso supra referido. Este recurso previsto no regimento interno do legislativo federal tem previsão constitucional no art. 58 § 2º, I da CF.

Caso os pareceres sejam contrários ao mérito, o projeto é remetido ao arquivo²⁴⁴, sempre resguardando a possibilidade recursal ao Plenário, assim como, se o parecer do relator é aprovado em uma Comissão e, em outra Comissão, o projeto de lei recebe parecer desfavorável, tem-se a situação de pareceres divergentes, que provoca, necessariamente, a remessa do projeto à

²⁴¹ A Câmara possui 513 deputados federais e o senado 81 membros, sendo que, para cálculo da fração decimal referida são admitidos os valores cheios, ou seja, 52 deputados ou 9 senadores. Somente são descartadas as partes fracionárias, havendo expressa previsão no regimento, conforme disposições contidas nos arts. 25, § 2º. e 79 § 2º. do RICD.

²⁴² RICD, arts. 107 § 2º e 132, § 2º.

²⁴³ RISF, arts. 91 § 3º. e § 4º.

²⁴⁴ RICD, art. 133 e RISF, art. 254.

apreciação do Plenário da respectiva Casa, conforme prescrevem os regimentos internos²⁴⁵.

Quórum e votação

O quórum para apreciação de um projeto de lei é de maioria absoluta dos parlamentares que integram a Comissão. A aprovação depende apenas de maioria simples dos presentes na reunião²⁴⁶. O termo “maioria absoluta” refere-se a metade mais um dos membros da Casa Legislativa e “maioria simples” é obtida considerando o número de parlamentares que estão participando da votação.

Exemplificando a partir da composição da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, que possui, por força regimental, 66 deputados, para abertura da ordem do dia, seria necessários 34 deputados e, supomos, colocado o mesmo em pauta de votação com esse quórum mínimo, caso 17 deputados votassem contra e outros 17 a favor do parecer do deputado Chico Alencar, o mesmo estaria aprovado, pelo seguinte regramento:

Art. 56. Os projetos de lei e demais proposições distribuídas às Comissões, consoante o disposto no art. 139, serão examinados pelo Relator designado em seu âmbito, ou no de Subcomissão ou Turma, quando for o caso, para proferir parecer. § 1º A discussão e a votação do parecer e da proposição serão realizadas pelo Plenário da Comissão. § 2º Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações das Comissões serão tomadas por maioria

²⁴⁵ RICD, art. 24, II, “g” e RISF, art. 299.

²⁴⁶ RICD, art. 56 § 2º. e RISF, art. 109.

dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros, prevalecendo em caso de empate o voto do Relator²⁴⁷.

Para enfrentarmos a hipótese de inércia em relação à apreciação de um projeto de lei, decidimos tomar por amostragem a situação envolvendo o PL n. 5.346/2009 e a Comissão onde o mesmo se encontra, pois, chegou o mesmo nesta Comissão em 22 de agosto de 2013 e deveria ter sido apreciado no prazo regimental de 40 sessões²⁴⁸, que considerando uma realidade de três sessões ordinárias semanais, teria apreciação em alguns meses.

O problema da demora no trâmite perante qualquer Comissão tem remédio institucional previsto no regimento de ambas as casas legislativas. Pode ser formulado um requerimento específico para que o projeto seja colocado em discussão e seu relator profira o respectivo voto, sob pena de ser nomeado outro em substituição. Remanescendo a relutância, poderá ser dispensada a análise pela respectiva unidade e encaminhado o projeto à Comissão seguinte ou à apreciação do Plenário caso seja a última²⁴⁹.

A votação ocorre depois de verificado o quórum mínimo e encerradas as discussões acerca do parecer apresentado pelo relator e, pela regra geral vigente em ambas as Casas Legislativas, ela ocorre pelo processo simbólico²⁵⁰, o qual corresponde à manifestação dos parlamentares membros da Comissão que são contrários ao parecer do relator.

Caso existam dúvidas acerca do número de presentes ou do resultado proclamado pelo presidente, podem ser conferidos os números por meio de um procedimento de “verificação de votação”²⁵¹, hipótese em que os presentes são chamados a con-

²⁴⁷ RICD, art. 56.

²⁴⁸ RICD, art. 52, II.

²⁴⁹ RICD, art. 52 e RISF, art. 119.

²⁵⁰ RICD, art. 185 e RISF, art. 294.

²⁵¹ RICD, art. 185 § 1º. e RISF, art. 293, V.

firmar sua presença e explicitar seu voto para que seja objeto de contagem.

Remessa do projeto à Casa Revisora

Uma vez concluída a votação em uma das Casas Legislativas o projeto aprovado é remetido à outra para apreciação, por meio de um documento denominado autógrafo. Ao ser recebido pela outra casa, pode ser apensada ao projeto aprovado, eventual discussão existente sobre a mesma matéria, passando a ocorrer a tramitação conjunta, se assim for requerido, na forma regimental²⁵².

É oportuno aqui reprimir a denominação que individualiza as Casas, conforme o processo legislativo tenha nela começado (Casa Iniciadora) ou a incumbida de sua conferência (Casa Revisora).

O projeto de lei que é concluído na Casa Iniciadora é enviado à Casa Revisora para apreciação segundo prescrições contidas em seu regimento interno, onde irá passar novamente por todos os trâmites anteriormente abordados. Essa sistemática consta expressamente do texto constitucional:

Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar. Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora²⁵³.

A Casa Revisora pode ter três tipos de conclusões nesta fase do processo legislativo: a) rejeição do projeto aprovado, com arquivamento da proposta de lei; b) segunda aprovação do projeto de lei, com remessa da mesma à Presidência da República para

²⁵² RICD, art. 143 e RISF, art. 260.

²⁵³ CF/1988, art. 65.

sanção/veto; ou, c) aprovação do projeto com emendas; sendo que, nesta última hipótese, o projeto de lei voltará à Casa Iniciadora.

Em relação ao arquivamento, o texto constitucional é expresso ao determinar a remessa ao arquivo da proposta legislativa que foi rejeitada pela Casa Revisora, conforme redação constitucional anteriormente transcrita.

O arquivamento decorrente de rejeição de um projeto de lei acarreta o impedimento de apresentação de novo projeto na mesma sessão legislativa²⁵⁴, exceto se a proposição contar com a maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas Legislativas que compõem o Congresso Nacional, na forma que preconiza o art. 67 da Constituição Federal.

O trâmite perante a Presidência da República será abordado na seção seguinte e, particularmente, em relação à terceira situação, correspondente às emendas, existe uma regra bastante importante para o deslinde da normatização da Educação Social Brasileira.

O sistema regimental do Legislativo Bicameral estabelece uma regra que recebeu a denominação no parlamento de “Ditadura da Casa Iniciadora”, pela qual, a Casa que primeiro aprovou o projeto tem a prerrogativa de rejeitar as alterações da Casa Revisora e aprovar o projeto na sua forma original que fora aprovada antes de ser emendado pela outra Casa.

Luciana Botelho Pacheco, consultora legislativa da Câmara dos Deputados e especialista em Processo Legislativo, particulariza essa situação na 3ª. edição de sua obra:

Quando se dá a aprovação também no âmbito da segunda Casa, há duas possibilidades: 1) sendo aprovada a proposição na íntegra, o destino será o encaminhamento ao presidente da Repúbli-

²⁵⁴ A sessão legislativa correspondente ao período de 02 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro de cada ano civil.

ca ou à promulgação, conforme o caso; 2) sendo aprovada a proposição com emendas, deverá o processo retornar à primeira Casa, para apreciação das alterações propostas. Nessa última hipótese, a regra geral é que a última palavra sobre o texto a ser encaminhado à promulgação ou ao presidente da República fique nas mãos da Casa iniciadora: poderá ela adotar as emendas propostas pela outra Casa ou manter o texto original por ela aprovado, sendo sua a decisão final. Isso só não ocorrerá no caso de propostas de emenda à Constituição, que continuarão indo e voltando de uma Casa à outra até que se chegue a um consenso sobre o texto a ser promulgado, que deverá ter sido integralmente aprovado por ambas as Casas, em dois turnos de votação em cada uma delas²⁵⁵.

Essa questão foi objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal quando apreciou a ação direta de inconstitucionalidade n. 2182-6 interposta contra a Presidência da República, manifestando entendimento no sentido de que, embora bicameral o sistema, o processo legislativo termina na Casa Iniciadora, que tem a prerrogativa de acolher ou não as emendas da Casa Revisora, conforme se abstrai:

2. Projeto de lei aprovado na Casa Iniciadora (CD) e remetido à Casa Revisora (SF), na qual foi aprovado substitutivo, seguindo-se sua volta à Câmara (CF, artigo 65, par. único). A aprovação de substitutivo pelo Senado não equivale à rejeição do projeto, visto que "emenda substitutiva é a apresentada a parte de outra proposição, denominando-se substitutivo quando a alterar, substancial ou formalmente, em seu conjunto" (§ 4º do artigo 118 do RI-CD); substitutivo, pois, nada mais é do que uma ampla emenda ao projeto inicial. 3. A rejeição do substitutivo pela Câmara, aprovando apenas alguns dispositivos dele destacados (artigo 190 do RI-CD), implica a remessa do projeto à sanção presidencial, e não na sua devolução ao Senado, porque já concluído o processo legislativo, caso contrário, dar-se-ia interminável

²⁵⁵ PACHECO, Luciana Botelho. *Como se fazem as leis*. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013, p. 68.

repetição de idas e vindas de uma Casa Legislativa para outra, o que tornaria sem fim o processo legislativo²⁵⁶.

Em outra oportunidade o Supremo Tribunal Federal pronunciou-se sobre a abrangência da modificação introduzida pelo Casa Revisora, decidindo que quando as alterações no projeto se restringirem a adequações ou utilizações de expressões que não retiram o sentido normativo da disposição, tais modificações não determinam o retorno do projeto à Casa Iniciadora, como também ilustra o seguinte excerto do julgamento:

Subsistência do sentido normativo do texto residual aprovado e promulgado (art. 103-B, § 4º, III). Expressão que, ademais, ofenderia o disposto no art. 95, I, parte final, da CF. Ofensa ao art. 60, § 2º, da CF. Não ocorrência. Arguição repelida. Precedentes. Não precisa ser reapreciada pela Câmara dos Deputados expressão suprimida pelo Senado Federal em texto de projeto que, na redação remanescente, aprovada de ambas as Casas do Congresso, não perdeu sentido normativo²⁵⁷.

Em suma, ocorrendo a aprovação do projeto na Casa Iniciadora, isto permite a ela ter o controle final sobre o acolhimento ou não de eventuais modificações realizadas no projeto pela Casa Revisora, dentro do processo legislativo. A Casa Iniciadora não pode alterar emendas da Revisora; só pode aceitá-las ou as rejeitar e, por admissão lógica, não pode mais alterar ponto do projeto que não foram objeto de emenda em sede de revisão.

²⁵⁶ STF Adin 2.182-MC, rel.Min. Maurício Correa, j. 31 de maio de 2000. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=2182&processo=2182>. Acesso em 20 de maio de 2017.

²⁵⁷ STF, ADI 3367. Relator Ministro Cezar Peluso, publicada no Diário da Justiça em 17 de março de 2006. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=3367&processo=3367>. Acesso em 22 de maio de 2017.

Tramitação perante o Poder Executivo e Congresso Nacional

Terminado o processo de análise e discussão do projeto de lei perante Poder Legislativo, a versão aprovada é remetida ao Poder Executivo para a sanção anteriormente já referenciada. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, concordando com o mesmo, o sancionará, remetendo-o à promulgação e publicação.

Sanção ou veto ao projeto de lei pelo Presidência da República

O ato correspondente à sanção segundo Manoel Gonçalves Ferreira Filho corresponde a uma intervenção do Poder Executivo que, com objetivo de aperfeiçoamento da lei, valendo-se da expressão “assentimento”, introduz a seguinte lição:

A sanção é que transforma o projeto aprovado pelo Legislativo em lei. Por ela, fundem-se as duas vontades, a do Congresso e a do Presidente, de cuja conjunção o constituinte quis que resultasse a lei ordinária. Só pela sanção é que se aperfeiçoa o processo de elaboração desse tipo de ato normativo, em nosso Direito. É operação integradora da feitura da lei, conforme unanimemente reconhece a doutrina. E isso se vê bem patente no art. 66, caput, da Constituição, onde se dispõe que “a Câmara na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo o sancionará”²⁵⁸.

Na hipótese de o Chefe do Poder Executivo considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo total ou parcialmente, no prazo

²⁵⁸ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 32. ed. Saraiva: São Paulo, 2006, p. 214.

de quinze dias úteis, contados da data do recebimento. O veto deverá ser comunicação com justificativa de motivos ao Presidente do Senado Federal, no prazo de quarenta e oito horas.

O Chefe do Executivo também pode silenciar, quedando-se inerte quanto às prerrogativas de sanção ou veto, hipótese que, decorrido o prazo de quinze dias, importará em concordância tácita em relação ao projeto de lei que lhe fora submetido à análise, devendo, na sequência, realizar a promulgação e enviar o texto à publicação. A explicação dada pela literatura para a sanção “tácita” é bastante contundente, na lição de Manoel Gonçalves Ferreira Filho:

A sanção tácita foi prevista em nosso Direito para evitar o "engatamento" de projetos pelo Presidente. Transformou-se, todavia, em instrumento de covardia política, em modo de querer fingindo não querer. Serve para sancionar aquilo que não se quer vetar, mas que não se tem a coragem de aprovar publicamente, por temor à impopularidade²⁵⁹.

Contrariamente à sanção, pode a Presidência da República vetar o projeto de lei, que significa oposição ou recusa ao texto aprovado no legislativo, justificado por circunstâncias que acometem a constitucionalidade ou o interesse público, como bem lembra José Afonso da Silva, dividindo sua análise em dois aspectos.

Primeiramente, em relação à constitucionalidade, explica que a Constituição prevê sua utilização para impedir, ou tentar impedir, que se promulguem leis inconstitucionais ou contrárias aos interesses nacionais, enfatizando que, o veto “serve ele para selecionar a matéria e interesses a serem tutelados em face do

²⁵⁹ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 32. ed. Saraiva: São Paulo, 2006, p. 215.

programa de governo adotado pelo Executivo”²⁶⁰. Já no tocante ao segundo aspecto correspondente ao interesse público, ressalta:

Há, aqui, a possibilidade de harmonizar o exercício do poder de veto com o exercício do poder de iniciativa legislativa governamental. Este, como vimos constitui um instrumento de atuação de um programa político, programa de governo. Acontece que, através da iniciativa parlamentar e do poder de emendar, são adotados projetos de leis, no Parlamento, inadequados ou incompatíveis com o programa governamental, os quais, convertidos em lei, importam em desvio ou elemento perturbador do plano de governo. O veto, nesse caso, atua como um fator corretivo, segundo a ideologia do governo, na tentativa de impedir que tais leis venham desarticular sua programação. Essas características e função do veto não têm sido ressaltadas, mas é de real importância por vir conectá-lo com o poder de iniciativa legislativa governamental, através da identidade de objetivos²⁶¹.

Em outras palavras o veto é um instrumento disponibilizado ao Poder Executivo para manifestar sua contrariedade ao projeto de lei aprovado pelo Legislativo que destoam com a sua orientação enquanto órgão gestor, que exerce sua função administrativa dentro da divisão de poderes, de acordo com o regramento aprovado e então submetido a sua prévia análise.

O veto pode ser apresentado contendo contrariedade total ou parcial ao projeto submetido à análise. O veto parcial abrange o texto integral de um artigo, parágrafo, inciso ou alínea, de acordo com a prescrição expressa do § 2º do art. 66 da Constituição Federal, de forma que, é vedado restringir o veto a expressão ou palavra do projeto.

Análise do veto presidencial pelo Congresso Nacional

²⁶⁰ SILVA, José Afonso da. Processo constitucional de formação das leis. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 217.

²⁶¹ Idem.

Uma vez exercitado o direito de vetar parcial ou integralmente o projeto de lei que passou por toda essa análise até aqui estudada, essa posição devidamente justificada pelo Chefe do Poder Executivo deve ser analisada por quem efetivamente lavrou a confecção da regra, pois, em última análise, o poder incumbido da normatização não é o Executivo e sim o Legislativo, cabendo, a ele, portanto, a palavra final, podendo derrubar o veto da Presidência.

Para Uadi Lammêgo Bulos o veto é relativo e superável, fundado na premissa de que o Presidente da República, ao vetar o projeto de lei, não elimina a possibilidade de o mesmo ser superado pelo Poder Legislativo. De seu Curso de Direito Constitucional colhe-se a seguinte preleção:

Assim, o veto presidencial é, na realidade, relativo ou superável, porque, como proclamou a Carta de 1988, ele é apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos deputados e senadores, em escrutínio secreto (CF, art. 66, § 4º). Quer dizer, o que o veto impede, de imediato, é a pronta conversão do projeto legislativo em lei. Mas isso não significa que ele perdurará, afinal os parlamentares, analisando-o posteriormente, podem rejeitá-lo, permitindo consumação do processo formal de feitura da espécie normativa²⁶².

No curso desta pesquisa, tivemos a preocupação de compartilhar conhecimentos teóricos e técnicos correspondentes ao processo legislativo, com os interessados na normatização em trâmite. Colocando em prática essa orientação, já em 2014, publicamos na revista *Interfaces Científicas* a síntese do processo legislativo, de onde se colhe as seguintes orientações acerca do veto presidencial:

²⁶² BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 1165.

O veto apresentado ao projeto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto e, se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente da República. Promulgar significa atestar que a ordem jurídica foi inovada, apontando que uma lei passou a integrar o Ordenamento Jurídico e, em consequência, deverá ser cumprida pela sociedade. Em razão de seu veto, pode o Presidente se recusar a promulgar o projeto, omissão esta, que será suprida pelo Presidente do Senado ou, sucessivamente, ao seu Vice cumprirá fazê-lo²⁶³.

Promulgação e publicação da lei

Promulgar significa atestar que a ordem jurídica foi inovada, apontando que uma lei passou a integrar o Ordenamento Jurídico e, em consequência, deverá ser cumprida pela sociedade. Em razão de seu veto, pode o Presidente se recusar a promulgar o projeto, omissão esta, que será suprida pelo Presidente do Senado ou, sucessivamente, ao seu Vice cumprirá fazê-lo²⁶⁴.

José Afonso da Silva aponta que com a promulgação surgem dois efeitos: o primeiro é tornar conhecido os fatos e atos geradores da lei, enquanto o segundo é indicar que a lei é válida, executável e obrigatória, ressaltando a hipótese do pronunciamento contrário proferido pelo Poder Judiciário²⁶⁵.

Com a promulgação, as novas regras que acabam de integrar o Ordenamento Jurídico Nacional, terão vigência no prazo de 45 dias contados de sua publicação no Diário Oficial, exceto se, como no caso das propostas de normatização em trâmite,

²⁶³ MÜLLER, Veronica Regina; PAIVA, Jacyara Silva de; NATALI, Paula Marçal; SOUZA, Cléia Renata Teixeira de; BAULI, Régis Alan; A atuação profissional e formação do educador social no Brasil: uma roda da conversa. Interfaces Científicas. Educação. Aracaju. V.3, N.1, p. 77 – 88, Out. 2014, p. 83. Maioria absoluta corresponde à metade mais um dos membros da Câmara e Senado.

²⁶⁴ CF/1988, art. 66 § 7º.

²⁶⁵ SILVA, José Afonso da. *Processo constitucional de formação das leis*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 244.

existir referência específica relacionada a esse prazo, no caso, vigência imediata, a partir da publicação.

Manoel Gonçalves Ferreira Filho esclarece que “a publicação é condição da eficácia do ato normativo”²⁶⁶, levando a conhecimento da sociedade a regra então promulgada. Para a hipótese do regramento objeto desta pesquisa, a publicação ocorre em um órgão oficial, em específico no Diário Oficial da União.

O art. 8º da Lei Complementar 95/1998²⁶⁷ determina que toda lei tenha um parâmetro de vigência expresso em seu texto, correspondente a um prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento. Em cumprimento a esta disposição, os projetos de lei que buscam normatizar a Educação Social Brasileira preveem ambos a entrada em vigor no ato da publicação, sem que isso prejudique sua eficácia, obrigatoriedade e executoriedade, considerando tratar-se de texto exíguo e objeto de amplo debate, considerando os envolvidos no trâmite e o tempo transcorrido.

Esse é o trâmite legal, denominado tecnicamente de Processo Legislativo, pelo qual, os Projetos de Lei n. 5.346/2009 e 328/2015 são processados para que os Educadores Sociais Brasileiros possam ter a normatização de sua profissão, que assegure direitos, estabeleça obrigações e atribuições correspondente à atividade.

Todo esse regramento relacionado à tramitação dentro da Câmara dos Deputados e no Senado Federal contempla outras

²⁶⁶ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 32. ed. Saraiva: São Paulo, 2006, p. 252.

²⁶⁷ LC n. 95/1998, art. 8º. A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão. § 1º A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral. § 2º As leis que estabeleçam período de vacância deverão utilizar a cláusula 'esta lei entra em vigor após decorridos (o número de) dias de sua publicação oficial'.

numerosas particularidades regimentais que se encontram contidas, respectivamente, nos artigos 22 a 200 e 71 a 353 dos regimentos das duas Casas Legislativas, bem como, artigos 22 a 152 do Regimento Interno do Congresso Nacional.

A construção teórica desenvolvida até este momento remete-nos ao diálogo que Michel Foucault desenvolve com Gilles Deleuze:

Uma teoria é exatamente como uma caixa de ferramentas. Nada a ver com o significante. É preciso que isso sirva, é preciso que isso funcione. E não para si mesmo. Se não há pessoas para dela se servirem, a começar pelo próprio teórico que cessa então de ser teórico, é porque ela não vale nada, ou porque o momento ainda não chegou. Não se retorna a uma teoria, fazem-se outras, têm-se outras a fazer²⁶⁸.

Na visão de Foucault, portanto, as pessoas abrangidas pela teoria, entenda-se profissionais, pesquisadores e interessados têm que se pronunciar no sentido da mesma, confirmando-a na prática, como também referência Veronica Regina Muller:

As pessoas com conhecimento erudito, ou mais elaborado, ocuparam os espaços de mando, de assessores, de conselheiros, de investigadores, de oradores, de redatores de leis, de explicadores da realidade. Adquiriram postos considerados superiores na hierarquia social, e em termos de poder o eram, porque eles, em suma, representavam o domínio sobre a vida ou sobre a natureza. Controle sobre o que antes era desconhecido. Possuíam as verdades filosóficas, técnicas legais e científicas que, por não serem únicas e representarem características e interesses diversos, impulsionavam realidades diversas e mutáveis²⁶⁹.

²⁶⁸ FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*, volume IV: estratégia, poder-saber. Manoel Barros da Motta (Org.); Vera Lúcia Avelar Ribeiro (Trad.). 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, p. 38

²⁶⁹ MÜLLER, Veronica Regina. *História de Crianças e Infâncias*: registros, narrativas e vidas privadas. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 128.

Com esta pesquisa, na parte que nos cabe, qual seja, identificar o Educador Social como profissional que já exerce atividades nos três setores socioeconômicos de nosso país, opinar acerca do texto que melhor atenda a seus anseios normativos, intervindo no processo legislativo dentro dos parâmetros abordados neste capítulo, queremos trazer um conhecimento complexo (por sua linguagem, por sua localização, por sua extensão, por sua especificidade) para uma sistematização em linguagem acessível a todo cidadão adulto. Fazer conhecido o desconhecido para que se converta em possível ferramenta de poder para conquistas sociais.

NORMATIZAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL NO BRASIL

Projetos de lei em tramitação no Poder Legislativo para normatização da profissão de Educador Social

O Educador Social tem sua atividade individualizada desde 21 de janeiro de 2009 pelo código 5153-05 na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), organizada administrativamente pelo Ministério do Trabalho. Nesse mesmo ano, foi apresentado o primeiro Projeto de Lei de autoria do Deputado Federal Chico Lopes (PL n. 5.346/2009), com o objetivo de regulamentar a atividade.

Paralelamente, em 01/06/2015, também o Senado Federal passou a discutir a normatização da profissão, por meio do Projeto de Lei n. 328/2015, proposto pelo Senador Telmário Mota. A forma de tramitação e o regime são os mesmos do PL n. 5.346/2009 e a sequência das comissões incumbidas de apreciar o projeto foram: Comissão Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC); Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE); e Comissão de Assuntos Sociais (CAS), estando a discussão aguardando apreciação, nessa última, desde 12 de setembro de 2016.

Ambas as propostas receberam diversas emendas que tratam de outras denominações para o profissional que desenvolve a Educação Social; fixam nível de formação para exercício da atividade; indicam campos de atuação; definem atribuições; dentre outros aspectos, os quais, são analisados e debatidos a seguir,

sendo possível identificar a versão original e texto atual de cada proposta, depois de aprovadas as emendas parlamentares.

A abordagem aponta como evoluíram as discussões, tramitação, as intervenções havidas, o estágio atual e as perspectivas das propostas perante a Câmara dos Deputados e Senado Federal, sob a ótica técnica do processo legislativo.

Constata-se que existe uma disputa entre as duas propostas de lei que tem o objetivo de regular a profissão do Educador Social, o que se caracteriza em Michel Foucault como “relações de poder”, dentro do seguinte contexto: “as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis”²⁷⁰.

As demonstrações de força no trâmite legislativo em torno de uma ou de outra proposta são constantes durante o processo de elaboração da lei, podendo-se observar sua ocorrência explícita na disputa de qual dos projetos de lei seria o primeiro a ser aprovado em sua respectiva Casa Originária.

Toda relação de força gera uma resistência, manifestada na forma de críticas verbais em congressos e audiências, escritos, desenvolvimento de estratégias no campo das controvérsias existentes, exatamente na forma preconizada por Michel Foucault:

As relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia, quanto maior for a resistência²⁷¹.

²⁷⁰ FOUCAULT, Michel. Poder e saber. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*, volume IV: estratégia, poder-saber. Manoel Barros da Motta (Org.); Vera Lúcia Avelar Ribeiro (Trad.). 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, p. 227.

²⁷¹ Idem.

Em outra oportunidade, Foucault aponta que a resistência tem vinculação intrínseca ao poder e ambos são integráveis por meio de estratégias.

Não há relações de poder sem resistências; que estas são tão mais reais e eficazes quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder; a resistência ao poder não tem que vir de fora para ser real, mas ela não é pega na armadilha por que ela é a compatriota do poder. Ela existe tanto mais quanto ela esteja ali onde está o poder; ela é, portanto, como ele, múltipla e integrável a estratégias globais²⁷².

Para Foucault não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável, posição com a qual manifestamos plena concordância na análise particular deste fenômeno da normatização.

Depois de cada discussão vencida, existe uma nova fase, um novo embate, o qual, nem com o resultado de um determinado texto legal promulgado e publicado, remanescerá solidificada a situação legislativa que integra o Ordenamento Jurídico, tendo em vista, a base estrutural do sistema legislativo, que admite a retomada das discussões com novo projeto de lei que revogue ou modifique a lei vigente.

A seguir segue a análise dos projetos onde as manifestações de poder e resistência se manifestam.

Projeto de Lei n. 5.346/2009 apresentado pelo Deputado Chico Lopes

²⁷² FOUCAULT, Michel. Poderes e estratégias. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*, volume IV: estratégia, poder-saber. Manoel Barros da Motta (Org.); Vera Lúcia Avelar Ribeiro (Trad.). 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, p. 244

O Poder Legislativo Brasileiro teve o primeiro contato com a matéria pertinente ao Educador Social em 03 de junho de 2009, a partir do Projeto de Lei n. 5.346/2009²⁷³, de Autoria do Deputado Federal Chico Lopes, que referenciava em seu preâmbulo a “criação” da profissão de Educador Social, muito embora, a profissão já existisse e careceria, tão somente, de uma norma jurídica que a reconhecesse e disciplinasse seu exercício.

Este profissional, cuja normatização era o que realmente se objetivava, tem grande importância para o aprimoramento e harmonização da sociedade, tendo em vista que desenvolve atividades com pessoas que estão à margem, em situação periclitante, inobstante, outras atribuições existam, além desta que o coloca em contato direto com pessoas em situação de vulnerabilidade, conforme fora abordado quando tratamos das atribuições.

Em virtude de controvérsias havidas entre áreas afins, com concepções divergentes acerca das diretrizes da Educação Social, cronologicamente, as discussões na Câmara dos Deputados não evoluíram no período de dezembro de 2009 a janeiro de 2011 e o Projeto de Lei foi, inclusive, arquivado pela Mesa Diretora da Câmara.

Requerido o desarquivamento em 1º de fevereiro de 2011, o debate legislativo foi retomado na Comissão de Educação e Cultura. A redação original do projeto previa, na ementa, a “criação” da Profissão de Educador Social e consignava outras providências. No art. 1º assinalava o caráter pedagógico e social da profissão, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

O caráter pedagógico traduz a vinculação à educação, onde o Educador Social apresenta-se como um profissional que desenvolve suas ações educativas hábeis a propiciar a todo e

²⁷³ Constante no anexo E.

qualquer sujeito o acesso aos conteúdos culturais, políticos e da sociedade em geral.

Por sua vez, salienta-se que o caráter social decorre do fato de sua atuação profissional basear-se na defesa da garantia dos direitos humanos e no apoio educativo à conquista de cada pessoa à sua emancipação, influenciando decisivamente na promoção humana e na construção de uma sociedade com valores que prestigiam a democracia, a igualdade e a justiça.

A redação do dispositivo indica que o profissional da Educação Social desenvolve ações afirmativas, mediadoras e formativas, as quais são definidas e exemplificadas de forma objetiva a partir do levantamento de dados realizados neste trabalho.

Segundo o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), vinculado à Universidade Estadual do Rio de Janeiro, as ações afirmativas são atividades políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente.

Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, religiosas, raciais, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural, exemplificando com as seguintes ações:

Incremento da contratação e promoção de membros de grupos discriminados no emprego e na educação por via de metas, cotas, bônus ou fundos de estímulo; bolsas de estudo; empréstimos e preferência em contratos públicos; determinação de metas ou cotas mínimas de participação na mídia, na política e outros âmbitos; reparações financeiras; distribuição de terras e habitação; medidas de proteção a estilos de vida ameaçados; e políticas de valorização identitária. Sob essa rubrica podemos, portanto, incluir medidas que englobam tanto a promoção da igualdade ma-

terial e de direitos básicos de cidadania como também formas de valorização étnica e cultural. Esses procedimentos podem ser de iniciativa e âmbito de aplicação público ou privado, e adotados de forma voluntária e descentralizada ou por determinação legal²⁷⁴.

As ações afirmativas, portanto, relacionam-se a atividades voltadas à formação e conscientização do educando, objetivando a promoção da igualdade, através da integração de pessoas pertencentes a grupos sociais em situação desfavorável, vítimas de discriminação ou estigma social, oportunizando-lhes o exercício de seus direitos, da cidadania e valores humanos, aptos a reverter situações de exclusão social.

O Educador Social enquanto mediador atua como intermediário nas questões sociais, no comportamento, na comunicação, nas atividades recreativas e pedagógicas com o Educando e, exercendo tal incumbência, estimula o desenvolvimento de habilidades sociais no cotidiano.

Na coleta de dados realizada, exemplificativamente, encontramos o Educador Social executando ações mediadoras a partir da intermediação de conflitos, conforme atribuição que lhe é conferida pela administração municipal de Itapemirim-ES, enquanto participante e contribuinte no processo de reintegração familiar de educandos. Confirmemos:

Atribuições do Educador Social: Executar atividades de proteção social especial em unidades de alta complexidade, relacionadas ao acolhimento e assistência a crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência sob seus cuidados. Exercer o papel de mediador de conflitos. Participar e contribuir para o processo de

²⁷⁴ Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa - GEMAA. (2011) Ações afirmativas. Disponível em: Disponível em: <<http://gemaa.iesp.uerj.br/dados/o-que-sao-aco-es-afirmativas.html>>, consultado em 07 de maio de 2016.

reintegração familiar dos usuários e colocação em família substituta ou similar²⁷⁵.

O terceiro tipo de ação que é desenvolvida pelo profissional que atua na Educação Social é a formativa. O Educador Social desenvolve atividades de formação dos Educandos, gênese essa que envolve a totalidade da capacitação do ser humano destinatário dos conhecimentos, incluindo necessariamente a formação cultural de maneira ampla e, específica, sobre os direitos humanos.

Por meio dos processos formativos, mediadores e afirmativos aposta-se na promoção do desenvolvimento do ser humano, no sentido de instrumentalizá-lo para o exercício de uma vida considerada normalizada em seu tempo, em diferentes contextos.

Na sequência da proposta legislativa em análise, o art. 2º estabelecia como campo de atuação dos Educadores Sociais os contextos educativos situados fora dos âmbitos escolares, deixando, portanto, o profissional impedido de exercer atividades nas instituições formais de ensino. Neste artigo da proposta são especificados os seguintes ambientes e destinatários de suas atividades:

Art. 2º. Ficam estabelecidos como campo de atuação dos educadores e educadoras sociais, os contextos educativos situados fora dos âmbitos escolares e que envolvem: I – as pessoas e comunidades em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, violência e exploração física e psicológica; II – a preservação cultural e promoção de povos e comunidades remanescentes e tradicionais; III – os segmentos sociais prejudicados pela exclusão social: mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais; IV – a realização de atividades sócio educativas, em regime fe-

²⁷⁵ Amostra 709-ES, com endereço eletrônico constante no anexo B.

chado, semiliberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais; V – a realização de programas e projetos educativos destinados a população carcerária; VI – as pessoas portadoras de necessidades especiais; VII – o enfrentamento à dependência de drogas; VIII – as atividades sócio educativas para terceira idade; IX – a promoção da educação ambiental; X – a promoção da cidadania; XI – a promoção da arte-educação; XII – a difusão das manifestações folclóricas e populares da cultura brasileira; XIII – os centros e/ou conselhos tutelares, pastorais, comunitários e de direitos; XIV – as entidades recreativas, de esporte e lazer²⁷⁶.

Esta enumeração, como qualquer outra, traz em si a problemática de sua completude e passa a suscitar a pertinência ou não de segmentos que não teriam feito parte da lista e, assim, não corresponderiam a atividades que oportunizassem o exercício desta profissão.

Essa preocupação motivou uma concepção diferente na proposta de regulamentação que então fora apresentada no Senado, não mais descritiva e sim informativa, referenciando ações educativas em contexto amplo, com diversas populações em distintas searas institucionais, comunitárias e sociais.

O texto ainda atribuía expressamente ao Ministério da Educação²⁷⁷ a incumbência de elaborar uma Política Nacional de Formação em Educação Social, em diferentes níveis de escolarização e na manutenção de programas de educação continuada, bem como, determinava à União, Estados, Distrito Federal e Municípios a adequação da terminologia dos cargos existentes, criação e provimento de novos cargos com aprovação dos respectivos planos de carreira.

²⁷⁶ PL n. 5.346/2009, art. 2º.

²⁷⁷ *Ibidem*, art. 3º. O Ministério da Educação - MEC fica sendo o órgão responsável pela elaboração e regulamentação da Política Nacional de Formação em Educação Social, dos profissionais que trata esta Lei, em diferentes níveis de escolarização e na manutenção de programas de educação continuada.

A atribuição dada ao Ministério da Educação é evitada do vício insanável de constitucionalidade, pois, a elaboração de políticas em nível nacional sobre educação é de competência do Presidente da República, enquanto órgão responsável pela organização e funcionamento da administração federal, de acordo com o prescreve a Constituição Federal em seu art. 61:

CF 1988. Art. 61 (...) § 1º. São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas; II – disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração; b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios; c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; [...] ²⁷⁸

Por seu turno, também é irregular a atribuição de competência à União, Estados, Distrito Federal e Municípios ²⁷⁹ para adequar a denominação, criar e prover os cargos públicos de educadores sociais, inclusive com elaboração de planos de carreira e remuneração, por que invade a competência constitucional reservada ao Poder Executivo para a iniciativa das leis que tratem dos servidores públicos, provimento de cargos, aposentadoria, estabilidade e regime jurídico.

Não bastasse, tal dispositivo ainda é questionável por atribuir obrigações aos Estados, Distrito Federal e Municípios na medida em que viola o princípio federativo. Na organização dos

²⁷⁸ CF/1988, art. 61.

²⁷⁹ PL n. 5.346/2009, art. 4º. Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - adequar para a denominação "educador ou educadora social" os cargos ocupados por profissionais com o campo de atuação em contextos educativos que se enquadram no que trata o artigos 2º e 3º desta Lei; II - Criar e prover os cargos públicos de educadores e educadoras sociais, podendo estabelecer níveis diferenciados de admissão destes profissionais de acordo com a escolaridade; III - elaborar os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração desta profissão.

entes federados, a competência para essas questões pertence aos governadores e prefeitos, autorizados por seus respectivos poderes legislativos.

O nível de escolarização previsto no Projeto de Lei n. 5.346/2009 é o médio²⁸⁰, referenciado como nível mínimo de formação e, neste particular, essa versão harmonizava-se com a Classificação Brasileira de Ocupações, a qual dispõe que “o acesso às ocupações da família é livre sem requisitos de escolaridade”²⁸¹.

Os dois últimos artigos do projeto são reservados a entrada em vigência da nova lei, prevista para a data de sua publicação e a revogação das disposições contrárias, em texto genérico, que se configura em irregularidade legislativa diante do impeditivo constante no art. 9º da Lei Complementar n. 95/1998, que dispõe expressamente: “Art. 9º. A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas”²⁸².

Em virtude do longo debate acerca do texto da lei e a exiguidade de suas disposições, apropriada é a previsão de vigência no ato da publicação, dispensando-se o período ordinário de 45 dias de vacância, previsto no Decreto-lei n. 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), com alterações introduzidas pela Lei n. 12.376/2010²⁸³.

No momento de sua interposição, o Deputado Federal Chico Lopes justificou a

pertinência do projeto de lei sustentando a existência de profissionais denominados de "Educadores Sociais", os quais se

²⁸⁰ PL n. 5.346/2009, art. 3º (...). Parágrafo único: Fica estabelecido o Ensino Médio como o nível de escolarização mínima para o exercício desta profissão.

²⁸¹ Classificação Brasileira de Ocupações: CBO - 2010. 3ª. edição. Volumes 1, 2 e 3. Brasília: MTE, SPPE, 2010, p. 737.

²⁸² LC n. 95/1998, art. 9º.

²⁸³ Dec.-lei n. 4.657/1942, art. 1º. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

destacariam pela sua atuação em contextos educativos situados “fora dos âmbitos escolares”²⁸⁴.

Esta informação merece adequação diante das pesquisas e dados levantados neste trabalho, pois, os Educadores Sociais têm espaço no contexto escolar também, quando apuramos que 20,8% das amostras de editais de seleção pública retratam profissionais que desenvolvem acompanhamento, auxílio e participação nas atividades escolares dos educandos. Perante o setor privado, de acordo com as amostras analisadas, o percentual de educadores vinculados às escolas atinge 29,2% dos anúncios de empregos catalogados.

O deputado segue nas justificativas referenciando que os Educadores Sociais possuem indubitável relevância no cenário profissional brasileiro e têm sido os parceiros mais importantes de assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, médicos, sociólogos e advogados, dentre outros profissionais, que atuam no processo de enfrentamento à dívida social que o País tem com sua população, porém, reconhece que possuem características de atuação, necessidades de formação e organização próprias, e assim, buscam o fortalecimento de sua identidade profissional.

Com referida previsão redacional, a proposta foi encaminhada para discussão na Comissão de Educação e Cultura onde recebeu parecer favorável do deputado Ângelo Vanhoni em voto²⁸⁵, no qual, o parlamentar enfatizou ser o projeto oportuno e relevante.

Segundo ele, o projeto faz justiça e traz benefícios a algumas milhares de profissionais que há anos militam junto aos despossuídos, às pessoas em situação de risco, vulnerabilidade

²⁸⁴ PL n. 5.346/2009, justificativas do Dep. Chico Lopes que acompanham o texto original do projeto protocolizado na Câmara dos Deputados, em 03 de junho de 2009.

²⁸⁵ PL n. 5.346/2009, voto emitido pelo relator Dep. Ângelo Vanhoni, perante a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, acolhido por unanimidade em 14 de dezembro de 2011.

social, violência, exploração física ou psicológica, no sentido de lhes mitigar o sofrimento e promover as condições mínimas para a sua cidadania.

Aponta ainda que a história mostra que as atividades de Educação Social remontam ao século XVI, mas, na prática, disseminam-se e ganham relevo na era moderna, com o advento dos fenômenos típicos da vida urbana, tais como o surgimento das populações de rua, de modo que, não por acaso, as ações sociais realizadas incorporam os sujeitos das ações educativas na diversidade social.

Assevera o desenvolvimento da sociabilidade, a circulação social, a promoção cultural e social, compreendida como abertura a novas possibilidades de produção, aquisição e fruição de bens culturais, que ampliem as perspectivas educativas, laborais, de ócio e de participação social. Trata-se de um novo campo profissional de natureza pedagógica e libertária, exigido pela contemporaneidade, no âmbito do direito de todos à cidadania.

O Deputado Vanhoni encerra os fundamentos de seu voto enfatizando que a Educação Social comporta todas as formas de práticas educativa e pedagógica desenvolvidas em contextos sociais e no âmbito de estratégias de educação não formal. A Educação Social parte de um conceito muito caro ao século XXI que é a educação ou a aprendizagem permanente, ao longo da vida.

Trata-se de educação para a saúde, educação para a cidadania, educação ambiental, educação para a terceira idade, sociopedagogia dos tempos livres, acolhimento de populações em situação de risco, abordagem de grupos minoritários, discriminados, perseguidos: eis aí alguns dos campos de atuação possível dos educadores sociais, sempre numa perspectiva exterior ao contexto escolar.

Com referido relatório, em 14 de dezembro de 2011 o projeto foi aprovado na Comissão de Educação e Cultura por

unanimidade de seus membros²⁸⁶ e, sequencialmente, foi remetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, sendo objeto de amplo debate, inclusive em sede de audiência pública, convocada pelos Deputados Vicentinho e Assis Melo.

A partir das discussões e reflexões havidas nesta segunda Comissão Permanente da Câmara foi votado e aprovado um Substitutivo ao projeto original, da lavra do Deputado Assis Melo, em 21 de agosto de 2013, que materializou concepções da Associação Brasileira de Pedagogia Social (ABRAPSocial)²⁸⁷ e contou com apoio do próprio deputado Chico Lopes proponente da versão original do projeto.

O Projeto Substitutivo aprovado sanou vícios formais existentes no projeto original e alterou aspectos de mérito. Ope-rou-se a supressão da referência direta contida no Art. 1º do projeto de criação da profissão de educador social, justificada pelo fato de que as profissões em geral não são criadas pela lei, apenas cumprindo ao Estado tão-somente normatizar a atividade para que seu exercício indiscriminado não comprometa o bem-estar da coletividade.

Igualmente, se verificou a substituição, em todo o texto, do profissional pela atividade e a inclusão expressa de que a Educação Social era a atividade desenvolvida não só pelo Educador Social, mas também pelo Pedagogo Social e profissionais com formação em Pedagogia Social.

²⁸⁶ Oportuna a referência dos Deputados Federais que já tiveram participação nas discussões: Fátima LAS, Artur Bruno, Alice Portugal, Alex Canziani, Antônio Roberto, Biffi, Dr. Ubiali, Gabriel Chalita, Izalci, Luiz Carlos Setim, Luiz Noé, Nazareno Fonteles, Paulo Freire, Pedro Uczai, Pinto Itamaraty, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rogério Marinho, Stepan Nercessian, Tiririca, Waldenor Pereira, Eduardo Barbosa, Eleuses Paiva, Emiliano José, Esperidião Amin, José Linhares, Ozziel Oliveira, Pastor Marco Feliciano, Rogério Peninha Mendonça, Romanna Remor, Artur Bruno.

²⁸⁷ PEREIRA, Antônio. A profissionalidade do educador social frente a regulamentação profissional da educação social: as disputas em torno do Projeto de Lei 5.346/2009. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (RIAAE), v. 11, n. 3, p. 1294-1317, 2016, p. 1312.

Essa modificação em particular suscitou divergências no meio acadêmico e profissional, uma vez que parte dos pesquisadores capitaneados pelo Coletivo vinculado a Associação dos Educadores Sociais de Maringá (AESMAR) não concordam com tal terminologia, esclarecendo-se aqui uma posição adotada.

O objetivo das modificações que compõem o substitutivo proposto pelo Deputado Assis Melo, seria estruturar uma carreira profissional ao Educador Social de nível médio, com a possibilidade de titulação em curso superior, especialização, mestrado e doutorado em Pedagogia.

Para a Associação dos Educadores Sociais de Maringá (AESMAR) a nomenclatura a ser utilizada no texto legal é “Educador e Educadora Social”, individualizando-se do contexto da pedagogia, que se constitui em área paralela do conhecimento e profissionalismo. Essa orientação foi adotada no Projeto de Lei n. 328/2015, que iniciou a discussão sobre a normatização do Educador Social simultaneamente no Senado Federal, abordada na seção seguinte.

No Substitutivo ofertado ainda foram acrescentadas as óticas culturais e política ao caráter da Educação Social, passando a referência a contemplar perfil sociocultural, sociopedagógico e sociopolítico, consoante a seguir se verifica:

Projeto Original – Deputado Chico Lopes – Art. 1º – Fica criada a profissão de Educador e Educadora Social, nos termos desta Lei. Parágrafo único: A profissão que trata o caput deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas²⁸⁸.

Projeto Substitutivo – Deputado Assis Melo – Art. 2º. A Educação Social possui caráter sociocultural, sociopedagógico e socio-

²⁸⁸ PL n. 5.346/2009, art. 1º. da versão originalmente proposta pelo Dep. Chico Lopes, que tramitou perante a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, em 25 de junho de 2009.

político e relaciona-se com a realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas²⁸⁹.

Em relação ao aspecto cultural, melhor redação tem o substitutivo, porque entre as atribuições do Educador Social estão as atividades lúdicas, que bem ilustram práticas culturais, desvinculadas do contexto de vulnerabilidades sociais. Consoante abordado na seção que analisou o profissional do setor privado e organizações não governamentais, o Educador Social não se limita a desenvolver atividades em ambientes envolvendo vulnerabilidades.

Este profissional tem atuação em todos os meios e relações, podendo ser afirmado que ele educa para a vida, de modo que, encontramos Educadores Sociais trabalhando em escolas, transmitindo saberes educacionais paralelos à educação formal, que tem importante função na formação das pessoas, ocupando-as com uma sorte inesgotável de atividades criativas, artísticas, lúdicas, científicas, intelectivas, de organização cidadã, outras.

Quando tivemos a oportunidade de analisar as realidades afetas às vagas privadas de trabalho na cidade de São Paulo²⁹⁰, verificamos que, dentre as atribuições identificadas, estavam o aprendizado de música, desenvolvimento de atividades recreativas em creches, utilização de linguagens visuais, artísticas, artesanais, cívicas, convivência social e trabalhos com repertório cultural local, confirmando que o Educador Social tem também outras atribuições dissociadas de situações de vulnerabilidades.

Em relação ao caráter sociopolítico, as pesquisas desenvolvidas identificam o profissional foco do presente trabalho em contato direto com o desenvolvimento de políticas sociais de as-

²⁸⁹ PL n. 5.346/2009, art. 2º. do substitutivo proposto pelo Dep. Assis Melo perante a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, aprovado em 21 de agosto de 2013.

²⁹⁰ Por meio das amostras 808-SP, 807-SP e 810-SP, 811-SP, 812-SP e 813-SP, com endereços eletrônicos constantes no anexo B.

sistência social, cumprindo-lhe a definição de estratégias de intervenção de forma articulada com as equipes interdisciplinares, gestão programas, projetos e serviços de políticas públicas manejadas pela administração direta, indireta, entidades e organizações populares.

O Educador Social ainda atua de forma articulada com os serviços de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos. Ele discute com os usuários dos serviços e programas as regras de funcionamento e participação. Cumpre-lhe levantar os recursos da localidade, fortalecer um agir coletivo, para potencializar as habilidades de cada educando.

Assinalamos o contato direto que o Educador Social tem com a Política Nacional Antidrogas, introduzida pela edição da Resolução/CONAD n. 003/2005, na medida em que o Educador Social tem sido admitido para desenvolvimento de atividades nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Escola de Redutores de Danos (ERD), Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), Programa de Volta para Casa (PVC) e Leitos de Atenção Integral em álcool e outras drogas.

O Educador Social também tem vinculação com as políticas públicas de trabalho, quando estabelece vinculação ao Programa de Promoção e Acesso ao Mundo do Trabalho (ACES-SUAS)²⁹¹, que se responsabiliza pela mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários em situação de vulnerabilidade ou risco social, para ações de inclusão produtiva, com o objetivo é promover o acesso dos usuários da Assistência Social à seara laboral.

O Substitutivo ofertado pelo Deputado Assis Melo ainda determinou a substituição pela expressão “promoção de direitos humanos” as referências de atuação nas áreas de arte- educação,

²⁹¹ Programa instituído pela Res. CNAS n. 18/2012, desenvolvido em parceria com as Secretarias de Assistência Social dos municípios e do Distrito Federal.

folclore, conselhos tutelares e entidades recreativas de esporte e lazer, as quais, constavam expressamente no projeto original como atribuições do Educador Social.

A expressão usada em substituição engloba todas essas atividades e a elas não se restringem, porém, por essa mesma ideologia não restritiva poderia ter aprimorado ainda mais o texto, que remanesce indicando um rol de atribuições, assim estabelecido:

Art. 4. São atribuições do Educador Social, em contextos educativos situados-fora-do âmbito escolar, as atuações que envolvem: I – as pessoas e comunidades em situação de risco ou vulnerabilidade, social, violência, exploração física e psicológica; II – a preservação cultural e promoção dos povos e remanescentes e tradicionais; III – os segmentos sociais prejudicados pela exclusão social mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais; IV – a realização de atividades socioeducativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto para adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais; V – a realização de programas e projetos educativos destinados à população carcerária; VI – as pessoas: portadoras de necessidades especiais; VII – enfrentamento à dependência de drogas; VIII – as atividades socioeducativas para terceira idade; IX – a promoção da educação ambiental; X – a promoção dos direitos humanos e da cidadania²⁹².

Essa enumeração de atribuições justifica o apontamento relacionado a questão da suficiência da lista para não gerar a exclusão de segmentos que não teriam feito parte da mesma, podendo-se chegar a falsa interpretação de que determinadas atividades não corresponderiam ao exercício da profissão.

A partir das reflexões desenvolvidas nesta segunda Comissão Permanente da Câmara, foi votado e aprovado o Substitu-

²⁹² PL n. 5.346/2009, art. 4º. do substitutivo proposto pelo Dep. Assis Melo perante a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, aprovado em 21 de agosto de 2013.

tivo ao projeto original da lavra do Deputado Assis Melo, em 21 de agosto de 2013²⁹³.

Em relação à tramitação, o Projeto Substitutivo foi encaminhado em 02/04/2014 à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, tendo recebido parecer favorável da Deputada Iriny Lopes, que sustentou em seu voto a constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, mantendo na íntegra o texto.

Seu voto é introduzido com a referência extraída dos arts. 32, IV, a e 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, pelos quais, cumpre à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei n. 5.346, de 2009 e do Substitutivo aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em acréscimo, salienta-se que se de matéria de competência legislativa restrita (privativa) da União (CF, art. 22, XVI²⁹⁴), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela disciplinar (CF, art. 48²⁹⁵). Segundo a relatora, a iniciativa do Deputado é legítima, uma vez que é geral e não está reservada a nenhum outro Poder (CF, art. 61²⁹⁶).

²⁹³ Dessa votação participaram os seguintes parlamentares: Roberto Santiago, Laercio Oliveira, Armando Vergílio, Andreia Zito, Assis Melo, Augusto Coutinho, Daniel Almeida, Erivelton Santana, Eudes Xavier, Flávia Morais, Gorete Pereira, Isaias Silvestre, Jorge Corte Real, Luciano Castro, Luiz Fernando Faria, Mareio Junqueira, Paulo Pereira da Silva, Policarpo, Ronaldo Nogueira, Sandro Mabel, Vicentinho, Vilalba, Walter Ithoshi, Chico Lopes, Leonardo Quintão e Walney Rocha.

²⁹⁴ CF/1988, art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: (...) XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões.

²⁹⁵ *Ibidem*, art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos artigos 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União (...).

²⁹⁶ *Ibidem*, art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Deputada confirma em seu parecer que os arts. 3º e 4º do Projeto de Lei em tela estão eivados de vício insanável de constitucionalidade, enquanto o art. 3º fere a iniciativa do Presidente da República quando dá atribuição ao Ministério da Educação para ser o órgão responsável pela elaboração e regulamentação da Política Nacional de Formação em Educação Social.

Acrescenta que o art. 4º, padeceria por duas ofensas em que incorre, a primeira por ferir o princípio federativo ao pretender impor competência aos Estados, Distrito Federal e Municípios e, sem segundo, também estaria a invadir a iniciativa privativa do Presidente da República, ao determinar que a União crie e faça o provimento dos cargos públicos que cita, além de determinar a elaboração dos planos de cargos, carreira e remuneração da profissão de educador social.

Ressalta que o Substitutivo aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público sanou o problema, quando retirou do seu texto as disposições acima referidas, concluindo que os requisitos constitucionais formais do projeto foram atendidos, com as alterações do Substitutivo.

O voto reconhece que estão respeitadas as demais normas constitucionais de cunho material e, no tocante à juridicidade, o projeto em análise, com as alterações do referido Substitutivo, está bem colocado dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Realça que a modificação do Substitutivo que transformou o projeto de lei em “regulamentação da educação social como profissão”, ao invés da original concepção tendente a “criar a profissão de educador social”, foi uma mudança benéfica²⁹⁷.

A regra original acerca do nível médio de escolarização como capacitação mínima para exercício da atividade foi mantida na proposta substitutiva aprovada. Manifestamos aqui nossa

²⁹⁷ PL n. 5.346/2009, voto da relatora Dep. Iriny Lopes perante a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, apresentado em 02 de abril de 2014.

posição admitindo como insuficiente a formação em ensino médio para desenvolvimento de uma atividade com a complexidade que possui a Educação Social. É nesse sentido a posição de Paula Marçal Natali:

O nível da formação é também um dos pontos que o coletivo de educadores acima reconhece como alvo de urgente problematização. A formação no ensino superior é o âmbito que o grupo defende, o que difere também do PL 5.346/2009 (Câmara de Deputados), que traz em sua proposta o ensino técnico e posteriormente uma carreira de pedagogos sociais no nível superior²⁹⁸.

A defesa do nível médio como escolaridade mínima para exercício da atividade é posição adotada pelos pesquisadores paulistas João Clemente de Souza Neto, Roberto da Silva e Rogério Moura, que exteriorizaram no primeiro volume da publicação *Pedagogia Social* a seguinte orientação defendendo o substitutivo 5.346/2009, idealizado pelo grupo:

A posição dos organizadores desta obra é de que a Pedagogia Social, enquanto Teoria Geral da Educação Social deve formar o pedagogo social em cursos de graduação em Pedagogia Social, admitindo-se, inclusive, a possibilidade de habilitações específicas em Educação Rural, no campo, hospitalar, em saúde, em regimes de privação da liberdade, de rua, etc. (...) é desejável a formação do educador social, educador popular e educador comunitário em níveis médio e técnico²⁹⁹.

Antonio Pereira critica o nível médio como perfil de formação admitido para o profissional Educador Social afirmando

²⁹⁸ NATALI, Paula Marçal. *Formação profissional na educação social: subsídios a partir de experiências de educadores sociais latino americanos*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Maringá (PPE-UEM). Maringá, 2016, p. 98.

²⁹⁹ SILVA Roberto da; SOUZA NETO, João Clemente de; MOURA, Rogerio Adolfo de. Notas teóricas e metodológicas dos organizadores. In: SILVA Roberto da; SOUZA NETO, João Clemente de; MOURA, Rogerio Adolfo de (Org.). *Pedagogia social*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, vol. 1, 2009, p. 13.

que a prática concreta da Educação Social fica prejudicada pela deficiência caracterizada na formação em ensino médio:

A exigência mínima de escolarização para atuar no campo, segundo a CBO e a Resolução CNAS 9/2014 é que o educador social tenha o ensino fundamental ou médio, não necessariamente em curso técnico de educação social, desconsiderando ainda a formação superior. Essa é uma questão grave, porque limita a ação profissional e, ao mesmo tempo, esvazia epistemologicamente a prática concreta da educação social. Sabemos que uma formação profissional que desconsidera o alargamento teórico, prático e tácito não oportuniza o desenvolvimento de novas atitudes e competências de uma profissão³⁰⁰

Mais adiante, este mesmo Pesquisador esclarece as razões de sua posição, qual seja, a baixa qualificação que tal nível de ensino proporciona, bem como, em outro momento, enfatiza que a formação em ensino médio se esquece da complexidade envolvida na atividade:

Esse autor não defende a formação profissional técnica para os/as educadores/as sociais porque, historicamente, essa formação sempre foi intencionada a acomodar os trabalhadores e seus filhos às funções no mercado de trabalho que exigiam pouca qualificação³⁰¹

Os que defendem a formação de nível médio se esquecem da complexidade do trabalho educativo no social, além disso não levam em consideração que a formação do educador social deva ser uma política pública – o Estado se responsabilizando pela qualificação e qualidade dos serviços prestados, pela via formativa dos profissionais da educação social e da assistência social, já que se trata de áreas de conhecimento e atuação de enfrentamen-

³⁰⁰ PEREIRA, Antonio. A formação inicial de educadores sociais no contexto dos cursos tecnológicos e de pedagogia: primeiras aproximações de um debate. *Ensino & Pesquisa*, jul. 2017, p. 48.

³⁰¹ *Ibidem*, p. 54.

to da exclusão social por meio da concretização de políticas educativas e sociais³⁰².

Filiamo-nos ao entendimento de que o Educador Social deve ter formação em ensino superior diante do aprimoramento do conhecimento e amadurecimento pessoal que uma pessoa terá para desenvolver a Educação Social com este nível de formação. Admitindo-se o ensino médio para exercício da atividade, coloca-se no mercado de trabalho indivíduos que seriam jovens demais, sem vivências, experiências e saberes que os tornaria insuficientemente habilitados para exercício de uma importante atividade como se mostra a Educação Social.

Quanto ao aspecto da técnica legislativa do PL n. 5.346/2009, a supressão da cláusula de revogação genérica estabelecida no projeto original, foi admitida como medida obrigatória já adotada pelo Substitutivo, nos termos do art. 9º da Lei Complementar n. 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração das leis.

Junto à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania os votos proferidos pelos Relatores evidenciaram Pareceres favoráveis à aprovação, conforme manifestações da Deputada Federal Iriny Lopes em 02/04/2014 e Deputado Federal Chico Alencar em 16 de julho de 2015.

Não tendo sido apreciado o voto retro enfocado no ano legislativo de 2014, o Deputado Chico Alencar reprisou-o, apresentando a mesma argumentação em julho de 2015, também concluindo favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei n. 5.346/2009.

³⁰² PEREIRA, Antônio. Afinal, quais os reflexos da contradição capital e trabalho na atividade de trabalho e formação do educador social. In: MÜLLER, Verónica Regina; et al. *Pedagogia social e educação social: reflexões sobre as práticas educativas no Brasil, Uruguai e Argentina*. Pedagogia Social y Educación Social: reflexiones sobre las prácticas educativas en Brasil, Uruguay y Argentina. Curitiba: Appris, 2017, p. 96.

Mesmo com parecer favorável o projeto não foi colocado em pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, permanecendo paralisado por quase dois anos, até que, em 18/04/2017, o mesmo relator renovou seu parecer, o projeto foi colocado em pauta, porém, sucessivamente, retirado em 02/05/2017.

A demora na tramitação da proposta supra referida perante a Câmara dos Deputados traz à lume as reflexões de Michel Foucault sobre a existência de interesses e a formulação de estratégias:

Pode-se imaginar uma estratégia (militar, diplomática, comercial) que não deva seu valor e suas chances de sucesso à integração de um certo número de interesses? Não deve ela, por princípio, cumular as vantagens e multiplicar os benefícios?³⁰³

Cremos se deve a inexistência deste “certo número de interesses”, preconizados por Foucault, a abnegação pela modificação da versão inicial do projeto de lei n. 5.346/2009 no respectivo substitutivo, o qual, embora tenha sido aprovado junto à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público na Câmara, demorou tanto tempo para convencer os parlamentares na Comissão seguinte.

As concepções de normatização propostas pelo relator Dep. Assis Melo já repousavam sem crédito desde 22 de agosto de 2013. As referidas “vantagens” e “benefícios” passaram a ser evidenciadas em outro ideário, materializado no PLS n. 328/2015, que contemplou ampla discussão com os interessados por meio de congressos, audiências públicas, artigos científicos, debates em redes sociais, entre outros meios de debates.

³⁰³ FOUCAULT, Michel. A poeira e a nuvem. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*, volume IV: estratégia, poder-saber. Manoel Barros da Motta (Org.); Vera Lúcia Avelar Ribeiro (Trad.). 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, p. 324.

Estes movimentos determinaram o sucessivo aprimoramento desta segunda proposta de normatização, que ganhou grande adesão junto a profissionais e pesquisadores da área, os quais, também estrategicamente, conseguiram uma tramitação mais célere e comprometida com as disposições ali contidas.

Quando os simpatizantes do PL n. 5.346/2009 perceberam que o projeto mais recentemente proposto (328/2015) estava na iminência de ser aprovado, envidaram esforços e conseguiram sua aprovação do parecer do Dep. Chico Alencar perante a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, com um voto contrário, manifestado pelo Dep. Marcos Rogério.

Em que pese o tempo em que ficou paralisado o PL 5.346/2009, sem interessados em seu prosseguimento e as manifestações contrárias, o mesmo restou aprovado em 19 de setembro de 2017 junto à última das comissões incumbidas da apreciação pela Câmara dos Deputados, contemplando as seguintes disposições na primeira das Casas Legislativas:

PROJETO DE LEI N. 5.346/2009 – Regulamenta Educação Social como profissão. O Congresso Nacional decreta: Art. 1º. A Educação Social é a profissão do educador social, pedagogo social e de profissionais com formação específica em Pedagogia Social, nos termos desta lei. Art. 2º. A Educação Social possui caráter sociocultural, sociopedagógico e sociopolítico e relaciona-se com a realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas. Art. 3º. Fica estabelecido o Ensino Médio como o nível de escolarização mínima para o exercício da atividade. Art. 4º. São atribuições do Educador Social, em contextos educativos situados-fora-do âmbito escolar, as atuações que envolvem: I – as pessoas e comunidades em situação de risco ou vulnerabilidade, social, violência, exploração física e psicológica; II – a preservação cultural e promoção dos povos e remanescentes e tradicionais; III – os segmentos sociais prejudicados pela exclusão social mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais; IV – a realização de atividades socioeducativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto para adolescentes e jovens envolvi-

dos em atos infracionais; V – a realização de programas e projetos educativos destinados à população carcerária; VI – as pessoas portadoras de necessidades especiais; VII – enfrentamento à dependência de drogas; VIII – as atividades socioeducativas para terceira idade; IX – a promoção da educação ambiental; X – a promoção dos direitos humanos e da cidadania. Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação³⁰⁴.

Conhecida a contrariedade do Deputado Marcos Rogério com o texto do projeto então aprovado, mantivemos contato com o mesmo, no sentido de que fosse exercida a faculdade recursal prevista no Regimento interno da Câmara dos Deputados³⁰⁵. A íntegra da mensagem encaminhada em 20 de setembro de 2017 ao aludido parlamentar encontra-se no anexo G.

Em 27 de setembro de 2017 a Coordenação de Assuntos Permanentes determinou a publicação da aprovação do parecer pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania na edição do dia seguinte no Diário da Câmara dos Deputados, passando o fluir o prazo de cinco sessões para apresentação de recursos pelos deputados.

A faculdade recursal foi exercida pelo Dep. Antônio Bulhões, com o objetivo de levar a apreciação do projeto de lei n. 5.346/2009 para o Plenário da Câmara dos Deputados, de modo a não encerrar a discussão de forma conclusiva na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O recurso recebeu apoio de 61 deputados³⁰⁶, incluindo Marcos Rogério.

³⁰⁴ PL n. 5.346/2009, íntegra da versão aprovada perante a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, aprovada por maioria em 19 de setembro de 2017. A relação dos parlamentares presentes na reunião encontra-se no anexo E.

³⁰⁵ RICD, art. 132. (...) § 2º Não se dispensará a competência do Plenário para discutir e votar, globalmente ou em parte, projeto de lei apreciado conclusivamente pelas Comissões se, no prazo de cinco sessões da publicação do respectivo anúncio no Diário da Câmara dos Deputados e no avulso da Ordem do Dia, houver recurso nesse sentido, de um décimo dos membros da Casa, apresentado em sessão e provido por decisão do Plenário da Câmara.

³⁰⁶ Abel Mesquita Jr, Alan Rick, Alberto Fraga, Antonio Bulhões, Arolde De Oliveira, Carlos Melles, Cleber Verde, Conceição Sampaio, Delegado Edson, Delegado Waldir,

Esse recurso recebeu o número 258/2017 e, conforme referenciado no terceiro capítulo, se provido pelo Plenário, modifica a forma de tramitação conclusiva (restrita às Comissões) e transfere ao Plenário da Câmara composto pelos 513 deputados, os quais, poderão ampliar a discussão e deliberem acerca do PL n. 5.346/2009.

A apreciação do recurso no Plenário depende da presença da Mesa. Uma vez em pauta, é preciso ser registrado quórum correspondente a maioria absoluta dos membros da Câmara (257 deputados) e, assim, aberta a ordem dia com esse número mínimo de presentes, deve haver um número de votos que some a maioria simples dos parlamentares, cuja presença fora certificada no painel eletrônico da Casa Legislativa.

Seguindo a regra constante no art. 58, § 3º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o recurso indica objetivamente que pretende a modificação da apreciação conclusiva do PL n. 5.346/2009, significando admitir que, se acolhido, o projeto passa ser objetivo de deliberação do Plenário. Confirmemos a literalidade:

Art. 58. Encerrada a apreciação conclusiva da matéria, a proposição e respectivos pareceres serão mandados à publicação e remetidos à Mesa até a sessão subsequente, para serem anunciados na Ordem do Dia. § 1º Dentro de cinco sessões da publicação referida no caput, poderá ser apresentado o recurso de que trata o art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal. § 2º Durante a fluência do prazo recursal, o avulso da Ordem do Dia de cada sessão de-

Diego Garcia, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Dr Jorge Silva, Efraim Filho, Eli Corrêa Filho, Elmar Nascimento, Eros Biondini, Evandro Gussi, Flavinho, Geraldo Resende, Gilberto Nascimento, Goulart, Hélio Leite, Irajá Abreu, Irmão Lazaro, Jefferson Campos, Jhonatan de Jesus, João Campos, Jorge Tadeu Mudalen, José Carlos Aleluia, Josué Bengtson, Laerte Bessa, Lincoln Portela, Lindomar Garçon, Lucas Vergilio, Luiz Nishimori, Mandetta, Marcelo Aguiar, Márcio Marinho, Marcos Rogério, Marcos Soares, Nilson Leitão, Onyx Lorenzoni, Pastor Eurico, Pastor Luciano Braga, Pauderney Avelino, Pr Marco Feliciano, Professor Victório Galli, Roberto Alves, Ronaldo Fonseca, Ronaldo Martins, Rosangela Gomes, Sérgio Moraes, Sérgio Reis, Silas Câmara, Sóstenes Cavalcante, Takayama, Valdir Colatto, Vinicius Carvalho, Zé Silva.

verá consignar a data final para interposição do recurso. § 3º O recurso, dirigido ao Presidente da Câmara e assinado por um décimo, pelo menos, dos membros da Casa, deverá indicar expressamente, dentre a matéria apreciada pelas Comissões, o que será objeto de deliberação do Plenário. § 4º Fluído o prazo sem interposição de recurso, ou improvido este, a matéria será enviada à redação final ou arquivada, conforme o caso. § 5º Aprovada a redação final pela Comissão competente, o projeto de lei torna à Mesa para ser encaminhado ao Senado Federal ou à Presidência da República, conforme o caso, no prazo de setenta e duas horas³⁰⁷.

Se apreciado e rejeitado o recurso que questiona a apreciação conclusiva, a mesma restará mantida e o projeto seguirá diretamente para apreciação do Senado Federal, se provido, o projeto permanece na Câmara, em tramitação pelo Plenário, com possibilidade de novas emendas, ou mesmo, ser rejeitado e arquivado.

Ciente das controvérsias existentes em torno da normatização da profissão, o proponente Dep. Chico Lopes manifestou sua intenção participar das discussões em torno dos pontos de dissenso em relação às propostas, para que se tivesse um melhor amadurecimento das questões divergenciais.

Depois desta aprovação na CCJC do PL n. 5.346/2009 e sucessivo recurso interposto, Chico Lopes participou da sétima edição do Encontro Nacional de Educação Social (ENES), realizado na cidade de Fortaleza entre 12 e 15 de outubro de 2017, onde teve a oportunidade de constatar a existência de três posições sobre as duas propostas de normatização, sendo:

a) a primeira linha de pensamento, defendendo a normatização na forma da proposta correspondente ao PL n. 5.346/2009 de sua autoria, aprovado em tramitação conclusiva e

³⁰⁷ RICD, art. 58.

pendente de recurso para que o Plenário delibere sobre a matéria discutida;

b) outro grupo é favorável ao atual texto do PLS n. 328/2015, conforme redação que conta com parecer favorável emitido pelo Sen. Paulo Paim, na ocasião, pronto para votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal, na forma conclusiva;

c) uma terceira posição, discorda de ambas as propostas apresentadas para regular a profissão, propondo a ampliação da discussão para ciência e formação do convencimento dos profissionais que exerçam a atividade.

Terminada a análise da primeira proposta de normatização (PL n. 5.346/2009), anteriormente à abordagem da outra proposta em tramitação (PLS n. 328/2015), analisa-se aqui a posição daqueles que rejeitam ambas as propostas, cuja maior expoente é a Associação dos Educadores e Educadoras Sociais do Estado de São Paulo (AEESSP).

Em seu site na internet, a AEESSP publicou manifestação no sentido de que se preocupavam com “o campo de atuação de educadores e educadoras sociais em nosso país”³⁰⁸, sob a justificativa de que o país comportaria grande diversidade, a qual não teria sido contemplada nas disposições constantes dos projetos de lei que objetivam a normatização do trabalho do Educador Social.

No artigo intitulado Normatização da profissão do/a educador/a social: mitos e metas sustentamos que os debates têm acontecido regularmente. Nele argumentamos acerca das seguintes questões: a) há possibilidade de se considerar uma maioria de educadores/as sociais e seus anseios se não conseguimos saber

³⁰⁸ Sobre a regulamentação da profissão. PL 5.346/2009 na Câmara dos Deputados e PL 328/2015 no Senado Federal. <<http://aeessp.org.br>>. Consultas em 27 abr. 2017 e 10 nov. 2017.

quem são? Qual é a característica de suas opiniões, de seus problemas no trabalho, de suas necessidades?

Creemos que as respostas aos questionamentos supra são negativas. Porém, ainda que não se saiba a representatividade, as iniciativas para reunir educadores sociais para refletir sobre a sua área de atuação têm motivado várias ações, a exemplo de audiências públicas, campanhas, artigos em periódicos, anais, congressos, onde são amplamente debatidas as questões afetas a/ao educador/a social, incluindo conexões com redes internacionais como a International Association of Social Educators (AIEJI) e Dynamo International – Street Workers Network (Rede Dynamo Internacional de Educadores Sociais)³⁰⁹.

A nível nacional referencia-se as seguintes associações conhecidas, que têm manifestado suas ideias em relação à normatização e aos projetos: Associação de Educadores Sociais do Ceará (AESC), Associação de Educadores Sociais Curitiba e Região Metropolitana (AESCRM), Associação de Educadores Sociais de Maringá (AESMAR), Associação Brasileira de Pedagogia Social (ABRAPSocial), Associação de Educadores e Educadoras Sociais de São Paulo (AEESP), Fórum Brasileiro de Educadores Sociais (FORUMBEES), Associação Nacional de Educadores e Educadoras Sociais (ANEES), Associação Brasileira de Educação Social/Pedagogia Social (EDUSOBRASIL).

Portanto, sem razão aqueles que são contrários à normatização da profissão fundados no argumento de ausência de debates e reflexões, sendo, o maior dos argumentos contra esse argumento, justamente, o tempo que se verifica desde a apresentação do primeiro Projeto de Lei (5.346/2009), que já conta mais de uma década de diálogos.

³⁰⁹ MULLER, Veronica Regina; BAULI, Regis Alan. *Normatização da profissão do(a) Educador(a) Social: mitos e metas*. Ensino & Pesquisa, v. 15. n. 02, Suplemento Especial 2017, p. 34.

Projeto de Lei n. 328/2015 apresentado pelo Senador Telmário Mota

Quando o Projeto de Lei n. 328/2015 foi protocolizado em 01/06/2015 junto ao Senado Federal, pelo parlamentar Telmário Mota, já tramitava perante a Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n. 5.346, desde 2009, com o mesmo objetivo. À primeira vista, poder-se-ia vislumbrar sua prescindibilidade, pois, os esforços da normatização poderiam ser concentrados na discussão de uma única proposta perante ambas as Casas Legislativas³¹⁰.

Contudo, sob outra ótica, vislumbramos como positiva a iniciativa, já que, passamos a ter um debate muito mais amplo e abrangente, envolvendo tanto os Deputados vinculados ao PL n. 5.346/2009, quanto os Senadores que passariam a ter contato direto com a matéria, a partir do trâmite do PLS n. 328/2015. Surgiram, assim, dois canais de intervenção aos interessados na normatização.

A proposta original do PLS n. 328/2015 contemplava um texto legal composto de seis artigos, cuja ementa referenciava a disposição sobre a “regulamentação da profissão de educador e educadora social” e dava outras providências, tendo sido apresentada com inspiração despertada a partir da participação de assessor do Senador Telmário Mota no II Congresso Internacional de Pesquisadores e Profissionais de Educação Social, realizado entre os dias 24 e 26 de maio de 2015, em Maringá-PR.

Embora inspiradores da ideia, a redação do texto original não contemplava em suas disposições a orientação do Coletivo de Profissionais e Pesquisadores orientados pela Prof. Veronica Regina Müller, os quais, apoiaram a iniciativa e se comprometeram a participar ativamente das discussões, ouvindo principal-

³¹⁰ Constante no Anexo F.

mente os anseios dos profissionais já exercentes da atividade e membros vinculados à Associação de Educadores Sociais de Maringá (AESMAR).

Segundo as concepções de Michel Foucault, pode-se dizer que, naquela oportunidade, estava nascendo o produto de novas ideias, de um novo discurso:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso³¹¹.

A partir dos saberes compartilhados por meio das discussões desenvolvidas pelo aludido grupo vinculado ao Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente (PCA) e ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPE- UEM), o Senador Telmário Mota e seu assessor João Rios se convenceram de que a proposta de normatização em trâmite perante a Câmara, não era a melhor opção normativa para os destinatários, havendo a construção de um novo discurso.

Especificamente acerca das disposições contidas no texto do projeto, no art. 1º, o Senador houve por bem optar pela terminologia adotada pelo Coletivo de Pesquisadores e Profissionais de Maringá, que opta por referenciar a normatização ligada à terminologia profissional do “Educador Social”, reprisando o ideário original do Projeto de Lei n. 5.346/2009, com a seguinte redação:

Art. 1º – Fica regulamentada a profissão de Educadora e Educador Social, nos termos desta Lei. Parágrafo único: A profissão que trata o caput deste artigo possui caráter pedagógico e social,

³¹¹ FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Roberto Machado (Org. e Trad.). 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, p. 45.

devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas³¹².

Empreendendo-se uma análise comparativa entre esta disposição contida no PLS n. 328/2015 e aquela prevista atualmente no PL n. 5.346/2009, verificamos que a primeira tem seu foco exclusivamente da regulamentação do Educador Social, enquanto a segunda, reconhece, além do Educador Social, também o profissional que denomina “Pedagogo Social”.

A Classificação Brasileira de Ocupação reconhece e individualiza outros títulos de ocupação relacionados à Pedagogia, como é o caso do Pedagogo (código n. 2394-15) e do Psicopedagogo (código n. 2394-25)³¹³, contudo, embora referenciado no Projeto de Lei n. 5.346/2009, ainda não restou reconhecida a ocupação de Pedagogo Social.

Perante o meio acadêmico, a problemática envolvendo o Pedagogo Social é controvertida, identificando-se posições como a de Antonio Pereira, que admite que o Pedagogo Social deveria ter uma regulamentação distinta do Educador Social, dentro da área da Pedagogia:

Também é válido pensar na regulamentação da pedagogia social, mas, como certeza, o enfrentamento político e ideológico será uma briga homérica, mobilizando vários grupos que trabalham com outras pedagogias que também se sentirão no direito de reivindicar uma regulamentação própria³¹⁴.

Enfatizamos que, pelas atuais disposições do PL n. 5.346/2009 o Educador Social terá nível médio e o Pedagogo Social terá nível superior, situação que gera a formulação da se-

³¹² PLS n. 328/2015, art. 1º, versão original e mantida.

³¹³ Indicados no Anexo A.

³¹⁴ PEREIRA, Antônio. A profissionalidade do educador social frente a regulamentação profissional da educação social: as disputas em torno do Projeto de Lei 5.346/2009. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (RIAAE)*, v. 11, n. 3, p. 1294-1317, 2016, p. 1313.

guinte questão seguida da resposta: “Qual seria o argumento para tal previsão? A nosso ver, indefensável essa regra, uma vez que estabelecerá uma hierarquia no status social e de salários que não se justifica”³¹⁵. Assim, o foco da normatização deve concentrar esforços em torno da ideia da aprovação de uma lei que regule a atividade do Educador Social.

O indicativo de que o profissional desenvolve ações afirmativas, mediadoras e formativas foi reprisado no PLS n. 328/2015. As considerações correspondentes ao caráter da Educação Social, merece ser consignado que o PL n. 5.346/2009 contempla a caracterização da profissão do Educador Social e atribui à atividade um caráter sociocultural, sociopedagógico e sociopolítico. O PLS n. 328/2015 se restringe em prever apenas o caráter pedagógico e social. Verifica-se que foram acrescentados os vieses cultural e político, cumprindo, registrar-se a dupla pertinência.

Também o caráter político é de suma importância, pois, oportuniza a discussão dos fenômenos e das práticas relativos ao estado e sociedade. É a chance de compartilhar os valores tão escassos e precários correspondente à arte de bem governar, de cuidar dos negócios públicos, ou ainda, desenvolver as habilidades no trato das relações humanas.

O art. 2º ocupa-se com a definição dos campos de atuação dos profissionais e aí se percebe uma inovação salutar quando rememorada a outra proposta legislativa, que indica o exercício das atribuições “em contextos educativos situados fora do âmbito escolar”, enquanto o PLS n. 328/2015, vai além, ao especificar:

Art. 2º – Ficam estabelecidos como campo de atuação das educadoras e educadores sociais, os contextos educativos situados

³¹⁵ MULLER, Veronica Regina; BAULI, Regis Alan. Normatização da profissão do(a) Educador(a) Social: mitos e metas. *Ensino & Pesquisa*, v. 15. n. 02, Suplemento Especial 2017, p. 37.

dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos e sociais, a partir das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais.

Observa-se que, além de situar o Educador Social também nos contextos educativos existentes nos âmbitos escolares, a proposta ainda identifica o profissional como legitimado para ações educativas com diversas populações, laborando em programas e projetos educativos/sociais, em distintos âmbitos institucionais, incluindo, searas comunitárias com o desenvolvimento de políticas públicas definidas nas três esferas do poder executivo.

Já em relação ao art. 3º da proposta original do PLS n. 328/2015 o proponente não logrou o mesmo êxito, incorrendo em ofensa à reserva de iniciativa de lei que pertence ao Presidente da República, bem como, em violação ao princípio federativo, pois, não cabe à União tais prerrogativas, mas sim aos Estados, Distrito Federal e Municípios nas pessoas dos respectivos governadores e prefeitos, chanceladas pelas assembleias e câmaras legislativas.

Convidado a tomar parte das discussões junto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), o Coletivo de Pesquisadores e Profissionais Maringaense, elaborou e encaminhou um estudo em 03 de agosto de 2015 aos Senadores Telmário Mota (autor do Projeto de Lei n. 328/2015) e Paulo Paim (relator junto à CCJC), através do qual, foram apresentadas sugestões e apontadas as irregularidades³¹⁶, entre as quais, a impropriedade do art. 3º adiante descrito:

³¹⁶ Mensagem eletrônica transmitida em 14 de agosto de 2015 à assessoria do Senado Telmário, constantes em arquivos da Associação de Educadores Sociais de Maringá (AESMAR).

Art. 3º – Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – adequar para a denominação “educadora ou educador social” os cargos ocupados por profissionais com o campo de atuação em contextos educativos que se enquadram no que trata o artigo 2o e 3º desta Lei; II – Criar e prover os cargos públicos de educadoras e educadores sociais, podendo estabelecer níveis diferenciados de admissão destes profissionais de acordo com a escolaridade; III – elaborar os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração desta profissão³¹⁷.

Referido dispositivo atribui competência à União, Estados, Distrito Federal e Municípios para adequar para a denominação, criar e prover os cargos públicos de educadoras e educadores sociais, inclusive com elaboração de planos de carreira e remuneração.

A motivação da supressão do artigo encontra fundamento na literatura constitucionalista brasileira, que explica o princípio federativo e consigna que descabe à União tais prerrogativas que, em verdade, é atribuição dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme lição do Constitucionalista Alexandre de Moraes acerca do tema:

Os Estados-membros se auto organizam por meio do exercício de seu poder constituinte derivado-decorrente, consubstanciando-se na edição das respectivas Constituições Estaduais e, posteriormente, através de sua própria legislação³¹⁸.

Aos Estados-membros são reservadas as competências administrativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição, ou seja, cabem na área administrativa privativamente ao Estado todas as competências que não forem da União (CF, art. 21), dos municípios (CF, art. 30) e comuns (CF, art. 23)³¹⁹.

³¹⁷ PLS n. 328/2015, art. 3º, retirado por meio de emenda supressiva da CCJ (Senado).

³¹⁸ MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 19ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2006, 249.

³¹⁹ *Ibidem*, p. 273.

A Constituição Federal confirma as autonomias resguardadas aos Estados, Distrito Federal e Municípios:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição. [...] Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado” [...] Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição³²⁰.

Cumpre ainda destacar que, a regra constante no art. 3º fazia parte da ideia original

do Projeto de Lei n. 5.346/2009 em trâmite perante a Câmara dos Deputados e recebeu pareceres contrários tanto na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, como na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a seguir referenciados:

Por sua vez, o art. 4º fere novamente essa diretriz, invadindo a competência constitucionalmente reservada ao Poder Executivo para a iniciativa das leis que tratem dos servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria. Ademais, o dispositivo, ao cometer as obrigações de que trata também aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, fere o princípio federativo, já que, no âmbito desses entes da Federação, a competência para matéria pertence, constitucional-

³²⁰ CF/1988, arts. 25, 29 e 32.

mente, aos respectivos governadores e prefeitos, com a anuência das assembleias e câmaras legislativas locais³²¹.

No mesmo sentido o excerto colhido no voto apresentado em 02/04/2014 pela Deputada Iriny Lopes, relatora do Projeto de Lei n. 5.346/2009, perante a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde a parlamentar expressamente consigna que a disposição em análise:

Fere o princípio federativo ao pretender impor competência aos Estados, Distrito Federal e Município e também invade a iniciativa privativa do Presidente da República ao determinar que a União crie e faça o provimento dos cargos públicos que cita, além de determinar a elaboração dos planos de cargos, carreira e remuneração de educador social³²².

A versão original do Projeto de Lei n. 328/2015 apresentada na Comissão de Constituição e Justiça ainda viola a Reserva de Iniciativa de Lei que pertence ao Presidente da República, nos casos de provimento dos cargos públicos, elaboração dos planos de carreira e remuneração da profissão de educador social.

É incontestado que pertence ao Poder Executivo a prerrogativa de propor leis que versem sobre os servidores públicos e seu regime jurídico profissional, segundo prescrição expressa contida no art. 61, § 1º, alínea “a” da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e

³²¹ PL n. 5.346/2009, voto emitido pelo Relator Assis Melo na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados Deputado, em 05 de maio de 2013.

³²² PL n. 5.346/2009, voto emitido pela Relatora Iriny Lopes perante a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados Deputado, em 02 de abril de 2014.

nos casos previstos nesta Constituição. § 1º. São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração³²³.

Por essas razões, correta foi a supressão do art. 3º do Projeto de Lei n. 328/2015, que objetivava a regulamentação do Educador Social, juntamente com o art. 5º, que prevê a revogação das disposições que contrariem o texto legislativo³²⁴.

A revogação genérica, sem indicação objetiva dos respectivos dispositivos que devem ter vigência cancelada, não é mais possível no Ordenamento Jurídico Brasileiro, diante da expressa previsão contida no art. 9º da Lei Complementar n. 95/1998, que dispõe expressamente: “a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas”³²⁵.

As violações suscitadas pelo Coletivo de Pesquisadores e Profissionais Maringenses foram reconhecidas e ganharam coro nos pronunciamentos dos senadores Aloysio Nunes Ferreira, que concordou com a inconstitucionalidade dos dispositivos apontados pelo vício de iniciativa, considerando tratar-se de um projeto de autoria parlamentar, bem como, senador Ricardo Ferraço que também criticou o fato de o projeto estabelecer encargos para estados e municípios, a partir da criação e provimento de cargos públicos, sem considerar o impacto sobre as finanças públicas.

A partir dessas discussões foram incumbidos os senadores Antonio Anastasia e Simone Tebet para elaborar uma emenda para corrigir os vícios de constitucionalidade identificados no projeto, aproveitando o mérito da proposta, cujas conclusões foram pela supressão dos arts. 3º e 5º por meio da Emenda n. 1-CCJ proposta.

³²³ CF/1988, art. 61.

³²⁴ PLS n. 328/2015, art. 5º. Ficam revogadas as disposições contrárias.

³²⁵ LC n. 95/1998, art. 9º.

Esta aprovação por unanimidade do parecer do Senador Paulo Paim, com a emenda supra referenciada, ocorreu na 35ª. Sessão Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 04 de novembro de 2015, tendo tomado parte dos trabalhos 41 senadores³²⁶ dos 54 parlamentares titulares e suplementes com direito a voto.

Aprovado o texto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), no dia 05 de novembro de 2015, o projeto foi recebido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), sendo nomeado como relator o senador Paulo Paim.

Na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado foi objeto de discussão o nível de escolarização mínimo que deve ter o profissional para exercício da atividade. Talvez seja o aspecto mais controverso entre pesquisadores, profissionais e interessados da normatização.

Desde a versão originalmente proposta, até o texto que restou aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, o Projeto de Lei n. 328/2015 não contemplava remissão a um nível específico de escolaridade para exercício da profissão. Identificava-se um dissenso com uma das entidades que compunha o Coletivo de Pesquisadores e Profissionais Maringenses que ecoava dissonância conjuntamente com outras entidades de âmbito nacional³²⁷.

As contribuições enviadas ao Senado em agosto de 2015 foram desenvolvidas pelo Coletivo de Pesquisadores e Profissionais

³²⁶ Relação dos senadores presentes: Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Walter Pinheiro, Delcídio Do Amaral, Angela Portela, Paulo Paim, Ana Amélia, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Valdir Raupp, Jader Barbalho, José Maranhão, Omar Aziz, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão, Raimundo Lira, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfé Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Magno Malta, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Vicentinho Alves.

³²⁷ Um deles, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR).

nais e subscritas pela líder do grupo, a Prof. Veronica Regina Müller, sendo referenciado que a graduação é um espaço importante para desenvolvimento do conhecimento científico pertinente a uma nova profissão.

Pontuou-se que o grau universitário muito poderia contribuir para a sistematização e produção de conhecimentos científicos em todo o Brasil, principalmente no atual cenário, em que a capacitação dos profissionais se apresenta bastante diversa, havendo educadores e educadoras com diferentes graus de formação escolar e tipos de formações acadêmicas. O argumento foi complementado com a seguinte exemplificação:

Deste modo há quem trabalhe durante muitos anos na profissão (e por essa razão poderíamos considerar suas vastas e ricas experiências educativas) e ainda não atingiu o ensino médio. Outros e outras trabalhadores(as) que chegaram à conclusão desta etapa. Outra parcela de profissionais com graduações em diversas áreas e cursos do ensino superior. Também aqueles e aquelas com escolarizações em nível de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Esta realidade tão diversificada e ao mesmo tempo representativa da própria história da origem e desenvolvimento desta profissão no nosso país nos leva ao entendimento de que a lei nacional que regulamente exercício profissional da educação social no Brasil precisaria abarcar em sua configuração a legitimidade da atuação de todos e todas profissionais atuantes neste campo, considerando e valorizando em cada qual as suas diversas experiências formativas, sejam essas as advindas das práticas de formações sociais e ou escolares, universitárias e ou de titulações acadêmicas³²⁸.

Neste particular, o 1º Congresso de Pesquisadores e Profissionais da Educação Social em Maringá, discutiu a possibilidade de as instituições universitárias públicas ficarem responsáveis

³²⁸ Mensagem eletrônica transmitida em 05 de abril de 2016 à assessoria do Senado Telmário, constantes em arquivos da Associação de Educadores Sociais de Maringá (AES-MAR).

pela formação específica dirigida aos educadores sociais já atuantes e sem o grau mínimo de escolaridade exigida pelo projeto de lei em questão (nível superior).

Porém, reflexões mais acuradas por nós desenvolvidas culminaram pelo reconhecimento da inconstitucionalidade de uma disposição específica neste sentido, na medida em que, a reserva de exclusividade na capacitação, ofende o texto da Constituição Federal de 1988.

A principiologia sobre a qual se assenta a educação nacional tem edificação no art. 206 que referencia:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – garantia de padrão de qualidade; VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal³²⁹.

A carga normativa constante da parte final do inciso III, que garante à iniciativa privada o direito de explorar o ramo do ensino, é reiterada no art. 209 da CF, com dois condicionantes, a saber: a) cumprimento das normas gerais da educação nacional; b) autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Esta regra, portanto, pela inconstitucionalidade em que importa, sepulta a ideia de pretender reservar exclusivamente às instituições públicas a capacitação dos profissionais da Educação

³²⁹ CF/1988, art. 206.

Social com experiência comprovada, para obtenção de equiparação aos profissionais de nível superior.

Ainda justificando uma formação superior, o documento supra referido enviado ao Senado pelo Coletivo Maringaense, lembra que o exercício profissional de trabalhadores da Educação Social, não pode ficar de fora do crivo da lei, enfatizando o quanto segue, acerca do nível de formação:

Espera-se que o/a profissional da educação possua formação em nível superior, preferencialmente nas graduações que compõem a área de ciências humanas e/ou ciências sociais aplicadas o que potencializa sua compreensão da questão social e a construção de intervenções educativas que possibilitem incrementar o desenvolvimento dos indivíduos para a superação dos problemas impostos pelo atual contexto histórico – finalidade da educação social³³⁰.

Sensível aos reclamos para ser suprida a omissão da proposta legislativa quanto à expressa referência para constar a exigência de um nível superior de ensino relacionado ao exercício da profissão, a assessoria legislativa do gabinete do relator do projeto, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte encaminhou ao Coletivo de Pesquisadores e Profissionais vinculados à AES-MAR uma minuta prévia de parecer com a seguinte justificativa e proposta redacional:

Em consideração à demanda de profissionais da área, estabelecemos o nível superior para o exercício da profissão, admitida a escolaridade mínima de nível médio para aqueles que atuam no setor, até a data de publicação da lei resultante do projeto. [...] Insira-se o seguinte art. 4º no Projeto de Lei do Senado n. 328, de 2015, renumerando-se a cláusula de vigência como art. 5º: Art. 4º Os profissionais de que trata esta Lei serão formados em cursos de educação superior, em nível de graduação, admitida a escola-

³³⁰ Contribuições enviadas em 05 de abril de 2016 aos Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, proponente original da proposta legislativa e relator do Projeto de Lei n. 328/2015 perante a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

ridade mínima de nível médio para aqueles que exercerem a profissão até o início de vigência desta Lei.

Ainda que por uma porção mínima, esta proposta encontrou resistência entre alguns membros do Coletivo Maringaense, sob a justificativa da existência de dúvida acerca da tutela dos interesses daqueles apenas detém o nível médio em sua formação. Alguns Profissionais Educadores se opuseram a subscrever a nova contribuição que fora dirigida ao Senado, enviada em 05/04/2016 (constante no anexo G), com a seguinte sugestão de redação:

I – os possuidores de diploma obtido em qualquer curso superior oficialmente autorizado e reconhecido e tenham experiência na área comprovada até a data da promulgação desta lei; II – Os possuidores de diploma em Educação Social expedido por instituição de ensino superior estrangeira, revalidado na forma da legislação em vigor; III – Os que, até a data do início da vigência desta Lei, tenham comprovadamente exercido atividades próprias dos Profissionais de Educação Social, nos termos a serem estabelecidos pela Associação Nacional de Educadores Sociais³³¹.

A justificativa que acompanha a proposta perfila-se com a preocupação de que a lei devesse garantir aos profissionais da Educação Social com história e tempo de trabalho o reconhecimento legal, ou seja, que sua experiência e trajetória profissional fosse reconhecida por meio da norma que está em discussão.

Durante a reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o senador Telmário Mota, autor original do projeto elogiou o caráter inovador da proposta, lembrando que esta é uma demanda histórica do segmento educacional em nosso país.

³³¹ Contribuições enviadas em 05 de abril de 2016 aos Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, proponente original da proposta legislativa e relator do Projeto de Lei n. 328/2015 perante a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A proposta foi apreciada na 25^a. Reunião Extraordinária de referida comissão, tendo tomado parte dos trabalhos 18 senadores³³² dos 40 parlamentares titulares e suplementes com direito a voto, sendo aprovado por unanimidade o parecer do Senador Paulo Paim, passando a ter o projeto de lei a seguinte redação:

O CONGRESSO NACIONAL decreta: Art. 1º – Fica regulamentada a profissão de Educadora e Educador Social, nos termos desta Lei. Parágrafo único: A profissão que trata o caput deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas. Art. 2º – Ficam estabelecidos como campo de atuação das educadoras e educadores sociais, os contextos educativos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos e sociais, a partir das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais. Art. 3º São atribuições dos profissionais de que trata esta Lei ações de educação e mediação que envolvam os direitos e deveres humanos, a justiça social e o exercício da cidadania com pessoas de qualquer classe social, gênero, idade, etnia, cultura, nacionalidade dentre outras particularidades, por meio da promoção cultural, política e cívica. Art. 4º Os profissionais de que trata esta Lei serão formados em cursos de educação superior, em nível de graduação, admitida a escolaridade mínima de nível médio para aqueles que exercerem a profissão até o início de vigência desta Lei. Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação³³³.

Desde a proposição, verificamos que o art. 1º com seu parágrafo único e os arts. 2º e 5º mantém a redação original que tiveram inspiração no Congresso Internacional de Pesquisadores e Profissionais da Educação Social organizado pelo Coletivo Maringense, bem como, as supressões dos artigos eivados de in-

³³² Relação dos senadores presentes: Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Gladson Cameli, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Ana Amélia, Simone Tebet, Raimundo Lira, Marta Suplicy, José Agripino, Antonio Anastásia, Delírio Beber, Ronaldo Caiado, Aloysio Nunes Ferreira, Romário, Antonio Carlos Valadares, Randolfé Rodrigues.

³³³ Projeto de Lei n. 328/2015, íntegra do texto aprovada na 25^a. Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em 17 de maio de 2016.

constitucionalidade, que foram apontadas por meio das contribuições enviadas pela Prof. Veronica Regina Müller ao Senado Federal em 03 de agosto de 2015.

Também foram essas contribuições que forneceram sugestão redacional ao art. 3º, com algumas adequações, bem como, deram contribuição para a redação elaborada pelo Senador Paulo Paim, enquanto relator do projeto na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde ocorreu a integração de tais dispositivos a partir das Emendas n. 02 – CE e n. 03 – CE aprovadas em 17 de maio de 2016.

Depois da aprovação pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei n. 328/2015 foi enviado na mesma data, para a última das comissões do Senado Federal, que tem competência regimental para apreciação deste tipo de matéria, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), tendo sido nomeado como relator o Senador Paulo Paim.

Este relator emitiu seu voto favorável à aprovação do projeto, ficando, pronta para integrar a pauta da CAS, contudo, a falta de quórum em dezembro de 2016, impediu a apreciação do projeto nas circunstâncias a seguir descritas:

O PLS n. 328/2015 encontrava-se apto à apreciação pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado desde 12/09/2016, com as emendas acima referenciadas, tendo sido realizados contatos com as assessorias parlamentares no Senado em 08 de dezembro de 2016, no sentido de ser colocado em pauta para votação o Parecer favorável emitido. O compromisso fora levado a feito em 12/12/2016, contudo, por ser um dos últimos itens da pauta, teve frustrada a apreciação em virtude da ausência de quórum na Comissão de Assuntos Sociais³³⁴.

Terminado o recesso parlamentar, a CAS retomou os trabalhos em 15 de março de 2017 e o projeto passou a compor a

³³⁴ MULLER, Veronica Regina; BAULI, Regis Alan. *Normatização da profissão do(a) Educador(a) Social: mitos e metas*. Ensino & Pesquisa, v. 15. n. 02, Suplemento Especial 2017, p. 31.

pauta para discussão e votação, sendo sucessivamente adiada em virtude da existência de outros assuntos e projetos que ocupavam o tempo das reuniões abertas, sem que a comissão conseguisse chegar no item da pauta correspondente ao PLS n. 328/2015.

Inconformados com os repetidos adiamentos na apreciação da matéria, o Coletivo de Pesquisadores e Profissionais vinculados à Associação de Educadores Sociais de Maringá (AES-MAR), em coro clamavam e reclamavam para que o projeto recebesse apoio dos Parlamentares que compunham a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), por meio de telefonemas e mensagens eletrônicas. Quanto fora pautada a apreciação, ligamos pedindo apoio e solicitamos participação na sessão, para que fosse atingido o quórum necessário³³⁵.

Entre os motivos dos adiamentos que impedem a discussão e votação do PLS 328/2015 está a quantidade de trabalho que existe na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O volume de requerimentos que a presidência da Comissão submete à apreciação em cada reunião é grande, sobrando pouco espaço de tempo remanescente para apreciação de projetos. Contudo, verifica-se também a influência do ânimo político de impulsionar certas matérias por seus respectivos parlamentares interessados, situação não identificada objetivamente no caso do PLS n. 328/2015, para concluir sua votação no Senado.

Em 24 de outubro de 2017, mesmo sem entrar em discussão na CAS, o Senador Eduardo Lopes apresentou uma Subemenda de n. 1, que propõe a substituição a palavra “gênero” pelo termo “sexo”, no art. 3º do PLS n. 328, de 2015, com a seguinte justificativa:

A nosso sentir, ao adotarmos, na norma, uma linguagem tecnicamente mais adequada, em lugar de uma abordagem aberta, po-

³³⁵ No anexo G constam exemplos desses contatos.

lêmica e imprecisa, reforçamos o seu potencial de eficácia, sem prejuízo algum para o direito sobre o qual a alteração incide³³⁶.

Trata-se de emenda que propõe a substituição de uma palavra por outra, que não altera o sentido da carga normativa que o artigo contempla e abrevia as discussões acerca das questões de gênero que têm oportunizado enormes embates ideológicos. Assim, posicionamo-nos no sentido de acolhimento da mesma.

Na sessão de 01 de novembro de 2017 a Comissão de Assuntos Sociais iniciou uma discussão acerca da pertinência da regulamentação das profissões que são submetidas à sua apreciação institucional, restando conclusivo entre a presidência e os membros da comissão que seria realizada uma reunião com integrantes do Ministério do Trabalho neste sentido, estando previstas para o ano de 2018 essa providência.

Em que pese esse compromisso referenciado pelos integrantes da CAS, os projetos destinados à regulamentação de profissões continuaram a figurar na pauta de aludida comissão, podendo ser citado a partir da sessão de 08 de novembro de 2017 as seguintes deliberações: a provação da regulamentação da profissão de Conductor de Ambulância³³⁷; mais um adiamento da discussão da normatização do Educador Social; a retirada de pauta o projeto que regula a profissão de Esteticista, a pedido de sua relatora, podendo-se admitir que os projetos de lei terão regular continuidade.

A análise desenvolvida neste capítulo permite concluir que a regulamentação da profissão do Educador Social, que já tramita há mais de 8 anos, evidencia as relações de poder envolvidas em diversas disputas. Veronica Regina Müller, com su-

³³⁶ PLS n. 328/2015, subemenda apresentada na Comissão de Assuntos Sociais em 24 de outubro de 2017.

³³⁷ Projeto de Lei da Câmara (PLC) n. 82/2017, que dispõe sobre o exercício da atividade Conductor de Ambulância. Foi apresentado pelo deputado Valdir Colatto originalmente perante a Câmara dos Deputados sob n. 3.553/2015.

pedâneo na pesquisa desenvolvida com Cléia Renata Teixeira de Souza, traz outra, cuja pertinência é inconteste:

Uma das técnicas de poder da Modernidade tem sido a burocracia (Souza, 2010). Nem sempre a força mais forte é a que se opõe energeticamente ao andamento das coisas. Frequentemente a força ocorre por inércia, pelo não movimento ou pelo movimento lento. A burocracia tem esse poder de fazer tudo (o que interessa a alguns) demorar, amparada na autoridade das normas internas das instituições e de funcionários que as fazem efetivamente funcionar³³⁸.

Em que pese todos os esforços da maioria dos profissionais, pesquisadores e interessados, a normatização do Educador Social padece pelo contágio da burocracia que macula o sistema, além da falta de unanimidade em torno das propostas e inexistência de uma equipe de acompanhamento que atue diretamente junto ao Poder Legislativo Federal impulsionando a tramitação.

A aprovação do PLS n. 328/2015 somente veio ocorrer em 10/04/2019, na 9ª. Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais. A publicação do texto aprovado ocorreu no Diário do Senado Federal, tendo o prazo legal para apresentação de recurso expirado em 23/04/2019, não havendo recurso, diferentemente do que acontecera com o PL 5346/2009 em trâmite na Câmara dos Deputados.

Com nosso acompanhamento e reflexões desenvolvidas enquanto pesquisadores, referidas emendas tiveram auxílio na idealização e apoio para aprovação junto às Comissões do Senado Federal, que estabeleceu as disposições a seguir justificadas, nos termos da versão atual que fora remetida à Câmara dos Deputados, com a seguinte versão final aprovada em decisão terminativa:

³³⁸ MÜLLER, Veronica Regina. A participação social e a formação política: territórios a desbravar. *Dynamo Internacional*. Street Workers Network. 2013, p. 29.

O CONGRESSO NACIONAL decreta: Art. 1º – Fica regulamentada a profissão de Educadora e Educador Social, nos termos desta Lei. (Redação da proposta original) Parágrafo único: A profissão que trata o caput deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas. (*Redação da proposta original*) Art. 2º – Ficam estabelecidos como campo de atuação das educadoras e educadores sociais, os contextos educativos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos e sociais, a partir das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais (*Redação da proposta original*). Art. 3º São atribuições dos profissionais de que trata esta Lei ações de educação e mediação que envolvam os direitos e deveres humanos, a justiça social e o exercício da cidadania com pessoas de qualquer classe social, sexo, idade, etnia, cultura, nacionalidade dentre outras particularidades, por meio da promoção cultural, política e cívica. (*Redação conforme Emenda n. 02, inicialmente aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE-Senado), em 17/05/2016 e Subemenda n. 1 à Emenda n. 2-CE, aprovada em 10/04/2019 na Comissão de Assuntos Sociais (CAS-Senado)*). Art. 4º Os profissionais de que trata esta Lei serão formados em cursos de educação superior, em nível de graduação, admitida a escolaridade mínima de nível médio para aqueles que exercerem a profissão até o início de vigência desta Lei (*Redação conforme Emenda n. 03, inicialmente aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE-Senado), em 17/05/2016*). Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (*Redação da proposta original*).

Doravante, em relação ao trâmite legislativo, teremos o prosseguimento das discussões em torno da normatização do Educador Social na Câmara dos Deputados (PL n. 2941/2019- apenso ao PL n. 2676/2019) tendo tramitação prevista junto às Comissões de Educação; Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e, Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania.

PERSPECTIVAS

A exteriorização dos resultados da pesquisa desenvolvida pelos Autores pretende instrumentalizar profissionais, pesquisadores, interessados e instituições para o exercício do poder nos embates relacionados à normatização da profissão, oferecendo conhecimentos sobre as formas e os momentos de intervenção para a aprovação de um texto normativo que melhor tutele os interesses do Educador Social.

Partimos da análise da Educação no cenário nacional e a encontramos elencada no art. 205 do texto constitucional, que a aponta como um direito de todos com tríplice objetivo: desenvolver as pessoas, prepara-las para o exercício da cidadania e qualifica-las para o trabalho. Encontramos o Educador Social atuando sobretudo nas duas primeiras frentes.

Perante a seara infraconstitucional, a lei 9.394/1996 prevê que a Educação abrange as atividades que promovem o desenvolvimento familiar e a convivência humana nos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e manifestações culturais, locais onde também pode e deve estar recebendo o Educador Social.

Diversas são as classificações que a Educação recebe. Entre elas, a Educação Informal, que corresponde aos costumes, valores sociais, práticas familiares e regras comportamentais que condicionam a formação da personalidade do ser humano; a Educação Formal, que é ministrada nos bancos escolares com um currículo; e, a Educação Social, que está interligada a todas as formas de Educação, pois, pertence a este campo. Seu profissional de referência é o Educador Social e, entre outros, o referencial teórico básico deve vir da Pedagogia Social.

O Educador Social no Brasil, embora ainda esteja distante do reconhecimento que merece ter, na última década, conquistou maior visibilidade, na medida em que, em 2009, tínhamos sua recém inclusão nos quadros da Classificação Brasileira de Ocupações, como atividade reconhecida perante o Ministério do Trabalho. Hoje já temos dois Projetos de Lei (PL n. 5.346/2009 e PLS n. 328/2015) que discutem direitos e obrigações para os trabalhadores da Educação Social. A segunda já aprovada perante o Senado Federal e em trâmite perante a Câmara dos Deputados, individualizada pelo PL n. 2.941/2019.

Além da referência administrativa do Educador Social na Classificação Brasileira de Ocupações, o mesmo é contemplado com atividades disciplinadas pela Resolução CNAS n. 009/2014, que descreve as funções desenvolvidas na Assistência Social e a Resolução CONANDA n. 187/2017, a qual, sistematiza orientações técnicas para exercício das atividades por Educadores Sociais de Rua.

Existem duas atividades com respectivos profissionais que são distintos do Educador Social: o Assistente Social e o Socioeducador.

O Assistente Social já é regulado pela Lei n. 8.662/1993, tratando-se de profissional que assiste o educando, orienta as famílias, planeja, coordena e avalia planos de atuação, diferenciando-se do Educador Social que aborda, protege, acompanha, sensibiliza, ensina, enfim, educa o destinatário de suas atividades.

O Assistente Social tem sua atividade estruturada em seus respectivos conselhos e suas bandeiras de luta são melhorias em suas condições de trabalho, a exemplo do que aconteceu com a aprovação da lei n. 12.317/2010, quando sua jornada de trabalho foi fixada em 30 horas semanais.

O Educador Social relaciona-se diretamente com os processos educativos, com objetivos diferenciados, onde são traba-

lhadas as diversidades das pessoas. Visa a promoção humana e social, trabalha de forma preventiva e também apoia a socialização e ressocialização do educando. Em síntese, seu compromisso é com a educação do indivíduo. O foco de seu trabalho é a emancipação humana por meio da apresentação ao sujeito dos conteúdos culturais, cívicos e políticos com reflexões em prol de sua vida e da comunidade a qual pertence.

Por sua vez, o Socioeducador teve introduzida uma nova nomenclatura para sua atividade, passando a ser denominado Agente de Segurança Socioeducativa (ASSE). Este profissional também pertencente à mesma Família Ocupacional dos Educadores Sociais perante a Classificação Brasileira de Ocupações e, atualmente, almeja normatização perante o Ordenamento Jurídico Brasileiro, por meio dos Projetos de Lei n. 278/2014 e 6.068/2016.

A finalidade de tais projetos é normatizar o exercício da profissão estruturada com a nova denominação, estabelecendo direitos e obrigações para o profissional que atua exclusivamente na execução de medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que praticam ato infracional, na forma da Lei n. 12.594/2012 que disciplina o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

A Educação Social além de ser uma ocupação individualizada pelo código 5153-05 também é uma profissão porque seu exercício depende de um conjunto de conhecimentos prévios para que a atividade seja desenvolvida a contento. A base teórica da atividade orienta as ações correspondentes à garantia de direitos, assimilação de necessidades, formas de comunicação, abordagens, despertar de competências, sensibilização das pessoas, prática de atividades, planejamentos e avaliações.

No mercado de trabalho, o Educador Social desenvolve atividades nos três setores socioeconômicos: público, também

denominado primeiro setor; privado, correspondente ao segundo setor e organizações não governamentais, regulamente identificadas como terceiro setor.

Analisadas nesta pesquisa as propostas de trabalho formuladas por meio de editais de seleção pública, as vagas divulgadas pela iniciativa privada e também pelo terceiro setor, foram mapeados o nível de formação educacional, as atribuições, os critérios para a seleção dos candidatos, a jornada e o salário pago como contraprestação das atividades desenvolvidas pelos Educadores Sociais pretensos à contratação.

Embora sejam referenciados os três setores socioeconômicos, a tabulação dos dados foi polarizada em dois perfis, diante da forma de divulgação das oportunidades que individualizaram duas vias distintas: a primeira dos testes seletivos públicos e, a segunda, as vagas de empregos anunciadas pelos sites especializados, que publicam oportunidades de trabalho correspondentes à iniciativa privada e organizações não governamentais nas cinco regiões geográficas do país.

Em relação ao nível de formação, o setor privado revelou-se mais exigente em relação ao profissional que pretende contratar, prevendo nos editais que 34,8% das vagas contratariam pessoas com nível superior de formação, enquanto, no setor público, esse percentual atingiu 28%. Portanto, parte do mercado de trabalho já exige nível superior dos candidatos, pelas conclusões reveladas a partir das amostras analisadas.

As atribuições previstas para os candidatos pretendentes às vagas de seleção pública tinham atividades vinculadas aos programas do Sistema Único de Assistência Social em 83,3% das amostras; outros 8,3% estariam preenchendo vagas de trabalho relacionadas ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE); 8,3% executariam labores em contextos educativos diversos e, os 20,8% restantes, desenvolveriam acompanhamento,

auxílio e participação em atividades escolares. Assim, os concursos abertos com vagas para Educador Social suprem, na sua maioria, demandas funcionais geradas pela Assistência Social.

Por seu turno, as vagas para Educador Social divulgadas nos sites de empregos preveem em 66,7% anúncios uma oportunidade para se trabalhar em organizações não governamentais; 29,20% em escolas e 4,2% em empresas, estando as ONGs a figurarem como o organismo que mais contrata, considerando o segundo e terceiro setores.

Para se promover a seleção dos candidatos, o setor público divulga suas vagas por meio de editais, sendo 33,3% das oportunidades preenchidas por meio de Processos Seletivos Simplificados, os quais contratam os trabalhadores pelo prazo determinado fixado no edital e promovem a seleção a partir da análise de currículos e entrevistas.

Os concursos públicos correspondem a forma mais utilizada para contratação pelo primeiro setor (público), com 67,7% das oportunidades divulgadas, sendo aplicadas provas exclusivamente objetivas em 75,0% das amostras e, em 25,0% são previstas sucessivamente avaliações de ordem psicológica, física, visitas e titulações.

O conteúdo das provas objetivas cobra conhecimentos em língua portuguesa e conhecimentos específicos em Educação Social em 100% das amostras e, em percentuais menores, outros conteúdos: conhecimentos gerais e atualidades (62,5%), matemática e informática (37,5%), legislação brasileira (18,7%), lógica (12,5%) e meio-ambiente (6,25%).

As organizações não governamentais e empresas privadas analisadas não referenciam aplicação de provas nas amostras analisadas nesta pesquisa. Elas realizam a seleção das pessoas que se candidatam às vagas por meio de triagem curricular e contatos pessoais, exigindo em 76% das ofertas estudadas que os

candidatos tenham experiência prévia e habilidades específicas referidas objetivamente nos anúncios.

Em relação à jornada, o setor público seleciona candidatos para trabalharem 40 horas por semana, isso observado em 95,8% das amostras. Não foram localizadas amostras com jornada de 44 horas e as jornadas de 30 horas semanais só tiveram previsão em 4,2% dos casos analisados.

As oportunidades divulgadas pelo segundo e terceiro setores exigem mais horas trabalhadas que o primeiro setor. Eles preveem em 36,8% das amostras uma jornada máxima de 44 horas e, para a maior parte das vagas (42,1%), a mesma jornada predominante no setor público de 40 horas semanais.

No tocante à remuneração, confirma-se a presunção de que nas vagas em que é previsto um nível superior na formação a contraprestação financeira é maior. A diferença salarial no setor Público chega a 103,5%, quando os profissionais sem nível superior auferem R\$ 1.222,29 e os de nível superior R\$ 2.486,95, em média. No setor privado e ONGs essa diferença de remuneração entre níveis atinge tão-somente 21,45%, considerando que o profissional de nível médio em rendimento médio na ordem de R\$ 1.419,67 e o de nível superior R\$ 1.724,22.

Diante das análises elaboradas, o profissional Educador Social mais buscado no mercado brasileiro no primeiro setor (público) tem formação em nível médio, suas atribuições serão relacionadas à assistência social, será contratado via concurso público para trabalhar 40 horas semanais, com remuneração média de R\$ 1.222,29. No segundo e terceiro setores (privado e ONGs) as oportunidades de trabalho mais abundantes são para um profissional que tenha experiência na atividade, terá como empregador uma ONG, trabalhará 40 horas por semana, mediante uma remuneração média de R\$ 1.419,67.

Admitida a Educação Social como profissão e conhecido o perfil do profissional, este é digno de ter uma lei que o reconheça e discipline, o que restou premente desde 2009, a partir da iniciativa do deputado Chico Lopes. Porém, desde o advento da ideia, as controvérsias em torno da respectiva normatização só aumentam, o que significa maior interesse sobre a questão, não havendo, ainda, uma proposta que reúna apoio suficiente para aprovação.

A normatização é algo importante porque o Educador Social passa a integrar o Ordenamento Jurídico como uma profissão reconhecida legalmente. A partir dessa norma, exigir-se-á um nível mínimo de formação e se pode reconhecer a prerrogativa de exercício de pessoas que já desenvolvem atividades. Isso impede, em perspectiva futura, o exercício profissional de pessoas sem a qualificação necessária.

A lei tem o condão de prever um conjunto de atribuições e os tipos de ações que o profissional desenvolverá. Nela podem ser apontados os locais onde serão exercidas as atividades profissionais. A normatização abre caminho para futuras conquistas, a exemplo de piso salarial, jornada de trabalho, exatamente como aconteceu com outras profissões, enfim, o profissional ganha visibilidade e o sistema público e privado passarão a se preocupar em fornecer cursos de graduação e pós-graduação para formação desses profissionais, segundo o perfil traçado na lei.

Estas razões justificam o trâmite de normatização, contudo, o processo legislativo tem enormes resistências, exteriorizadas por mecanismos de poder, exercitados para ora acelerar e ora retardar a tramitação. O conhecimento sobre o trâmite institucional é um meio de conferir poder aos interessados na normatização para defesa de suas convicções. No exercício da metodologia da pesquisa-ação, tivemos oportunidade de formar convencimentos sobre as questões debatidas e intervir no processo.

Depois dos primeiros estudos realizados no ano de 2014, constatamos que o Projeto de Lei n. 5.346/2009 tinha sua versão original (apresentada em 2009) alterada substancialmente pelas modificações propostas em 2013, a partir da Emenda Substitutiva aprovada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviços Público da Câmara dos Deputados.

Embora a versão original do PL n. 5.346/2009 tivesse diversas imperfeições, os termos do Substitutivo aprovado não foram bem recebidos por muitos profissionais, pesquisadores e interessados na normatização da atividade, tanto que perdeu apoio e permaneceu sem aprovação na comissão seguinte por mais de 04 anos e, mesmo sobrevivendo aprovação em 19 de setembro de 2017 pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, houve a interposição de recurso objetivando a reanálise de seus termos pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Não concordamos com os termos deste projeto porque o mesmo não tutela de forma satisfatória o profissional Educador Social por diversas razões. Primeiramente, ele deixa de protagonizar o Educador Social e reconhece a existência de outras profissões que passam com ele concorrer, a exemplo da criação do pedagogo social, um suposto trabalhador que só existe nos termos desse projeto, sendo sequer reconhecido como ocupação pela Classificação Brasileira de Ocupações.

Peca ainda a proposta por estabelecer o nível médio como o mínimo para exercício da atividade, quando a complexidade da Educação Social é absolutamente incompatível com este nível de formação, bastando admitir que, considerada tal formação, teríamos pessoas a partir dos 18 anos, sem a formação suficiente, habilitados ao exercício das atribuições incumbidas ao profissional.

O projeto também fecha ao Educador Social um importante campo de atividades correspondentes as atividades executa-

das no contexto escolar, o qual representa 29,20 % das ofertas de trabalho divulgadas pelo segundo e terceiro setores socioeconômicos e, ainda, 20,80% das vagas ofertadas pelo primeiro setor, configurando-se, assim, um limitador de postos de trabalho.

Por fim, o PL n. 5.346/2009, em sua versão atual, regulamenta a Educação Social como campo. O texto lista as atividades que seriam desenvolvidas pelos profissionais, enumerando em dez incisos os seguintes campos: pessoas em risco, preservação cultural, segmentos excluídos, infratores, privados de liberdade, deficientes, dependentes, idosos, educação ambiental e promoção da cidadania. Certamente, o trabalho do Educador Social não se restringe a essa relação de atividades.

Tampouco correto seria a tentativa de indicação das atividades faltantes, como por exemplo, lazer, recreação, obesidade, atividades esportivas, pois toda enumeração gera interpretações de exclusão, que seria outro limitador legal, não atendendo aos interesses dos profissionais cuja normatização se pretende. Melhor técnica contemplaria a indicação de atribuições em ações educativas em geral.

Essas constatações ocorreram a partir da aprovação da Emenda Substitutiva ao PL n. 5.346/2009 que passa a prever tais regras. Foram as críticas ocorridas em 2015 em um dos Congressos anualmente realizados pelo Coletivo de Pesquisadores e Profissionais de Maringá que inspirou e motivou o Senador Telmário Mota apresentar um novo projeto de legislação, partindo das bases da proposta original do Deputado Chico Lopes.

O projeto de lei protocolizado no Senado Federal apresentava algumas inconsistências, porém, representava uma forma de ampliar a discussão acerca do profissional Educador Social, desvinculada das posições arraigadas na Câmara dos Deputados que envolviam o PL n. 5.346/2009.

Uma vez nascida a ideia correspondente ao PLS n. 328/2015, ao longo dos últimos dois anos e meio, foi ele sendo aprimorado a partir das sugestões teóricas enviadas aos Senadores, subscritas pelo Coletivo Maringaense de Pesquisadores e Profissionais, depois de sedimentadas as concepções com os Grupos de Pesquisa de Ponta Grossa-PR, Espírito Santo ES, Corumbá-MS, Salvador BA, Rio de Janeiro-RJ e Porto Alegre RS, habituais participantes das discussões em redes sociais, congressos e audiências públicas.

No trâmite legislativo do PLS n. 328/2015, foram introduzidas três emendas e uma subemenda, sendo, a primeira emenda apresentada perante a CCJ em 26 de outubro de 2015 que determinou a supressão de disposições inconstitucionais e ilegais que acometiam o projeto; outras duas junto à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em 17/05/2016, pelas quais, foram alteradas a redação dos artigos 3º e 4º e, a última delas, em 24 de outubro de 2017, perante a Comissão de Assuntos Sociais.

Esta, oferecida em outubro de 2017, foi aprovada juntamente com as demais Emendas introduzidas nas comissões anteriores (Emenda n. 1-CCJ-CE-CAS, 2-CE-CAS (com a Subemenda n. 1-CAS e 3-CE-CAS) em 10/04/2019 pelo Senado Federal em apreciação terminativa do PLS n. 328/2015. Em virtude de nosso acompanhamento e reflexões desenvolvidas enquanto pesquisador, esse Projeto aprovado tem o nosso apoio, quando estabelece as disposições a seguir justificadas, nos termos da versão atual constante no anexo F.

A Lei tem foco e especifica a regulamentação do Educador Social no art. 1º, sem prever concorrentemente outras ocupações e atividades que desnaturem ou modifiquem a nomenclatura da atividade desenvolvida no contexto laboral de uma realidade com caráter pedagógico e social.

As atividades que este profissional desenvolve são voltadas para ações afirmativas, correspondentes a atividades políticas focais, que beneficiam pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ou econômica; também ações mediadoras nas questões sociais, no comportamento, com vistas a estimular o desenvolvimento de habilidades; e, ainda, formativas, que equivalem à capacitação do ser humano destinatário conhecimentos intelectuais, laborais e morais.

A Educação Social é desenvolvida em todas as relações e em todos os locais possíveis, portanto, se apresenta incensurável o art. 2º quando prevê que os campos de atuação do Educador Social devem contemplar contextos educativos dentro e fora dos âmbitos escolares. Um Educador Social exercendo atividades dentro de uma escola complementa as atividades da Educação Formal, contribuindo, por exemplo, com soluções de conflitos, recreação, instrução em artes, intervenções em situações de vulnerabilidade.

Fora da escola, o Educador Social trabalha com diversas populações, localizadas em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais. Seu maior vínculo ocorre com os projetos e programas previstos no Sistema Único de Assistência Social, com o desenvolvimento de práticas educativas a partir das Políticas Públicas definidas nas três esferas governamentais: municipal, estadual e federal.

Em relação às atribuições que a proposta de normatização prevê no art. 3º, não existe uma enumeração restritiva que engessa o espectro de atuação profissional, pelo contrário, o texto trata de uma forma ampla, prevendo ações de educação relacionada a direitos humanos, justiça social, cidadania, voltada para pessoas de qualquer classe social, gênero, idade, etnia, cultura, com o objetivo de promoção cívica, política e cultural.

Era relacionada à utilização do termo “gênero” a última subemenda que pendente de aprovação na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, para que o PLS n. 328/2015 fosse aprovado em decisão terminativa na primeira Casa Legislativa.

Consultada pela assessoria do Sen. Telmário Mota sobre a modificação, a Associação de Educadores Sociais de Maringá (AESMAR), com base em diálogos em grupos de educadores sociais e pesquisadores, decidiu apoiar a mudança para a utilização da palavra “sexo” em substituição ao termo “gênero”, entendendo que a inconstância política é desfavorável e posterga o objetivo principal correspondente à normatização do Educador Social.

No contexto de todas as ações e reflexões havidas em quase uma década em que se desenvolve o processo legislativo, tendente a normatizar a profissão do Educador Social, a emenda já aprovada que mais favorece a valorização da profissão é aquela que prevê o nível superior de formação educacional para exercício da atividade.

Uma graduação em terceiro grau proporciona uma formação ao profissional mais aprimorada, a partir dos conhecimentos e experiências que são absorvidas por qualquer estudante formado por uma universidade ou faculdade. O aluno de curso superior tem contato como professores e acadêmicos que influem em sua capacitação intelectual, em acréscimo ao amadurecimento pessoal que, naturalmente, todos têm a cada ano de vida que passa.

O curso de nível superior não é especificado pelo texto do art. 4º do PLS n. 328/2015, pois, à época da apresentação da emenda, não existia graduação reconhecida para formação em nível superior para Educadores Sociais e, por questão lógica, uma proposta de lei não poderia prever uma exigência sem a existência de condições para seu exercício. Contudo, qualquer que seja a

formação em nível superior, ela tem o poder de disponibilizar ao mercado um profissional mais bem qualificado.

A relação de atribuições que são previstas para o Educador Social desenvolver, a exemplo da promoção de direitos humanos, resgate de pessoas em situação de vulnerabilidade, violência, exploração física, psicológica, exclusão social é inegavelmente incompatível com uma formação em nível médio, diante de sua complexidade e responsabilidade que demandam.

Com uma mão-de-obra mais aprimorada, a partir da formação em nível superior, é possível desempenhar melhor a atividade, de modo que a educação terá resultados mais satisfatórios. Esta circunstância é reconhecida pelo mercado de trabalho que oferta maiores salários para os trabalhadores com melhor qualificação, chegando ao dobro da remuneração paga aos que têm apenas o nível escolar médio.

Embora exista a fixação desse nível para o exercício da atividade, a proposta não deixou de contemplar os profissionais que já exercem a Educação Social, sendo prevista a admissão do nível médio para aqueles que já a exercem até o início da vigência da futura lei então aprovada.

O legislador foi muito sensível às particularidades da atividade, posto que, existem Educadores Sociais que, inobstante não possuir graduação, exercem de forma muito competente sua função e não poderiam ser prejudicados pelo advento de novas regras, sem que fossem resguardados seus direitos.

Por fim, pelas disposições contidas no último artigo (5º) do PLS n. 328/2015, a lei que culminar aprovada, terá vigência na data de sua publicação no Diário Oficial da União, previsão esta, a nosso ver, também correta, adiante de todo tempo de discussão da matéria e quantidade de artigos presentes, que dispensam o período de vacância que poderia ser previsto pelo legislador, destinada ao conhecimento de todos pela lei abrangidos.

Este texto que tem nosso apoio declarado pelas razões conclusivas nesta pesquisa, apresenta algumas posições contrárias à sua aprovação manifestadas por profissionais, pesquisadores e interessados. Uma delas defende que as disposições constantes do Projeto de Lei n. 5.346/2009 seriam mais adequadas, enquanto, uma terceira orientação, sustenta que nenhuma das propostas seria apropriada e prega a continuidade das discussões para se chegar a outras disposições para regular a profissão de Educador Social no Brasil.

Assim, admitida a Educação Social como profissão e referenciada a proposta que melhor atende aos anseios do Educador Social, respondidas estão as perguntas que justificaram a presente pesquisa.

Remanesce, pois, a necessidade de continuidade dos trabalhos, segundo estudos desenvolvidos no capítulo correspondente ao processo legislativo. Este trâmite não atingiu sequer a metade dos atos previstos para a normatização da profissão, porque houve a aprovação apenas em uma das Casas Legislativas do PLS n. 328/2015.

Na Câmara dos Deputados, por onde tramita o PL n. 5.346/2009, permanece em aberto à apreciação de um recurso pelo Plenário, o qual solucionará a questão arguida quanto a aprovação da Ementa Substitutiva em regime conclusivo perante as comissões.

Se provido esse recurso pelo Plenário da Câmara, o mérito do PL n. 5.346/2009 lhe passa a pertencer, podendo modificar ou mesmo rejeitar a proposta, determinando seu arquivamento. Isso é o que esperamos como orientação do Plenário da Câmara e deveremos nos pronunciar neste sentido, correspondente à continuidade da pesquisa-ação desenvolvida.

Por outro lado, em relação ao PLS n. 328/2015, aprovado no Senado Federal, agora tem pela frente semelhante trâmite

perante a Câmara dos Deputados (PL n. 2.941/2019), que funcionará como Casa Revisora. Na hipótese de esta rejeitar o projeto, ele será remetido ao arquivo. Se aprovar sem emendas ao texto recebido da Casa Iniciadora, o projeto é remetido à Presidência da República para apreciação. Se na tramitação forem aprovadas emendas, essas são submetidas à Casa Iniciadora, que poderá alternativamente: aprova-las também ou rejeita-las.

Perante a Presidência da República, esta poderá sancionar o texto final aprovado pelo Poder Legislativo ou vetá-lo total/parcialmente. O veto, por seu turno, poderá ser derrubado pelo Congresso Nacional em sessão conjunta, cumprindo-lhe, assim, dar a palavra final sobre o tramite legislativo de uma lei. Sancionada ou derrubado o veto, a lei é promulgada e seu texto publicado no Diário Oficial da União e, partir de então, passa ser obrigatória, se inexistente período de vacância.

Como todo esse trâmite ainda pendente, os trabalhos correspondentes à pesquisa-ação desenvolvidos devem ter continuidade até a conclusão do processo normativo, o que ocorrerá na forma de pesquisa institucional vinculada ao Departamento de Direito Público da Universidade Estadual de Maringá, para impulsionar a tramitação e prestação de esclarecimentos que se fazem necessários aos parlamentares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição Federal (CF)* (1988). DOU 05 de outubro de 1988.

BRASIL. *Decreto-lei n. 4.657 de 04 de setembro de 1942*. Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro. DOU 09 de setembro de 1942.

BRASIL. *Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). DOU 09 de agosto de 1943.

BRASIL. *Decreto n. 5.598, de 1º de dezembro de 2005*. Regulamenta a contratação de aprendizes. DOU 02 de dezembro de 2005.

BRASIL. *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). DOU 27 de setembro de 1990.

BRASIL. *Lei n. 8.662 de 07 de junho de 1993*. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. DOU 08 de junho de 1993.

BRASIL. *Lei n. 8.742 de 07 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. DOU 08 de dezembro de 1993.

BRASIL. *Lei n. 8.745 de 09 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. DOU 10 de dezembro de 1993.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). DOU 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Lei n. 9.709 de 18 de novembro de 1998*. Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do artigo 14 da Constituição Federal. DOU 19 de novembro de 1998.

BRASIL. *Lei n. 12.317, de 26 de agosto de 2010*. Acrescenta dispositivo à Lei n. 8.662, de 07 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. DOU 27 de agosto de 2010.

BRASIL. *Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). DOU 20 de janeiro de 2012.

BRASIL. *Lei Complementar n. 95 de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que especifica. DOU 27 de fevereiro de 1998.

BRASIL. Ministro de Estado do Trabalho e Emprego. *Portaria n. 397, de 09 de outubro de 2002*. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação. Diário Oficial da União (DOU) 10 de outubro de 2002.

BRASÍLIA. Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal. *Portaria n. 24, de 27 de fevereiro de 2015*. Institui o Programa Educador Social Voluntário, no período de 09 de março de 2015

a 28 de dezembro de 2015. Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) 03 de março de 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). *Resolução n. 109 de 11 de novembro de 1999*. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. DOU 28 de novembro de 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). *Resolução n. 9 de 15 de abril de 2014*. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). DOU 16/04/2014.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). *Resolução n. 187 de 23 de maio de 2017*. Aprova o documento Orientações Técnicas para Educadores Sociais de Rua em Programas, Projetos e Serviços com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua. DOU 30/05/2017.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD)*. Aprovado pela Resolução n. 17, de 1989 e alterado até a Resolução n. 7, de 2015. Brasília: Edições Câmara, 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. *Regimento Comum do Congresso Nacional (RICN)*. Aprovado pela Resolução do Congresso Nacional n. 1, de 11 de agosto de 1970 e alteração até o Ato da Mesa do Congresso Nacional n. 1 de 2015. Brasília: Edições Câmara, 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. *Regimento Interno do Senado Federal (RISF)*. Aprovado pela Resolução n. 93, de 1970

e alterado até a Resolução n. 39, de 2014. Brasília: Senado Federal, 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei n. 5.346/2009*. Dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadora social e dá outras providências. Apresentado pelo deputado federal Chico Lopes em 03/06/2009. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei n. 6068/2016*. Regula o exercício da profissão de Agente de Segurança Socioeducativa – ASSE. Apresentado pelo deputado federal Laudívio Carvalho em 30 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei n. 278/2014*. Regula o exercício da profissão de Agente de Segurança Socioeducativa – ASSE. Apresentado pelo senador Antônio Carlos Rodrigues em 08 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade>>

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei da Câmara (PLC) n. 82/2017*. Dispõe sobre o exercício da atividade Condutor de Ambulância. Apresentado pelo deputado Valdir Colatto originalmente perante a Câmara dos Deputados sob n. 3.553/2015. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade>>

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei n. 328/2015*. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências. Apresentado pelo senador Temário Mota em 01/06/2015. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade>>

BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de direito constitucional*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro (Trad.). Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de direito constitucional*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CALIMAN, Geraldo. Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador. *Revista de ciências da Educação*. UNISAL, Americana/SP – Ano XII – N. 23, p. 341-368 – 2º Semestre/2010, p. 342-343.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 3.ed. Coimbra: Coimbra, 1999.

CARO, Sueli Maria Pessagno. Educação Social: uma questão de relações. In: SILVA Roberto da; SOUZA NETO, João Clemente de; MOURA, Rogerio Adolfo de (Org.). *Pedagogia social*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, vol. 1, 2009, p. 149-157.

Classificação Brasileira de Ocupações: CBO – 2010. 3ª. edição. Volumes 1, 2 e 3. Brasília: MTE, SPPE, 2010.

CASTRO, Felipe B. de, Maria Cecília C. Günther e Elisandro Schultz Wittizorecki. A atuação no PELC/UFSM e a formação experiencial dos educadores sociais de esporte e lazer. *Licere: revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer/UFMG*, Belo Horizonte, v.17, n.2, jun/2014, p. 21-52.

DIAS, Fernando. Os direitos humanos, o direito a ser educado e as medidas socioeducativas. In: SCHILLING, Flávia. (Org.).

Direitos Humanos e Educação. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 241- 252

DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico universitário*. São Paulo: Saraiva, 2010.

FERREIRA, Arthur Vianna. *Representações sociais e identidade profissional: elementos das práticas sociais com pobres*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 32. ed. Saraiva: São Paulo, 2006.

FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília. *Dicionário da educação profissional*. Belo Horizonte: UFMG-Núcleo de estudos sobre trabalho e educação, 2000.

FOUCAULT, Michel. Diálogos sobre o poder. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*, volume IV: estratégia, poder-saber. Manoel Barros da Motta (Org.); Vera Lúcia Avelar Ribeiro (Trad.). 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal/Paz e Terra, 1976.

FOUCAULT, Michel. Poder e saber. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*, volume IV: estratégia, poder-saber. Manoel Barros da Motta (Org.); Vera Lúcia Avelar Ribeiro (Trad.). 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, p. 218-235.

FOUCAULT, Michel. Poderes e estratégias. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*, volume IV: estratégia, poder-saber. Manoel Barros da Motta (Org.); Vera Lúcia Avelar Ribeiro (Trad.). 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, p. 236-246.

FOUCAULT, Michel. Omnes et Singulatim: uma crítica da razão política. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*, volume IV: estratégia, poder-saber. Manoel Barros da Motta (Org.); Vera Lúcia Avelar Ribeiro (Trad.). 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, p. 348-378.

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*, volume IV: estratégia, poder-saber. Manoel Barros da Motta (Org.); Vera Lúcia Avelar Ribeiro (Trad.). 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, p. 36-45.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Roberto Machado (Org. e Trad.). 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, p. 35-54.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. *Anais do Congresso Internacional de Pedagogia Social*, Julho. 2012, p. 1-36. Disponível em:
<<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000092012000200013&scrip>

GOHN, M. *Educação não-formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 2007.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010.

GRACIANI, Maria Stela Santos. Desafios metodológicos da prática social transformadora ou teorizar a prática social para transformá-la. In: SILVA, Roberto da; SOUZA NETO, João

Clemente de; MOURA, Rogerio Adolfo de; MACHADO, Evelcy Monteiro; CARO, Sueli Maria Pessagno (Org.) *Pedagogia social: contribuições para uma teoria geral da educação social*. Vol. 2. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2011, p. 286-299.

GRACIANI, Maria Stela Santos. *Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida*. 4. ed. São Paulo: Cor-
tez, 2001

HORTA, Raul Machado, *Estudos de direito constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

LEITE, Eduardo de Oliveira. *Monografia jurídica*. 8ª. edição rev. (Série métodos em direito). São Paulo: Revista do Tribunais, 2008.

MACHADO, Érico Ribas. *O desenvolvimento da Pedagogia Social sob a perspectiva comparada: o estágio atual do Brasil e Espanha*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2014. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10112014-142130/pt-br.php>>. Acesso em: 03/05/2015.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 19ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MÜLLER, Veronica Regina; RODRIGUES, Patrícia Cruze Lino. *Reflexões de quem navega na educação social: uma viagem com crianças e adolescentes*. Maringá: Clichetec, 2002.

MÜLLER, Veronica Regina. *História de Crianças e Infâncias: registros, narrativas e vidas privadas*. Petrópolis: Vozes, 2007.

MÜLLER, Veronica Regina. *A participação social e a formação política: territórios a desbravar*. Dynamo Internacional. Street Workers Network. 2013.

MÜLLER, Veronica Regina; PAIVA, Jacyara Silva de; NATALI, Paula Marçal; SOUZA, Cléia Renata Teixeira de; BAULI, Régis Alan; *A atuação profissional e formação do educador social no Brasil: uma roda da conversa*. Interfaces Científicas. Educação. Aracaju. v. 3, n. 1, p. 77-88, Out. 2014.

MÜLLER, Veronica Regina. *Crianças na América Latina: histórias, culturas e direitos*. Curitiba: Editora CRV, 2015.

NATALI, Paula Marçal. *Formação profissional na educação social: subsídios a partir de experiências de educadores sociais latino americanos*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Maringá (PPE-UEM). Maringá, 2016. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/teses/2016/2016%20-%20Paula%20Natali.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

NATALI, Paula Marçal; BAULI, Régis Alan. Profissionalização e formação: meandros da educação social brasileira. In: MÜLLER, Veronica Regina; et al. *Pedagogia Social y Educación Social*. Reflexiones sobre las prácticas educativas em Brasil y Uruguay. Pedagogia Social e Educação Social: Reflexões sobre as práticas educativas no Brasil e Uruguai. Montevideo: Universidad de la República Uruguay, 2016, p. 71-83.

NUÑEZ, Violeta. *Pedagogía Social: Cartas para Navegar en el Nuevo Milenio*. Satillana: Buenos Aires- Argentina, 1999.

OLIVEIRA NETTO, José. *Dicionário Jurídico Universitário*. São Paulo: Edijur, 2005.

ORZECZOWSKI, Suzete Terezinha. *A Pedagogia é Social! A formação continuada do Pedagogo por meio da EaD, um olhar a partir da Pedagogia Social*. Saarbrücken Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

PACHECO, Luciana Botelho. *Como se fazem as leis*. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

PAIVA, Jacyara Silva de; MÜLLER, Veronica Regina; PAIVA, Jacyara Silva de; NATALI, Paula Marçal; SOUZA, Cléia Renata Teixeira de; BAULI, Régis Alan; *A atuação profissional e formação do educador social no Brasil: uma roda da conversa*. Interfaces Científicas. Educação. Aracaju. V.3, N.1, p. 77-88, Out. 2014.

PAIVA, Jacyara Silva de. *Caminhos do Educador Social no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

PALUDO, Conceição. Educação popular. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 157-158.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de; MACHADO, Érico Ribas. Educação popular, educação não formal, educação social e Pedagogia Social: mapeamento de conceitos e grupos de estudos no Brasil. In: *Educação e processos não escolares*. PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de; CALEGARI-FALCO, Aparecida Meire (Org.). Maringá: Eduem, 2012, p. 17-34.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de. *Pedagogia Social e Educação Social: Análises das convergências e divergências teóricas dessas áreas no Brasil*. Ensino & Pesquisa, jul. 2017. ISSN 2359-4381, p. 8-29. Disponível em:

<<http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/1645>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

PEREIRA, Antonio. A educação não formal e educação social na ordem do dia: entre conflitos e possibilidades educativas. *Revista Metáfora Educacional*. Feira de Santana, BA, n. 15, p. 129-149, jul.-dez. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/antonio/Downloads/Dialnet-AEducacaoNaoFormalEEducacaoSocialNaOrdemDoDia-4699149%20(2). Ped.> Acesso em: 15 mai. 2014.

PEREIRA, Antônio. A profissionalidade do educador social frente a regulamentação profissional da educação social: as disputas em torno do Projeto de Lei 5.346/2009. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (RIAAE)*, v. 11, n. 3, p. 1294-1317, 2016. Disponível em: <seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/download/6041/5910>. Consulta em 22 jan. 2017.

PEREIRA, Antônio. Afinal, quais os reflexos da contradição capital e trabalho na atividade de trabalho e formação do educador social. In: MÜLLER, Veronica Regina; et al. *Pedagogia social e educação social: reflexões sobre as práticas educativas no Brasil, Uruguai e Argentina*. Pedagogia Social y Educación Social: reflexiones sobre las prácticas educativas en Brasil, Uruguay y Argentina. Curitiba: Appris, 2017, p. 85-110.

PORTUGUES, Manoel Rodrigues. *Educação de adultos presos*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 355-374, July 2001. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27871>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

RIBEIRO, Marlene. Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo. In: SILVA Roberto da; SOUZA NETO, João Clemente de; MOURA, Rogerio Adolfo de (Org.). *Pedagogia social*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, vol. 1, 2009, p. 159-177.

SANTOS, Karine; PAULO, Fernanda dos Santos.

(Des)encontros entre a Educação Popular e a Pedagogia social.

Ensino & Pesquisa, jul. 2017. ISSN 2359-4381, p. 141-164. Disponível em:

<<http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/1779>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

SILVA, José Afonso da. *Processo constitucional de formação das leis*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVA Roberto da; SOUZA NETO, João Clemente de; MOURA, Rogerio Adolfo de. Notas teóricas e metodológicas dos organizadores. In: SILVA Roberto da; SOUZA NETO, João Clemente de; MOURA, Rogerio Adolfo de (Org.). *Pedagogia social*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, vol. 1, 2009.

SOUZA, Cléia Renata Teixeira de. *Educação social e avaliação: indicadores para contextos educativos diversos* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Maringá (PPE-UEM). Maringá, 2016. Disponível em:

<<http://www.ppe.uem.br/teses/2016/2016%20-%20Cleia%20Renata.pdf>>. Acesso em 22 jul. 2016.

SOUZA, Cléia Renata Teixeira; PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de. A educação de jovens e adultos: relações com a educação popular e educação social. In: MÜLLER, Veronica Regina et al.; In: *Pedagogia Social y Educación Social*. Reflexiones sobre las prácticas educativas em Brasil y Uruguay. *Pedagogia Social e*

Educação Social. Reflexões sobre as práticas educativas no Brasil e Uruguai. Montevideo: Universidad de la República Uruguay, 2016, p. 135-147.

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre a pesquisa-ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 82-103.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Fluxograma Do Processo Legislativo Brasileiro

PROCESSO LEGISLATIVO BRASILEIRO

1. Fase inicial – Apresentação de Projeto de Lei

- São legitimados para apresentação de um projeto de lei: Deputados, Senadores, Presidente da República e a População.
- A iniciativa popular depende de assinatura de 1% do eleitorado, distribuído em pelo menos 5 Estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.
- O projeto de lei dá entrada em uma das duas Casas: Câmara ou Senado e passará por ambas.
- O despacho inicial dado pelo presidente da Casa Originária determinará a forma de apreciação: via Plenário ou trâmite conclusivo/terminativo perante as Comissões.



2. Trâmite perante o Poder Legislativo

- Durante seu curso o projeto pode ser alterado por meio de emendas.
- O trâmite perante a Casa Originária é concluído com a aprovação do projeto ou rejeição. → Se rejeitado, é remetido ao arquivo. Se aprovado, é remetido à Casa Revisora.
- Na Casa Revisora o mesmo curso acontece podendo também ser o projeto: arquivado, aprovado sem emendas ou com emendas.
- Aprovado sem emendas, o projeto segue para a Presidência da República.
- Aprovado com emendas o projeto retorna para a Casa Iniciadora para apreciação das questões que foram objeto de alterações, podendo ser acolhidas ou rejeitadas.



3. Trâmite perante o Poder Executivo

→ Recebido o projeto de lei aprovado no Poder Legislativo, o Poder Executivo pode concordar integralmente com suas disposições e, assim, o sancionar.

→ A discordância do Executivo pode ser parcial ou total, podendo exercer seu poder de veto em partes do projeto aprovado ou na sua integralidade.



4. Trâmite perante o Congresso Nacional

→ É incumbência do Congresso Nacional dar a palavra final sobre a criação de uma lei, se houve veto da Presidência da República.

→ O quórum exigido para derrubada de um veto corresponde à metade mais um dos membros da Câmara e Senado em sessão conjunta (maioria absoluta).



5. Fase final

→ A promulgação introduz a norma no Ordenamento Jurídico. Ela ocorre de depois de sancionado o projeto ou, havendo veto da Presidência, posteriormente à sua apreciação pelo Congresso.

→ Depois da promulgação a lei é publicada no Diário Oficial da União e passa ser obrigatória a todos depois de decorrido eventual prazo para validade fixado em suas disposições.

Autor: BAULI, R.

ANEXOS

ANEXO A

Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – Excertos

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES

PORTARIA MTE Nº 397, DE 9 DE OUTUBRO DE 2002 (DOU 10 de outubro de 2002)

Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação.

O Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Aprovar a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, versão 2002, para uso em todo o território nacional.

Art. 2º Determinar que os títulos e códigos constantes na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002, sejam adotados;

I – nas atividades de registro, inscrição, colocação e outras desenvolvidas pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE);

II – na Relação anual de Informações Sociais – (RAIS);

III – nas relações dos empregados admitidos e desligados – CAGED, de que trata a Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965;

IV – na autorização de trabalho para mão-de-obra estrangeira;

V – no preenchimento do comunicado de dispensa para requerimento do benefício Seguro-Desemprego (CD);

VI – no preenchimento da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS no campo relativo ao contrato de trabalho;

VII – nas atividades e programas do Ministério do Trabalho e Em-

prego, quando for o caso.

Art. 3º O Departamento de Emprego e Salário – DES da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego deste Ministério baixará as normas necessárias à regulamentação da utilização da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Parágrafo único. Caberá à Coordenação de Identificação e Registro Profissional, por intermédio da Divisão da Classificação Brasileira de Ocupações, atualizar a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO procedendo às revisões técnicas necessárias com base na experiência de seu uso.

Art. 4º Os efeitos de uniformização pretendida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) são de ordem administrativa e não se estendem às relações de emprego, não havendo obrigações decorrentes da mudança da nomenclatura do cargo exercido pelo empregado.

Art. 5º Autorizar a publicação da Classificação Brasileira de Ocupação – CBO, determinando que o uso da nova nomenclatura nos documentos oficiais a que aludem os itens I, II, III e V, do art. 2º, será obrigatória a partir de janeiro de 2003.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 1.334, de 21 de dezembro de 1994. Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO JOBIM FILHO

CBO – RELATÓRIO DA FAMÍLIA

Código

5153 – Trabalhadores de atenção, defesa e proteção a pessoas em situação de risco e adolescentes em conflito com a lei

Títulos

55153-05 – EDUCADOR SOCIAL – Arte educador, Educador de rua, Educador social de rua, Instrutor educacional, Orientador sócio educativo

5153-10 – AGENTE DE AÇÃO SOCIAL – Agente de proteção social, Agente de proteção social de rua, Agente social
 5153-15 – MONITOR DE DEPENDENTE QUÍMICO – Conselheiro de dependente químico, Consultor em dependência química
 5153-20 – CONSELHEIRO TUTELAR
 5153-25 – SÓCIOEDUCADOR – Agente de apoio socioeducativo, Agente de segurança socioeducativa, Agente educacional, Atendente de reintegração social
 5153-30 – MONITOR DE RESSOCIALIZAÇÃO PRISIONAL – Agente de ressocialização prisional, Monitor disciplinar prisional

Descrição sumária

Visam garantir a atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de risco pessoal, social e a adolescentes em conflito com a lei. Procuram assegurar seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as e identificando suas necessidades e demandas. Controlam o acesso de pessoas e veículos em unidade penal e conduzem presos ou internados para desenvolvimento de atividades culturais, esportivas, escolares, laborativas, recreativas e ressocializadoras.

Formação e experiência

O acesso às ocupações da família é livre sem requisitos de escolaridade. No caso do Monitor de ressocialização prisional, exige-se segundo grau completo e curso básico. No caso dos socioeducadores, exige-se o segundo grau completo. Para a ocupação de conselheiro tutelar observa-se uma diversidade bastante acentuada no que diz respeito à escolaridade, que pode variar de ensino fundamental incompleto à superior completo. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional, demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5. 598/2005.

Condições gerais de exercício

O trabalho é exercido em instituições ou nas ruas. As atividades são exercidas com alguma forma de supervisão, geralmente em equipes multidisciplinares. Os horários de trabalho são variados: tempo integral, revezamento de turno ou períodos determinados. Os trabalha-

dores desta família ocupacional lidam diariamente com situações de risco, assistindo indivíduos com alteração de comportamento, agressividade e em vulnerabilidade.

Código internacional CIUO 88

5132 – Ayudantes de enfermería en Instituciones

Notas

Procedimentos de segurança: fazer revistas (revista individual, revista de ambiente, revista de espaço).

Recursos de trabalho

Computador; material de referência (códigos, livros); material de escritório; recursos audiovisuais; radio/celular/telefone/fax; veículos; material didático; material esportivo; material lúdico; circuito fechado de tv; identificador digital; detector de metal; material de proteção individual; algema; tonfa; biriba (bastão); escudo; cão; colete; HT (rádio de comunicação).

Participantes da descrição

Especialistas

Adelisa Matilde Dos Santos

Alex Barbosa Do Amaral

Antonio Luiz Oliveira Santos

Carmen Da Silva Oliveira

Claudete Cordeiro Dos Santos

Danilo Ramos Silva

Edilson Ramos De Lima

Edson Galvão Costa

Francisco Luís Assunção Ferreira

Francivan Jairo Rodrigues

Inácio Queiros Pimenta Gonçalves

Januário Alves Dos Santos Filho

Joselice Aparecida De Almeida

José Luis Pereira

José Paulo Ferreira Da Silva Junior

Madalena Rodrigues São José

Maria Aparecida Da Conceição Silva

Maria Lúcia Araújo Da Silva

Marisa Fortunato
Miguel Antonio Cruz
Natanael Rocha Oliveira
Neida Karla Seara Castro
Nilza Carvalho Cardoso
Renato Villela De Souza
Roseli Gouvêa
Rossimara Inês Ferreira Da Cunha
Valdecir Pereira De Souza Filho
Wellington Oliveira Souza

Instituições

Admer – Associação De Defesa Do Menor De Rua
Apoio-casa Amarela- Sto André
Associação De Moradores Do Jardim Santa Lúcia I E Adjacências
Centro Social Santo Dias
Ciaadi- Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator
Comare
Comunidade Terapêutica Luz Para A Vida
Conselho Tutelar
Conselho Tutelar De Carapicuíba
Conselho Tutelar M'boi Mirim – Jardim Angela
Espaço Minha Gente Fundação Bahia Fundação Casa – SP
Instituto Monsenhor Benedito Antunes – Proj. Andrezinho Cidadão
Nova Aliança
Ong Santa Lucia
Prefeitura Do Município De Itapevi
Projeto Axé – Bahia
Reviver Administração Prisional Privada Socializa Empreendimento
Ltda. Secretaria do Estado da Criança
Segundo Conselho Tutelar De Santo André Instituição conveniada
responsável
Fundação Instituto De Pesquisas Econômicas – Fipe – USP

Glossário

Projeto Político Pedagógico – PPP

| Plano Individual de Atendimento – PIA | | | |
|--|-----------|-------------------|---------------------------------------|
| CBO – Histórico de Ocupações da Família | | | |
| 5153 – Trabalhadores de atenção, defesa e proteção a pessoas em situação de risco e adolescentes em conflito com a lei | | | |
| Legenda | | | |
| Movimentação | OT | | |
| Alteração de título | AT | | |
| Inclusão | OI | | |
| Exclusão | OE | | |
| 5153-05 – Educador social | | | |
| Data | Evento | Ocupação anterior | Ocupação nova |
| 21/01/2009 | OI | - | 5153-05 – Educador social |
| 5153-10 – Agente de ação social | | | |
| Data | Evento | Ocupação anterior | Ocupação nova |
| 21/01/2009 | OI | - | 5153-10 – Agente de ação social |
| 5153-15 – Monitor de dependente químico | | | |
| Data | Evento | Ocupação anterior | Ocupação nova |
| 21/01/2009 | OI | - | 5153-15-Monitor de dependente químico |
| 5153-20 – Conselheiro tutelar | | | |
| Data | Evento | Ocupação anterior | Ocupação nova |
| 21/01/2009 | OI | - | 5153-20 – Conselheiro tutelar |
| 5153-25 – Socioeducador | | | |
| Data | Evento | Ocupação anterior | Ocupação nova |
| 31/01/2013 | OI | - | 5153-25 – Socioeducador |
| 5153-30 – Monitor de ressocialização prisional | | | |
| Data | Evento | Ocupação anterior | Ocupação nova |

| | | | |
|--|---|---|--|
| 17/03/2017 | OI | - | 5153-30-Monitor de ressocialização prisional |
| CBO – RELATÓRIO DE BUSCA POR CÓDIGO | | | |
| 2394 – Programadores, avaliadores e orientadores de ensino | | | |
| Código | Família/Ocupação | | |
| 2394-05 | Coordenador pedagógico | | |
| 2394-10 | Orientador educacional | | |
| 2394-15 | Pedagogo | | |
| 2394-20 | Professor de técnicas e recursos audiovisuais | | |
| 2394-25 | Psicopedagogo | | |
| 2394-30 | Supervisor de ensino | | |
| 2329-35 | Designer educacional | | |

ANEXO B

Relação dos endereços eletrônicos das amostras pesquisadas

| Relação dos endereços eletrônicos das amostras pesquisadas | |
|--|--|
| 701-PR | |
| Disponível | em: < http://jcconcursos.uol.com.br/arquivos/pdf/PR_Maringa_Pref_edit_al_2_ed_1841.pdf >. Acesso em: 07 jan. 2016. |
| 702-SC | |
| Disponível | em: < http://brusque2014.fepese.org.br/?go=download&arquivo=edita1_08_2014.pdf >. Acesso em: 02 nov. 2015. |
| 703-RS | |
| Disponível | em: < https://arquivo.pciconcursos.com.br/arquivo/1315818.pdf >. Acesso em: 02 nov. 2015. |
| 704-PR | |
| Disponível | em: < http://fafipa.org/concurso/Edital?ed=260 >. Acesso em: 06 nov. 2015. |
| 705-PR | |
| Disponível | em: < https://arquivo.pciconcursos.com.br/arquivo/1267442.pdf >. Acesso em: 02 nov. 2015. |
| 706-SC | |
| Disponível | em: < http://gestoreditais.com.br/midias/edital/88/347/edital-concurso-publico-geral-28072015-pdf_99.pdf >. Acesso em: 06 nov. 2015. |

| | |
|----------------|---|
| 707-SP | |
| Disponível | em: < http://jcconcursos.uol.com.br/arquivos/pdf/SP_Brodowski_Pref_edital_ed._1823.pdf >. Acesso em: 06 nov. 2015. |
| 708-RJ | |
| Disponível | em: < https://arquivo.pciconcursos.com.br/arquivo/1331597.pdf >. Acesso em: 06 nov. 2015. |
| 709-ES | |
| Disponível | em: < https://arquivo.pciconcursos.com.br/arquivo/1325145.pdf >. Acesso em: 06 nov. 2015. |
| 710-MG | |
| Disponível em: | < https://www.confiraconcursos.com.br/wp-content/uploads/2015/10/Edital-Uberaba-2015.pdf >. Acesso em: 06 nov. 2015. |
| 711-SP | |
| Disponível | em: < https://arquivo.pciconcursos.com.br/arquivo/1260965.pdf >. Acesso em: 01 nov. 2015. |
| 712-SP | |
| Disponível em: | < http://www.ap tarp.com.br/editais/455-Miracatu-PM-CP1/455-Edital-de-Abertura-Completo-e-Anexos.pdf >. Acesso em: 02 nov. 2015. |
| 713-GO | |
| Disponível em: | < http://morrinhos.go.gov.br/site/wp-content/uploads/2015/09/Edital-Concurso-P%C3%BAblico-Morrinhos-001-2015-RETIFICADO2.pdf >. Acesso em: 06 nov. 2015. |
| 714-MS | |
| Disponível em: | < http://www.fapems.org.br/site/wp-content/uploads/2015/09/ivinhema-2015_edital_001_final.pdf >. Acesso em: 06 nov. 2015. |

| | |
|---|-----|
| 715-DF | |
| Disponível em: | |
| http://www.agenciabrasilia.df.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/DODF-concurso-secretaria-da-crian%C3%A7a.pdf >. Acesso em: 02 nov. 2015. | |
| 716-PA | |
| Disponível | em: |
| http://www.portalfadesp.org.br/midias/anexos/430_edital_abertura.pdf >. Acesso em: 06 nov. 2015. | |
| 717-PI | |
| Disponível | em: |
| https://arquivo.pciconcursos.com.br/arquivo/1308303.pdf >. Acesso em: 06 nov. 2015. | |
| 718-AC | |
| Disponível | em: |
| https://arquivo.pciconcursos.com.br/arquivo/1315481.pdf >. Acesso em: 06 nov. 2015. | |
| 719-AC | |
| Disponível | em: |
| https://arquivo.pciconcursos.com.br/arquivo/1299915.pdf >. Acesso em: 02 nov. 2015. | |
| 720-PI | |
| Disponível | em: |
| https://arquivo.pciconcursos.com.br/arquivo/1234357.pdf >. Acesso em: 02 nov. 2015. | |
| 721-CE | |
| Disponível | em: |
| https://arquivo.pciconcursos.com.br/arquivo/1314396.pdf >. Acesso em: 02 nov. 2015. | |
| 722-BA | |
| Disponível | em: |
| http://jcconcursos.uol.com.br/arquivos/pdf/BA_Teixeira_de_Freitas_Pref_ed_1816.pdf >. Acesso em: 06 nov. 2015. | |
| 723-PE | |

| |
|--|
| Disponível em: < https://www.compass.com.br/v2/compass/docs/pedf-flores-ta/EDITAL%20DE%20ABERTURA%20DO%20CONCURSO_FLORESTA-PE.pdf?143628250268907072015121959 >. Acesso em: 06 nov. 2015. |
| 724-BA |
| Disponível em: < https://arquivo.pciconcursos.com.br/arquivo/1173942.pdf >. Acesso em: 02 nov. 2015. |
| 801-RS |
| Disponível em: < http://www.catho.com.br/vagas/educador-social/ >. Acesso em: 05 jan. 2016. |
| 802-RS |
| Disponível em: < http://www.manager.com.br/emprego-educador-social-meio-ambiente >. Acesso em: 19 dez. 2015. |
| 803-PR |
| Disponível em: < http://www.empregos.com.br/vagas/educador-social/mandirituba/pr/4 >. Acesso em: 04 jan. 2016. |
| 804-PR |
| Disponível em: < http://www.sine.com.br/vagas-empregos-em-maringa-pr/educador/1700603 >. Acesso em: 04 jan. 2016. |
| 805-PR |
| Disponível em: < http://www.infojobs.com.br/empregos.aspx?Palabra=educador%20social >. Acesso em: 05 jan. 2016. |
| 806-SP |
| Disponível em: < https://consultevagas.wordpress.com/2016/01/03/arujasp-educador-social/ >. Acesso em: 05 jan. 2016. |
| 807-SP |
| Disponível em: < http://www.empregasampa.com/2016/01/educadora-social-bauru-sp.ht >. Acesso em: 06 jan. 2016. |

| |
|--|
| 808-SP |
| Disponível em: < http://www.manager.com.br/emprego-educador-social-em-diadema-sp >. Acesso em: 04 jan. 2016. |
| 809-SP |
| Disponível em: < http://www.manager.com.br/emprego-educador-social-em-embu-sp-3 >. Acesso em: 20 dez. 2015. |
| 810-SP |
| Disponível em: < http://www.balcaodeempregos.com.br/Vagas/BuscarRecentes >. Acesso em: 06 jan. 2016. |
| 811-SP |
| Disponível em: < http://www.manager.com.br/emprego-educador-social-em-s%E3o-bernard >. Acesso em: 19 dez. 2015. |
| 812-SP |
| Disponível em: < http://www.indeed.com.br/ver-emprego?cmp=Obra-Santa-Rita-de-Cass >. Acesso em: 06 jan. 2016. |
| 813-SP |
| Disponível em: < http://www.balcaodeempregos.com.br/Vagas/BuscarRecentes >. Acesso em: 06 jan. 2016. |
| 814-SP |
| Disponível em: < http://www.balcaodeempregos.com.br/Vagas/BuscarRecentes >. Acesso em: 06 jan. 2016. |
| 815-SP |
| Disponível em: < http://www.balcaodeempregos.com.br/Vagas/BuscarRecentes >. Acesso em: 06 jan. 2016. |
| 816-SP |
| Disponível em: < http://www.catho.com.br/vagas/educador-social/?origem=guia-de-prof >. Acesso em: 05 jan. 2016. |
| 817-SP |
| Disponível em: < http://www.catho.com.br/vagas/ >. Acesso em: 05 jan. 2016. |
| 818-MG |

| |
|--|
| Disponível em: < http://www.catho.com.br/vagas/educador-social/?origem=guia-de-prof >. Acesso em: 05 jan. 2016. |
| 819-MG |
| Disponível em: < http://www.manager.com.br/emprego-educador-social-em-itabira-mg-...1 >. Acesso em: 04 jan. 2016. |
| 820-SP |
| Disponível em: < http://www.catho.com.br/vagas/ >. Acesso em: 05 jan. 2016. |
| 821-TO |
| Disponível em: < https://www.vagas.com.br/vagas/v1306972/educador-social >. Acesso em: 05 mar. 2016. |
| 822-BA |
| Disponível em: < http://www.catho.com.br/vagas/educador-social/?origem=guia-de-prof >. Acesso em: 05 jan. 2016. |
| 823-AL |
| Disponível em: < http://www.manager.com.br/emprego-educador-social-em-macei%F3-al-...1 >. Acesso em: 19 dez. 2015. |
| 824-PE |
| Disponível em: < http://www.catho.com.br/vagas/educador-social/?origem=guia-de-prof >. Acesso em: 05 jan. 2016. |
| 825-PE |
| Disponível em: < http://www.indeed.com.br/cmp/VIS%C3O-MUNDIAL/jobs/Educador-Soc >. Acesso em: 04 jan. 2016. |

ANEXO C

Formulário padronizado

pela mesa da câmara dos deputados para assinatura de eleitores
para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular³³⁹

³³⁹ Fonte: <<http://www25.senado.leg.br/web/senadores/em-exercicio/-/e/por-uf>>. Consulta em 31 jan. 2017.

ANEXO D

Partição técnica de texto de Lei

Com remições ilustrativas em itálico, segundo regramento específico correspondente à lei complementar n. 95/1998

PROJETO DE LEI Nº (...) **(Epígrafe a ser adequada quando se tornar lei)**

Dispõe sobre a criação (...) **(Ementa)**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

(Preâmbulo a ser adequado quando se tornar lei)

Art. 1º Fica criada a profissão de Educador e Educadora Social, nos termos desta Lei. Parágrafo único: A profissão que trata o caput (...)

Art. 2º Ficam estabelecidos como campo de atuação (...) Art. 3º

O Ministério da Educação – MEC fica sendo (...)

Art. 4º Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal (...)

Art. 5º Ficam revogadas as disposições contrárias. (Revogação genérica indevida) Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (Cláusula de vigência)

Sala das Comissões, em 03 de (...) Deputado Federal (...)

ANEXO E

Projeto de Lei n. 5.346/2009

Em trâmite perante a Câmara dos Deputados
Versão original, substitutivo aprovado na CCJC e recurso interposto para apreciação do projeto pelo plenário

VERSÃO ORIGINAL APRESENTADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 03/06/2009

PROJETO DE LEI Nº 5.346/2009

Dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadora social e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica criada a profissão de Educador e Educadora Social, nos termos desta Lei. Parágrafo único: A profissão que trata o caput deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

Art. 2º Ficam estabelecidos como campo de atuação dos educadores e educadoras sociais, os contextos educativos situados fora dos âmbitos escolares e que envolvem:

I – as pessoas e comunidades em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, violência e exploração física e psicológica;

II – a preservação cultural e promoção de povos e comunidades remanescentes e tradicionais;

III – os segmentos sociais prejudicados pela exclusão social: mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais;

IV – a realização de atividades sócio educativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais;

V – a realização de programas e projetos educativos destinados a população carcerária;

- VI – as pessoas portadoras de necessidades especiais;
- VII – o enfrentamento à dependência de drogas;
- VIII – as atividades sócio educativas para terceira idade;
- IX – a promoção da educação ambiental;
- X – a promoção da cidadania;
- XI – a promoção da arte-educação;
- XII – a difusão das manifestações folclóricas e populares da cultura brasileira; XIII – os centros e/ou conselhos tutelares, pastorais, comunitários e de direitos; XIV – as entidades recreativas, de esporte e lazer.

Art. 3º O Ministério da Educação – MEC fica sendo o órgão responsável pela elaboração e regulamentação da Política Nacional de Formação em Educação Social, dos profissionais que trata esta Lei, em diferentes níveis de escolarização e na manutenção de programas de educação continuada.

Parágrafo único – Fica estabelecido o Ensino Médio como o nível de escolarização mínima para o exercício desta profissão.

Art. 4º Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – adequar para a denominação "educador ou educadora social" os cargos ocupados por profissionais com o campo de atuação em contextos educativos que se enquadram no que trata os artigos 2º e 3º desta Lei;

II – Criar e prover os cargos públicos de educadores e educadoras sociais, podendo estabelecer níveis diferenciados de admissão destes profissionais de acordo com a escolaridade;

III – elaborar os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração desta profissão.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições contrárias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03 de junho de 2009.

Deputado Federal Chico Lopes PCdoB/CE

**PROPOSTA SUBSTITUTIVA APROVADA NA COMISSÃO
DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
(CCJC) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 19/09/2017**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CTASP AO PROJETO
DE LEI N. 5.346, DE 2009**

Regulamenta Educação Social como profissão.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Educação Social e a profissão do educador social, pedagogo social e de profissionais com formação específica em Pedagogia Social, nos termos desta Lei.

Art. 2º A Educação Social possui caráter sociocultural, socio-pedagógico e sociopolítico e relaciona-se com a realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

Art. 3º Fica estabelecido o Ensino Médio como o nível de escolarização mínima para o exercício da atividade.

Art. 4º São atribuições do Educador Social, em contextos educativos situados fora do âmbito escolar, as atuações que envolvem:

- I – as pessoas e comunidades em situação de risco ou vulnerabilidade social, violência, exploração física e psicológica;
- II – a preservação cultural e promoção de povos e comunidades remanescentes e tradicionais;
- III – os segmentos sociais prejudicados pela exclusão social: mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais;
- IV – a realização de atividades socioeducativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais;
- V – a realização de programas e projetos educativos destinados a população carcerária; VI – as pessoas portadoras de necessidades especiais;
- VII – o enfrentamento a dependência de drogas;
- VIII – as atividades socioeducativas para terceira idade;
- IX – a promoção da educação ambiental;

X – a promoção dos direitos humanos e da cidadania. Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

RELAÇÃO DE DEPUTADOS NA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Reunião Deliberativa – Data: 14/12/2011 – Local: Anexo II, Plenário 10

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e onze, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Educação e Cultura, no Anexo II, Plenário 10 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Deputados titulares: Fátima Bezerra – Presidenta; Artur Bruno e Alice Portugal – Vice-Presidentes; Alex Canziani, Antônio Roberto, Biffi, Dr. Ubiali, Gabriel Chalita, Izalci, Luiz Carlos Setim, Luiz Noé, Nazareno Fonteles, Paulo Freire, Pedro Uczai, Pinto Itamaraty, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rogério Marinho, Stepan Nercessian, Tiririca e Waldenor Pereira. Deputados suplentes: Ângelo Vanhoni, Ariosto Holanda, Eduardo Barbosa, Eleuses Paiva, Emiliano José, Esperidião Amin, José Linhares, Newton Lima, Oziel Oliveira, Pastor Marco Feliciano, Rogério Peninha Mendonça, Romanna Remor, Rosane Ferreira e Severino Ninho. Foi registrada a presença do Parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Chico Lopes. Deixaram de comparecer os Deputados titulares: Costa Ferreira, Gastão Vieira, Joaquim Beltrão, Lelo Coimbra, Mara Gabrielli, Nice Lobão, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Professor Sétimo, Raul Henry, Reginaldo Lopes e Waldir Maranhão. ABERTURA: Havendo número regimental conforme estabelecido no art. 50 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidenta Deputada Fátima Bezerra (PT/RN) declarou iniciados os trabalhos e (...)

IV. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente em exercício convidou o Deputado Nazareno Fonteles para substituí-lo na Direção da Mesa. Instituído da palavra, o Presidente em exercício colocou à apreciação o item 17 da Pauta. 17 – Apreciação do Parecer apresentado ao

RELAÇÃO DE DEPUTADOS NA REUNIÃO DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Reunião Deliberativa – Data: 21/08/2013 – Local: Anexo II, Plenário 12

| Parlamentar | Condição | Partido UF atual | Frequência |
|-----------------------|------------|------------------|--------------------------|
| Alex Canziani | Suplente | PTB/PR | Presença |
| Andreia Zito | Titular | | Presença |
| André Figueiredo | Suplente | PDT/CE | Presença |
| Armando Vergílio | Titular | | Presença |
| Assis Melo | Titular | | Presença |
| Augusto Coutinho | Titular | SD/PE | Presença |
| Chico Lopes | Suplente | PCdoB/CE | Presença |
| Dalva Figueiredo | Suplente | | Presença |
| Daniel Almeida | Titular | PCdoB/BA | Presença |
| Delegado Francischini | Não membro | SD/PR | Presença |
| Deley | Não membro | PTB/RJ | Presença |
| Dr. Grilo | Suplente | | Presença |
| Erivelton Santana | Titular | PEN/BA | Presença |
| Eudes Xavier | Titular | | Presença |
| Flávia Morais | Titular | PDT/GO | Presença |
| Gorete Pereira | Titular | PR/CE | Presença |
| Isaías Silvestre | Titular | | Presença |
| Jorge Côrte Real | Titular | PTB/PE | Presença |
| Jovair Arantes | Titular | PTB/GO | Ausência não-justificada |
| Laércio Oliveira | Titular | SD/SE | Presença |
| Leonardo Quintão | Suplente | PMDB/MG | Presença |

| | | | |
|------------------------|----------|-----------|--------------------------|
| Luciano Castro | Titular | | Presença |
| Luiz Fernando Faria | Titular | PP/MG | Presença |
| Major Fábio | Suplente | | Presença |
| Márcio Junqueira | Titular | | Presença |
| Paulo Pereira da Silva | Titular | SD/SP | Presença |
| Policarpo | Titular | | Presença |
| Roberto Santiago | Titular | | Presença |
| Ronaldo Nogueira | Titular | | Presença |
| Sabino Castelo Branco | Titular | | Ausência justificada |
| Sandro Mabel | Titular | | Presença |
| Silvio Costa | Titular | AVANTE/PE | Ausência não justificada |
| Vicentinho | Titular | PT/SP | Presença |
| Vilalba | Titular | | Presença |
| Walney Rocha | Suplente | PEN/R | Presença |
| Walter Ihoshi | Titular | PSD/S | Presença |

RELAÇÃO DE DEPUTADOS NA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Reunião Deliberativa – Data: 19/09/2017 – Local: Anexo II, Plenário 01

| Parlamentar | Condição | Partido UF atual | Frequência |
|------------------------|------------|------------------|--------------------------|
| Alceu Moreira | Titular | PMDB/RS | Ausência justificada |
| Alessandro Molon | Titular | Rede/RJ | Presença |
| André Moura | Titular | PSC/CE | Presença |
| Antônio Bulhões | Titular | PRB/SP | Presença |
| Arnaldo Faria de Sá | Suplente | PTB/SP | Presença |
| Arthur Lira | Titular | PP/AL | Ausência justificada |
| Bacelar | Suplente | Pode/BA | Presença |
| Benjamin Maranhão | Titular | SD/PB | Ausência não justificada |
| Betinho Gomes | Titular | PSDB/PE | Presença |
| Beto Mansur | Titular | PRB/SP | Ausência não justificada |
| Bilac Pinto | Titular | PR/MG | Presença |
| Carlos Bezerra | Titular | PMDB/MT | Ausência justificada |
| Carlos Henrique Gaguim | Não membro | Pode/TO | Presença |
| Carlos Marun | Titular | PMDB/MS | Ausência justificada |
| Carlos Melles | Suplente | DEM/MG | Presença |
| Celso Maldaner | Suplente | PMDB/SC | Presença |
| Chico Alencar | Titular | PSOL/RJ | Presença |
| Cleber Verde | Titular | PRB/MA | Presença |
| Cristiane Brasil | Titular | PTB/RJ | Ausência não |

| | | | |
|------------------------|------------|-------------|--------------------------|
| | | | justificada |
| Célio Silveira | Suplente | PSB/GO | Presença |
| Cícero Almeida | Suplente | PODE/AL | Presença |
| Daniel Vilela | Titular | PMDB/GO | Presença |
| Danilo Forte | Titular | S. part./CE | Presença |
| Darcísio Perondi | Titular | PMDB/RS | Presença |
| Delegado Edson Moreira | Suplente | PR/MG | Presença |
| Delegado Eder Mauro | Titular | PSD/PA | Ausência não justificada |
| Domingos Neto | Titular | PSD/CE | Presença |
| Edio Lopes | Titular | PR/RR | Presença |
| Edmar Arruda | Suplente | PSD/PR | Presença |
| Efraim Filho | Suplente | DEM/PB | Presença |
| Elizeu Dionízio | Titular | PSDB/MS | Presença |
| Evair Vieira de Melo | Não membro | PV/ES | Presença |
| Evandro Gussi | Titular | PV/SP | Presença |
| Expedito Netto | Titular | PSD/RO | Presença |
| Fabio Garcia | Titular | S. part./MT | Ausência não justificada |
| Fausto Pinatto | Titular | PP/SP | Escusa |
| Francisco Floriano | Titular | DEM/RJ | Ausência não justificada |
| Fábio Sousa | Titular | PSDB/GO | Presença |
| Félix Mendonça Júnior | Titular | PDT/BA | Presença |
| Genecias Noronha | Titular | SD/CE | Ausência não justificada |
| Giovani Cherini | Suplente | PR/RS | Presença |
| Gonzaga Patriota | Suplente | PSB/PE | Presença |
| Gorete Pereira | Suplente | PR/CE | |
| Heitor Schuch | Não membro | PSB/RS | Presença |
| Hildo Rocha | Titular | PMDB/M A | Presença |

| | | | |
|------------------------|------------|---------|--------------------------|
| Hiran Gonçalves | Suplente | PP/RR | Presença |
| Hugo Leal | Suplente | PSB/RJ | Presença |
| Jerônimo Goergen | Suplente | PP/RS | |
| Jorginho Mello | Titular | PR/SC | |
| José Carlos Aleluia | Titular | DEM/BA | Ausência não justificada |
| José Mentor | Titular | PT/SP | Presença |
| João Campos | Suplente | PRB/GO | Presença |
| João Fernando Coutinho | Suplente | PSB/PE | Presença |
| Juscelino Filho | Titular | DEM/MA | Presença |
| Jutahy Junior | Titular | PSDB/BA | Presença |
| Júlio Delgado | Titular | PSB/MG | Presença |
| Laerte Bessa | S | PR/DF | Presença |
| Laudivio Carvalho | Não membro | SD/MG | Presença |
| Lincoln Portela | Suplente | PRB/MG | Presença |
| Luciano Bivar | Suplente | PSL/PE | Presença |
| Luiz Couto | Titular | PT/PB | Presença |
| Luiz Fernando Faria | Titular | PP/MG | Presença |
| Luiz Lauro Filho | Não membro | PSB/SP | Presença |
| Magda Mofatto | Titular | PR/GO | Presença |
| Maia Filho | Titular | PP/PI | Presença |
| Major Olímpio | Suplente | SD/SP | Presença |
| Marcelo Aro | Titular | PHS/MG | Ausência não justificada |
| Marco Maia | Titular | PT/RS | Presença |
| Marcos Rogério | Titular | DEM/RO | Presença |
| Maria do Rosário | Titular | PT/RS | Ausência não justificada |
| Milton Monti | Titular | PMDB/PR | Presença |
| Osmar Serraglio | Titular | | Ausência não |

| | | | |
|--------------------------|------------|----------|--------------------------|
| | | | justificada |
| Paes Landim | Titular | PTB/PI | Ausência justificada |
| Pastor Eurico | Suplente | PHS/PE | Presença |
| Patrus Ananias | Titular | PT/MG | Presença |
| Pauderney Avelino | Suplente | DEM/AM | Presença |
| Paulo Abi/Ackel | Titular | PSDB/MG | Presença |
| Paulo Maluf | Titular | PP/SP | Ausência não justificada |
| Paulo Teixeira | Titular | PT/SP | Presença |
| Pedro Cunha Lima | Suplente | PSDB/PB | Presença |
| Pedro Vilela | Suplente | PSDB/AL | Presença |
| Pr. Marco Feliciano | Suplente | PSC/SP | Presença |
| Professor Victório Galli | Não membro | PSC/MT | Presença |
| Raquel Muniz | Não membro | PSD/MG | Presença |
| Roberto de Lucena | Suplente | PV/SP | Presença |
| Rocha | Titular | PSDB/AC | Presença |
| Rodrigo Pacheco | Titular | PMDB/MG | Presença |
| Rogério Rosso | Titular | PSD/DF | Ausência não justificada |
| Ronaldo Fonseca | Titular | PROS/DF | Presença |
| Rubens Bueno | Titular | PPS/PR | Ausência justificada |
| Rubens Pereira Júnior | Titular | PCdoB/MG | Presença |
| Sandro Alex | Suplente | PSD/PR | Presença |
| Sergio Zveiter | Titular | Pode/RJ | Ausência justificada |
| Silvio Torres | Titular | PSDB/SP | Presença |
| Tadeu Alencar | Titular | PSB/PE | Presença |
| Thiago Peixoto | Titular | PSD/GO | Presença |
| Valmir Prascidelli | Titular | PT/SP | Presença |

| | | | |
|----------------|---------------|---------|----------|
| Vicente Arruda | Titular | PDT/CE | Presença |
| Wadih Damous | Titular | PT/RJ | Presença |
| Weliton Prado | Não membro | PROS/MG | Presença |

**RECURSO INTERPOSTO CONTRA A APROVAÇÃO EM
DECISÃO CONCLUSIVA DO PL N. 5.346/2009 PELA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CI-
DADANIA**

**Data: 09/10/2017 – Órgão Julgador: Plenário da Câmara dos
Deputados**

RECURSO N° _____, DE 2015
(Do Sr Antonio Bulhões PRB/SP)

Recurso ao Plenário contra apreciação conclusiva das Comissões sobre
o Projeto de Lei n° 5346/2009

Senhor Presidente,

Com base no art. 58, §2º, I, da Constituição Federal, c/c os arts. 58, § 1º e 132, § 2º do Regimento Interno, recorreremos ao Plenário contra a apreciação conclusiva do Projeto de Lei n° 5346/2009, que dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadora social e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 2017.

ANTONIO BULHÕES
Deputado Federal – PRB/SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Serviço de Análise de Proposições – SERAP
(Fones: 3216-1110 / 1111 / 1112 – Fax: 3216-1105 – e-mail:
secap.sgm@camara.gov.br)

CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS
(55ª Legislatura 2015-2019)

| | | | |
|--------------------------------|--|-----|----|
| Proposição | REC 0258/17 | | |
| Autor da proposição | ANTÔNIO BULHÕES E OUTROS | | |
| Data de apresentação | 09/10/2017 | | |
| Ementa | Recurso ao Plenário contra apreciação conclusiva das Comissões sobre o Projeto de Lei nº 5346/2009 | | |
| Possui assinaturas suficientes | SIM | | |
| Totais de assinaturas | Confirmadas | 061 | |
| | Não conferem | 001 | |
| | Fora do exercício | 000 | |
| | Repetidas | 001 | |
| | Ilegíveis | 000 | |
| | Retiradas | 000 | |
| | Total | 063 | |
| Confirmadas | | | |
| 1 | ABEL MESQUITA JR. | DEM | RR |
| 2 | ALAN RICK | DEM | AC |
| 3 | ALBERTO FRAGA | DEM | DF |
| 4 | ANTONIO BULHÕES | PRB | SP |
| 5 | AROLDE DE OLIVEIRA | PSC | RJ |
| 6 | CARLOS MELLES | DEM | MG |
| 7 | CLEBER VERDE | PRB | MA |
| 8 | CONCEIÇÃO SAMPAIO | PP | AM |
| 9 | DELEGADO EDSON MOREIRA | PR | MG |

| | | | |
|----|---------------------|------|----|
| 10 | DELEGADO WALDIR | PR | GO |
| 11 | DIEGO GARCIA | PHS | PR |
| 12 | DILCEU SPERAFICO | PP | PR |
| 13 | DOMINGOS SÁVIO | PSDB | MG |
| 14 | DR. JORGE SILVA | PHS | ES |
| 15 | EFRAIM FILHO | DEM | PB |
| 16 | ELI CORRÊA FILHO | DEM | SP |
| 17 | ELMAR NASCIMENTO | DEM | BA |
| 18 | EROS BIONDINI | PROS | MG |
| 19 | EVANDRO GUSSI | PV | SP |
| 20 | FLAVINHO | PSB | SP |
| 21 | GERALDO RESENDE | PSDB | MS |
| 22 | GILBERTO NASCIMENTO | PSC | SP |
| 23 | GOULART | PSD | SP |
| 24 | HÉLIO LEITE | DEM | PA |
| 25 | IRAJÁ ABREU | PSD | TO |
| 26 | IRMÃO LAZARO | PSC | BA |
| 27 | JEFFERSON CAMPOS | PSD | SP |
| 28 | JHONATAN DE JESUS | PRB | RR |
| 29 | JOÃO CAMPOS | PRB | GO |
| 30 | JORGE TADEU MUDALEN | DEM | SP |
| 31 | JOSÉ CARLOS ALELUIA | DEM | BA |
| 32 | JOSUÉ BENGTON | PTB | PA |
| 33 | LAERTE BESSA | PR | DF |
| 34 | LINCOLN PORTELA | PRB | MG |
| 35 | LINDOMAR GARÇON | PRB | RO |
| 36 | LUCAS VERGILIO | SD | GO |
| 37 | LUIZ NISHIMORI | PR | PR |
| 38 | MANDETTA | DEM | MS |
| 39 | MARCELO AGUIAR | DEM | SP |
| 40 | MÁRCIO MARINHO | PRB | BA |
| 41 | MARCOS ROGÉRIO | DEM | RO |
| 42 | MARCOS SOARES | DEM | RJ |
| 43 | NILSON LEITÃO | PSDB | MT |

| | | | |
|----|--------------------------|------|----|
| 44 | ONYX LORENZONI | DEM | RS |
| 45 | PASTOR EURICO | PHS | PE |
| 46 | PASTOR LUCIANO BRAGA | PRB | BA |
| 47 | PAUDERNEY AVELINO | DEM | AM |
| 48 | PR. MARCO FELICIANO | PSC | SP |
| 49 | PROFESSOR VICTÓRIO GALLI | PSC | MT |
| 50 | ROBERTO ALVES | PRB | SP |
| 51 | RONALDO FONSECA | PROS | DF |
| 52 | RONALDO MARTINS | PRB | CE |
| 53 | ROSANGELA GOMES | PRB | RJ |
| 54 | SÉRGIO MORAES | PTB | RS |
| 55 | SÉRGIO REIS | PRB | SP |
| 56 | SILAS CÂMARA | PRB | AM |
| 57 | SÓSTENES CAVALCANTE | DEM | RJ |
| 58 | TAKAYAMA | PSC | PR |
| 59 | VALDIR COLATTO | PMDB | SC |
| 60 | VINICIUS CARVALHO | PRB | SP |
| 61 | ZÉ SILVA | SD | MG |

ANEXO F

Projeto de Lei n. 328/2015

Em trâmite perante o Senado Federal
Versão original, emendas aprovadas e
em discussão nas Comissões

VERSÃO ORIGINAL APRESENTADA NO SENADO FEDERAL EM 01/06/2015

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328/2015

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º – Fica regulamentada a profissão de Educadora e Educador Social, nos termos desta Lei.

Parágrafo único: A profissão que trata o caput deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

Art. 2º – Ficam estabelecidos como campo de atuação das educadoras e educadores sociais, os contextos educativos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos sociais, a partir das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais.

Art. 3º – Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – adequar para a denominação "educadora ou educador social" os cargos ocupados por profissionais com o campo de atuação em contex-

tos educativos que se enquadram no que trata os artigos 1 ° e 2° desta Lei;

II – Criar e prover os cargos públicos de educadoras e educadores sociais, podendo estabelecer níveis diferenciados de admissão destes profissionais de acordo com a escolaridade;

III – elaborar os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração desta profissão.

Art. 4° – São atribuições da Educadora e do Educador Social, dentro ou fora dos âmbitos escolares, as atuações que envolvem:

I – a promoção dos direitos humanos e da cidadania;

II – a promoção da educação ambiental;

III – as pessoas e comunidades em situação de risco ou vulnerabilidade social, violência, exploração física e psicológica;

IV – os segmentos sociais excluídos socialmente, tais como mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais;

Art. 5° – Ficam revogadas as disposições contrárias.

Art. 6° – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senador Telmário Mota PDT/RR

**VERSÃO APROVADA PELA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA EM
04/11/2015**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328/2015

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º – Fica regulamentada a profissão de Educadora e Educador Social, nos termos desta Lei.

Parágrafo único: A profissão que trata o caput deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

Art. 2º – Ficam estabelecidos como campo de atuação das educadoras e educadores sociais, os contextos educativos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos sociais, a partir das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais.

Art. 3º – São atribuições da Educadora e do Educador Social, dentro ou fora dos âmbitos escolares, as atuações que envolvem:

- I – a promoção dos direitos humanos e da cidadania;
- II – a promoção da educação ambiental;
- III – as pessoas e comunidades em situação de risco ou vulnerabilidade social, violência, exploração física e psicológica;
- IV – os segmentos sociais excluídos socialmente, tais como mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais;

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 04 de novembro de 2015.

Senador PAULO PAIM Relator

**VERSÃO ATUAL APROVADA PELA COMISSÃO
DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
DO SENADO FEDERAL EM 17/05/2016**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328/2015

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica regulamentada a profissão de Educadora e Educador Social, nos termos desta Lei.

Parágrafo único: A profissão que trata o caput deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

Art. 2º Ficam estabelecidos como campo de atuação das educadoras e educadores sociais, os contextos educativos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos sociais, a partir das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais.

Art. 3º São atribuições dos profissionais de que trata esta Lei ações de educação e mediação que envolvam os direitos e deveres humanos, a justiça social e o exercício da cidadania com pessoas de qualquer classe social, gênero, idade, etnia, cultura, nacionalidade dentre outras particularidades, por meio da promoção cultural, política e cívica.

Art. 4º Os profissionais de que trata esta Lei serão formados em cursos de educação superior, em nível de graduação, admitida a escolaridade mínima de nível médio para aqueles que exercerem a profissão até o início de vigência desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 17 de maio de 2016.

Senador PAULO PAIM
Relator

**RELAÇÃO DE SENADORES NA REUNIÃO DA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE**

25ª. Reunião Extraordinária – Data: 19/05/2016

Local: Anexo II, Plenário 15

| | |
|--------------------------|-------------|
| Cristovam Buarque | PPS |
| Lasier Martins | PDT |
| Paulo Paim | PDT |
| Gladson Cameli | PP |
| Walter Pinheiro | sem partido |
| Telmário Mota | PDT |
| Ana Amélia | PP |
| Simone Tebet | PMDB |
| Raimundo Lira | PMDB |
| Marta Suplicy | PMDB |
| José Agripino | DEM |
| Antonio Anastásia | PSDB |
| Delírio Beber | PSDB |
| Ronaldo Caiado | DEM |
| Aloysio Nunes Ferreira | PSDB |
| Romário | PSB |
| Antonio Carlos Valadares | PSB |
| Randolfe Rodrigues | REDE |

**RELAÇÃO DE SENADORES NA REUNIÃO DA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA**

35ª. Reunião Ordinária – Data: 04/11/2015 – Senado Federal

| | |
|--------------------|---|
| Jorge Viana | Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT) |
| Gleisi Hoffmann | Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT) |
| José Pimentel | Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT) |
| Fátima Bezerra | Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT) |
| Humberto Costa | Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT) |
| Acir Gurgacz | Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT) |
| Benedito de Lira | Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT) |
| Walter Pinheiro | Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT) |
| Delcídio do Amaral | Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT) |
| Angela Portela | Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT) |
| Paulo Paim | Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT) |
| Ana Amélia | Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT) |
| Eunício Oliveira | Maioria (PMDB) |
| Edison Lobão | Maioria (PMDB) |
| Ricardo Ferraço | Maioria (PMDB) |
| Romero Jucá | Maioria (PMDB) |
| Simone Tebet | Maioria (PMDB) |
| Valdir Raupp | Maioria (PMDB) |
| Jader Barbalho | Maioria (PMDB) |
| José Maranhão | Maioria (PMDB) |
| Omar Aziz | Maioria (PMDB) |
| Waldemir Moka | Maioria (PMDB) |
| Dário Berger | Maioria (PMDB) |
| Sérgio Petecão | Maioria (PMDB) |
| Raimundo Lira | Maioria (PMDB) |
| José Agripino | Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) |
| Ronaldo Caiado | Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, |

| | |
|--------------------------|--|
| | DEM) |
| Aécio Neves | Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) |
| Antonio Anastasia | Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) |
| Aloysio Nunes Ferreira | Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) |
| Álvaro Dias | Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) |
| Ataídes Oliveira | Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) |
| Antonio Carlos Valadares | Bl. Par. Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE) |
| Roberto Rocha | Bl. Par. Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE) |
| Randolfe Rodrigues | Bl. Par. Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE) |
| Eduardo Amorim | Bl. Par. Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE) |
| Marcelo Crivella | Bl. Par. Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE) |
| Magno Malta | Bl. Par. Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE) |
| Vanessa Grazziotin | Bl. Par. Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE) |
| José Medeiros | Bl. Par. Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE) |
| Vicentinho Alves | Bl. Par. Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE) |

**SUBEMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO
DE ASSUNTOS SOCIAIS DO SENADO FEDERAL**

Data: 24/10/2017 – Pendente de apreciação

SUBEMENDA Nº [...] – CAS (ao PLS nº 328, de 2015)

Substitua-se, no art. 3º do PLS nº 328, de 2015, com redação dada pela Emenda nº 2-CE, a palavra “gênero” pelo termo “sexo”.

JUSTIFICAÇÃO

Com fundamento no art. 122, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentamos esta emenda ao Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2015, com o objetivo de substituir, no art. 3º da proposição, o uso da palavra “gênero” pelo termo “sexo”.

A nosso sentir, ao adotarmos, na norma, uma linguagem tecnicamente mais adequada, em lugar de uma abordagem aberta, polêmica e imprecisa, reforçamos o seu potencial de eficácia, sem prejuízo algum para o direito sobre o qual a alteração incide.

Sala da Comissão,

Senador EDUARDO LOPES

ANEXO G

Pesquisa-ação

Contribuições no processo legislativo relacionado à normatização do profissional educador social

CONTRIBUIÇÃO ENVIADA À ASSESSORIA DOS SENADORES TELMÁRIO MOTA E PAULO PAIM

03 de agosto de 2015

Assunto: Apoio ao Projeto de Regulamentação da Profissão do/a Educador/a Social

A regulamentação da profissão de educador e educadora social no Brasil é tratada perante as duas Casas Legislativas que compõem o Congresso Nacional. A discussão teve início em 03 de junho de 2009 com a apresentação do Projeto de Lei n. 5346/2009 pelo Deputado Federal Chico Lopes do PCdoB/CE e, recentemente, em 01 de junho de 2015, foi também inaugurada perante o Senado Federal com o Projeto de Lei n. 328/2015, de autoria do Senador Telmário Mota do PDT/RR.

QUEM SOMOS

Somos um grupo de professores/as, educadores/as sociais, estudantes, trabalhadores/as de diferentes instituições e movimentos sociais (abaixo citamos alguns), que realizamos práticas de educação social com crianças e adolescentes, estudamos e pesquisamos esta área, convictos da necessidade da garantia dos direitos infanto-juvenis e convictos também de que o/a educador/a social é um elemento chave para que a realidade de muitas pessoas possa melhorar a partir de sua ação qualificada.

MNMMR Movimento Nacional de Meninos e Meninas de rua – Comissão Local de Maringá
AESMAR – Associação de Educadores Sociais de Maringá
Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de e na Rua – Ivaiporã/PR
Projeto Pró-infância – Ivaiporã
Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de e na Rua – Maringá/PR
PROESCA Projeto Educação Social e Brincadeiras com Meninos e Meninas – UFMS – Corumbá/MS
Projeto Leituras ao Vento – Maringá/PR
Projeto Leituras ao Luar – Maringá/PR
Projeto Criança Xetá – Maringá
Projeto Menino e Menina de Rua – São Bernardo do Campo
CENSE Londrina – Centro de Socioeducação
Instituto Sócrates – Curitiba
PCA – Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e Adolescente – UEM
Grupo de Pesquisa em Criminologia (GPCRIM) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
Grupo de Pesquisa Infância, Adolescência e Juventude (CNPq)

O PROJETO DO SENADOR TELMÁRIO MOTA

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º – Fica regulamentada a profissão de Educadora e Educador Social, nos termos desta Lei. Parágrafo único: A profissão que trata o caput deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

Art. 2º – Ficam estabelecidos como campo de atuação das educadoras e educadores sociais, os contextos educativos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e

sociais, em programas e projetos educativos sociais, a partir das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais.

Art. 3º – Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – adequar para a denominação “educadora ou educador social” os cargos ocupados por profissionais com o campo de atuação em contextos educativos que se enquadram no que trata os artigos 1º e 2º desta Lei;

II – Criar e prover os cargos públicos de educadoras e educadores sociais, podendo estabelecer níveis diferenciados de admissão destes profissionais de acordo com a escolaridade;

III – elaborar os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração desta profissão.

Art. 4º – São atribuições da Educadora e do Educador Social, dentro ou fora dos âmbitos escolares, as atuações que envolvem:

I – a promoção dos direitos humanos e da cidadania;

II – a promoção da educação ambiental;

III – as pessoas e comunidades em situação de risco ou vulnerabilidade social, violência, exploração física e psicológica;

IV – os segmentos sociais excluídos socialmente, tais como mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais;

Art. 5º – Ficam revogadas as disposições contrárias.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenária do II Congresso de Pesquisadores e Profissionais de Educação Social- Maringá, 20 a 22 de maio, de 2015.

NOSSA CONTRIBUIÇÃO AO PROJETO DO SENADOR TELMÁRIO MOTA

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º – Fica regulamentada a profissão de Educadora e Educador Social, nos termos desta Lei.

Parágrafo único: A profissão que trata o caput deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações mediadoras e formativas para a promoção humana.

Art. 2º: O educador/a social é um/a profissional da educação que desenvolve suas ações educativas centrado/a em propiciar a todo e qualquer sujeito o acesso aos conteúdos culturais e políticos da comunidade e da sociedade em geral, na direção da promoção humana e da construção de uma sociedade cada vez mais democrática, justa e igualitária. Sua atuação profissional baseia-se na defesa da garantia dos direitos humanos e no apoio educativo à conquista de cada pessoa à sua emancipação social.

Art. 3º- São atribuições da Educadora e do Educador Social, as ações de educação (ensinamentos de princípios e conteúdos) e mediação (detecção da situação, contato, conversa, orientação, acompanhamento, ensinamentos práticos, elaboração de planos conjuntos individuais e ou coletivos/comunitários, apresentação de possibilidades, inserção comunitária, registros, apoio à participação social, outros) que envolvem os direitos e deveres humanos, a justiça social e o exercício da cidadania com pessoas de qualquer classe social, gênero, idade, etnia, cultura, nacionalidade dentre outras particularidades, por meio da promoção cultural, política e cívica.

Art. 4º – Ficam estabelecidos como campo de atuação das educadoras e educadores sociais, os contextos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos sociais, como parte das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais.

Art. 5º – Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – Criar e prover os cargos públicos de educadoras e educadores sociais, estabelecendo o nível universitário como grau necessário para o exercício da profissão;

II – Adequar para a denominação “educadora ou educador social” os cargos ocupados por profissionais com ou sem o grau superior

com atuação em contextos educativos que se enquadram no que trata os artigos 1º e 2º desta Lei;

III – elaborar os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração desta profissão.

Art. 6º – Ficam revogadas as disposições contrárias.

Art. 7º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SÍNTESE COMPARATIVA

| O projeto do Senador Telmário Mota | Nossa contribuição sobre o projeto do Senador Telmário Mota |
|--|---|
| <p>O CONGRESSO NACIONAL decreta:</p> <p>Art. 1º – Fica regulamentada a profissão de Educadora e Educador Social, nos termos desta Lei. Parágrafo único: A profissão que trata o <i>caput</i> deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.</p> <p>Art. 2º – Ficam estabelecidos como campo de atuação das educadoras e educadores sociais, os contextos educativos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos sociais, a partir das políticas</p> | <p>O CONGRESSO NACIONAL decreta:</p> <p>Art. 1º – Fica regulamentada a profissão de Educadora e Educador Social, nos termos desta Lei. Parágrafo único: A profissão que trata o <i>caput</i> deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações mediadoras e formativas para a promoção humana.</p> <p>Art. 2º: O educador/a social é um/a profissional da educação que desenvolve suas ações educativas centrado/a em propiciar a todo e qualquer sujeito o acesso aos conteúdos culturais e políticos da comunidade e da sociedade em geral, na direção da promoção humana e da construção de uma sociedade cada vez mais</p> |

públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais.

Art. 3º – Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – adequar para a denominação “educadora ou educador social” os cargos ocupados por profissionais com o campo de atuação em contextos educativos que se enquadram no que trata os artigos 1º e 2º desta Lei; II – Criar e prover os cargos públicos de educadoras e educadores sociais, podendo estabelecer níveis diferenciados de admissão destes profissionais de acordo com a escolaridade; III – elaborar os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração desta profissão.

Art. 4º – São atribuições da Educadora e do Educador Social, dentro ou fora dos âmbitos escolares, as atuações que envolvem: I – a promoção dos direitos humanos e da cidadania; II – a promoção da educação ambiental; III – as pessoas e comunidades em situação de risco ou vulnerabilidade social, violência, exploração física e psicológica; IV – os segmentos sociais excluí-

democrática, justa e igualitária. Sua atuação profissional baseia-se na defesa da garantia dos direitos humanos e no apoio educativo à conquista de cada pessoa à sua emancipação social.

Art. 3º- São atribuições da Educadora e do Educador Social, as ações de educação (ensinamentos de princípios e conteúdos) e mediação (detecção da situação, contato, conversa, orientação, acompanhamento, ensinamentos práticos, elaboração de planos conjuntos individuais e ou coletivos/comunitários, apresentação de possibilidades, inserção comunitária, registros, apoio à participação social, outros) que envolvem os direitos e deveres humanos, a justiça social e o exercício da cidadania com pessoas de qualquer classe social, gênero, idade, etnia, cultura, nacionalidade, dentre outras particularidades, por meio da promoção cultural, política e cívica.

Art. 4º – Ficam estabelecidos como campo de atuação das educadoras e educadores sociais, os contextos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que

| | |
|---|---|
| <p>dos socialmente, tais como mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais;</p> <p>Art. 5º – Ficam revogadas as disposições contrárias.</p> <p>Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> | <p>envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos sociais, como parte das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais.</p> <p>Art. 5º – Compete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – Criar e prover os cargos públicos de educadoras e educadores sociais, estabelecendo o nível universitário como grau necessário para o exercício da profissão; II – Adequar para a denominação “educadora ou educador social” os cargos ocupados por profissionais com ou sem o grau superior com atuação em contextos educativos que se enquadram no que trata os artigos 1º e 2º desta Lei; III – elaborar os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração desta profissão.</p> <p>Art. 6º – Ficam revogadas as disposições contrárias.</p> <p>Art. 7º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação EN- CONTRAR A SOLUÇÃO TÉCNICA</p> |
|---|---|

Basicamente:

1. Explicitamos com mais detalhe a atuação do educador social; ressaltamos que a população alvo do educador social não é quem tem problemas ou é maiorias marginalizadas: é qualquer população. É educação social para todos.
2. Ampliamos o artigo 4º para que a atuação não fique reduzida a determinadas populações.
3. Ampliamos a formação ao grau universitário pensando nos educadores sociais que passarão a formar-se agora, mas na absorção dos educadores já existentes, que não possuem terceiro grau. Deve-se buscar a equivalência de título dos práticos que já atuam com ensino médio.

SUGESTÃO PARA EMENDA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328/2015 QUANTO AOS ARTIGOS 3º E 5º

Os artigos 3º e 5º do Projeto de Lei do Senado nº 328/2015 merecem ser suprimidos da proposta legislativa, consubstanciando fundamentos a seguir abordados:

I – Artigo 3º:

Art. 3º – Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – adequar para a denominação “educadora ou educador social” os cargos ocupados por profissionais com o campo de atuação em contextos educativos que se enquadram no que trata os artigos 2º e 3º desta Lei;

II – Criar e prover os cargos públicos de educadoras e educadores sociais, podendo estabelecer níveis diferenciados de admissão destes profissionais de acordo com a escolaridade;

III – elaborar os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração desta profissão.

O art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 328/2015 atribui competência à União, Estados, Distrito Federal e Municípios para adequar para a

denominação, criar e prover os cargos públicos de educadoras e educadores sociais, inclusive com elaboração de planos de carreira e remuneração.

O dispositivo deve ser retirado do projeto por duas razões:

Primeiro porque viola o Princípio Federativo, pois, não cabe à União tais prerrogativas, mas sim aos Estados, Distrito Federal e Municípios nas pessoas dos respectivos governadores e prefeitos, chanceladas pelas assembleias e câmaras legislativas.

Oportuno referenciar a lição do Constitucionalista Alexandre de Moraes acerca do tema:

Os Estados-membros se auto organizam por meio do exercício de seu poder constituinte derivado-decorrente, consubstanciando-se na edição das respectivas Constituições Estaduais e, posteriormente, através de sua própria legislação. Aos Estados-membros são reservadas as competências administrativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição, ou seja, cabem na área administrativa privativamente ao Estado todas as competências que não forem da União (CF, art. 21), dos municípios (CF, art. 30) e comuns (CF, art. 23).

A Constituição Federal confirma as autonomias resguardadas aos Estados, Distrito Federal e Municípios:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado”

Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois

terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.

Cumprindo ainda destacar que, a regra constante no art. 3º fazia parte da ideia original do Projeto de Lei n. 5.346 em trâmite perante a Câmara dos Deputados e recebeu pareceres contrários tanto na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, como na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a seguir referenciados:

Por sua vez, o art. 4º fere novamente essa diretriz, invadindo a competência constitucionalmente reservada ao Poder Executivo para a iniciativa das leis que tratem dos servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria. Ademais, o dispositivo, ao cometer as obrigações de que trata também aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, fere o princípio federativo, já que, no âmbito desses entes da Federação, a competência para matéria pertence, constitucionalmente, aos respectivos governadores e prefeitos, com a anuência das assembleias e câmaras legislativas locais.

No mesmo sentido o excerto colhido no voto apresentado em 02/04/2014 pela Deputada Iriny Lopes, relatora do Projeto de Lei nº 5346/2009, perante a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

O art. 4º, a seu turno, peca duas vezes: fere o princípio federativo ao pretender impor competência aos Estados, Distrito Federal e Município e também invade a iniciativa privativa do Presidente da República ao determinar que a União crie e faça o provimento dos cargos públicos que cita, além de determinar a elaboração dos planos de cargos, carreira e remuneração de educador social.

Em segundo lugar, o dispositivo ofende a Reserva de Iniciativa de Lei que pertence ao Presidente da República, nos casos de provimento dos

cargos públicos, elaboração dos planos de carreira e remuneração da profissão de educador social.

Pertence ao Poder Executivo a prerrogativa de propor leis que versem sobre os servidores públicos e seu regime jurídico profissional, segundo prescrição expressa contida no art. 61, § 1º, alínea “a” da Constituição Federal, in verbis:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º. São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

Assim, o artigo sob análise merece ser suprimido do Projeto de Lei do Senado n. 328/2015.

II – Artigo 5º:

Art. 5º – Ficam revogadas as disposições contrárias.

Merece também supressão a previsão contida no art. 5º, que prevê a revogação das disposições que contrariem o texto legislativo.

Essa revogação genérica, sem indicação objetiva dos respectivos dispositivos que devem ter vigência cancelada, não é mais possível no Ordenamento Jurídico Brasileiro, diante da expressa previsão contida no art. 9º da Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe expressamente:

Art. 9º. A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Portanto, necessária também a eliminação.

ARGUMENTOS PARA PERGUNTAS PROVÁVEIS

1. Onde já existe a educação social, desde quando e o que fazem os educadores sociais nesses lugares?

A relação dos domínios dos sistemas político, econômico e cultural presente em nossa organização social atual, resulta em injustiça, desigualdade e exclusão. A partir deste quadro, o papel da Educação Social é potencializar os sujeitos a fim de que possa instrumentalizar-se para enfrentar os desafios de suas vidas e modificar seu contexto.

Muitos países têm a profissão do educador social consolidada no cotidiano da educação e nas leis que versam sobre a educação em seus países. Neste momento explicitamos este cenário por meio de informações sobre a Educação Social no Uruguai, Itália, Alemanha, Espanha, Portugal e Finlândia:

– Uruguai: tem o sistema público da Educação Social organizado e reconhecido socialmente (a população reconhece o lugar e o valor do educador social). Começa a se estruturar a partir de 1985. A educação social está na lei geral da Educação e é reconhecida pelo Ministério da Educação e de Cultura desde 1997. Oferece formação inicial de educadores sociais em nível terciário e passa no momento por uma transição, e esta formação será realizada na Universidade da Educação. Os educadores sociais atuam em muitos e variados programas do governo de garantia de direitos humanos, em organizações não-governamentais, em medidas socioeducativas cumpridas por adolescentes. Esta ação educativa ocorre em diferentes locais como: hospitais, escolas, programas de contra turno escolar, programas e projetos culturais, nas ruas e praças da cidade, entre outros lugares (CAMORS, 2012)

– Itália: A formação profissional ocorre na universidade, por exemplo “Na Università Pontificia Salesiana di Roma” (UPS), tem como objetivo a formação de experts, pesquisadores, docentes e operadores com competência sociopedagógica no setor da educação, da prevenção e da reeducação de sujeitos em idade evolutiva, com problemas de marginalização, desadaptação social e comportamento desviante.⁶ Sua forma-

ção ocorre dentro de uma Faculdade de "Ciências da Educação". Em outros casos, na Itália, tal formação dá-se dentro de uma Faculdade de Ciências da Formação" (CALIMAN, 2006, p. 2). Nesse país a educação social abrange "a educação de adultos, a educação de adolescentes em situação de risco, a recuperação e reinserção social de sujeitos toxicodependentes, a orientação escolar de alunos atingidos por fortes condicionamentos sociais (pobreza, exclusão social, desagregação familiar), o agir educativo dentro dos ambientes familiares, a influência dos meios de comunicação social e das associações e grupos juvenis (grupo de pares, gangues etc.) (CALIMAN, 2006, p. 3).

– Alemanha: País considerado berço da Educação Social, atrelado ao desenvolvimento industrial e potencializado pelas questões advindas das guerras no século XX (MACHADO, 2010). Segundo Fichtner (2009, p. 46) as/os educadores sociais atuam na Alemanha em "[...] apoio e atendimento de crianças e adolescentes dentro e fora da escola; apoio e atendimento no sistema de saúde; apoio e atendimento à família; apoio e atendimento para habitação, moradia e comunidade; apoio e atendimento nos lugares de trabalho e apoio e atendimento para o desenvolvimento da expressão cultural, ecologia e relações comunitárias".

– Espanha: Na Espanha este movimento se inicia pela chamada educação especializada, no início do século XX, neste país a formação destes educadores só alcança o nível universitário na década de 90. A concepção atual da Educação Social na Espanha, a partir dos anos 90 é centrada na transmissão do patrimônio cultural e busca a promoção das crianças e adolescentes e ganha impulso, dando início ao processo de desinstitucionalização das crianças e adolescentes antes confinadas em grandes instituições de menores. Os educadores sociais atuam em diferentes contextos desde escolas, centros juvenis, ruas, centros culturais, a formação universitária ocorre tem a duração de 3 anos (MULLER et al, 2010)

– Portugal: Em Portugal a profissão do educador social vem se desenhando e construindo seu perfil profissional. O educador tem como escopo evidenciar o compromisso educativo para além da relação de assistencialismo e paternalismo. Foi nas décadas de 1980 e 1990, que surgiram os primeiros cursos de nível superior em educação social, dando ao sujeito o título de bacharel, o curso com a duração de três anos,

teve início nas Escolas Superiores de Educação do Porto e de Santarém e tinha uma característica técnica-recreativa. No final da década de 1990, em 1996, foi aprovado o curso de licenciatura em Educação Social. O educador social passa a realizar apoio educativo, pedagógico, social e formativo para diferentes contextos e públicos com a expectativa de promover neles competências sociais (AZEVEDO, 2011). Assim, em pouco tempo, a educação social passa a ter uma perspectiva pedagógica e não mais apenas técnica e recreativa (CORREIA, 2014).

– Finlândia: A Finlândia tem como proposta de formação o curso de Pedagogia Social, este curso tem por base autores alemães e espanhóis, apesar de uma preocupação teórica, as questões pragmáticas apresentam maiores destaques na formação do educador neste país. Pensam a pedagogia social a partir de dois pilares, com a mesma importância, sendo eles: o indivíduo e a comunidade. Consideram que tanto o pessoal quanto o comunitário necessitam apoio para se desenvolverem. O papel do educador social é ter um “espírito militante, de esperança e muitos sonhos e utopias racionais para o caminho da pedagogia social” (Leena Kurki, 2008, pag. 05)

2. Qual é a diferença entre o assistente social, o professor e o educador social?

A profissão de assistente social está inscrita na divisão sócio técnica do trabalho e devidamente regulamentada pela Lei 8.662/93. Para o exercício profissional é exigido a formação e diploma no Curso de Graduação em Serviço Social oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de Ensino Superior e requer prévio registro no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS.

Ressalta-se que o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e os Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS constituem em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica com o objetivo de disciplinar e defender o exercício profissional dos assistentes sociais.

O assistente social trabalha em diferentes espaços ocupacionais, tendo lugar no Estado, em empresas e esferas privadas, em organização da sociedade civil sem fins lucrativos, na assessoria de organizações e movimentos sociais. Tem-se o reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional, compreendida enquanto conjunto

das expressões das desigualdades sociais, engendradas na sociedade capitalista, da relação de exploração de uma classe sobre outra, decorrentes do conflito de classes, que agravam as condições de vida dos trabalhadores.

Algumas das expressões que se apresentam no cotidiano do profissional como demandas dos usuários dos serviços são a falta de atendimento às suas necessidades na esfera da saúde, da habitação, da assistência, nas precárias condições de vida das famílias, na situação dos moradores de rua, na busca do reconhecimento dos direitos, na violência, dentre outros. Na ação profissional estão implícitos os fundamentos teórico-metodológicos, ético- políticos construídos pela profissão e os procedimentos técnico-operativos.

Segundo dados de pesquisa sobre o perfil dos assistentes sociais no Brasil, promovida pelo CFESS em 2005, constatou-se que 78,16% dos profissionais atuam em instituições públicas estatais, sendo 40,97% em âmbito municipal, portanto, predominando a atuação na formulação, planejamento e operacionalização de diferentes políticas sociais.

Nesses espaços os profissionais atuam na formulação, planejamento e execução de políticas públicas, nas áreas de educação, saúde, previdência, assistência social, habitação, meio ambiente, entre outras, movidos pelas perspectivas de defesa e ampliação dos direitos da população. Embora, em suas ações dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para operar as políticas e serviços sociais públicos.

Considerando o que está previsto no art. 4º da referida Lei que regulamenta a profissão, o assistente social tem dentre outras a competência de encaminhar providências, orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; realizar estudos sócio- econômicos para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

No que se refere às atribuições privativas deste profissional no art. 5º os profissionais neste âmbito realizam assessorias, consultoria e supervisão técnica, contribuem na formulação, gestão e avaliação e políticas, programas e projetos sociais, realizam estudos sócios econômicos e orienta-

ção social a indivíduos, grupos e famílias, predominante das classes subalternas; impulsionam a mobilização social desses segmentos e realizam práticas educativas; formulam e desenvolvem projetos de pesquisa e atuação técnica, além de exercerem funções de magistério, direção e supervisão acadêmica.

O Trabalho do Assistente Social é complementar e não dicotômico ao de Educador Social; o trabalho do Educador Social não é um trabalho de assistência social e sim de Educação Social. O Educador Social vai se envolver com trabalho educativo, desenvolver metodologias possíveis, pedagogias diferenciadas para que possa ser mediador na construção do conhecimento amplo e também específico de seu educando no espaço em que se encontra seja a rua, o abrigo, a prisão, o asilo etc.

Ao educador importam os processos educativos, que são intencionais, objetivos diferenciados, onde são trabalhadas as diversidades dos educandos, dentro de seu contexto sócio histórico. Seu compromisso é com a educação integral do indivíduo, o foco do Educador Social é a emancipação humana por meio da apresentação ao sujeito dos conteúdos culturais, políticos e cívicos para intervenção a favor da sua vida e da comunidade. O caráter da educação social é de promoção humana e social, portanto preventivo e também de apoio à ressocialização.

A educação social também difere da educação escolar, que precisa seguir conteúdos e grades escolares e horários e está presa à escola. O educador social não está preso a estas questões, estas profissões são complementares, se ajudam, precisamos da assistência social e da escola, não se confundem, mas se complementam, por vezes se imbricam, pois, trabalhamos com o mesmo indivíduo.

| | Assistente social | Professor | Educador/a social |
|--------|--|--|--|
| Função | Assistir pessoas e famílias que estejam com problemas para fazer parte da vida considerada | Ensinar conteúdo programados de acordo com cada série escolar com o intuito de prepara-los | Mediar e formar pessoas, famílias, comunidade, apresentando conteúdos culturais, políticos e |

| | | | |
|------------------|---|---|--|
| | normalizada com o intuito de resolver problemas. | para a série seguinte. | cívicos com o intuito de instrumentalizar os sujeitos para a sua emancipação social. |
| Ação | Informar sobre a rede de atendimento da política social, assessorar, registrar, avaliar serviços. | Transmitir conteúdos científicos e historicamente construídos | Ir até as diferentes populações, ser um personagem presente e de referência na comunidade, informar sobre as ofertas culturais, Acompanha as pessoas aos serviços de interesse, ensinar ou acompanhar para a cultura artística, esportiva, recreativa, política, profissional, filosófica, histórica, dos direitos e deveres, das ciências humanas e sociais; éticos |
| Campo de atuação | CREAS CRAS Empresas Projetos Programas pú- | Escola | Escola Institutos, ONGs Hospitais, Setores da política pública |

| | | | |
|-------------------|--|------------------------|---|
| | blicos ou privados SINASE – Sistema Nacional de Socioeducação Outros | | da educação, esporte, assistência social, saúde, SINASE SUAS Sistema Nacional de Educação Sistema de Direitos Humanos |
| População | Pessoas com direitos violados e necessidade de resolver problemas | Estudantes de escolas | Pessoas de qualquer idade, etnia, nacionalidade, classe social, gênero |
| Política nacional | Ministério da Assistência Social | Ministério da Educação | Ministério da Educação |

3. O que muda no BR e para quem, se tivermos o educador social com a profissão regulamentada?

A Educação Social é reconhecida socialmente no Brasil na década de 80 e 90 com os movimentos civis organizados. Começamos então a perceber a formação de outros espaços educacionais possíveis, principalmente com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Brasil que consegue mobilizar e formar Educadores Sociais de todo o Brasil. Então os termos Educador Social e Educação Social ganham força e relevância no Brasil. Hoje, mesmo sem ter uma profissão regulamentada no Brasil, podemos ver milhares de Educadores Sociais trabalhando arduamente nas ruas, nos presídios, em ONGS, em Sistemas Socioeducativos... se denominam Educadores Sociais de fato, mas de Direito possuem as mais variadas denominações o que termina por confundir sua real função e não lhe dar a formação e capacitação necessária.

Seu fazer que é a ação educativa nos mais diversos espaços termina sendo confundida com outros fazeres pela ausência da profissão. O Educador Social trabalha com a educação eminentemente integral que

está para além de uma grade curricular conteudista escolar. O educador social trabalha no contexto histórico social do seu educando caminhando sempre ao seu lado, tendo o cuidado de não ultrapassar esperando o seu tempo, crendo o tempo inteiro em sua potência, na capacidade que este possui de construir o conhecimento e a atitude para buscar a realização de seus sonhos e a superação de suas dificuldades. A principal ferramenta do educador social é a educação imbricada com o social, com a história do educando, que está para além do espaço onde os dois se encontram.

Com a regulamentação da profissão do Educador Social mudará o olhar das instituições públicas e privadas e da população em geral para este Educador.

Por não haver a regulamentação, os Educadores muitas vezes são confundidos como assistentes sociais, policiais, vigilantes, babás, recolhedor de crianças nas ruas... a regulamentação vai deixar claro que o Educador Social trabalha com Processos Educativos em outros espaços possíveis, deixará claro também que Educação não é sinônimo de escola, que outros espaços educativos são possíveis e necessários para o ser humano, a regulamentação trará dignidade ao Educador Social e ganhos para toda sociedade que terá um profissional mais capacitado para atuar em seu favor.

Os Educadores Sociais há muito clamam pela regulamentação da profissão, muitos estão na militância há anos, invisíveis sem ter quem se volte ao seu favor. A regulamentação vem ao encontro de um “sonho possível” como diria nosso grande Educador Paulo Freire, um sonho possível sonhado por milhares de Educadores Sociais em cada canto de nosso imenso país. A profissão do educador social regulamentada cumpre a mesma função de qualquer outra: valoriza o profissional com garantias trabalhistas, promove concursos públicos (devagar exclui os voluntários como protagonistas casuais da área), prevê formação específica e, portanto, qualifica a oferta de trabalho com diretrizes pedagógicas e pesquisas na área, permite definir o perfil do profissional e desenvolver a aceitação social desse trabalho educativo.

A regulamentação definirá os campos de atuação do Educador Social, prevendo o exercício dentro e/ou fora do âmbito escolar. Ocorrerá a criação de planos de cargos, carreira e remuneração desta profissão,

imprescindível na tutela de Direitos Humanos, considerando o trabalho diretamente desenvolvido com pessoas em situação de vulnerabilidade social, que demanda indivíduos bem formados e remunerados para atuar no campo social e enfrentar os desafios dele advindos.

4. Por que o grau universitário é importante?

A Graduação é um espaço importante para pensarmos, para produzirmos conhecimento científico, em se tratando de uma nova profissão, ter o grau universitário em muito irá ajudar a sistematização e a produção de conhecimentos científicos em todo o Brasil.

Em relação a este tema a categoria profissional da área apresenta-se bastante diversa, pois há na área educadores e educadoras com diferentes graus de formação escolar e de tipos e níveis de formações acadêmicas.

Deste modo há quem trabalhe durante muitos anos na profissão (e por essa razão poderíamos considerar suas vastas e ricas experiências educativas) e ainda não atingiu o ensino médio. Outros e outras trabalhadores (as) que chegaram à conclusão desta etapa. Uma outra parcela de profissionais com graduações em diversas áreas e cursos do ensino superior. Também aqueles e aquelas com escolarizações a nível de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Esta realidade tão diversificada e ao mesmo tempo representativa da própria história da origem e desenvolvimento desta profissão no nosso país nos leva ao entendimento de que a lei nacional que regulamente exercício profissional da educação social no Brasil precisaria abarcar em sua configuração a legitimidade da atuação de todos e todas profissionais atuantes neste campo, considerando e valorizando em cada qual as suas diversas experiências formativas, sejam essas as advindas das práticas de formações sociais e ou escolares, universitárias e ou de titulações acadêmicas.

Sobre esta questão, durante o I congresso de pesquisadores e profissionais da educação social em Maringá, na proposta estabelecida em conjunto, aprovou-se a possibilidade de que as instituições universitárias públicas ficassem responsáveis por ofertarem formação especial aos educadores e educadoras sociais atuantes e sem o grau mínimo de escolaridade exigida pelo projeto de lei em questão (ensino médio). Tam-

bém, a partir desta formação, pela concessão do exercício profissional destes trabalhadores e trabalhadoras que, nomeadamente, colaboram até aqui para a vida da educação social brasileira e que justamente não podem ficar de fora do clivo da lei federal que busca o reconhecimento e mérito político e social desta profissão. Nível de escolaridade dos/as profissionais da educação social:

- Espera-se que o/a profissional da educação possua formação em nível superior, preferencialmente nas graduações que compõem a área de ciências humanas e/ou ciências sociais aplicadas o que potencializa sua compreensão da questão social e a construção de intervenções educativas que possibilitem incrementar o desenvolvimento dos indivíduos para a superação dos problemas impostos pelo atual contexto histórico – finalidade da educação social;

- Frente a inexistência de curso específico para a formação do/a educador/a social em nível de graduação no sistema nacional de ensino superior, coloca-se em caráter de urgência a necessidade de implantação destes cursos de formação em caráter interdisciplinar.

- Na mesma medida, impõe-se a necessidade de promoção de ações, na modalidade PAR – similares ao PARFOR para a formação dos profissionais da educação escolar, para a formação inicial e continuada dos/as profissionais que já atuam na educação social nos diversos campos, de forma articulada ao trabalho da Escola Nacional de Socioeducação, recém criada e implantada no âmbito da CEAG/UNB que finaliza processos de formação básica e em nível de especialização para os educadores/as sociais que atuam no SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

- Por fim, impõe complementarmente a necessidade de promoção de iniciativas interdisciplinares, em consonância com as ações previstas no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, para implantação de programas de Mestrado e Doutorado, e ainda de Mestrados Profissionais em Educação Social.

Colocamo-nos à disposição para presencialmente ou via internet intercambiarmos impressões, reflexões e conceitos com o fim de chegarmos a melhor solução para a regulamentação da profissão do/educador/ social.

Agradecemos a oportunidade de expressar nossa opinião.

Maringá-PR, 03 de agosto de 2015.

Veronica Regina Müller
Universidade Estadual de Maringá
44 3301 3798 Cel: 44 91214521

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Brasília, DF. Diário Oficial da União de 05/10/1988.

BRASIL. Lei Complementar n. 95, de 26 de fevereiro de 1998. Brasília, DF. Diário Oficial da União de 27 de fevereiro de 1998.

LOPES, Iriny. Voto emitido enquanto relatora perante a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados Deputado em 02/04/2014. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1241473&filename=PRL+1+C+CJC+%3D%3E+PL+5346/2009. Consulta em 13 jul. 2015.

MELO, Assis. Parecer emitido enquanto Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados Deputado em 05 de maio de 2013. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1086398&filename=PRL+1+CTASP+%3D%3E+PL+5346/2009. Consulta em 13 jul. 2015.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 19ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2006. CRESS 12ª Região- Santa Catarina. Coletânea de Leis. Ed. Agnus, 1999.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional in: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília,

lia: CFESS\ABEPSS, 2009.760 p. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. V.1)

RAICHELIS, Raquel. O Trabalho do Assistente Social na Esfera Estatal. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS\ABEPSS, 2009.760 p. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social- CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS.

IAMAMOTO, Villela Marilda. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) Assistente Social na atualidade. In: ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO (A) ASSISTENTE SOCIAL EM QUESTÃO, CFESS, 2012.

AZEVEDO, S. Técnicos Superiores de Educação Social. Necessidade e Pertinência de um Estatuto Social. Porto: Fronteira do Caos, 2011.

CALIMAN, Geraldo. Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social na Europa (Itália). In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006,. Proceedings online... Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC00000009200_6000100015&lng=en&nrm=abn>. Access on: 05 July. 2015.

CAMORS, Jorge. El educador social en Uruguay: aspectos históricos y fundamentos teóricos que explican la construcción de la figura profesional. Montevideo: Grupo Magro editores, 2012.

CORREIA, Fátima. et al. A educação social em Portugal: novos desafios para a identidade profissional. Interfaces Científicas – Educação • Aracaju • V.3 • N.1 • p. 113 – 124 • Out. 2014

FICHTNER, Bernd. Pedagogia Social e Trabalho Social na Alemanha. In: SILVA, Roberto; NETO, João Clemente de Souza; MOURA, Rogé-

rio Adolfo. *Pedagogia Social*. Expressão e Arte Editora: São Paulo. p. 109-130, 2009.

Leena Kurki; (2008); El campo” interdisciplinario” de pedagogía social y animación sociocultural en Finlandia.; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 8; JULIO de 2008; ISSN 1698- 4044

MACHADO, Erico Ribas. A constituição da Pedagogia Social na realidade educacional brasileira. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina-Florianópolis, 2010, 242 p. Disponível em: <http://aieji.net/wp-content/uploads/2011/05/Erico-Ribas-Machado.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2014.

MÜLLER, Veronica Regina; MOURA, Fabiana; NATALI, Paula Marçal; SOUZA, Cléia Renata Teixeira de. A formação do profissional da Educação Social: espectros da realidade. XVIII Seminário Internacional de Formação de Professores para o MERCOSUL/CONESUL. 2010, Anais eletrônicos... Disponível em: <http://seminarioformprof.ufsc.br/files/2010/12/M%C3%9CCLLER-Ver%C3%B>

**CONTRIBUIÇÃO ENVIADA À ASSESSORIA DO SENADOR
PAULO PAIM**

05 de abril de 2016

Maringá, 5 de abril de 2016.

Ao Senador Paulo Paim

No Senado Federal o PLS 328/2015 de autoria do Senador Telmário Mota, já tramitou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foram suprimidos dois artigos da proposta original (3º e 5º). Atualmente a proposta se encontra na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), sob relatoria de Vossa Excelência. É a respeito dessa intervenção institucional que o Coletivo de Profissionais e Pesquisadores que subscrevem a presente vem apresentar as seguintes considerações e sugestões:

Pelas emendas já aprovadas e sugestões contidas na minuta de parecer ML 2016-01723, bem como, na Nota Técnica 661/2016, o PLS 328/2016 teria a seguinte versão:

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º – Fica regulamentada a profissão de Educadora e Educador Social, nos termos desta Lei.

Parágrafo único: A profissão que trata o caput do ~~este~~ artigo possui caráter educativo (*1) ~~pedagógico~~ e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

Art. 2º – Ficam estabelecidos como campo de atuação das educadoras e educadores sociais, os contextos educativos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos e sociais, a partir das políti-

cas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais.

Art. 3º São atribuições dos profissionais de que trata esta Lei ações de educação e mediação que envolvam os direitos ~~e deveres~~ (*2) humanos, a justiça social e o exercício da cidadania com pessoas de qualquer classe social, gênero, idade, etnia, cultura, nacionalidade dentre outras particularidades, por meio da promoção cultural, política e cívica.

Art. 4º Os profissionais de que trata esta Lei serão formados em cursos de educação superior, em nível de graduação, admitida a escolaridade mínima de nível médio para aqueles que exercerem a profissão até o início de vigência desta Lei.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(*1) – Sugerimos substituir o termo pedagógico pelo educativo por compreender que pedagógico se refere àquilo que é relativo ou próprio da pedagogia, sendo que desta maneira, a profissão (inclusive a formação) ficaria atrelada à pedagogia enquanto campo específico. Temos o entendimento de que a formação do/a educador/a social pode se dar na Pedagogia, mas também pode ocorrer em outros campos;

(*2) – Fazemos a sugestão da retirada do termo deveres do texto. Somos profissionais da defesa de direitos e conhecemos as disputas semânticas envolvidas na inserção dos termos deveres. Não temos um sistema de garantia de direitos e deveres da criança e do adolescente, e devemos ter um sistema de garantia de direitos pois os deveres já estão suficientemente garantidos e resguardados inclusive com pena de morte ao seu desrespeito.

1 – Contribuição do Coletivo

No item II da minuta de parecer (análise) é referenciada a preocupação de Vossa Excelência em relação à diferenciação entre as profissões do Educador Social e o Assistente Social, assim expressa:

O termo educador é tradicionalmente usado para abarcar o conjunto de profissionais da educação. Portanto, não deve ser apropriado por apenas uma categoria de trabalhador. A expressão “social”, de certa forma, neutraliza essa possibilidade. Entretanto, o campo de atuação do educador social, nos termos especificados pelo PLS, traz dúvidas sobre a diferenciação da nova profissão com a de assistente social – regulamentada pela Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 –, principalmente no âmbito das escolas. Trata-se, contudo, de questão a ser analisada pela CAS.

A dúvida suscitada pode ser desde já dirimida, pois as atividades são distintas em relação às atribuições de um e outro profissional, como bem referencia a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), introduzida pela Portaria nº. 397 do Ministério do Trabalho e Emprego, publicada no DOU em 10/10/2002. A CBO aponta objetivamente a distinção de ambas atividades que pertencem, inclusive, a Famílias Ocupacionais diferentes.

O EDUCADOR SOCIAL pertence ao Grande Grupo nº. 5, subgrupo principal 5.1, que contempla os trabalhadores dos serviços. A Família Ocupacional nº. 5153 engloba objetivamente os trabalhadores de atenção, defesa e proteção a pessoas em situação de risco. Sua descrição sumária e o exercício de atividades são as seguintes:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Visam garantir a atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de risco pessoal e social. Procuram assegurar seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as, identificando suas necessidades e demandas e desenvolvendo atividades e tratamento.

ATIVIDADES: O trabalho é exercido em instituições ou nas ruas. As atividades são exercidas com alguma forma de supervisão, geralmente em equipes multidisciplinares. Os horários de trabalho são variados: tempo integral, revezamento de turno ou períodos determinados. Os trabalhadores desta família ocupacional lidam diariamente com si-

tuações de risco, assistindo indivíduos com alteração de comportamento, agressividade e em vulnerabilidade.

(Classificação Brasileira de Ocupações: CBO – 2010 – 3a ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010, p. 777.)

Por seu turno, o ASSISTENTE SOCIAL está alocado no Grande Grupo nº. 2 e Subgrupo Principal 2.5 que agrega os profissionais das ciências sociais e humanas. Sua Família Ocupacional é a 2516 juntamente aos economistas domésticos. A descrição sumária e suas atividades contemplam a seguinte provisão institucional perante a sistematização ordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Prestam serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejam, coordenam e avaliam planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras), atuando nas esferas pública e privada;

ATIVIDADES: Trabalham em instituições das esferas pública e privada, bem como em ONG. Podem atuar em empresas ou instituições do setor agropecuário, comercial, industrial e de serviços. O foco de atuação é a família (ou indivíduo). São estatutários ou empregados com carteira assinada. Trabalham em equipe, sob supervisão ocasional, em ambientes fechados e em horário diurno, podendo, o assistente social trabalhar em horários irregulares durante plantões e em casos emergenciais. Eventualmente, trabalham sob pressão, levando à situação de estresse.

REGULAMENTAÇÃO: Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993 – Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

(Classificação Brasileira de Ocupações: CBO – 2010 – 3a ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010, p. 349)

Portanto, concluímos que se tratam de profissões distintas, com atribuições diferenciadas, embora, não raras vezes, possam compor a mesma equipe multidisciplinar para atuação.

Em sistematização recentemente realizada em nosso Grupo de Estudos, vinculada à Disciplina “Infâncias, Adolescência e Educação Social”, ministrada pelas Professoras Dras. Veronica Müller e Ercília de Paula aos Mestrandos e Doutorandos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, foram elaboradas as seguintes sínteses acerca do/a Educador Social, que os individualiza no mundo de trabalho:

I – QUEM É? É um profissional da educação que desenvolve suas ações educativas centrado/a em propiciar a todo e qualquer sujeito o acesso aos conteúdos culturais e políticos da comunidade e da sociedade em geral, na direção da promoção humana e da construção de uma sociedade cada vez mais democrática, justa e igualitária. Sua atuação profissional se baseia na defesa da garantia dos direitos humanos e no apoio educativo à conquista de cada pessoa à sua emancipação social.

II – QUAIS SUAS ATRIBUIÇÕES? São ações de educação (ensinamentos de princípios e conteúdos) e mediação (detecção da situação, contato, conversa, orientação, acompanhamento, ensinamentos práticos, elaboração de planos conjuntos individuais e ou coletivos/comunitários, apresentação de possibilidades, inserção comunitária, registros, apoio à participação social, entre outros) que envolvem os direitos humanos, a justiça social e o exercício da cidadania com pessoas de qualquer classe social, gênero, idade, etnia, cultura e nacionalidade, dentre outras particularidades, por meio da promoção cultural, política e cívica.

III – ONDE É SEU CAMPO DE ATUAÇÃO? Engloba contextos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos sociais.

2 – Contribuição de Vossa parte para nossos esclarecimentos

Expomos nessa seção perguntas advindas das inquietações expressadas por educadores/as que atuam nos campos indicados na previsão legal:

Questionamentos quanto a formação

a) Com a lei não apresentando um prazo de transição do educador atual de nível médio para que faça uma equivalência com o educador de nível superior no decorrer de alguns anos, significa garantir o direito ao trabalhador da Educação Social por toda a vida? Ou seja, o trabalhador pode se valer do direito reconhecido de exercer a Educação Social com o nível que já detém por toda a vida? Ele poderia por exemplo fazer um concurso que exige nível superior? Ele ganharia o salário como se tivesse nível superior? Ou, mesmo a lei ficando tal qual está sugerida (a partir da publicação exige-se graduação, mas os anteriores ficam reconhecidos tendo nível médio), significa que estes últimos terão oportunidade de realizar cursos se quiserem, para ascender na carreira e usufruir de salário melhor e participar de concurso com maior exigência?

b) É possível utilizar a experiência do PARFOR (de formação dos profissionais da educação básica) para ofertar formação em nível superior aos Educadores Sociais que já atuam para ascensão na carreira? Ou normalmente outras profissões regulamentadas têm usado outro tipo de procedimentos?

3 – Observações

I – O princípio básico que direciona o olhar de todos/as educadores/as nesta participação, é o de que as pessoas que construíram e constroem a história da educação social até o presente sejam reconhecidas e valorizadas. Isso significa mesmas oportunidades, mesmos salários, um plano de carreira. Se este princípio não é ferido no art. 4º proposto, este coletivo é favorável à versão provinda do Senador Paulo Paim, citada no início deste texto.

Ainda assim, gostaríamos que a lei pudesse garantir aos profissionais da Educação Social com história e tempo de trabalho reconhecimento legal, ou seja, que sua experiência e trajetória profissional fosse reconhecida por meio desta lei, talvez com a inclusão de artigo específico.

Nossa sugestão de redação para o mesmo:

Apenas serão reconhecidos como profissionais da Educação Social os seguintes profissionais:

I – os possuidores de diploma obtido em qualquer curso superior oficialmente autorizado e reconhecido e tenham experiência na área comprovada até a data da promulgação desta lei;

II – Os possuidores de diploma em Educação Social expedido por instituição de ensino superior estrangeira, revalidado na forma da legislação em vigor;

III – Os que, até a data do início da vigência desta Lei, tenham comprovadamente exercido atividades próprias dos Profissionais de Educação Social, nos termos a serem estabelecidos pela Associação Nacional de Educadores Sociais.

Em função das diretrizes e das estruturas necessárias que precisarão ser criadas para estas adequações, talvez fosse melhor sugerir na lei o prazo de 5 anos para as mesmas.

II – Se houver capacitação para a equiparação de títulos, que seja autorizado somente às Universidades Públicas a sua realização.

III – Quanto à área da educação social, haverá que se estudar se já cabe entendê-la na LDBEN, ou se haverá que modificar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Temos algumas considerações a respeito, se interessarem.

Sem mais para esta ocasião, firmam a presente:

Dra. Ercília Teixeira de Paula (Pedagoga)

Coordenadora do PCA – Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente da Universidade Estadual de Maringá

Dra. Veronica Regina Müller (Educadora Social, Professora)
Presidente da AESMAR – Associação de Educadores Sociais de Maringá

Ms. Patrícia Cruzelino Rodrigues (Educadora Social, Professora)
Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de Maringá e Projeto Brincadeiras de Maringá

Dra. Paula Marçal Natali (Educadora Social, Professora)
Coordenadora do Projeto Brincadeiras com meninos e meninas de e na rua no Vale do Ivaí

Dra. Jacyara Paiva (educadora social, advogada, professora) Universidade Estácio de Sá – Espírito Santo

Doutorando Regis Alan Bauli (Advogado, Professor) Membro da AESMAR

Dra. Márcia Rejânia Lemos de Souza (professora) Universidade Estadual de Londrina

Dr. Érico Ribas Machado
Professor no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social – NU-PEPES

Dra. Cléia Renata Teixeira de Souza (Educadora social, Professora)
Coordenadora do Projeto Brincadeiras na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

Dr. Ailton José Morelli (Historiador, Professor)

Vice-Presidente do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Maringá – PR

Luciane Margarida Lima Pereira (Assistente Social, Educadora Social) Município de Maringá

Doutorando Marcelo Adriano Colavitto (Artista, Educador Social, Professor) Coordenador do Grupo Meu Clown

Wagner Oliveira Cândido (Educador Social, Historiador, Controlador de voo) Coordenador do Projeto Leituras ao Luar – Maringá – PR

Ms. Maristela Melo Barroso (Pedagoga, Educadora Social) Coordenadora do Projeto Leituras ao Vento – Maringá – PR

Doutoranda Maria Angelita Silva Coordenadora do Projeto Criança Xetá

Mestranda Wilmara Rocha Eleotério Lima (Pedagoga, Educadora Social) Participante do Grupo de Pesquisa do CNPq – Infância, Adolescência e Juventude

Doutoranda Fernanda Benevutto (Advogada) Participante do Grupo de Pesquisa do CNPq – Infância, Adolescência e Juventude

Mestranda Renata Pereira (Artista, Educadora Social) Participante do Projeto Brincadeiras – Maringá – PR

Mestrando João Marchi (Artista, Educador Social) Participante do Projeto Brincadeiras – Maringá – PR

Ms. Zilda Bego (Pedagoga, Educadora Social) Participante do Grupo de Pesquisa do CNPq – Infância, Adolescência e Juventude

Ms. Fabiana Ferreira (Pedagoga, Educadora social)
Participante do Grupo de Pesquisa do CNPq – Infância, Adolescência e Juventude

Ms. Glória Christina de Souza Cardozo (Pedagoga, educadora social)
Participante do Grupo de Pesquisa do CNPq – Infância, Adolescência e Juventude

Coordenadora de projetos de aplicação da Justiça Restaurativa no âmbito escolar e na execução de penas alternativas/medidas educativas em Londrina – PR

Doutoranda Gislaine Gonçalves (Professora, Educadora Social) Projeto Brincadeiras de Maringá – PR

Mestrando Lucas Tagliari da Silva (Professor, educador social) Projeto Crianças Hemofílicas – Maringá – PR

Piatã Müller Santos (Educador Social, Jornalista) Presidente do Instituto Sócrates

Paula A. Fernandez Bustamante (Advogada, educadora social) Equipe do Instituto Sócrates

**MENSAGEM ELETRÔNICA ENVIADA À ASSESSORIA
DA SENADORA ANA AMÉLIA**

06 de junho de 2017

| | |
|-----------------------|--|
| Régis A. Bauli | |
| De | Regis A. Bauli <regisbauli@gmail.com> |
| Enviado em | terça-feira, 6 de junho de 2017 16:48 |
| Para | ana.amelia@senadora.leg.br |
| Cc | rabauli@uem.br; 'Veronica Müller' |
| Assunto | PLS 328-2015 – Pauta CAS em 07-06-2017 |
| Anexos | 75 – Versao atual do PLS 328-2015 – 23 mai 2017.pdf; 75 – CAS-Pauta – 07 06 2017 – item 8.pdf |

Sou Régis Alan Bauli, doutorando vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE-UEM), professor lotado no Departamento de Direito Público na mesma instituição desde 15/09/2000 e, por meio desta mensagem eletrônica, venho a honrosa presença de Vossa Excelência para solicitar apoio e voto favorável ao parecer do relator Sem. Paulo Paim para o Projeto de Lei n. 328/2015, que será apreciado na reunião de amanhã, 07/06/2017, na Comissão de Assuntos Sociais, da qual a Senadora é membro titular, representando o PP/RS.

Juntamente com Dra. Veronica Regina Müller e sob sua orientação institucional, desde 2014, desenvolvemos pesquisa voltada ao estudo da profissionalização e normatização da profissão de Educador Social.

Fazemos parte de um Grupo de Pesquisadores que, liderados pela aludida professora, integram a Associação de Educadores Sociais de Maringá (AESMAR), Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR), Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente da Universidade Estadual de Maringá (PCA/UEM) e Dynamo Network Street Workers-Rede Internacional Dynamo de Educadores Sociais.

Trata-se de um projeto de grande interesse para os Profissionais que desenvolvem a Educação Social, pois, normatiza uma atividade de

enorme importância social, garantindo-se o expreso reconhecimento legal perante o Ordenamento Jurídico Brasileiro, até então inexistente, na forma do anexo arquivo que contempla a estrutura do texto atual que, uma vez aprovado, seguirá para análise na Câmara dos Deputados, considerando a forma de tramitação conclusiva da proposta legislativa.

A ideia inicial deste projeto partiu de um evento onde se discutia a questão, que fora organizado pelo citado Grupo de Estudos e inspirou o Senador Telmário Mota a apresentar a proposta de lei, a qual passou a ter a tramitação acompanhada pelos Pesquisadores e Profissionais perante as outras Comissões, pelas quais, anteriormente passara: a CCJ aprovou o parecer favorável em 04/11/2015 com a Emenda n. 1; a CE também o aprovou, acrescentando as Emendas n. 2 e 3. Tais emendas promoveram o aprimoramento do projeto, refletindo um texto com disposições que valorizam o profissional e a atividade.

Assim, solicitamos a Vossa Excelência apoio à aludido projeto correspondente ao item n. 08 da pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) de 07/06/2017 que segue anexa, bem como, o link (<http://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?4&codcol=40>) para acesso às demais informações.

Atenciosamente.

Régis Alan Bauli / Veronica Regina Müller.

MENSAGEM ENVIADA À ASSESSORIA DA SENADORA MARTA SUPLICY

03 de julho de 2017

AO SENADO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL SEN. MARTA SUPLICY – Presidente da Comissão de As-
suntos Sociais

PATRICIA DE LURDES M. O. E OLIVEIRA – Secretária da CAS

RÉGIS ALAN BAULI, doutorando portador do registro acadêmico n. 52.236-PG emitido em 31/01/2014, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE-UEM); e professor lotado sob matrícula n. 241 no Departamento de Direito Público na mesma instituição em 15/09/2000, vem, a honrosa presença de Vossas Excelência/Senhoria expor e requerer o quanto segue:

Sob a orientação da Dra. Veronica Regina Müller desenvolvemos, desde 2014, pesquisa voltada ao estudo da profissionalização e normatização da Profissão de Educador Social, fazendo parte de um Grupo de Pesquisadores que, liderados pela aludida professora, integram a Associação de Educadores Sociais de Maringá (AESMAR), Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente da Universidade Estadual de Maringá (PCA/UEM) e Dynamo Network Street Workers-Rede Internacional Dynamo de Educadores Sociais.

Nossa tese de doutoramento encontra-se qualificada pelo Programa e, atualmente, estamos desenvolvendo as pesquisas correspondentes ao processo legislativo, pelo qual, tramita os Projeto de Lei n. 328/2015 (PLS-Senado-CAS), circunstância que oportuniza a apresentação desta manifestação, para contribuição na normatização da atividade, dentro da metodologia da pesquisa-ação também aplicada no trabalho.

No último dia 29/06, estiveram reunidos na cidade de Vitória- ES Profissionais e Pesquisadores durante a realização do I EDUSOVitória,

promovido pelo Centro de Educação da UFES-Universidade Federal do Espírito Santo, IFES-Instituto Federal do Espírito Santo e Centro Educacional Radier, trabalhando a temática Reflexões (im) pertinentes à Educação Social, conforme anexo Folder. Durante os trabalhos nasceu simbolicamente a EDUSOBRASIL-Associação Brasileira de Educação Social/Pedagogia Social.

A ampla maioria dos participantes manifestaram concordância com as disposições contidas no PLS n. 328/2015, o qual, já recebeu PARECER FAVORÁVEL emitido pelo Senador Paulo Paim, justamente por contemplar em seu texto, a seguir constante, os anseios dos Educadores Sociais, prestigiando, assim, profissionais e profissão de reconhecida importância no contexto social e educacional brasileiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º – Fica regulamentada a profissão de Educadora e Educador Social, nos termos desta Lei. (Redação da proposta original)

Parágrafo único: A profissão que trata o caput deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas. (Redação da proposta original)

Art. 2º – Ficam estabelecidos como campo de atuação das educadoras e educadores sociais, os contextos educativos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos e sociais, a partir das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais. (Redação da proposta original)

Art. 3º São atribuições dos profissionais de que trata esta Lei ações de educação e mediação que envolvam os direitos e deveres humanos, a justiça social e o exercício da cidadania com pessoas de qualquer classe social, gênero, idade, etnia, cultura, nacionalidade dentre outras particularidades, por meio da promoção cultural, política e cívica. (Redação conforme Emenda n. 02, aprovada na Comissão

de Educação, Cultura e Esporte (CE-SENADO), em 17/05/2016)

Art. 4º Os profissionais de que trata esta Lei serão formados em cursos de educação superior, em nível de graduação, admitida a escolaridade mínima de nível médio para aqueles que exercerem a profissão até o início de vigência desta Lei. (Redação conforme Emenda n. 03, aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE-SENADO), em 17/05/2016)

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (Redação da proposta original)

Ante ao exposto, solicitamos apoio a proposta e a colocação em pauta do PLS n. 328/2015 na próxima sessão da Comissão de Assuntos Sociais para apreciação e votação.

Maringá-PR, 03 de julho de 2017.

Régis Alan Bauli

Doutorando em Educação RA-PG n. 52.236/2014 – PPE/UEM Professor no Departamento de Direito Público – Matr. 241/2000

**MENSAGENS COM SEQUENCIAL ENVIADA A GRUPO
DE SENADORES INTEGRANTES DA
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

06 de junho – 29 de agosto de 2017

| | |
|--|---|
| Régis A. Bauli | |
| De | Sen. Paulo Paim <paulo.paim@senador.leg.br> |
| Enviado em | terça-feira, 29 de agosto de 2017 16:03 |
| Para | Regis A. Bauli |
| Assunto | RES: PLS 328-2015 – Pauta CAS em 30-08-2017 – item 03 |
| <p>Prezado Regis,</p> <p>Obrigada pelo contato que realiza com o mandato do Senador Paulo Paim. O Senador foi designado relator desse projeto e já entregou seu relatório favorável. Neste momento já está na pauta para ser apreciado e o Senador como relator estará presente!!</p> <p>Com o seu forte abraço,</p> <p>Luciana Vieira Gabinete do Senador Paulo Paim Visite: www.senadorpaim.com.br</p> | |

| | |
|-------------------|--|
| De | Regis A. Bauli [mailto:regisbauli@gmail.com] |
| Enviado em | terça-feira, 29 de agosto de 2017 15:57 |
| Para | Sen. Paulo Paim <paulo.paim@senador.leg.br>; Joao Batista Marques <JMARQUES@senado.leg.br>; Sen. Sérgio Petecão (institucional) <sergio.petecao@senador.leg.br>; Sen. Ana Amé- |

| | |
|----------------|--|
| | lia <ana.amelia@senadora.leg.br>; Jaqueline de Almeida Sendrovski <JSENDRO@senado.leg.br> |
| CC | 'Veronica Müller' <veremuller@gmail.com>; rabauli@uem.br |
| Assunto | PLS 328-2015 – Pauta CAS em 30-08-2017 – item 03 |

Prezados Senadores

PAULO PAIM (Asses. Luciana Vieira) / SÉRGIO PETECÃO (Asses. João Batista-Flavio) / ANA AMÉLIA (Asses. Jaqueline Sendro)

Acompanhamos a reunião da CAS-Comissão de Assuntos Sociais da última semana e, em virtude da apreciação de diversos itens anteriores na ordem da pauta, o PLS 328/2015 teve sua apreciação adiada.

Na reunião de amanhã, 30/08/2017, o PLS 328/2015 será o item 3, havendo, portanto, a previsibilidade de apreciação, razão que justifica dirigirmo-nos à Vossas Excelências para reiterar pedido de apoio ao aludido projeto.

Segue link atualizado para acesso:
<http://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?1&codcol=40>

Em especial, agradecemos a atenção das distintas Assessorias Parlamentares (Jaqueline, João e Luciana) que nos atenderam e disponibilizaram seus endereços eletrônicos para o presente contato.

Atenciosamente.

Prof. Régis Alan Bauli (DDP-UEM) / Prof. Veronica Regina Müller (PPE-UEM).

| | |
|-------------------|---|
| De | Sen. Paulo Paim <paulo.paim@senador.leg.br> |
| Enviado em | terça-feira, 22 de agosto de 2017 16:54 |
| Para | Regis A. Bauli <regisbauli@gmail.com> |
| Assunto | RES: ENC: PLS 328-2015 – Pauta CAS em 07-06-2017 |

Regis,

Obrigada pelo contato.

O Senador é relator da proposta e fará tudo para estar presente. Com o forte abraço do Senador,

Luciana Vieira

Gabinete do Senador Paulo Paim

| | |
|-------------------|--|
| De | Regis A. Bauli [mailto:regisbauli@gmail.com] |
| Enviado em | terça-feira, 22 de agosto de 2017 16:36 |
| Para | Sen. Sérgio Petecão (institucional) <sergio.petecao@senador.leg.br>; Sen. Ana Amélia <ana.amelia@senadora.leg.br>; Sen. Paulo Paim <paulo.paim@senador.leg.br> |
| CC | rabauli@uem.br; 'Veronica Müller' <veremuller@gmail.com> |
| Assunto | ENC: ENC: PLS 328-2015 – Pauta CAS em 07-06-2017 |

Prezados Senadores

PAULO PAIM / SÉRGIO PETECÃO / ANA AMÉLIA

Por meio da presente mensagem, dirigimo-nos à Vossas Excelências para reiterar PEDIDO DE APOIO e lembrança para participar da reunião de amanhã 23/08/2017 da CAS- Comissão de Assuntos Sociais, conforme pauta anexa, onde consta no ITEM 9 a apreciação do PLS n. 328/2015, cuja relevância já restou ilustrada na mensagem abaixo constante.

Outros integrantes de nosso Grupo de Pesquisadores e Profissionais da Educação Social devem entrar em contato com os demais Senadores da CAS.

Segue link atualizado para acesso ao Projeto: <http://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?13&reuniao=6489&codc01=40>

Atenciosamente.

Régis Alan Bauli / Veronica Regina Müller.

| | |
|-------------------|--|
| De | Regis A. Bauli [mailto:regisbauli@gmail.com] |
| Enviado em | terça-feira, 6 de junho de 2017 16:41 |
| Para | sergio.petecao@senador.leg.br |
| CC | rabauli@uem.br; 'Veronica Müller' <veremuller@gmail.com> |
| Assunto | PLS 328-2015 – Pauta CAS em 07-06-2017 |

Prezado Senador SÉRGIO CUNHA

sergio.petecao@senador.leg.br

(61) 3303 6714

Sou Régis Alan Bauli, doutorando vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE-UEM), professor lotado no Departamento de Direito Público na mesma instituição desde 15/09/2000 e, por meio desta mensagem eletrônica, venho a honrosa presença de Vossa Excelência para solicitar apoio e voto favorável ao parecer do relator Sem. Paulo Paim para o Projeto de Lei n. 328/2015, que será apreciado na reunião de amanhã, 07/06/2017, na Comissão de Assuntos Sociais, da qual o Senador é membro titular, representando o PSD/AC.

Juntamente com Dra. Veronica Regina Müller e sob sua orientação institucional, desde 2014, desenvolvemos pesquisa voltada ao estudo da profissionalização e normatização da profissão de Educador Social.

Fazemos parte de um Grupo de Pesquisadores que, liderados pela aludida professora, integram a Associação de Educadores Sociais de Maringá (AESMAR), Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR), Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente da Universidade Estadual de Maringá (PCA/UEM) e Dynamo Network Street Workers-Rede Internacional Dynamo de Educadores Sociais.

Trata-se de um projeto de grande interesse para os Profissionais que desenvolvem a Educação Social, pois, normatiza uma atividade de

enorme importância social, garantindo-se o exposto reconhecimento legal perante o Ordenamento Jurídico Brasileiro, até então inexistente, na forma do anexo arquivo que contempla a estrutura do texto atual que, uma vez aprovado, seguirá para análise na Câmara dos Deputados, considerando a forma de tramitação conclusiva da proposta legislativa.

A ideia inicial deste projeto partiu de um evento onde se discutia a questão, que fora organizado pelo citado Grupo de Estudos e inspirou o Senador Telmário Mota a apresentar a proposta de lei, a qual passou a ter a tramitação acompanhada pelos Pesquisadores e Profissionais perante as outras Comissões, pelas quais, anteriormente passara: a CCJ aprovou o parecer favorável em 04/11/2015 com a Emenda n. 1; a CE também o aprovou, acrescentando as Emendas n. 2 e 3. Tais emendas promoveram o aprimoramento do projeto, refletindo um texto com disposições que valorizam o profissional e a atividade.

Assim, solicitamos a Vossa Excelência apoio à aludido projeto correspondente ao item n. 08 da pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) de 07/06/2017 que segue anexa, bem como, o link para acesso às demais informações.

(...)

Atenciosamente.

Régis Alan Bauli / Veronica Regina Müller.

CONTRIBUIÇÃO ENVIADA À ASSESSORIA DO SENADOR MARCOS ROGÉRIO DA SILVA BRITO

20 de setembro de 2017

AO DEPUTADO FEDERAL MARCOS ROGÉRIO DA SILVA BRITO DEM-RO / COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DE CIDADANIA Telefone (61) 3215 5930 – E-mail: dep.marcosrogerio@camara.gov.br

RÉGIS ALAN BAULI, doutorando portador do registro acadêmico n. 52.236-PG emitido em 31/01/2014, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE-UEM); e professor lotado sob matrícula n. 241 no Departamento de Direito Público na mesma instituição em 15/09/2000, vem, a honrosa presença de Vossa Excelência expor e requerer o quanto segue:

Sob a orientação da Dra. Veronica Regina Müller desenvolvemos, desde 2014, pesquisa voltada ao estudo da profissionalização e normatização da Profissão de Educador Social, fazendo parte de um Grupo de Pesquisadores que, liderados pela aludida professora, integram a Associação de Educadores Sociais de Maringá (AESMAR), Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente da Universidade Estadual de Maringá (PCA/UEM) e Dynamo Network Street Workers-Rede Internacional Dynamo de Educadores Sociais.

Nossa tese de doutoramento encontra-se qualificada pelo Programa e, atualmente, estamos desenvolvendo as pesquisas correspondentes ao processo legislativo, pelo qual, tramita os Projetos de Lei n. 5346/2009 (CCJC-Câmara) e 328/2015 (CAS- Senado), circunstância que oportuniza a apresentação desta manifestação, para contribuição na normatização da atividade, dentro da metodologia da pesquisa-ação também aplicada no trabalho.

Em data de 19/09/2017 a CCJC-Câmara aprovou o Parecer do Relator, Dep. Chico Alencar (PSOL-RJ), em decisão terminativa, tendo Vossa Excelência manifestado formalmente voto contrário à aprovação. Nosso Coletivo representativo das entidades descritas acima, também é contrário à aludida proposta.

No último dia 29/06/2017, estivemos reunidos na cidade de Vitória- ES Profissionais e Pesquisadores durante a realização do I EDUSOVitória, promovido pelo Centro de Educação da UFES-Universidade Federal do Espírito Santo, IFES-Instituto Federal do Espírito Santo e Centro Educacional Radier, trabalhando a temática Reflexões (im) pertinentes à Educação Social. Durante os trabalhos nasceu simbolicamente a EDUSOBRASIL-Associação Brasileira de Educação Social/Pedagogia Social.

A ampla maioria dos participantes manifestaram discordância com as disposições contidas no PL n. 5346/2009 e apoio às disposições contidas no PLS n. 328/2015, o qual, já recebeu parecer favorável emitido pelo Senador Paulo Paim, justamente por contemplar em seu texto, a seguir constante, os anseios dos Educadores Sociais, prestigiando, assim, profissionais e profissão de reconhecida importância no contexto social e educacional brasileiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º – Fica regulamentada a profissão de Educadora e Educador Social, nos termos desta Lei. (Redação da proposta original)

Parágrafo único: A profissão que trata o caput deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas. (Redação da proposta original)

Art. 2º – Ficam estabelecidos como campo de atuação das educadoras e educadores sociais, os contextos educativos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos e sociais, a partir das políti-

cas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais. (Redação da proposta original)

Art. 3º São atribuições dos profissionais de que trata esta Lei ações de educação e mediação que envolvam os direitos e deveres humanos, a justiça social e o exercício da cidadania com pessoas de qualquer classe social, gênero, idade, etnia, cultura, nacionalidade dentre outras particularidades, por meio da promoção cultural, política e cívica. (Redação conforme Emenda n. 02, aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE-SENADO), em 17/05/2016)

Art. 4º Os profissionais de que trata esta Lei serão formados em cursos de educação superior, em nível de graduação, admitida a escolaridade mínima de nível médio para aqueles que exercerem a profissão até o início de vigência desta Lei. (Redação conforme Emenda n. 03, aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE-SENADO), em 17/05/2016)

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (Redação da proposta original)

Ante ao exposto, considerando a identidade entre a posição de Vossa Excelência que se coaduna também com a nossa orientação quanto a contrariedade a aludida proposta, valemo-nos do presente para verificar a possibilidade/conveniência de ser apresentado recurso, na forma do art. 132, § 2º do RICD, para reapreciação do Projeto de Lei n. 5346/2009 pelo Plenário da Câmara dos Deputados, informando nossos meios de contatos para sucessivas tratativas.

Art. 132, § 2º Não se dispensará a competência do Plenário para discutir e votar, globalmente ou em parte, projeto de lei apreciado conclusivamente pelas Comissões se, no prazo de cinco sessões da publicação do respectivo anúncio no Diário da Câmara dos Deputados e no avulso da Ordem do Dia, houver recurso nesse sentido, de um déci-

mo dos membros da Casa, apresentado em sessão e provido por decisão do Plenário da Câmara. (RICD, art. 132)

Maringá-PR, 20 de setembro de 2017.

Régis Alan Bauli

Doutorando em Educação RA-PG n. 52.236/2014 – PPE/UEM Professor no Departamento de Direito Público – Matr. 241/2000 E-mail: bauli@wnet.com.br – Telefone: (44) 9 9973 6204

Editora Livrologia

www.livrologia.com.br

| | |
|--------------------------|---|
| Título | Educador social no Brasil: normatização e profissionalização |
| Autores | Régis Alan Bauli Verônica Regina Müller |
| Assistente Editorial | Ivanio Dickmann |
| Assistente Comercial | Julie Luiza Carboni |
| Bibliotecária | Karina Ramos |
| Projeto Gráfico | Ivo Dickmann, Ivanio Dickmann |
| Capa | Ivanio Dickmann |
| Diagramação | Letícia Sechini |
| Preparação dos Originais | Régis Alan Bauli Verônica Regina Müller |
| Revisão | Ivo Dickmann |
| Formato | 14 cm x 21 cm |
| Tipologia | Calisto MT, entre 8 e 11 |
| Papel | Capa: Supremo 280 g/m ² Miolo: Pólen Soft 90 g/m ² |
| Número de Páginas | 424 |
| Publicação | 2020 |
| Impressão e Acabamento | META – Cotia – SP |

Queridos leitores e queridas leitoras:

Esperamos que esse livro tenha sido útil para você e seu campo de leitura, interesse, estudo e pesquisa.

Se ficou alguma dúvida ou tem alguma sugestão para nós,
Por favor, compartilhe conosco pelo e-mail:

franquia@livrologia.com.br

PUBLIQUE CONOSCO VOCÊ TAMBÉM
ENCONTRE UM FRANQUEADO LIVROLOGIA
MAIS PERTO DE VOCÊ
www.livrologia.com.br

Trabalhos de Conclusão de Curso
Dissertações de Mestrado
Teses de Doutorado
Grupos de Estudo e Pesquisa
Coletâneas de Artigos
Poesias e Biografias

EDITORA LIVROLOGIA
Rua Vicente Cunha, 299
Bairro Palmital - Chapecó-SC
CEP: 89.815-405
(49) 98916-0719
franquia@livrologia.com.br

Esta é a primeira obra no Brasil a tratar especificamente da normatização e profissionalização do educador e educadora social em nosso país. Fruto de uma rigorosa investigação-ação de Doutorado, procurou responder objetivamente a duas perguntas: Educador social é profissão no Brasil? Qual o projeto de lei que melhor atende aos seus interesses? Mas a pesquisa transcende e oferece subsídios para que o/a leitor/a possa buscar no conteúdo apresentado, elementos para compor respostas a outras perguntas como, por exemplo: O que é a educação social? O que faz um educador social? Qual a diferença entre educação popular e educação social? Qual a diferença entre educador social e assistente social? É um livro necessário para o processo atual de valorização da educação social enquanto uma modalidade de educação além da escolar.

ISBN 978-658621815-2



9 786586 218152